

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 253

OUTUBRO - DEZEMBRO

1961

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possim sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
A. C. FERREIRA REIS
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1962

Não se sabia ainda a extensão do quilombo, nem mesmo, acerto, a sua localização. Apenas teve Vahia conhecimento da morte dos caçadores, por uns cinquenta a sessenta negros, armados de arcos e flechas, nos matos de Bacaxá, vagamente. As suas ordens, no entanto, são precisas e severas. Ao Coronel João de Abreu Pereira, recomendava: «Pela cópia da carta inclusa, verá Vossa Mercê o que me avisa o Capitão e Juiz Sebastião Gomes Sardinha a respeito de cinquenta ou sessenta negros armados com arcos e flechas, que saíram aos caçadores que monteavam para os Matos de Bacaxá, a cuja desordem é necessário acudir prontamente pelo perigo de semelhantes e maiores conseqüências: à vista do que puxará Vossa Mercê pelos seus Officiais de maior confiança e soldados auxiliares mateiros para dar sôbre os ditos negros até averiguar o seu Quilombo, e mais fôrças que tiverem, para se conseguir a sua total extinção antes que chegue a sua demasia a insultar as casas dêsse país, e para êsse mesmo efeito escrevo ao Capitão Mor de Santo Antônio de Sá».

Parece-nos que, por campo ou sertão de Bacaxá, se denominavam as terras que, da margem esquerda do rio Bacaxá, se estendiam para o sul até a Lagoa de Saquarema, incluindo-se a Serra do Amar e Querer nesta denominação, mais ou menos vaga. De um lado se limitava com o sertão de Tanguá e do outro se perdia num limite indeterminado por terras incultas. O próprio campo de Bacaxá, por mais uns cinquenta anos, não seria cultivado, ainda que as suas terras já tivessem sido objeto de sesmarias. Em documento de 1778 se afirmava: «Todos os sertões que medeiam entre os moradores de Saquarema da terra firme, e a Fazenda dos Religiosos do Carmo, chamada Ipitanga até Bacaxá, por cultivar». E mais adiante continuava: «Da parte de Bacaxá, Rio de Bacaxá e Alagoa de Inhutruiba acontece o mesmo, porque todos moram nas testadas das terras». (2)

São poucos os lugares que se encontram assinalados na carta de Vieyra Leão, datada de 1767, no campo de Bacaxá: apenas o Curral de Sombá, Curral do Meio, Bacaxá e Curral de Baixo. O resto da carta está inteiramente vazio, no espaço compreendido entre os rios das Domingas, Bacaxá, Bento Leite e o caminho do

(2) *Relação do Marquês de Lavradio*, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, T. LXXVI, Parte 1ª, pág. 308 — 1913. O original dêste documento está na Biblioteca Nacional, com o título: «Instruções que o Ilmo. e Exmo. Sr. Luiz de Vasconcelos e Soiza, Vice Rei e Capitam General do Estado do Brazil recebe de seu antecessor o Ilmo. e Exmo. Sr. Marquez do Lavradio», Rio de Janeiro, 11-6-1779 (5-2, 11).

Curral do Sombá ao Hospício na Lagoa de Araruama. (3) Os pontos próximos mais povoados eram, de um lado, Cabo Frio, e do outro, Santo Antônio de Sá, onde já florescia a cana de açúcar, espalhando-se fazendas e engenhos pelas freguesias vizinhas de São João de Itaboraí de Tapacorá, Nossa Senhora do Amparo de Maricá e Nossa Senhora de Nazaré de Saquarema. Era, justamente, Santo Antônio de Sá o lugar mais povoado da baixada desde fins do século XVII e, por isso mesmo, o mais interessado em destruir o quilombo que se formara ao seu lado, de escravos de suas fazendas. (4)

Assim, no mesmo dia 11 de agosto de 1730, escreveu também Vahia ao Capitão Mor da Vila de Santo Antônio de Sá, Caetano de Souza, em termos mais enérgicos do que o fizera nas duas cartas anteriores: «Por aviso que hoje tive do Juiz ordinário Sebastião Gomes Sardinha, tive notícias que, indo dois ranchos de caçadores dêsse distrito para os Montes de Bacaxá, foram assaltados por uma partida de mais de cinquenta negros armados com arcos e flechas, e outras armas, e que mataram os caçadores, e que até o presente sômente tinham saído dois pardos de Maria Fontoila, moradora em Tanguá, e dois negros, sem se saber dos mais, e, depois de reparar em Vossa Mercê me não participar esta notícia, lhe ordeno que logo arme a fôrça possível para buscar os ditos negros e extinguir o seu quilombo, antes que o seu excesso faça maiores demasias, e o mesmo ordeno ao Coronel João de Abreu, para executar a minha ordem com os auxiliares, e sentirei muito que êstes negros se não extingam, presos ou mortos».

Dias depois conseguiu o governador saber de novos pormenores sôbre o quilombo e, imediatamente, escreveu ao Coronel João de Abreu Pereira, não só avisando-o de tudo, mas ainda ampliando as suas ordens sôbre o cêrco do acampamento dos negros, onde com mulheres e crianças viviam, em parte, de suas roças, e, em parte, de furtos nas fazendas vizinhas. «Depois de escrever a Vossa Mercê sôbre o quilombo dos negros», continuava Vahia

(3) «Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro feita por ordem do Côde da Cunha Capitão General e Vice-Rey do Estado do Brazil por Manoel Vieyra Leão Sargento Mor e Governador da Fortaleza do Castelo de São Sebastião da Cidade do Rio de Janeiro — 1767».

(4) Em carta régia ao governador Artur Sá Menezes, de 8 de novembro de 1698, dizia-lhe o Rei: «... Viu-se a vossa carta de 11 de junho dêste ano, em que dais conta dos inconvenientes que se vos offereceram para se fundarem povoações no Aguassu em São Gonçalo, e no Campo Grande, por estarem os moradores muito separados uns dos outros, e ficarem mui perto dessa cidade, e que só no Macacu vos parecera conveniente, por achardes naquela povoação cincoenta moradores juntos; assim formastes a Vila de Santo Antônio de Sá...» In Arquivo Público Nacional, Coleção 545, Vol. 9.^o (vide Publicações do Arquivo Nacional, Vol. I, 2.^a ed., pág. 114).

a sua correspondência com o Coronel Abreu, a 15 de agosto, «tive outra notícia de que os brancos mortos foram somente dois e três que escaparam, segurando-me que os negros são muitos e que estão situados com casas e roças há muitos anos, o que naturalmente pode ser enquanto não faziam insultos, mas, depois destes, é impraticável dissimular semelhantes atrevimentos; à vista do que é necessário não só extinguir o dito quilombo, mas prender todos os negros e negras e filhos que tiverem no mato, para cujo efeito espero que Vossa Mercê aplique o seu cuidado e inteligência, puxando, se necessário fôr, por todo o seu Regimento, quando não bastem os práticos do mato, mandando as companhias de Maricá e Saquarema que lhe tomem a saída para a parte dos Campos Novos, e depois atacá-los por esta banda; e advirta Vossa Mercê aos oficiais que me não contento com os afugentar, nem com a desculpa de que se meteram no mato, porque por esse mesmo mato, por onde entram os negros, podem entrar os soldados e brancos, e, finalmente, é necessário que os vivos, ou mortos se resistirem, venham à minha presença, porque de outra sorte virão todos os dias os negros a insultar esse País nas próprias casas com escândalo nosso, e talvez será necessário que Vossa Mercê se ponha perto daquele sítio para dar as ordens necessárias aos que entram pelo mato, e receber os seus avisos com brevidade, para lhe dar remédio pronto».

A atividade do governador ainda hoje a sentimos através de suas ordens apressadas, porém completas, pois, nelas, previa minúcias que bem podiam ter ficado a cargo dos subordinados. Falava nesta última carta de ordens a expedir às companhias de Maricá e Saquarema. No mesmo dia 15 de agosto determinou ao Capitão José de Águila Moreira que fôsse com as duas companhias para os campos de Bacaxá e aí prendesse os negros «ou matasse, se resistissem». Ordenava também que lhe remetesse presos «as pessoas que fôsem rebeldes para esta diligência» e entrasse em entendimento com o Coronel Abreu.

Era ainda Vahia quem decidia da maneira por que se devia prover a tropa, pois parece que houve certa relutância entre os fazendeiros locais de fornecer mantimentos aos soldados. A 21 de agosto, resolvia assim a questão, em resposta a uma indagação do Coronel Abreu: «Recebo a carta de Vossa Mercê de 16 do corrente e sobre o conteúdo nela a respeito do quilombo de negros, que mataram os dois caçadores, tenho escrito a Vossa Mercê duas cartas, que servem de resposta, e pelo que toca a mantimentos para a diligência, como é em utilidade própria desse País, devem os mesmos que forem a diligência levarem sua farinha, e viverem no mato como caçadores, e pelo que respeita a pólvora e bala deve Vossa Mercê mandar o seu furriel mor para receber do Almoxarife

e trazer depois uma certidão jurada do consumo; e como daqui partiu um dêstes dias o Capitão José de Águila para a sua fazenda em Saquarema, e tem conhecimento daquele sertão, lhe ordenei entrasse por êle com as duas companhias de auxiliares, que estavam por aquela parte, depois de avisar a Vossa Mercê e ajustarem o tempo da entrada».

Tinha também as suas dúvidas o Capitão Mor de Santo Antônio de Sá. Em carta de 27 de agôsto devia tê-las enumerado ao governador Vahia, que, no dia seguinte, lhe respondeu, desvanecendo-as assim: «Recebo a carta de Vossa Mercê de 27 do corrente e vejo o que me diz a respeito da entrada do mato para efeito de se prenderem os negros matadores: e hoje remeti ao Coronel João de Abreu a pólvora e bala, que me pediu, para esta diligência, com o qual conferirá Vossa Mercê, porque, tendo êle bastante gente no seu Regimento, poderão ser escusas as ordenanças, salvo alguns vizinhos da Serra, para guias do mato; mas ainda no caso que Vossa Mercê vá a esta diligência escusará dela e de outras quaisquer ao Capitão Domingos Nunes da Câmara, assim porque entende que Vossa Mercê procede com êle com tenção particular, como porque êle mesmo para tudo acha dificuldades. E pelo que respeita a mantimentos, em que Vossa Mercê me fala, tudo topa em farinha que deve levar cada um dos que entram, e socorrê-los com algũa cada um dos que ficam em casa, visto ser esta diligência em utilidade do próprio país, e o concurso dos que ficam deve ser feito pela autoridade da Justiça».

O Capitão José de Águila Moreira já havia chegado a Saquarema a 26 de agôsto, quando comunicou ao governador os passos que dera até então e lhe solicitou pólvora, balas e mantimentos. A 29 respondia-lhe Vahia: «Recebo a carta de Vossa Mercê de 26 do corrente, depois da sua chegada a essa terra, e já o Coronel João Abreu me tinha participado o aviso que Vossa Mercê lhe fêz do caminho, e já lhe tinha respondido e mandado pólvora e bala, da qual deve prover a gente dêsse distrito; e pelo que toca o mantimento, bem conhece Vossa Mercê a pouca providência que se pode dar agora, senão que leve cada um para si a farinha e peixe que puder; e como o benefício é comum, depois se dará alguma provisão para se recompensarem pelos que ficam em suas casas, sendo certo que dêstes dois mantimentos é essa terra mais provida que as outras. O negro do defunto André de Souza inda cá não chegou, mas logo que o fizer, o tornarei a despachar ainda que será tarde...».

O mês de agôsto fôra todo dedicado aos preparativos. Sômente nos fins de setembro é que se têm notícias das fôrças que se dirigiram contra o quilombo. Parece-nos que o Capitão Mor de Santo Antônio de Sá desistiu da empresa, por falta de gente

ou outro motivo qualquer. O certo é que, apenas, aparecem, no final, o Coronel Abreu e o Capitão Águila. De uma carta do governador ao coronel, datada de 23 de setembro, sabemos que a 20 desse mesmo mês, já se moviam os soldados de Abreu, chefiados por um cabo, nas proximidades do quilombo. O negro do defunto André de Souza reaparece, não com o governador, mas com o Coronel Abreu. Devia ser de uma fazenda, perto do quilombo, onde os negros aquilombados apareciam, ou, então, se encontrara por acaso com os calhambolas. A fazenda de André de Souza seria provavelmente a que mais tarde pertenceu ao Capitão Felix de Souza, no campo de Bacaxá, no Curral do Meio, justamente, no caminho e vizinhança do quilombo. O negro, a que se refere por vezes o governador, foi obrigado a servir de guia, como se vê da citada carta de Vahia, de 23 de setembro. «Recebo a carta de Vossa Mercê, de 20 do corrente», escrevia ele ao Coronel Abreu, «em que me dá notícia da disposição com que ordenou a entrada no mato para apanhar os negros do quilombo, que fizeram as mortes nos caçadores, e também vi a informação que mandou o Cabo que está no mato; e tudo aprovo e sòmente se me oferece, recomendar de novo a Vossa Mercê a constância desta diligência, teimando, sem desanimar, até apanhar aqueles negros, e advirta Vossa Mercê ao Cabo que meta medo ao negro do defunto André de Souza, dizendo-lhe que se não entregar os negros, que o hei de fazer enforcar por ser cúmplice nos seus delitos».

A 27 de setembro, voltou Vahia a escrever ao Coronel Abreu. O cerco ao quilombo redundara na fuga dos negros, que, em grupos, procuravam os povoados, a fim de escaparem despercebidos no meio dos outros. O papel que representara o escravo do defunto André de Souza é focado com um pouco mais de nitidez. O final da carta do governador, porém, revela-nos o reverso da medalha, pois Vahia se vê obrigado a verberar o procedimento dos soldados, por depredarem a fazenda dos herdeiros de André de Souza. Nesta carta ao Coronel Abreu, escrevia o governador, contrariado com a violação de uma propriedade particular, mas satisfeito com o final do quilombo, que já podia prever: «Recebo a carta de Vossa Mercê de 25 do corrente com as notícias do que tem sucedido na entrada do mato, e busca dos negros do quilombo; e supostas elas, ainda que com bastante sentimento, pôde Vossa Mercê mandar recolher a gente para suas casas, ordenando, porém, com grande eficácia, a todos os oficiais que nos seus distritos façam diligências pelos ditos negros, visto se entender que, divididos, se refugiaram em povoado, advertindo-lhes que serão castigados se constar que andam nos seus distritos sem ser presos.»

O período seguinte dedicou-o inteiramente Vahia ao preto de André de Souza, pormenorizando, assim, as suas relações com os aquilombados: «O negro da Fazenda do defunto André de Souza soltará Vossa Mercê e o mandará para a sua administração porque não é de crer que, sendo só nela, lhe desse mais auxílio, nem acolhimento que o que lhe fôsse necessário para se livrar dos seus insultos e êle mesmo me confessou aqui que no mato tinha encontrado alguns, de que se livrara com bastante pavor, e que algum lhe tinha vindo à fazenda, e por esta causa o fiz marchar daqui com tôda pressa para se incorporar com o Capitão José de Águila, para lhe servir de guia na diligência».

No final desta longa missiva, trata o governador da maneira por que se portaram os soldados na fazenda que pertencera a André de Souza. «E também me consta», dizia êle, «que a gente que entrou por aquela parte fizeram bastante estrago na fazenda do dito defunto, cujo procedimento é muito alheio de gente que marcha com ordem, porque com a mesma deve usar viveres *pro rata* com os mais do povo, e não a violar a casa de um particular, cuja desordem apenas se permite na guerra com os inimigos, mas, ainda nela, não temos por grandes soldados os que se interessam mais no saqueio que nas diligências do serviço, aos quais temos sempre em pouca reputação, o que suposto apriimará Vossa Mercê o Cabo que consentiu aquela desordem para a satisfazer, principalmente resultando tão pouco fruto da diligência que, se o houver, a toleraria seu dono tôda a perda».

O restante da correspondência de Vahia refere-se ao final do quilombo, com a prisão dos cabeças, que foram conduzidos à presença do governador, no Rio de Janeiro. Foi o Coronel Abreu quem lhe remeteu o maior número de escravos aquilombados. A 30 de setembro, afirmava-lhe Vahia: «Recebo a carta de Vossa Excelência com a notícia de se terem apanhado 18 cabeças dos negros que tinham desamparado o quilombo, em cuja busca mandei continuar pelo primeiro aviso que Vossa Mercê fêz como lhe escrevi, e me custava bem abandonar a diligência pelo segundo, porque me não podia persuadir a que todos os negros buscassem povoado, e ainda não tive aviso do Capitão José de Águila e presumo que andará em seguimento de mais alguns, ao qual Vossa Mercê avisará logo, para que os negros sejam conduzidos com tôda a segurança, e com êles é necessário que venham os Cabos e alguns soldados mais inteligentes dos que se achassem na ocasião».

Pouco depois de expedir esta carta, devia ter Vahia recebido notícias do Capitão José de Águila. Da resposta do governador sabemos que não foi fácil descobrir o local do quilombo, que se dividia em dois: quilombo novo e quilombo velho. «Recebo a carta

de Vossa Mercê de 29 do passado», escrevia êle, em resposta, a 2 de outubro, «a qual estava esperando por instantes pelo aviso que o Coronel João de Abreu me tinha feito de se terem apanhado alguns negros no quilombo; a qual notícia recebi com gosto, por haver poucos dias que êle me tinha avisado que os mateiros estavam desesperados de descobrir o quilombo, supondo que os negros se tinham espalhado pelos povoados; agora com a notícia que Vossa Mercê me dá fico com a certeza do número dos presos e particularmente agradeço a Vossa Mercê a eficácia, zêlo, e constância, que teve nesta ocasião; e da minha parte agradecerá Vossa Mercê aos oficiais e soldados auxiliares que se acharam nela, e que os terei na minha lembrança para lhes atender; e de todos me trará uma lista, com distinção das companhias em que estão alistados. Sem embargo de confessarem os negros que eram 23 cabeças, inda presumo que seriam mais pelo aparato do quilombo velho, em que estavam situados, e neste suposto sinto que a esquadra, que ficou no quilombo novo, não fôsse bastante forte por não arriscar os homens a alguma desgraça e ainda para apanhar os cinco convinha que tivesse força e que ficassem socorridos de mantimentos para esperar mais tempo por que sem dúvida se a esquadra se pusesse com cautela lhe destruiriam o quilombo; e no caso que esta esquadra os não encontre, será conveniente que Vossa Mercê deixe encarregado a um oficial dessas companhias que tome tôdas as notícias possíveis e tendo algumas delas os persiga vigorosamente, avisando ao Capitão Mor de Cabo Frio se para lá passarem, a fim de que não tornem a fazer cabeça».

Nos primeiros dias de outubro de 1730 os negros cabeças dos quilombos de Bacaxá chegaram ao Rio de Janeiro, escoltados por um tenente e soldados, com uma carta do Coronel Abreu. Falta, no entanto, uma crioula. Por êste motivo temos a última notícia sôbre Bacaxá, pois Vahia não se conformou, reclamando-a a 5 de outubro, nestes têrmos: «Para o Capitão João de Abreu Pereira. Recebo a carta de Vossa Mercê que me entregou o tenente da sua companhia com os negros do quilombo presos, menos uma crioula e nem pude deixar de estranhar a confiança de a tirarem da leva sem ordem minha, a qual fará Vossa Mercê logo remeter a esta cidade, como também presos os soldados, que o tenente dirá a Vossa Mercê, que lhe quiseram amotinar no mato a gente da ocasião, e da mesma sorte me remeterá Vossa Mercê, em estando descansados, quatro soldados ou outras pessoas das que foram a esta diligência capazes de relatar as particularidades com que foram achados os negros, e tudo o que se passou até serem presos».

Não encontramos o processo que se pretendeu instaurar contra os aquilombados e, por certo, se instaurou, com os quatro

indivíduos mais capazes, mandados buscar para testemunharem os fatos. Este processo nos proporcionaria esclarecimentos mais minuciosos sobre o quilombo e, principalmente, sobre a maneira por que foi atacado e o motivo do assassinio dos caçadores de Santo Antônio de Sá. Porém, das ordens do governador, que transcrevemos, podemos formar uma idéia não só do que teria sido o quilombo, senão também da sua localização. Constituíam-se, segundo as informações obtidas por Vahia, de cerca de sessenta pessoas: homens, mulheres e crianças, sendo que estas já nascidas no quilombo que existia, havia alguns anos, sem ser molestado e com tempo de se dividir o primitivo núcleo em quilombo velho e quilombo novo. O velho seria o maior e o novo de onde teriam escapado cinco negros no final da luta. Se não fôra a morte dos caçadores, continuariam a viver em seus mucambos e em suas roças, sossegadamente, por outros muitos anos, os negros e mulatos que os construíram.

A localização, ainda de acôrdo com as informações de Vahia, devia ser nas imediações da fazenda do *defunto André de Souza*. Com um escravo desta fazenda é que se comunicavam os aquilombados e nesta fazenda é que se instalaram os soldados e o cabo do Coronel Abreu. Se esta fazenda era, como pensamos, a que pertenceu mais tarde a Félix de Souza, ficava no Campo de Bacaxá, no Curral do Meio.⁽⁵⁾ O quilombo devia estar situado ao sul, já nas serras que servem de divisor de águas dos rios que correm para o Bacaxá dos que se dirigem para as lagoas de Saquarema e Araruama. Ainda que vagamente, indicou Vahia o lugar em que se formou o quilombo por campo, matas e montes do Bacaxá. Na carta topográfica de Vieyra Leão estes montes ou serras se denominam: Serra de Amar e Querer. Nesta serra localizou, justamente, um Pico do Quilombo. Porém, tanto o pico, quanto a serra, projetou-os o ilustre militar muito para sul, próximos da Lagoa de Saquarema. O contrário, no entanto, é que acontece, segundo se vê da Carta Corográfica do Estado do Rio de Janeiro, de 1953. O divisor de águas, representado na carta de Vieyra Leão pela Serra de Amar e Querer, está bem mais próximo de Bacaxá do Município de Rio Bonito do que de Bacaxá do Município de Saquarema. Ao sul de Bacaxá de Rio Bonito é que se encontrava o Curral de Baixo, o último ponto indicado por Vieyra Leão no campo ou matos do Bacaxá, antes da Serra de Amar e Querer e do Pico do Quilombo, onde devia ter existido o quilombo extinto pelo governador Vahia, em 1730.

5) *Relação do Marquês de Lavradio*, cit., pág. 308.

CHEFES DE POLÍCIA DA BAHIA NO IMPÉRIO

1842 - 1889

ANTÔNIO DE ARAÚJO DE ARAGÃO BULCÃO SOBRINHO

Conforme o prescrito no art. 6.º da Lei de 29 de novembro de 1832 (Código do Processo Criminal), as funções de chefe de Polícia, nas cidades mais populosas, eram exercidas por um dos Juizes de Direito, cujas atribuições foram reguladas pelo Decreto de 29 de março de 1833.

Reformado o aludido Código pela Lei n.º 261, de 3 de dezembro de 1841, ficou estabelecido ter no Município da Côrte, capital do País, e em cada Província um Chefe de Polícia, nomeado pelo Imperador, escolhido entre os Desembargadores da Relação e os Juizes de Direito.

Pelo Decreto n.º 120, de 31 de janeiro de 1842, regulamentando a citada Lei n.º 261, foi determinado pelo seu art. 53 que os Chefes de Polícia seriam substituídos em suas faltas e impedimentos por um dos Desembargadores da Relação ou por um dos Juizes de Direito do Crime, e no caso de não existir Relação, nem Juiz de Direito do Crime, bem como estando o mesmo ausente e quando houvesse conveniência do serviço público, poderia ser designado algum dos Juizes de Direito do Crime das comarcas mais próximas da capital.

Também estatuiu que havendo vaga imprevista do Chefe de Polícia, ficaria nas funções, até a apresentação do Juiz de Direito indicado para o pôsto, o Juiz Municipal da capital.

Na Bahia, criado o lugar de Chefe de Polícia, exerceram o referido cargo de 1842 a 1889, quando foi implantado o regime republicano, os seguintes cidadãos:

1.º) *Dr. Antônio Simoens da Silva.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 6 de julho de 1807, sendo filho de Antônio Simoens da Silva e de D. Maria Bárbara do Nascimento, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 20 de outubro de 1883.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de São Paulo em 1831.

Nomeado em 29 de dezembro de 1841.

Esteve em exercício de 9 de março a 23 de dezembro de 1842.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar :

Dr. João Joaquim da Silva.

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 24 de junho de 1803, sendo filho de Manoel Joaquim da Silva e de D. Josefa Joaquina Ramos, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 30 de maio de 1870.

Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, Portugal, em 1825.

Esteve em exercício de 24 de dezembro de 1842 a 16 de novembro de 1843.

2.º) *Dr. Francisco Gonçalves Martins*, depois Barão e Visconde de São Lourenço.

Nascido no Município de Santo Amaro, na Bahia, em 12 de março de 1807, sendo filho de Raimundo Gonçalves Martins e de D. Maria Joaquina do Amor Divino Chaves, e falecido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 10 de setembro de 1872.

Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, Portugal, em 1827.

Nomeado em 20 de outubro de 1843.

Esteve em exercício de 17 de novembro de 1843 a 2 de maio de 1844.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar :

Dr. João Antônio de Vasconcelos.

Nascido no Município de Valença, na Bahia, em 20 de janeiro de 1803, sendo filho de Antônio Bernardo de Vasconcelos e de D. Maria Benedita da Assunção, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 21 de novembro de 1880.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1832.

Estêve em exercício de 3 de maio a 2 de junho de 1844.

3.º) *Dr. Manoel Messias de Leão.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 25 de dezembro de 1779, sendo filho de Miguel José Bernardino de

Leão e de D. Maria da Expectação Alves Braga, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 16 de setembro de 1875.

Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, Portugal, em 1824.

Nomeado em 18 de maio de 1844.

Estêve em exercício de 3 de junho a 12 de agosto de 1844.

4.º) *Dr. João Joaquim da Silva.*

Nomeado em 3 de agosto de 1844.

Estêve em exercício de 13 de agosto de 1844 a 27 de janeiro de 1846, de 26 de março a 27 de dezembro de 1846, de 18 de janeiro a 19 de novembro de 1847 e de 25 de novembro de 1847 a 14 de setembro de 1848.

Durante os seus impedimentos, e até ser empossado o seu substituto, ocuparam interinamente o lugar :

a) *Dr. Francisco Gonçalves Martins*, depois Barão e Visconde de São Lourenço.

Estêve em exercício de 28 de janeiro a 15 de fevereiro de 1846.

b) *Dr. Benvenuto Augusto de Magalhães Taques.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 9 de novembro de 1818, sendo filho de Manoel Ribeiro de Magalhães e de D. Joana Maria Sampaio, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 16 de outubro de 1881.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1839.

Estêve em exercício de 16 de fevereiro a 1 de março de 1846.

c) *Dr. Francisco Gonçalves Martins*, depois Barão e Visconde de São Lourenço.

Estêve em exercício de 2 a 25 de março de 1846.

d) *Dr. Manoel Pedro Moreira de Vasconcelos.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 26 de fevereiro de 1812, sendo filho de Plácido Pedro Moreira de Vasconcelos e de D. Alexandrina Moreira de Carvalho, e falecido na mesma cidade em 6 de janeiro de 1879.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1835.

Como Delegado do 1.º Distrito, nomeado em 3 de outubro de 1846, respondeu pelo expediente de 28 de dezembro de 1846 a 17 de janeiro de 1847 e de 20 a 24 de dezembro do mesmo ano.

e) *Dr. José Ferreira Souto.*

Nascido no Município de Jacobina, na Bahia, em 14 de fevereiro de 1808, sendo filho de Antônio Ferreira Souto e de D. Maria Joaquina de São José, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 22 de fevereiro de 1864.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1832.

Estêve em exercício de 15 de setembro a 11 de outubro de 1848.

5.º) *Dr. João Mauricio Wanderley Júnior*, depois Barão de Cotegipe.

Nascido no Município de Barra, na Bahia, em 23 de outubro de 1815, sendo filho de João Mauricio Wanderley e de D. Francisca Antônia do Livramento Correia.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1837.

Nomeado em 2 de outubro de 1848.

Estêve em exercício de 12 de outubro de 1848 a 21 de dezembro de 1849, de 5 de outubro de 1850 a 29 de abril de 1851 e de 20 de setembro de 1851 a 6 de abril de 1852.

Durante os seus impedimentos, e até ser empossado o seu substituto, ocuparam interinamente o lugar:

a) *Dr. Inocêncio Marques de Araújo Góis*, depois Barão de Araújo Góis.

Nascido no Município de Santo Amaro, na Bahia, em 4 de julho de 1811, sendo filho de Inocêncio Marques de Araújo Góis e de D. Maria Joana Calmon de Aragão, e falecido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 13 de maio de 1897.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1834.

Estêve em exercício de 22 de dezembro de 1849 a 21 de março de 1850.

b) *Dr. André Corsino Pinto Chichorro da Gama*.

Nascido no Município de Jaguaripe, na Bahia, em 3 de fevereiro de 1812, sendo filho de Antônio Pinto Chichorro da Gama e de D. Leonor Francisca Zeferina, e falecido no Município de Nazaré, no mesmo Estado, em 18 de abril de 1872.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de São Paulo em 1835.

Estêve em exercício de 22 de março a 4 de outubro de 1850, de 30 de abril a 9 de junho de 1851, de 21 de junho a 19 de setembro de 1851, de 7 a 9 de abril de 1852 e de 16 de abril a 21 de outubro de 1852.

c) *Dr. João Vitor de Carvalho.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 9 de agosto de 1827, sendo filho de João Pereira de Carvalho, e falecido na mesma cidade em 25 de outubro de 1874.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1849.

Como 1.º Suplente de Delegado do 1.º Distrito, nomeado em 13 de março de 1851, respondeu pelo expediente de 10 a 20 de junho de 1851.

d) *Dr. Manoel Pedro Moreira de Vasconcelos.*

Como Delegado do 1.º distrito, nomeado em 3 de outubro de 1846, respondeu pelo expediente de 10 a 15 de abril de 1852.

6.º) *Dr. André Corsino Pinto Chichorro da Gama.*

Nomeado em 17 de setembro de 1852.

Estêve em exercício de 22 de outubro de 1852 a 22 de dezembro de 1853.

7.º) *Dr. Inocência Marques de Araújo Gois, depois Barão de Araújo Góis.*

Nomeado em 28 de novembro de 1853.

Estêve em exercício de 23 de dezembro de 1853 a 24 de dezembro de 1854 e de 13 de janeiro a 31 de maio de 1855.

Durante o seu impedimento ocupou interinamente o lugar:

Dr. Antônio Luiz Afonso de Carvalho.

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 5 de maio de 1828, sendo filho de José Afonso de Carvalho e de Dona Rosa Maria de Jesus, e falecido na mesma cidade em 25 de janeiro de 1892.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1849.

Como Delegado do 1.º distrito, nomeado em 15 de dezembro de 1854, respondeu pelo expediente de 25 de dezembro de 1854 a 12 de janeiro de 1855.

8.º) *Dr. Francisco Liberato de Matos.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 23 de agosto de 1813, sendo filho do Marechal de Campo Manoel Joaquim de Matos e de D. Maria Francisca Alvares de Sá, e falecido na mesma cidade em 10 de fevereiro de 1892.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico, de Olinda, Pernambuco, em 1834.

Nomeado em 18 de maio de 1855.

Estêve em exercício de 1 de junho de 1855 a 21 de setembro de 1857.

9.º) *Dr. Justiniano Batista Madureira.*

Nascido no Município de Valença, na Bahia, em 11 de maio de 1822, sendo filho de João Batista Teixeira e de D. Francisca de Sena Madureira e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 24 de abril de 1903.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de São Paulo em 1846.

Nomeado em 19 de agosto de 1857.

Estêve em exercício de 22 de setembro de 1857 a 15 de abril de 1858.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar:

Dr. Policarpo Lopes de Leão.

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 26 de fevereiro de 1814, sendo filho de João Lopes Leão e de D. Quintina Luzia do Amaral, e falecido na cidade de São Luiz, capital do Maranhão, em 4 de setembro de 1882.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1834.

Estêve em exercício de 16 de abril a 20 de outubro de 1858.

10.º) *Dr. Antônio Manoel de Aragão e Melo.*

Nascido no Município de Bananeiras, na Paraíba, em 1 de fevereiro de 1814, sendo filho de Antônio Manoel Pacheco de Aragão e de D. Ana Isabel Bandeira de Melo, e falecido na cidade de João Pessoa, capital do citado Estado, em 16 de março de 1898.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1844.

Nomeado em 26 de agosto de 1858.

Estêve em exercício de 21 de outubro de 1858 a 28 de abril de 1859.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar:

Dr. Antônio Ladislau de Figueiredo Rocha.

Nascido no Município de São Félix, na Bahia, em 3 de maio de 1813, sendo filho de José Joaquim de Figueiredo Rocha e de D. Maria Umbelina de Oliveira, e falecido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 6 de dezembro de 1880.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de São Paulo, em 1833.

Estêve em exercício de 29 de abril a 11 de outubro de 1859.

11.º) *Dr. Agostinho Luiz da Gama.*

Nascido na cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso, em 19 de abril de 1820, sendo filho de José Joaquim da Gama e de D. Senhorinha Luiza Feliciano, e falecido na cidade de São Paulo, capital do Estado, em 25 de fevereiro de 1880.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de São Paulo, em 1848.

Nomeado em 3 de setembro de 1859.

Estêve em exercício de 12 de outubro de 1859 a 15 de agosto de 1860.

Até ser empossado o seu substituto, ocuparam interinamente o lugar:

a) *Dr. Antônio Luiz Afonso de Carvalho.*

Como Delegado do 1.º distrito, nomeado em 15 de dezembro de 1854, respondeu pelo expediente de 16 a 20 de agosto de 1860.

b) *Dr. José Pereira da Silva Moraes.*

Nascido no Município de Feira de Santana, na Bahia, em 20 de março de 1822, sendo filho de Joaquim Pereira da Silva e de D. Antônia Francisca de Moraes, e falecido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 2 de maio de 1883.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1852.

Estêve em exercício de 21 de agosto a 20 de novembro de 1860.

12.º) *Dr. José Pereira da Silva Moraes.*

Nomeado em 29 de agosto de 1860.

Estêve em exercício de 21 de novembro de 1860 a 12 de outubro de 1861.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar:

Dr. Herculano Antônio Pereira da Cunha.

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 10 de setembro de 1815, sendo filho de José Herculano Lisboa Pereira da Cunha e de D. Felícia Clara de Souza Lisboa, e falecido na mesma cidade em 15 de outubro de 1863.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1838.

Estêve em exercício de 13 de outubro a 24 de novembro de 1861.

13.º) *Dr. João Antônio de Araújo Freitas Henriques.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 26 de agosto de 1822, sendo filho de João Joaquim Freitas Henriques e de D. Maria Angélica de Araújo, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 1 de janeiro de 1903.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1845.

Nomeado em 21 de setembro de 1862.

Estêve em exercício de 25 de novembro de 1861 a 13 de outubro de 1862.

Até ser empossado o seu substituto, ocuparam interinamente o lugar :

a) *Dr. Francisco Gonçalves Martins.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 1 de março de 1836, sendo filho do Dr. Francisco Gonçalves Martins, depois Barão e Visconde de São Lourenço, e de D. Maria da Conceição de Azevedo Peçanha, depois Baronesa e Viscondessa do mesmo título, e falecido na mesma cidade em 2 de maio de 1901.

Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1856.

Estêve em exercício em 14 e 15 de outubro de 1862.

b) *Dr. Herculano Antônio Pereira da Cunha.*

Estêve em exercício de 16 a 30 de outubro de 1862.

14.º) *Dr. Sebastião do Rego Barros de Lacerda.*

Nascido no Município de Cabo, Pernambuco, em 6 de novembro de 1833, sendo filho de João do Rêgo Barros e de Dona Inácia Militana de Lacerda Cavalcanti, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 17 de agosto de 1876.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1852.

Nomeado em 4 de outubro de 1862.

Estêve em exercício de 31 de outubro de 1862 a 14 de junho de 1863.

Até ser empossado o seu substituto, ocuparam interinamente o lugar :

a) *Dr. Adriano José Leal Júnior.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 5 de maio de 1825, sendo filho do Dr. Adriano José Leal e de D. Josefa

Maria Pinheiro de Vasconcelos, e falecido na mesma cidade em 8 de janeiro de 1895.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1846.

Estêve em exercício de 15 de junho a 14 de dezembro de 1863.

b) *Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão*, 3.^o Barão de São Francisco.

Nascido no Município de São Francisco do Conde, na Bahia, em 6 de agosto de 1832, sendo filho do Capitão-mor José de Araújo de Aragão Bulcão, depois 2.^o Barão de São Francisco, e de D. Ana Rita Marinho Cavalcanti de Albuquerque, depois 2.^a Baronesa do mesmo título, e falecido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 8 de junho de 1913.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1854.

Estêve em exercício de 15 de dezembro de 1863 a 20 de janeiro de 1864 e de 3 a 28 de março do mesmo ano.

c) *Dr. Ricardo Pinheiro de Vasconcelos*.

Nascido no Município de São Francisco do Conde, na Bahia, em 30 de janeiro de 1827, sendo filho do Dr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos, depois Barão e Visconde de Monte Serrate, e de D. Maria Francisca Borges de Campos, e falecido no Município de Cachoeira, na mesma Província, em 26 de agosto de 1864.

Estêve em exercício de 21 de janeiro a 2 de março de 1864.

d) *Dr. Júlio César Berenguer de Bittencourt*.

Nascido no Município de Santo Amaro, na Bahia, em 4 de outubro de 1820, sendo filho de Antônio de Bittencourt Berenguer César e de D. Carlota Emilia Osório da Fonseca Pina Leitão, e falecido no mesmo Município em 17 de maio de 1911.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1844.

Estêve em exercício de 29 de março a 9 de maio de 1864.

15.^o) *Dr. Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim*.

Nascido no Município de Nazaré, na Bahia, em 21 de setembro de 1827, sendo filho de Manoel Alvares da Fonseca Vilaboim e de D. Alexandrina Rosa Magalhães, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 12 de maio de 1924.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1850.

Nomeado em 15 de março de 1864.

Estêve em exercício de 10 de maio a 15 de dezembro de 1864.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar :

Dr. Julic César Berenguer de Bittencourt.

Estêve em exercício de 16 de dezembro de 1864 a 2 de fevereiro de 1865.

16.º) *Dr. Pedro Francelino Guimarães.*

Nascido no Município de Feira de Santana, na Bahia, em 29 de junho de 1829, sendo filho de Antônio Augusto Guimarães e de D. Maria Rosa Bacelar, e falecido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 7 de novembro de 1904.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1850.

Nomeado em 24 de dezembro de 1865.

Estêve em exercício de 3 a 28 de fevereiro e de 4 de março a 17 de julho de 1865.

Durante o seu impedimento, e até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar :

Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão, depois 3.º Barão de São Francisco.

Estêve em exercício de 1 a 3 de março e de 19 a 27 de julho de 1865.

17.º) *Dr. João José de Oliveira Junqueira Júnior.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 10 de março de 1832, sendo filho do Dr. João José de Oliveira Junqueira e de D. Teresa Leonor Carneiro de Campos.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1851.

Nomeado em 10 de julho de 1865.

Estêve em exercício de 28 de julho de 1865 a 27 de fevereiro de 1866.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar :

Dr. Caetano Vicente de Almeida Galeão Júnior.

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 12 de janeiro de 1828, sendo filho de Caetano Vicente de Almeida Galeão e de D. Maria José de Almeida, e falecido no Município de Entre Rios, na mesma Província, em 16 de março de 1880.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1849.

Estêve em exercício de 28 de fevereiro a 15 de abril de 1866.

18.º) *Dr. Manoel Pedro Alvares Moreira Villaboim.*

Nomeado em 1 de março de 1866.

Estêve em exercício de 16 de abril a 31 de maio de 1866.

19.º) *Dr. Caetano Vicente de Almeida Galeão Júnior.*

Nomeado em 11 de maio de 1866.

Estêve em exercício de 1 de junho de 1866 a 25 de fevereiro de 1867 e de 13 de março a 20 de outubro do mesmo ano.

Durante o seu impedimento, e até ser empossado o seu substituto, ocuparam interinamente o lugar:

a) *José Álvares do Amaral.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 17 de outubro de 1822, sendo filho de Antônio Joaquim Álvares do Amaral e de D. Ana de Figueiredo Melo, e falecido na mesma cidade em 3 de novembro de 1882.

Como Delegado do 1.º distrito, nomeado em 19 de maio de 1866, respondeu pelo expediente de 26 de fevereiro a 12 de março de 1867.

b) *Dr. Antônio Manoel de Aragão e Melo.*

Estêve em exercício de 21 de outubro a 30 de novembro de 1867.

20.º) *Dr. Franklin Américo de Menezes Dória*, depois Barão do Loreto.

Nascido no Município de São Francisco do Conde, na Bahia, em 12 de julho de 1836, sendo filho de José Inácio de Menezes Dória e de D. Agueda Clementina de Menezes Dória, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 15 de agosto de 1931.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1859.

Nomeado em 28 de setembro de 1867.

Estêve em exercício de 1 de dezembro de 1867 a 1 de maio de 1868.

Até ser empossado o seu substituto, ocuparam interinamente o lugar :

a) *Dr. José Antônio da Rocha Viana.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 12 de outubro de 1823, sendo filho de José Antônio de Jesus e de Dona Bárbara Balbina de Jesus, e falecido na mesma cidade em 26 de dezembro de 1898.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1848.

Estêve em exercício de 2 de maio a 26 de julho de 1868.

b) *Dr. Francisco Mendes da Costa Corrêa.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 5 de outubro de 1814, sendo filho de José Mendes da Costa Coelho e de D. Teresa Cláudia de Jesus, e falecido na mesma cidade em 9 de maio de 1872.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1835.

Estêve em exercício de 27 de julho a 7 de agosto de 1868.

21.º) *Dr. Antero Cicero de Assis.*

Nascido no Município de Cachoeira, na Bahia, em 30 de agosto de 1835, sendo filho de João Francisco de Assis e de Dona Maria Feliciano de Assis, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 9 de outubro de 1882.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1854.

Nomeado em 22 de julho de 1868.

Estêve em exercício de 8 de agosto a 17 de novembro de 1868, de 24 de novembro de 1868 a 3 de fevereiro de 1869 e de 10 de março de 1869 a 5 de dezembro de 1870.

Durante os seus impedimentos, e até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar:

a) *Dr. Pedro Crisólogo da Costa e Abreu.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 4 de dezembro de 1832, sendo filho de João José da Costa e Abreu e de D. Leonor Joaquina de Abreu, e falecido na mesma cidade em 29 de setembro de 1871.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1855.

Como Delegado do 1.º distrito, nomeado em 27 de julho de 1868, respondeu pelo expediente de 18 a 23 de novembro de 1868.

b) *Dr. Pedro Caetano da Costa.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 26 de abril de 1827, sendo filho de José Caetano da Costa e de Dona Hilária Maria Henriqueta da Costa, e falecido no Município de Valença, na mesma Província, em 4 de março de 1881.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de São Paulo, em 1849.

Como Delegado do 1.º distrito, nomeado em 7 de janeiro de 1869, respondeu pelo expediente de 4 de fevereiro a 9 de março de 1869.

c) *Dr. Carlos de Cerqueira Pinto.*

Nascido no Município de Cachoeira, na Bahia, em 23 de agosto de 1823, sendo filho de Manoel Fernandes de Cerqueira e de D. Bernarda Maria da Conceição, e falecido no Município de Feira de Santana, na mesma Província, em 30 de março de 1897.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1850.

Estêve em exercício de 6 de dezembro de 1870 a 23 de abril de 1871.

d) *Dr. Inácio Carlos Freire de Carvalho.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 14 de novembro de 1815, sendo filho de Manoel José Freire de Carvalho e de D. Ana Guilhermina da Silveira, e falecido na mesma cidade em 26 de julho de 1877.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1837.

Estêve em exercício de 24 de abril a 16 de julho de 1871.

22.º) *Dr. Francisco Leite da Costa Belem.*

Nascido no Município de Penedo, Alagoas, em 29 de setembro de 1828, sendo filho de Francisco José Belém e de D. Antônia Carolina Rabelo dos Anjos, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 23 de setembro de 1902.

Bacharel em Direito pelo Curso Jurídico de Olinda, Pernambuco, em 1852.

Nomeado em 7 de dezembro de 1870.

Não tomou posse e foi exonerado, a pedido, em 4 de janeiro de 1871.

23.º) *Dr. Aurélio Ferreira Espinheira.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 20 de janeiro de 1836, sendo filho de Domingos Pereira Espinheira e de D. Margarida Ferreira, e falecido na mesma cidade em 1 de outubro de 1921.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1857.

Nomeado em 13 de maio de 1871.

Estêve em exercício de 17 de julho de 1871 a 15 de dezembro de 1873.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar :

Dr. Inácio Acioli de Almeida.

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 26 de setembro de 1842, sendo filho de Wenceslau Miguel de Almeida, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 29 de novembro de 1885.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1863.

Estêve em exercício de 16 de dezembro de 1873 a 4 de março de 1874.

24.º) *Dr. Manoel José Espínola Júnior.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 3 de julho de 1841, sendo filho do Dr. Manoel José Espínola e de D. Ana Ferreira França, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 7 de outubro de 1912.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1861.

Nomeado em 12 de fevereiro de 1874.

Estêve em exercício de 5 de março a 20 de novembro de 1874.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar :

Dr. Aurélio Ferreira Espinheira.

Estêve em exercício de 21 de novembro a 28 de dezembro de 1874.

25.º) *Dr. Antônio Joaquim Correia de Araújo.*

Nascido no Município de Maragogipe, na Bahia, em 5 de fevereiro de 1834, sendo filho de Antônio Joaquim Correia de Araújo e de D. Florentina Maria Correia, e falecido na cidade de Açu, no Rio Grande do Norte, em 24 de setembro de 1884.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1857.

Nomeado em 14 de novembro de 1874.

Estêve em exercício de 29 de dezembro de 1874 a 27 de fevereiro de 1875.

Até ser empossado o seu substituto, ocuparam interinamente o lugar :

a) *Dr. Augusto de Araújo Santos.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 29 de abril de 1840, sendo filho de Augusto de Araújo Santos e de Dona

Raimunda Maria dos Santos, e falecido na mesma cidade, em 4 de julho de 1910.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1865.

Como Delegado do 1.º distrito, nomeado em 24 de outubro de 1871, respondeu pelo expediente de 28 de fevereiro a 3 de março de 1875.

b) *Dr. Estêvão Vaz Ferreira.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 12 de janeiro de 1832, sendo filho de Joaquim José Vaz Ferreira e de D. Joana Rita Vaz, e falecido na mesma cidade em 5 de setembro de 1891.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1854.

Estêve em exercício de 4 de março a 5 de setembro de 1875.

c) *Dr. João Bernardo de Magalhães.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 20 de agosto de 1833, sendo filho de Francisco Antônio de Magalhães Carvalho e de D. Mariana Garcia de Magalhães, e falecido na mesma cidade em 4 de fevereiro de 1899.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1857.

Estêve em exercício de 6 de setembro a 4 de novembro de 1875.

26.º) *Dr. João Bernardo de Magalhães.*

Nomeado em 23 de outubro de 1875.

Estêve em exercício de 5 de novembro de 1875 a 6 de fevereiro de 1877.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar :

Dr. Aurélio Ferreira Espinheira.

Estêve em exercício de 7 a 11 de fevereiro de 1877.

27.º) *Dr. Anfilóbio Botelho Freire de Carvalho.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 16 de julho de 1850, sendo filho do Dr. Panfilo Manoel Freire de Carvalho e de D. Josefa Botelho, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 15 de novembro de 1903.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1869.

Nomeado em 31 de janeiro de 1877.

Estêve em exercício de 12 de fevereiro a 17 de maio e de 2 de junho a 26 de setembro de 1877.

Durante o seu impedimento, e até ser empossado o seu substituto, ocuparam interinamente o lugar:

a) *Dr. Augusto de Araújo Santos.*

Como Delegado do 1.^o distrito, nomeado em 24 de outubro de 1871, respondeu pelo expediente de 18 de maio a 1 de junho de 1877.

b) *Dr. Estêvão Vaz Ferreira.*

Estêve em exercício de 27 de setembro a 5 de dezembro de 1877.

28.º) *Dr. Francisco Rodrigues Soares.*

Nascido no Município de Barra, na Bahia, em 10 de outubro de 1836, sendo filho de Manoel Rodrigues Soares e de D. Emília Pereira de Carvalho, e falecido no Município de Propriá, Sergipe, em 14 de maio de 1883.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1866.

Nomeado em 20 de outubro de 1877.

Estêve em exercício de 6 de dezembro de 1877 a 24 de fevereiro de 1878.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar :

Dr. Antônio Vieira Carneiro da Rocha.

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 21 de setembro de 1842, sendo filho de Nicolau Carneiro da Rocha e de D. Ana Soares.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1865.

Estêve em exercício de 25 de fevereiro a 2 de março de 1878.

29.º) *Dr. Antônio Vieira Carneiro da Rocha.*

Nomeado em 23 de fevereiro de 1878.

Estêve em exercício de 3 de março a 7 de abril de 1878.

Até ser empossado o seu substituto, ocuparam interinamente o lugar :

a) *Dr. Inocêncio de Almeida.*

Nascido no Município de Cachoeira, na Bahia, em 4 de junho de 1833, sendo filho de Inocêncio José de Almeida e de D. Maria Ana Luiza Teles de Menezes, e falecido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 4 de dezembro de 1889.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1859.

Estêve em exercício em 8 e 9 de abril e de 15 a 17 de novembro de 1878.

b) *José Álvares do Amaral.*

Como Delegado do 1.º distrito, nomeado em 27 de fevereiro de 1878, respondeu pelo expediente de 10 de abril a 12 de maio de 1878.

c) *Dr. Frederico Augusto da Silva Lisboa.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 11 de dezembro de 1847, sendo filho do Dr. Augusto Wenceslau da Silva Lisboa e de D. Inocência Josefa de Aguiar, e falecido na mesma cidade em 18 de setembro de 1920.

Doutor em Medicina pela Faculdade da Bahia, em 1870.

Como 1.º Suplente do Delegado do 1.º distrito, nomeado em 27 de fevereiro de 1878, respondeu pelo expediente de 13 de maio a 12 de agosto de 1878.

d) *Dr. Joaquim Ferreira Veloso.*

Nascido no Município de Entre Rios, na Bahia, em 16 de dezembro de 1854, sendo filho do Dr. Porfírio Ferreira Veloso e de D. Maria Adelaide Ferreira Veloso, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 4 de agosto de 1930.

Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1877.

Como Delegado do 1.º Distrito, nomeado em 20 de julho de 1878, respondeu pelo expediente de 13 de agosto a 14 de novembro de 1878.

30.º) *Dr. José Antônio da Rocha Viana.*

Nomeado em 20 de junho de 1878.

Estêve em exercício de 18 de novembro de 1878 a 19 de abril de 1880.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar :

Dr. Virgílio Alves de Lima Gordilho.

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 3 de janeiro de 1838, sendo filho de João Pedro Alves da Costa Gordilho e de D. Adriana Alves de Lima, e falecido na mesma cidade em 9 de agosto de 1908.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1858.

Estêve em exercício de 20 de abril a 21 de maio de 1880.

31.º) *Dr. Francisco Manoel Paraíso Cavalcanti.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 13 de outubro de 1837, sendo filho de Antônio Bernardino Cavalcanti de Albuquerque e Aragão e de D. Maria Lúcia da Cruz Paraíso, e falecido no Município de Uberaba, Minas Gerais, em 5 de setembro de 1898.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1859.

Nomeado em 20 de abril de 1880.

Estêve em exercício de 22 de maio a 22 de junho de 1880.

Até ser empossado o seu substituto, ocuparam interinamente o lugar :

a) *Dr. Manoel Freire de Carvalho.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 26 de maio de 1854, sendo filho de Manoel José Freire de Carvalho e de D. Joana Benvida Rodrigues da Costa, e falecido na mesma cidade em 21 de março de 1911.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1878.

Como Delegado do 1.º distrito, nomeado em 20 de abril de 1880 respondeu pelo expediente de 23 a 25 de junho de 1880.

b) *Dr. Virgílio Silvestre de Farias.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 12 de agosto de 1831, sendo filho de Antônio Silvestre de Farias e de D. Luiza Rosa de Araújo, e falecido na mesma cidade em 29 de janeiro de 1898.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1854.

Estêve em exercício de 26 de junho a 5 de agosto de 1880.

32.º) *Dr. Virgílio Silvestre de Farias.*

Nomeado em 12 de julho de 1880.

Estêve em exercício de 6 de agosto a 5 de dezembro de 1880.

33.º) *Dr. Manoel Caetano de Oliveira Passos.*

Nascido no Município de Cruz das Almas, na Bahia, em 25 de novembro de 1842, sendo filho de Manoel Caetano de Oliveira Passos e de D. Balbina Maria do Amor Divino, e falecido no mesmo Município, em 14 de janeiro de 1905.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1864.

Nomeado em 27 de novembro de 1880.

Estêve em exercício de 6 de dezembro de 1880 a 15 de fevereiro de 1881 e de 22 de fevereiro de 1881 a 17 de janeiro de 1882.

Durante o seu impedimento, ocupou interinamente o lugar :

Dr. Manoel Freire de Carvalho.

Como Delegado do 1.º distrito, nomeado em 20 de abril de 1880, respondeu pelo expediente de 16 a 21 de fevereiro de 1881.

34.º) *Dr. Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 4 de março de 1842, sendo filho de Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque e de D. Gertrudes Amélia Pires, e falecido na mesma cidade, em 19 de março de 1920.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1862.

Nomeado em 7 de janeiro de 1882.

Estêve em exercício de 18 de janeiro a 20 de novembro de 1882.

35.º) *Dr. José Antônio Gomes.*

Nascido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 20 de março de 1842, sendo filho de Antônio Vicente Gomes e de D. Rita Joaquina da Silva, e falecido na mesma cidade em 2 de novembro de 1910.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1867.

Nomeado em 30 de outubro de 1882.

Estêve em exercício de 21 de novembro de 1882 a 10 de outubro de 1883.

Até ser empossado o seu substituto, ocuparam interinamente o lugar :

a) *Dr. Joaquim José de Oliveira Andrade.*

Nascido no Município de Goiana, Pernambuco, em 18 de setembro de 1836, sendo filho de Joaquim José de Andrade e de D. Clara Francisca do Carmo, e falecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital do País, em 17 de novembro de 1923.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1858.

Estêve em exercício de 11 de outubro a 20 de dezembro de 1883.

b) *Dr. Virgílio Alves de Lima Gordilho.*

Estêve em exercício de 21 de dezembro de 1883 a 27 de janeiro de 1884.

36.º) *Dr. Torquato Mendes Viana.*

Nascido na cidade de São Luiz, capital do Maranhão, em 17 de maio de 1842, sendo filho de Honório José Viana e de Dona Raimunda de Matos Figueiredo, e falecido na cidade de Esplanada, na Bahia, em 6 de janeiro de 1916.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1868.

Nomeado em 26 de setembro de 1883.

Estêve em exercício de 28 de janeiro a 1 de maio de 1884.

Até ser empossado o seu substituto, ocuparam interinamente o lugar :

a) *Dr. Alfredo Adolfo Devoto.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 6 de fevereiro de 1858, sendo filho de Lorenzo Devoto e de D. Maria Amália Zuany, e falecido na mesma cidade em 1 de julho de 1918.

Doutor em Medicina pela Faculdade da Bahia, em 1880.

Como Delegado do 1.º distrito, nomeado em 31 de março de 1882, respondeu pelo expediente de 2 a 26 de maio de 1884.

b) *Dr. Virgílio Alves de Lima Gordilho.*

Estêve em exercício de 27 de maio a 9 de setembro de 1884.

37.º) *Dr. Vital Ferreira de Moraes Sarmento.*

Nascido no Município de Cachoeira, na Bahia, em 12 de julho de 1832, sendo filho de José Ferreira de Moraes Sarmento e de D. Guilhermina do Amor Divino, e falecido no Município de Santo Amaro, no mesmo Estado, em 12 de fevereiro de 1890.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1861.

Nomeado em 3 de setembro de 1884.

Estêve em exercício de 10 de setembro de 1884 a 2 de janeiro de 1885.

Até ser empossado o seu substituto, ocuparam interinamente o lugar :

a) *Dr. Alfredo Adolfo Devoto.*

Como Delegado do 1.º distrito, nomeado em 31 de março de 1882, respondeu pelo expediente de 3 de janeiro a 23 de fevereiro de 1885.

b) *Dr. Cândido César da Silva Leão.*

Nascido no Município de Lençóis, na Bahia, em 15 de agosto de 1851, sendo filho de Cândido José da Silva Leão, e falecido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 14 de abril de 1927.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1871.

Estêve em exercício de 24 de fevereiro a 1 de maio de 1885.

38.º) *Dr. Antônio de Oliveira Cardoso Guimarães.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 10 de julho de 1836, sendo filho de Francisco José Cardoso Guimarães e de D. Joaquina Eugênia Cardoso, e falecido na mesma cidade em 10 de abril de 1895.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1865.

Nomeado em 28 de março de 1885.

Estêve em exercício de 2 de maio a 31 de agosto de 1885.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar :

Dr. Estêvão Vaz Ferreira.

Estêve em exercício de 1 de setembro a 28 de outubro de 1885.

39.º) *Dr. Domingos Rodrigues Guimarães.*

Nascido no Município de Ilhéus, na Bahia, em 24 de novembro de 1847, sendo filho de Domingos Antônio Rodrigues Guimarães e de D. Virginia Maia da Silva, e falecido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 14 de julho de 1914.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1869.

Nomeado em 10 de outubro de 1885.

Estêve em exercício de 29 de outubro a 22 de novembro de 1885, de 12 de dezembro de 1885 a 23 de maio de 1888 e de 16 de agosto de 1888 a 26 de abril de 1889.

Durante os seus impedimentos, ocuparam interinamente o lugar :

a) *Dr. Felipe Daltro de Castro.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 20 de dezembro de 1837, sendo filho do Dr. Cláudio Manoel de Castro e de D. Mariana Ricarda Pereira de Menezes da Silva Caldas Daltro, e falecido na mesma cidade em 9 de maio de 1914.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1863.

Como Delegado do 1.º distrito, nomeado em 2 de setembro de 1885, respondeu pelo expediente de 23 de novembro a 11 de dezembro de 1885.

b) *Dr. Altino Rodrigues Pimenta.*

Nascido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 19 de setembro de 1837, sendo filho de Olavo José Rodrigues Pimenta e de D. Sabina Maria da Conceição, e falecido na mesma cidade, em 29 de agosto de 1891.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1865.

Estêve em exercício de 24 a 29 de maio de 1885, de 1 a 9 de julho e de 2 a 15 de agosto de 1888.

c) *Dr. Aurélio Gomes Ferreira Veloso.*

Nascido no Município de Entre Rios, na Bahia, em 2 de janeiro de 1858, sendo filho do Dr. Domingos Gomes Ferreira Veloso e de D. Maria Carolina Seabra, e falecido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 3 de janeiro de 1925.

Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo, em 1884.

Como Delegado do 1.º distrito, nomeado em 24 de maio de 1888, respondeu pelo expediente de 29 de maio a 1 de julho e de 10 de julho a 1 de agosto de 1888.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar :

Dr. Felipe Daltro de Castro.

Estêve em exercício de 27 de abril a 2 de maio de 1889.

40.º) *Dr. Felipe Daltro de Castro.*

Nomeado em 27 de abril de 1889.

Estêve em exercício de 3 de maio a 13 de junho de 1889.

Até ser empossado o seu substituto, ocupou interinamente o lugar :

Dr. Manoel Caetano de Oliveira Passos.

Estêve em exercício de 14 de junho a 6 de julho de 1889.

41.º) *Dr. Firmino Lopes de Castro.*

Nascido no Município de Nazaré, na Bahia, em 2 de janeiro de 1835, sendo filho de Firmino Lopes de Castro e de D. Ana Leonor Lopes de Castro, e falecido na cidade do Salvador, capital da Bahia, em 28 de julho de 1900.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Pernambuco, em 1871.

Nomeado em 22 de junho de 1889.

Estêve em exercício de 7 de julho a 17 de novembro de 1889, data em que foi proclamada a República na Bahia.

IMPRESSÕES LONDRINAS

DR. H. CANABARRO REICHARDT

I

O Hyde Park de ontem e de hoje. Velhos castelos e a decadência da aristocracia. A Tôrre de Londres: As jóias da coroa superam um passado sangrento. Luta de nobres e reis cria os «direitos do homem»; o equilíbrio político cria o parlamentarismo e a «Commonwealth».

Dentre as grandes cidades que conservam os aspectos tradicionais, Londres é, sem dúvida, a que mais tem resistido às transformações.

Não obstante essa impressão de primeira vista, lentamente, sem sobressaltos, ela vai se adaptando a uma época, qual a em que vivemos, impiedosa e rápida destruidora do passado.

Os monumentos que, no século passado, constituíam o seu orgulho, ainda lá estão: Westminster, S. Paul, S. James-Palace, Parliaments House com a famosa tôrre do Big-Ben, London Bridge, British Museum, Convent Garden, Albert Hall, Buckingham Palace, London Tower, Hyde Park, Ruas e praças. Regent Street, Trafalgar Square, Piccadilly Circus, Lombard Street, na qual judeus italianos, na idade-média, estabeleceram seus bancos; Chelsea, City, circunscrição da velha Londres, onde o Lord Mayor é soberano, nomes tradicionais na história da cidade, como se tudo houvesse permanecido imutável, num mundo em que tudo passa com rapidez cada vez maior.

Mas vendo-se mais de perto um de seus mais conhecidos parques, o Hyde Park, nos convencemos de quanto se transformou em pouco mais de meio século.

Ocupa cêrca de 8 milhas quadradas no centro de Londres. Os largos gramados, os passeios para pedestres e cavaleiros, os lagos e bosques, deram-lhe outrora larga notoriedade. Falar-se em Hyde Park, era evocar um lugar freqüentado pelo que havia de

mais seletos e mais fúteis. Mas como parecem longínquos esses tempos!

Gravuras da época, representam-nos um centro de elegância: carruagens tiradas por parelhas puro-sangue, desfilando a trote. Aristocratas, políticos, capitães da alta finança, nomes ilustres que o talento elevara ao pariatto; tôda a elite, orgulho de uma raça, tinha ali o seu *rendez-vous* obrigatório.

Sôbre almofadas acolchoadas ou a pé, corpetes apertados, mangas em *pouffes*, compridos vestidos de sêda e grandes chapéus de plumas, as elegantes punham no acimentado clima londrino uma nota alegre e distinta.

Em sugestivo contraste, com seus fraques escuros e calças listradas, chapéu alto de pêlo lustroso, a elegância masculina incarnava a inteligência e o vigor da nacionalidade.

Muitos tinham vindo de terras distantes e ajudado a dilatar aquêl império mundial, que só tinha rival no passado o império romano.

A rainha Vitória completara o jubileu de seu longo reinado com suntuosas solenidades. O poderio britânico estava no apogeu.

Tudo aparentava aquela solidez granítica que os ingleses sabem dar aos monumentos e construções. Assim também era o império. A esquadra, a maior e a mais poderosa do mundo, não encontrava rival, tanto na couraça de suas naves como na perícia de seus capitães.

As duas grandes guerras e a evolução das armas de combate, muito abalaram na consciência da nação, aquêla convicção de segurança e solidez. A decantada invulnerabilidade insular, tão benéfica à continuidade de suas instituições, também foi posta duramente à prova. Os grandes vasos que ainda se notam nos mais importantes quarteirões londrinos, demonstram-no cabalmente.

O Hyde Park, não obstante, ainda continua a ser o lugar preferido da população londrina para seus momentos de folga, lazeres e reuniões para os costumeiros exercícios oratórios. Com que diferença, porém!

Às carruagens a passo cadenciado, succedeu na orla do *Marble Arch*, um incessante fluxo de veículos motorizados, entrando e saindo em disparada por seus largos portões de ferro.

Aquêla fina flor de alta classe social que timbrava em manter-se num elevado pedestal, bem como o tradicional trato de elegância e cortesia do *gentleman*, foi sobrepujada por uma densa massa burocrática e proletária que, aos domingos, invade aquêl parque, distende-se sôbre a relva, ávida de ar, depois de uma semana de duro labor em recintos confinados à luz de lâmpadas elétricas.

É ainda o lugar tradicional das arengas e exhibições. Diariamente, sobretudo aos domingos, dia em que o puritanismo britânico proscree as distrações, mais se exalta a veia oratória.

De cima de caixotes, ou de uma tribuna de aluguel — *Bobs platform* — aquêlê povo taciturno tira a sua desforra, falando, cantando, rezando públicamente num impulso incontido de exhibição.

Logo um vasto círculo de ouvintes forma-se em tórno, aplaudindo ou aparteando, cantando ou rezando, como se aquelas manifestações fôsem contagiosas, tão immediato é o eco que encontra o improvisado promotor.

Nem por um momento siquer, passa pela cabeça daqueles grupos qualquer idéia de ridículo ou de despropositado, tanta é a convicção. com que se desempenham de um suposto importante dever cívico.

A verdade é que o esforço que a nação desenvolveu para restabelecer uma situação econômica francamente em ruína, em consequência da guerra, demonstrou-o a sólida cotação a que novamente ascendeu a libra esterlina.

Se a nação demonstrou essa formidável capacidade de recuperação, o mesmo não se pode dizer daquela parte da população que, pelas transformações políticas internas, mais sofre com a perda de sua situação econômica.

A causa dessa transformação foi, sem dúvida, o crescimento da massa proletária e burocrática e o consequente fortalecimento do partido trabalhista. Eliminando os tradicionais partidos, tornou-se o mais poderoso rival dos conservadores.

Se o seu programa de socialização à *outrance* não logrou o immediato êxito, foi por querer correr com demasiada rapidez. Aproveitando o fracasso, o partido conservador conseguiu retornar ao poder, dissocializando grande parte das emprêsas.

A pressão democrática, a despeito dos partidos, vai operando transformações profundas, que se fazem sentir, sobretudo naquela camada que ainda se mantinha à sombra dos privilégios do passado.

Essa pressão faz-se sentir através de duras leis, que, por sua interpretação impessoal ninguém pensa ou intenta burlar. Aplicam-se sem exceção, taxações que recaem sôbre o povo inglês, sobretudo o impôsto de renda ou *mortis-causa*, que atinge porcentagens elevadíssimas e a mais sacrificada é a sua velha aristocracia.

Com as pesadas tributações, não pode ela mais manter o fausto de outrora e suas onerosíssimas propriedades vão passando às mãos do Estado ou aproveitadas mais economicamente.

Recentemente, por uma dívida de um milhão e duzentas mil libras esterlinas, o govêrno sequestrou tôdas as obras de arte e a velha mansão do duque de Devonshire, que data do século 16.º, devidas pelo impôsto de herança. A mansão de *Hardwick-Hall* compõe-se de 300 cômodos e de 934 acres de terras. A velha duquesa, de 86 anos, pretende, não obstante, continuar a viver nessa mansão, com a renda que espera tirar das visitas de *turistas*, à razão de 25 shillings e 6 pence por cabeça. Não há lugar para sentimentalismos ou exceções, quando se trata de dar cumprimento a um têxto legal!

Essa rigidez britânica, pode servir de exemplo a quanta república que se gaba de democrática.

As limitações que, no curso dos séculos, o povo britânico vem impondo ao poder de seus soberanos, é outro exemplo, não menos ilustrativo.

Em artigo publicado no *Figaro* de 21-8-57, sob o título: *La personnalité dans le pouvoir royal ou présidentiel*, André Siegfried a propósito das críticas que lord Altrincham dirigiu à sua soberana Elisabeth II. por sua falta de personalidade e de ser prisioneira de uma mediocre *entourage*, aquêl publicista estranha que o referido lord desconheça o verdadeiro papel que um soberano inglês representa no cenário político do país.

Comparando a «personalidade» no poder real e no presidencial, conclui que a do último, em França, apesar de regimes parlamentares idênticos, é incontestavelmente maior que o daquele.

«O rei parlamentar de nossos dias, afirma Siegfried, não pode dizer precisamente senão o que seus conselheiros oficiais, eleitos pela vontade popular, lhe permitem ou lhe sugere dizer».

Em poucas palavras definiu com precisão o mecanismo político vigorante na Inglaterra.

«O protocolo, sem dúvida, deixa tudo à coroa; a rainha diz, sem que ninguém proteste, «minha marinha», «meu exército», «minha diplomacia», mas ela não poderia nomear, por sua própria autoridade, nem um general, nem um oficial, nem mesmo o menor funcionário. Nem é mesmo certo que suas recomendações, se o fizesse, fôsem executadas por seus ministros, fortemente ciosos de suas prerrogativas».

Esse rigorismo, típico dos costumes britânicos, faz-se sentir em tôdas as esferas, tanto na pública como na privada. Tanto uma autoridade executa uma lei, um regulamento, uma ordem, sem transigências nem subterfúgios, como um chefe de empresa, um empregado ou um simples particular, os quais executam e obedecem sem titubear, o que em sua consciência acha justo.

É a submissão voluntária, consciente, àquilo que a vontade da nação entendeu necessária ao bem estar geral, expresso num texto de lei.

II

A esplêndida proteção que a situação insular da Grã-Bretanha deu até agora a seu povo, no curso de tantos séculos, permitiu que, desde a conquista romana, sofresse apenas duas ou três invasões, ao contrário do que ocorreu no continente.

As riquezas que, por séculos, se acumularam em suas aristocráticas mansões constituem, hoje em dia, notável material histórico e estudo comparativo.

O castelo de Warwick, no condado dêsse nome, que galhardamente sobreviveu, há mais de quatro séculos uma sucessão de condes, dos quais o primeiro, por um momento, foi um dos homens mais poderosos da Inglaterra, conserva notáveis tesouros artísticos e arqueológicos.

No imenso *hall*, em estilo medieval, panóplias de armas, armaduras completas dos séculos XIV e XV, tal como saiam a combate os cavaleiros naquela época. Surpreende-nos como, dentro de tão pesadas couraças, tinham forças para manejar suas armas de tão considerável porte.

Imaginamos aquêles homens rudes, nos lazeres que lhes permitia uma vida cheia de episódios guerreiros, em ruidosa reunião, bebendo cerveja em enormes jarras de couro que sustentam no ante-braço direito.

Cobrem os muros ricas tapeçarias flamengas. Nos salões mobiliários de diferentes épocas; mosaicos italianos; originais de Rubens e Van-Dick, acumulam-se em profusão de riqueza tôda provinda daquela *belle époque*, em que a Inglaterra carregava através dos sete mares, em comércio febril, tudo o que de precioso produzia o mundo. O atual proprietário, que nada tem a ver com o nome do castelo, para o manter abriu-o à visitaçãõ pública.

Os nobres e poderosos senhores mantinham-se outrora permanentemente em pé de guerra. Profundos fossos rodeavam o castelo. A entrada era protegida por ponte levadiça. Grossas grades com pontas de aço vedavam o acesso. Altas muralhas e torresões desafiavam qualquer intrépido inimigo.

Esse inimigo tanto podia ser o senhor vizinho ou o rei, ou o invasor estrangeiro. O dinamarquês trazia-os em constante sobresalto. O rei Artur trouxe-lhes relativo sossego, mas a luta entre a realeza e êsses poderosos e turbulentos senhores teve duração de séculos.

A realleza, instituída por Guilherme o conquistador, ao tempo da invasão normanda, mantinha a nobreza debaixo de seu poder autocrático.

Com Ricardo-coração de leão o descontentamento já era bastante vivo; chegou ao extremo sob o detestável, covarde e bufo João sem terra.

Iniciando por uma representação contra os excessivos direitos feudais, ante a má vontade de João, os barões obrigaram-no a capitular. Em 19 de janeiro de 1215, assinou em Runny-Mead o ato que guarda o nome de Magna-Carta.

Tem êsse documento um alto interesse histórico. Reconhecia-se pela primeira vez, a todo homem livre, o direito de ir e vir no reino e fora do reino, de dispor de seus bens e de não poder ser posto em prisão e condenado senão por um julgamento conforme as leis do país; o princípio que os impostos devem ser consentidos por um conselho comum; a organização do julgamento pelos pares.

Concedida por imposição da nobreza contra o regalismo da coroa, revogada em 1227, restabelecida pelo estatuto de Oxford em 1258, foi a origem, 400 anos mais tarde, do *Bill of Rights*, garantia dos direitos do cidadão inglês. O seu valor histórico sobe de importância, quando se considera que foi o inspirador da declaração dos «direitos do homem», uma das mais transcendentas conquistas da revolução francesa.

Da França, não tardou a passar às constituições de todos os povos livres.

O interessante é que, tendo origem na Inglaterra, que não possui constituição escrita, passou a figurar nos pactos constitucionais dos outros povos.

* * *

Sem embargo de ser a Inglaterra um dos países mais industrializados e super-povoados, depois de atravessar-se a densíssima população suburbana, vamos encontrar um aspecto inteiramente diferente. Uma paisagem rural e bucólica.

Pradarias verdes e aveludadas; rebanhos de ovelhas e gado vacuum pastam tranquilamente. Tão bucólica é a paisagem, que bem poderia ter inspirado a Beethoven a sua sinfonia pastoral.

O rio Tamisa que vagorosamente desliza entre margens densas de vegetação e só é navegável em seu curso superior por pequenas embarcações, é muito diverso do largo, encapelado e movimentadíssimo rio que atravessa Londres com suas pontes, docas, ancoradouros, entrepostos e guindastes, tornando-se o mais poderoso auxiliar do homem na intensa atividade da gigantesca *urbs*, centro

dessa teia imensa de comunicações que a põem em contato com a «Commonwealth».

Um dos monumentos mais característicos de Londres e o que mais viva curiosidade desperta, é a célebre «Tôrre de Londres». Data do século XI (1078) e situa-se no coração da metrópole à borda do Tamisa.

A fortaleza medieval guarda, externamente, seu aspecto primitivo, apesar das modificações que sofreu no correr dos séculos.

De suas 13 tôrres, cada qual é testemunha muda de um passado que é a própria história da Inglaterra. *Bloody Tower* e *Traitors Gate*, trazem-nos à memória as prisões, as execuções e os crimes de que foram palco.

Maria Stuart, rival de Elisabeth I, aí esteve encarcerada durante 14 anos e por fim decapitada. Uma placa, marca no pátio o lugar em que foi decapitada Ana Boeylem, mulher de Henrique VIII. Katharine Howart, Lady Jane Grey e seu marido, foram também suas sanguinolentas vítimas.

Wakefield Tower, onde são atualmente guardadas as jóias da coroa, era o antigo oratório onde Henrique IV foi assassinado quando rezava. *Beauchamp Tower* e *Bell-Tower*, acolheram durante muito tempo prisioneiros de categoria como o bispo Fisher, Tomaz More e a própria Elisabeth I quando princesa. A *Salt Tower* e a *Broad Arrow*, foram prisões de católicos ao tempo de Elisabeth I. As execuções faziam-se internamente na tôrre ou no pátio da colina. Muitos dos executados foram inumados na capela de S. Pedro ad Vincula.

As jóias da coroa levam, diariamente, multidão de visitantes à Tôrre de Londres. De fato, representam o que de mais precioso é dado a olhos humanos presenciar. Numa redoma de cristal, guarnecida de grossa tela de metal, estão ali expostos os emblemas da coroação; coroas, cetros, colares, espadas de ouro maciço, cravejados de brilhantes, esmeraldas e rubis.

Por uma ironia de contrastes: aquêlê esplendor real que bem lembra os dias da coroação, sugere sutilmente a idéia de um poder que se esvai.

O Parlamento inglês — *Houses of Parliament* — é composto de duas câmaras: a dos comuns e a dos lords: Sintetizam uma longa história de lutas políticas entre realza, nobreza e povo.

Representando as respectivas classes contra o absolutismo dos reis, lutou arduamente, durante séculos por suas prerrogativas.

Sob o despotismo dos Tudors (1485 a 1603), a nobreza vencida e dizimada na sangrenta luta, que foi a guerra das Duas Rosas, teve que submeter-se.

Durante 118 anos, sob os reinados de Henrique VII e VIII, Eduardo VI, Maria e Elisabeth, a monarquia atingiu a um grau de concentração e energia jamais atingidas. «A realza se pretende absoluta, dizia Guizot, é superior a tôdas as leis, mesmo as que ela declara querer respeitar».

Com os Stuarts no poder (1603-1640), recomeçam as agitações. Um anseio de liberdade na ordem religiosa e política, faz-se sentir em diferentes países. A realza na Inglaterra, tendo dilapidado suas rendas independentes, domínios e direitos feudais, sentiu necessidade premente de ajuda do Parlamento.

Acentua-se, porém, a oposição entre o sistema real e o espírito público.

Carlos I (1630-1640) quis ressuscitar as instituições tirânicas dos Tudors. Seguiu-se um período revolucionário que culminou com a condenação e execução do rei. Cromwell, por momentos, pareceu salvar a Inglaterra do caos. A sua audácia temerária, uma ambição sem limites, sem desígnio certo: decidido a ir tão longe quanto lhe permitia a sorte, alienaram-lhe a confiança dos partidos.

Querendo governar parlamentariamente, sucessivamente dirigiu-se a todos os partidos. Inútilmente. Nenhum prestou-lhe o apoio. Por um golpe inesperado deu-se a restauração dos Stuarts. Por pouco tempo, porém, «Guilherme d'Orange apenas pisou o solo britânico para que Jacques I o abandonasse, pondo-se em fuga».

Guilherme representava uma dupla causa, a liberdade religiosa e a liberdade política.

A «declaração de direitos» (1689) assinada por Guilherme, abriu para o direito público inglês uma era nova.

Sem a ajuda do Parlamento o soberano não podia impor nenhuma taxa, nem manter um exército permanente em tempo de paz. Proclamou o direito de petição e aos eleitores de eleger seus representantes; o Parlamento de deliberar livremente; a nação de obter, por meio de jurados legalmente eleitos uma equitativa distribuição de justiça, segundo o direito e os antigos costumes ingleses. Prescrevia-se a convocação freqüente de parlamentos para cortar abusos, conservar ou fortificar as leis.

Criando entraves constitucionais, cerceando a ação arbitrária do soberano, tornou-se a Inglaterra a pioneira do governo parlamentar, regime que, por sua excelência, foi introduzido em outros países.

Tivêmo-lo, entre nós, no reinado de D. Pedro II. Nem sempre porém, com resultados satisfatórios, por isso que muito depende da educação política do povo.

A Câmara dos Comuns, com as sucessivas reformas como que enfeixa toda a força do poder legislativo. Considera-se a representante da nação. É eleita por um sistema que muito se aproxima do sufrágio universal. Tem em si a autoridade suprema, enquanto que a Câmara dos Lords exerce apenas, sob o ponto de vista político, um direito de fiscalização.

Em seu magnífico palácio a borda do Tamisa, o parlamento inglês é a maior força política da nação. Consubstancia um regime, no qual o rei encarna apenas o papel de Chefe de Estado.

Nas grandes solenidades, o simbolismo aparentemente superfluo, está sempre a lembrar-lhe esse papel a que o relegaram as lutas do passado.

Em sua visita ao lord Mayor, este, revestido das insígnias de governador, o rei espera numa linha imaginária da antiga porta da cidade. (*A City*). Ao aproximar-se, detem-no o lord Mayor e pergunta-lhe se vem como amigo ou inimigo. Responde-lhe o rei que vem como amigo, e é então recebido com as honras devidas à sua real pessoa.

A idéia de lord Altrincham, de democratizar a corte e de subtraí-la à influência dos meios aristocráticos fechados, parece ter a finalidade de criar uma política do rei, um partido do rei.

Tal era, talvez, a idéia ou pelo menos a inclinação do ex-rei Eduardo VIII, ao qual, segundo documentos recentemente publicados, atribuíam-lhe tendências pro-alemãs ou fascistas.

«Não parece que ele tenha sido germanófilo ou nacionalista, comenta André Siegfried, no já citado artigo, mas seus discursos, sua atitude exprimia certamente a vontade de ter uma opinião pessoal. É possível que o temor de uma política pessoal de sua parte, independentemente da mulher que escolheu, tenha contribuído para o seu afastamento do trono. Nada de semelhante no que concerne à rainha Elisabeth, cuja correção parlamentar parece perfeita».

Quem supuser que as instituições políticas inglesas permanecem estagnadas e limitam suas observações às aparências, engana-se. Justamente sob essa aparência de continuidade e de permanência do passado, as mais extraordinárias transformações operam-se cada dia.

Do antigo colonialismo do tempo da rainha Vitória à atual «Commonwealth», o caminho percorrido é enorme. Tal como o da idade-média à renascença.

Nenhum povo se adapta mais rapidamente às novas situações embora ainda esteja sofrendo as consequências daquela sua anterior política de força, quando era a rainha dos mares e oprimia povos com o poder dos canhões. Eram, porém, idéias do tempo!

A Irlanda é uma dessas experiências amargas. O inconformismo de uma parte de sua população em unir-se à comunhão britânica, é um espinho doloroso que lhe faz sangrar o coração.

Sua tolerância, porém, em matéria política, tornou-se tão elástica que tolera até uma república dentro de sua própria casa!

É uma república que muito perigosamente lhe ameaçou a própria segurança, por ocasião da última guerra. Sob esse pretexto, poderia tê-la facilmente esmagado. Mas não o fez. Não o fez, porque sabia que teria de esperar talvez mais um século até que cessassem completamente êsses novos ressentimentos.

A «Commonwealth», nascida da sua experiência política e da sabedoria de seus estadistas, é uma dessas criações que por si só ilustram uma época.

Povos de línguas, côr, costumes, governos politicamente independentes, nos mais distantes quadrantes, apenas unidos pelo tenuíssimo fio de um soberano comum.

Trata-se alhures de criar coisa parecida. É possível que vingue. Se vingar, já não será criação original. Faltar-lhe-á, talvez, o gênio político dos estadistas ingleses.

CONFERÊNCIAS

O PAN-AMERICANISMO E O SENTIMENTO HUMANO DAS AMÉRICAS (*)

PROF. ANTÔNIO CARNEIRO LEÃO

Aqui estou entre mestres, que têm o hábito da observação e da História e que conhecem, perfeitamente, o espírito de seu tempo. Corro, assim, o risco de repetir aquilo que já foi dito, o que, certamente, eu teria de melhor a fazer, pois, para serem bem entendidas, as verdades devem ser repetidas.

O Pan-Americanismo é terreno desbravado e cultivado há cerca de século e meio, do qual já se tem recolhido frutos magníficos. Os resultados são tais que não temos senão de continuar a ampliar aquilo que os predecessores tiveram a ventura de empreender. É verdade que cada época traz novos problemas, os quais, em virtude da velocidade adquirida, se precipitam todos os dias, mais rápidos, mais urgentes, mais numerosos e mais complexos.

Os acontecimentos não esperam as soluções e hoje nos ultrapassam e se sucedem com a figura implacável do destino.

É o caso de perguntarmos: onde vamos?

Abre-se um jornal para saber o que está acontecendo e os bilhões de dólares entram em cena. Onde vão eles?

As Bombas Atômicas, por sua vez, apresentam-se, com o *ultimatum* significativo: — «Cede ou te devoro».

E as nações dissipam os dólares na esperança de não cederem e de não serem devoradas.

Trabalho perdido?... certos dilemas são inestrincáveis.

Eis aí alguns aspectos da situação mundial, em 1960.

Continua-se, aliás, o que sempre existiu. As cartas geográficas mudaram através das idades. As fronteiras se modificaram à custa de massacres e de pilhagens. Os territórios se alargaram ou se encolheram segundo a razão do mais forte. Os geógrafos

(*) Conferência feita no I.H.G.B., em 20 de abril de 1960.

registaram os fatos, os historiadores os explicaram ou os buscaram explicar, esperando que o futuro daria a decisão.

Há, porém, um jovem, um novo Continente, ao qual o Criador concedeu uma doçura benfazeja. Não é que não possa ainda haver incompreensões, perturbações lamentáveis, mas a verdade é a aspiração geral de entendimento. Como exemplo, no passado, poderíamos apresentar apenas um caso — o dos Estados Unidos — os quais se estiveram entre os que agiram mais de uma vez em sentido diferente depois da Independência de Cuba, evidenciaram o triunfo absoluto do Pan-Americanismo mais salutar. Não foram eles os fiadores pelo «Tratado de Paris», da Independência dessa nação irmã, na «Emenda Platt», a qual, de acôrdo com a resolução da «Assemblêia Constituinte Cubana», provocou a convenção estipuladora das relações entre os dois países?

Por êsse ato os Estados Unidos se comprometeram a reconhecer e a defender a independência de Cuba contra tôda a ameaça exterior, agindo para isso ainda mesmo contra a desordem ou a anarquia internas, desde que se tornassem capazes de provocar complicações internacionais.

Quando foi necessário pôr à prova a disposição e a sinceridade da grande nação do Norte ela se mostrou à altura da declaração de Elihu Root: «Os Estados Unidos não gastaram o ouro de suas arcas nem derramaram o sangue dos seus filhos para escravisar um povo, fizeram-no para ajudar a sua liberdade». Dai êstes conceitos do escritor e político cubano — Martinez Ortiz: «No período da sua intervenção deixaram os Estados Unidos escrita uma das páginas mais brilhantes e extremamente raras na história da humanidade».(1)

Realmente os norte-americanos, ante um Mundo incrédulo e ante os próprios cubanos impressionados por tanto benefício, após agirem, decisivamente, para a independência dêsse país da Espanha e lá terem despendido somas enormes e sacrificado as vidas de tantos patrícios, retiraram-se do território ocupado, como escreve Oreste Ferrara, (cubano, Embaixador de Cuba em Washington e Delegado na Sociedade das Nações) e o elevaram à República, saudando-a com os votos de seu povo e as salvas dos canhões de sua esquadra.(2)

É que logo cedo a compreensão, a cordialidade, a fraternidade predominaram, radicando-se no espírito e no coração dos filhos do Continente, pois a terra das Américas atrai e retém e, pergunta-se,

(1) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fé*, págs. 131 e 132 — Livraria Francisco Alves, editôra, Rio, 1929.

(2) Vide: Ferrara (Orestes) — *El Panamericanismo y la Opinion Europea*.

por que sortilégios, em virtude de que laços múltiplos e sutis, ela pôde assim amparar-se do homem, guardá-lo tão ciosamente?

Dai a razão pela qual «a semelhança admirável, que se nota na estrutura político-jurídica dos Estados americanos, explica-se menos pela teoria da imitação, a que se refere Tarde, do que pela existência de um meio social superior, que paira acima da vida nacional, e que acabará por fundir os países do Novo Mundo em uma vasta comunhão de povos». (3)

Um poder misterioso e divino tem, sem dúvida, presidido a tão auspicioso acontecimento. A terra nova impõe-se àquêles que nela nascem e até àquêles que, abandonando o velho Continente, lhe vêm confiar as suas vidas. Assim seus filhos, por nascimento, ou adoção, a querem, apaixonadamente, tornam-se até bairristas. Basta tomarmos como exemplo os Nordestinos do Brasil. Sua terra é severa, dura mesmo, inflige-lhes torturas sem conta... Por vêzes, para não morrerem, êles são forçados a partir. Mas, ao mais imperceptível sorriso, à menor promessa de bom tempo, ante o menor apêlo de uma árvore, que enverdece, de um campo, onde as plantas germinam, ei-los esquecidos das agruras da fome e da sede, do êxodo angustioso, da morte dos seus, de volta, confiantes, às suas tóscas moradas. Aí está talvez a explicação da nossa mentalidade e das nossas atitudes de uns para com os outros, aí está um principio cristão que nos coloca sob égide promissora. É também êsse principio que, alargando os nossos horizontes, nos permite ampliar, engrandecer nosso campo de ação, compreender o que há de profundamente humano no ideal do Pan-Americanismo: — unir-se, não para combater, mas para ajudar, para cooperar, para se compreender e amar; unir-se para a conquista da vida, para que todos tenham direito à felicidade.

Que o Pan-Americanismo seja bendito por nos fornecer tais esperanças e nos permitir patentear quanto as leis que o regem têm, em grande parte, resolvido o problema da paz, a obra da ressurreição humana.

O homem não pode viver só, como nação alguma pode viver isolada. Tôdas as nossas civilizações dependem umas das outras e das provas de solidariedade, consciente ou inconsciente, entre todos os homens, desde os tempos imemoriais de seu aparecimento na terra.

Rilke não tinha razão quando afirmava: *l'homme est solitude*. Êle não falava como historiador nem como sociólogo e sim como poeta. Todavia, se os poetas amam os cimos solitários, não desdenham, tão pouco, as planícies freqüentadas.

(3) Vide : Orlando (Arthur) — *Pan-Americanismo*, pág. 121, Editorial — América, Madrid, 1920.

Tudo nos prova, através da longa história da terra, que o homem sempre buscou agrupar-se e os grupos, formados ao acaso dos encontros, se misturaram a outros grupos. Pouco a pouco as hierarquias se constituíram e séculos se foram antes que as primeiras *clans* se organizassem e marchassem para admiráveis civilizações. Esses séculos representam imensos esforços de luta, mas também de solidariedade. E a linguagem, o divino poder da palavra, teria existido sem a necessidade que tiveram os homens de comunicar seus pensamentos?

A linguagem, mais do que qualquer outro fator de progresso, fez o homem sentir a importância da solidariedade, a urgência do entendimento coletivo. Não se pode separar o indivíduo da sociedade, como não se deve separar as nações uma das outras.

Cremos, firmemente, que o acaso representou importante papel na subida radiosa da criatura humana, através de tudo quanto existe, mas a parte devida ao indivíduo é grande e a devida às associações ainda maior. Não é fácil avaliar, nas conquistas da civilização, o que advém do esforço individual ou o que pertence aos esforços coletivos. Os dois fatores são insuperáveis em tôdas as grandes transformações da humanidade. Resta obter a conquista mais importante — aquela sem a qual as demais seriam vãs. a Paz sobre a Terra.

Há dois mil anos vozes celestes renunciaram essa paz. Não foram ouvidas. A América, porém, a América predestinada, recebera a mensagem, seus homens de boa vontade obedeceram ao apêlo e o Pan-Americanismo começou sua obra de Paz.

Data de 1810, por inspiração de Bolívar, êsse idealista excepcional, a proposição do *Uti possidetis juris* como norma para a demarcação territorial entre os vários Estados Americanos.(4)

A expressão Pan-Americanismo teve como primeiros autores, no Continente o argentino Bernardino Rivadavia e o chileno Martinez Rosas. Mas, em todos os pontos das Américas, a preocupação era o entendimento dos povos nelas radicados.

Venezuelanos e colombianos aliam-se a equatorianos e a peruanos e, reunidos, todos lutam pela independência da Venezuela, da Colômbia, do Equador, do Peru, da Bolívia.

A Argentina envia suas hostes ao Paraguai, ao Chile, ao Peru, ao Equador.

(4) Vide: Silvio Júlio de Albuquerque Lima — *Bolívar*, 2ª edição, páginas 331 e seguintes, Alba Editôra, Rio de Janeiro, 1942; vide também Yepes (J.M.) — *Del Congreso de Panamá a la Conferencia de Caracas*, V. I, págs. 172 e 173, Caracas, 1955.

Do Brasil acorre à Grande Colômbia, e peleja nas legiões de Bolívar o nosso Abreu e Lima. (5)

Nos Estados Unidos surge a «Doutrina de Monroe», como o broquel da independência das então frágeis nações latino-americanas, ameaçadas de reconquista.

Aliás em nosso país, quatro anos antes de Monroe, já se escrevia: «O maior paradoxo que se possa imaginar é haver quem queira supor que o vasto continente da América do Sul se tornará ainda Colônia da Europa. Assim é fora de dúvida que quando Monroe lançou a sua famosa «Doutrina» a tendência da política brasileira era para uma estreita união entre os Estados americanos, união que lhes garantiria uma completa independência a salvo de qualquer intromissão das nações absolutistas do Velho Continente. (6)

Os exemplos ressaltam por tôda parte. Vejamos como o grande filho de Cuba, o inesquecível José Martí, discípulo e continuador de Bolívar, acreditou nas potências telúricas da América. Como êle analisou, reviveu, sonhou e aspirou de tal modo que o que na América está por fazer-se, na palavra do Ministro de Cuba no Brasil — Hernandez Cata — fatalmente, far-se-á com o auxilio de seus esforços. É um clássico da literatura e um clássico do civismo, porque de seus livros, de seu exemplo e de seus ensinamentos, mais do que vaidades e galas de um glorioso passado, promanam vivos os elementos para melhorar o presente e preparar, na justiça, o futuro». (7)

É que na América tudo nos une. Os mesmos sofrimentos, as mesmas finalidades levaram-nos a aspirações e a destinos comuns... Filhos de uma nação combatem pela emancipação política da sua e das outras pátrias... E de todos os pontos vem o desejo da união. Do Brasil, com José Joaquim da Maia, Cruz Cubugá e José Bonifácio, do Chile, com Egaña, da Grande Colômbia, com Bolívar, da Argentina, com Monteagudo, da América Central, com Del Vale, de Cuba, com José Martí, dos Estados Unidos, com

(5) Vide: Lyra (Heitor) — *Ensaio Diplomático*, pág. 188, Monteiro Lobato Editores, São Paulo, 1922.

(6) Vide: Carneiro Leão (A.) *Ideais e Preocupações de Uma Época*, Rio, 1941, Samuel Guy Ynman — *Problemas in Pan Americanism*, pág. 155, George H. Doren Company New York, 1921 e ainda Ynman (Samuel Guy) — *Latin América* — (Its Place in World Life) Willett Clark & Company, Chicago, 1937.

(7) Vide: Abreu e Lima (José Ignacio) — *Resumo Histórico de La Última D.tadura del Libertador Simon Bolívar* — Rio de Janeiro, Emp. Ind. Editôra, O Norte, 1922.

Clay, Monroe e Blaine, o Pan-Americanismo cresce vitoriosamente... (8)

A América aberta aos dois Oceanos — ao Atlântico e ao Pacífico — entre a Europa e a Ásia, recebendo, com igual sorriso acolhedor, o Oriente e o Ocidente, ampla e dadivosa, não poderia crescer senão sob o signo do conagraamento entre indivíduos, classes, raças, religiões, nações e continentes.

Foi, contudo, Bolívar quem lançou, em primeiro lugar, de maneira concreta, numa visão clara e objetiva, a idéia do Pan-Americanismo. Bem se vê, escreve Artur Orlando que o Pan-Americanismo teve seu início na concepção panlatinista do fogueiro Bolívar. (9) Realmente é ele quem explicitamente afirma em Jamaica: *Es una idea grandiosa pretender formar de todo el «Mundo Nuevo», una sola Nación, con uno solo vínculo que ligue sus partes entre si y con el todo... Que bello seria que el Istmo de Panamá fuese para nosotros lo que el de Corinto para los griegos. Ojalá que algún dia tengamos la fortuna de instalar allí un augusto Congreso de las Repúblicas, Reinos e Imperios, a tratar y discutir sobre los altos intereses de la paz y de la guerra, con las naciones de las otras partes del mundo. Esta especie de corporación podrá tener lugar en alguna época dichosa de nuestra regeneración.*» (10)

Em 1824, ele convoca todos os países americanos para um Congresso, no Istmo do Panamá (11), o qual se reúne em 1826, com representantes de várias nações, no intuito de organizar a «União política dos povos do Continente». E essa união se traça em tal altitude que, um século depois, o artigo 10 do «Pacto da Sociedade das Nações», relativo à garantia de Independência política e à integridade territorial dos Estados membros, é uma reprodução literal dos artigos 2 a 21 daquele Tratado, discutido e aprovado no Istmo do Panamá. (12)

Nos Estados Unidos, um ano antes, James Monroe define com clareza, a necessidade da união para defesa da integridade das

(8) Vide: Marti (José) — Páginas Escolhidas, tradução de Sílvio Júlio, prefácio de Hernandez Basto, pág. 12, Alba Editora Rio, e Marti (José) precursor da Unesco, La Habana, 1953.

(9) Vide: Orlando (Artur) — *Pan-Americanismo*, págs. 17 e 18. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, Rio 1906.

(10) Vide: Urrutia (Francisco José) — *La Evolución del principio de arbitraje en América y la Sociedad de Naciones*, págs. 17, 18 — Editorial América, Madrid, 1920.

(11) Vide: Sílvio Julio de Albuquerque Lima, *Bolívar*, 2ª edição, página 351, Rio.

(12) Vide: Yepes (J.U.) *Del Congreso de Panamá a la Conferencia de Caracas* — (1826-1954) V.I., pág. 95, Caracas, 1955.

nações, afirmando: «qualquer tentativa de domínio pelas nações da Europa de qualquer parte do nosso hemisfério será perigosa à paz», «*every attempt on the part of the Allied Power to extend their system to any portion of the American hemisphere as perilous to the peace and safety of the United States...*» (13) Esse princípio, defensor da integridade territorial e política, passou à história como a «Doutrina de Monroe», completada depois pela de Drago, cujo designio foi além, proibindo domínio ou pressão por países da própria América.

«Drago, escreve Oliveira Lima, visou latinizar o monroismo, desmanchando-lhe o exclusivismo norte-americano... alargando-lhe a significação e o alcance que apenas vedam as anexações e não cogitam das ocupações temporárias e privação de rendas aduaneiras, que constituem tôda a economia de algumas das repúblicas do centro e do sul; dando-lhe, numa palavra, o apoio e a consagração da América Latina e, sobretudo, da nação, entre as de origem espanhola, que aspira ser o fanal das demais e ao mesmo tempo mostrando que nem só a grande República anglo-saxônia tem voz no capítulo, havendo mais quem cante dêste lado do Atlântico». (14)

É, contudo, nos Estados Unidos que, em 1882, o Secretário de Estado, Blaine, dirige circular oficial a tôdas as Repúblicas americanas convidando-as para uma conferência que se reuniria em Washington. A generosa idéia só se veio a concretizar sete anos mais tarde, em 1889, inaugurando-se os seus trabalhos no dia 2 de outubro daquele ano. (15)

(13) Vide: Inman (Samuel Guy) — *Problems in Panamericanism*, página 155, George H. Doran Company, New York, 1921.

(14) Vide: Orlando (Artur) — *Panamericanismo*, págs. 74 e 75, Tipografia *Jornal do Comércio*, Rio, 1906.

(15) Vide: Lobo (Hélio) — *De Monroe a Rio Branco*, pág. 122, Rio, Imprensa Nacional, 1922.

AS CONFERÊNCIAS DAS NAÇÕES AMERICANAS

O Presidente da Representação do Brasil, na primeira Conferência das Nações Americanas, foi o grande jurista brasileiro, então Presidente do Conselho do Império, Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira. Enviado, porém, pelo Imperador Pedro II, e tendo o Imperador sido deposto em 15 de novembro, Lafayette, apesar de confirmado na missão, pelo Presidente da República — Deodoro da Fonseca — renunciou, ficando em seu lugar o Ministro do Brasil em Washington — Salvador de Mendonça.

Nessa Conferência, entre outras resoluções, destacam-se duas com as quais estiveram de acordo todos os Delegados, como prova evidente do espírito justo e humano, dominante no Continente. Foram elas as expressões dos artigos 1.º e 2.º do plano de arbitragem nos termos seguintes:

«Artigo 1.º — As Repúblicas do Norte, Centro e Sul da América adotam a arbitragem como princípio de «Direito Internacional Americano» para a solução das diferenças, disputas e contendas entre duas ou mais dentre elas».

«Artigo 2.º — A arbitragem é obrigatória em todas as questões sobre privilégios diplomáticos e consulares, limites, territórios, indenizações, direitos de navegação e validade, inteligência e cumprimento de tratado.»(1)

«A Segunda Conferência Internacional Americana», reúne-se no México, em 1902, sendo Presidente da Representação Brasileira o conhecido mestre da Faculdade de Direito de Recife, José Higino Duarte Pereira. Dela parte, na realidade, a Codificação do Direito Internacional Americano.(2) Ouçamos a respeito a declaração do Ministro Victor Maurtua, representante da República do Peru, no México e no Brasil, feita na reunião do Rio de Janeiro em 1906: «Recordo-me ainda como se fôsse ontem, afirma Maurtua, da

(1) Vide: Urrutia (Francisco José) *La Evolución del Principio de Arbitraje en America*, pág. 70, Editorial América, Madrid, 1920.

(2) Vide: Rodrigo Octávio — *A Codificação do Direito Internacional Privado*, Rio, 1910.

iniciativa do Delegado Brasileiro à Segunda Conferência Pan-Americana, reunida no México. Em minha lembrança evoco aquela figura de varão venerável — José Higino — belo, alto, magro, com a serena gravidade do sábio, com o olhar calmo do homem justo e bom, a erguer-se, no meio da sala do histórico Palácio Juárez, e pronunciar, qual iluminado, suas previsões e anelos relativos à organização jurídica americana.

Aliás nós, no Brasil, na primeira Constituição da República, em 1891, determinávamos, por proposição do deputado Nilo Peçanha, no art. 88: «Os Estados Unidos do Brasil, em caso algum, se empenharão em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação».

A «Terceira realiza-se no Rio de Janeiro, sob a Presidência de Joaquim Nabuco, então nosso Embaixador em Washington e um dos maiores defensores dos princípios da confraternidade continental e universal. Não foi Nabuco quem «invocou pura justiça em um mundo governado pelo interesse»? (3)

Nessa Conferência, ao lado dêle e de Rio Branco — o nosso Ministro do Exterior — encontrava-se Elihu Root, apóstolo da união entre as Américas. Por ela, entre outras medidas notáveis foi criada uma «Comissão de Jurisconsultos», encarregada da preparação de um «Código de Direito Internacional Público» e de outro de «Direito Internacional Privado», para regularem as relações entre os países Americanos.

Com tais defensores da confraternização continental e humana: Rio Branco, Nabuco e Elihu Root, num ambiente de entusiastas dos mesmos ideais, o resultado não podia ser diferente. (4)

Root foi um grande propugnador da União das Américas. «Êle fêz do Pan-Americanismo, com a colaboração constante de Nabuco, uma das principais idéias de seu programa. Despendiam ambos, na causa, um zelo rival. «Muito satisfeito estou, escreve Root a Nabuco, que tenha gostado do que eu disse aos Centro-americanos: *It was a bit of the gospel of common sense, of which you and I are both missionaries*». (5) Por sua vez de Root dizia Nabuco, em carta a Rio Branco: «Êle é o único de sua espécie no interesse pela América Latina». Único, não porque houvesse diver-

(3) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fé*, págs. 26 e 27, Livraria Alves, Editôra, 1929.

(4) Vide: Inman (Samuel Guy) — *Latin America, Its Place in World Life*, pág. 24. Willette Clark & Company — Chicago — New York, 1937.

(5) Vide: Carolina Nabuco — *A Vida de Joaquim Nabuco*. (Coleção Joaquim Nabuco, Diretor Alvaro Lins), págs. 176 e 177. — América Edit. — 3ª edição — Rio.

gência quanto à necessidade dessa política de aproximação nem que se levantasse a mais leve oposição. Nabuco queria salientar o ardor, a constância com que Root se ocupava de tais problemas.

Nabuco, que tanto trabalhou no litígio entre o Brasil e a Inglaterra, apresentando uma exaustiva e notabilíssima defesa, em dezoito volumes, entre texto, mapas e documentos, apesar da arbitragem desfavorável ao Brasil, o que lhe abalou a saúde para sempre, logo depois de ouvir a leitura pelo árbitro, felicitou, em admirável *fair play*, o Embaixador inglês. E ninguém, no Brasil, deixou de admirar-lhe o esforço inaudito e a atitude cavalheiresca. São de Rui Barbosa, tão sóbrio em elogios, estas palavras expressivas: «O trabalho do nosso advogado foi gigantesco. Eu o percorri todo e nesse gênero de literatura não lhe conheço coisa comparável. Nosso direito ali resplandece à luz do meio dia. Se não logramos convencer o nosso juiz convencemos a opinião científica européia. Haja visto na «Revista Geral do Direito Internacional Público», os admiráveis estudos ali exarados pelos mais sábios internacionalistas que do assunto se ocuparam».(6)

E, perdendo tão injustamente, o Brasil aceitou o *veridictum*, pois uma vez que havia aceitado o juiz não podia proceder de outra maneira.

Como trabalhou o nosso patrício, o grande apóstolo da libertação de uma raça, pelo Brasil e pela confraternização continental, com Rio Branco e Elihu Root!

Para sentirmos a altitude do seu espírito basta reproduzirmos estas suas palavras em carta à espôsa distante: «Ontem foi uma grande data em minha vida. Presidi a sessão da Conferência em honra de Mr. Root e de manhã consegui que o Rio Branco propusesse ao Presidente dar ao Pavilhão, onde funciona a Conferência, o nome de Monroe, hoje Palácio Monroe na Avenida Rio Branco, no Rio. o que êle fez, anunciando-se à noite o resultado. Foi, todos sentem, uma sessão histórica, um marco em nossa vida nacional».(7)

Depois, ao terminar a Conferência, dirigindo-se aos companheiros o nosso patrício faz-lhe a resenha, da qual damos êste pequeno trecho: «Criastes uma «Comissão de Jurisconsultos», tendo por primeira Sede o Rio de Janeiro, encarregada de preparar um «Código de Direito Internacional Público» e outro de «Direito Internacional Privado», que regulem as relações entre os países da América. Essa será a contribuição de nosso Continente para o progresso do Direito Internacional que tende a ser um só, mas

(6) Vide: Carolina Nabuco — *Ob. cit.*, págs. 176 e 177.

(7) Vide: Carolina Nabuco — *A vida de Joaquim Nabuco*, cit., Rio.

cujas variantes autorizam ou facultam tantas normas de proceder diversas entre as nações».

E a ação de Nabuco continua até as vésperas de sua morte. Entre outras, das suas derradeiras manifestações ilustrativas do grande amor pelo Pan-Americanismo, estão aquelas palavras proferidas em 1908, quando do lançamento da pedra fundamental do edifício do «Bureau das Repúblicas Americanas». Ouçamo-lo apenas nestes dois períodos: «Senhores ainda não houve paralelo para o espetáculo que esta cerimônia ostenta; — o de vinte nações, de várias línguas, a erigir juntas um edifício para as suas deliberações comuns... Aqui têm os votos dos mais pequeninos o mesmo pêso que o dos maiores».(8)

De Rio Branco, «O Deus Terminus das nossas fronteiras», na expressão de Rui Barbosa, quantos atestados eloqüentes aí estão de sua obra de pacificação e de fraternidade! Foi êle quem resolveu os problemas de limites do Brasil com os demais vizinhos e quem conseguiu a solução pacífica de problemas graves entre países americanos já em luta séria.(9) Começou dando-nos a vitória no caso de limites com a República Argentina, êle como advogado do Brasil, Zeballos da Argentina, e Juiz o Presidente Cleveland, dos Estados Unidos. Aí mais uma vez evidenciou-se o espírito cordial das Américas, pois quando Cleveland pronuncia sua sentença, reconhecendo o direito do Brasil à fronteira reivindicada, o representante da Argentina, Estanislau Zeballos, adianta-se e estende a mão a Rio Branco, felicitando-o pela vitória.

Em 1903, «O Tratado de Petrópolis», negociado diretamente pelo Brasil com a Bolívia, sob sua direção, termina o derramamento de sangue, no alto Juruá e nos afluentes do Madeira, entre bolivianos e brasileiros.

Outro feito de Rio Branco, merecedor dos maiores aplausos, foi o Tratado da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, no qual concedemos ao Uruguai liberdade de navegação e soberania naquelas águas. «O justo e generoso gesto do Brasil, sem similar na história diplomática do mundo, escreve A. G. de Araújo Jorge, solenemente consagrado no Tratado de 30 de outubro de 1909, traduzia, em verdade, uma aspiração da consciência nacional e do sentimento geral do povo brasileiro. Pode dizer-se que aquêlê Tratado encontrou entusiástico acolhimento no Brasil inteiro. O Estado do Rio Grande do Sul, pelo seu Govêrno e pela Assemblêia Legislativa, os agrupamentos partidários dos mais variados matizes,

(8) Vide: Hélio Lobo — *O Pan-Americanismo e o Brasil*, págs. 74 e 75, Brasileira, Companhia Editôra Nacional São Paulo, Rio, 1939.

(9) Vide: Carvalho (Afonso de) — *Rio Branco, Edição da Biblioteca Militar*, Rio, 1945.

com representação no Congresso Nacional, a imprensa, pelos órgãos de maior autoridade, não regatearam aplausos ao transcendente ato que significava uma afirmação pública da grandeza moral do Brasil e seu profundo sentimento de justiça e constituía, ao mesmo tempo, um índice do elevado nível da cultura jurídica e da civilização dos povos do Continente Americano. Num vibrante artigo de aplausos a essa iniciativa do Brasil, Teixeira Mendes fez votos «para que o Congresso republicano fôsse tão pressuroso em aprová-lo quanto foram as Câmaras do Império em decretar a Lei de 13 de maio».(10)

Como foi sempre brasileiro o sentimento de cordialidade continental!

Foi o próprio Rio Branco quem certo dia disse a Carcano: «já fiz o mapa do Brasil. Agora o meu objetivo é contribuir para a união e amizade dos países sul-americanos».(11)

Na Presidência de Washington Luís, Ministro do Exterior Octávio Mangabeira e Plenipotenciário do Brasil, Hêlio Lôbo, realizamos a convenção modificadora do Tratado de 22 de julho de 1918 entre o Brasil e o Uruguai. Assim as somas que o Uruguai teria de entregar ao Brasil seriam empregadas em despesas com o intercâmbio cultural entre os dois países,(12) com a construção de uma estrada de ferro, ligando a cidade de Rio Branco, no Brasil, com a de «Treinta e Três», no Uruguai e uma outra estrada de ferro, ligando o Passo do Barbosa à cidade de Jaguarão, para o que o Brasil também contribuiria financeiramente.(13)

Em 1935 a Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, termina em virtude de um armistício, logo depois congraçamento definitivo entre os dois países, sob os auspícios do Brasil, da Argentina, do Chile, dos Estados Unidos e do Uruguai. Exemplos não faltam dêsse tocante espírito de fraternidade em tôda a América. Basta recordar a grave pendência argentino-chilena de mais de meio século — de 1847 a 1902 — que ameaçava deflagrar uma guerra entre os dois povos e que desapareceu nos famosos «Pactos de Mayo», nesses Pactos que são, como afirma Oliveira Lima, «a honra eterna de uma civilização».(14)

(10) Vide: Araújo Jorge (A.G. de) — *Introdução às Obras do Barão do Rio Branco*, pág. 197 — Rio, 1945.

(11) Vide: Viana Filho (Luís) — *A Vida do Barão do Rio Branco*, pág. 420, Livraria José Olympio, Rio, 1959.

(12) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Obra citada*, págs. 361, 362, 363.

(13) Vide: Gans (Cláudio) — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.

(14) Vide: Oliveira Lima (Manoel de) — *Na Argentina*, pág. 199. Weissflog Irmãos, Editôra, São Paulo, 1920.

É comovedor ver, na bela cidade de Mendoza, o *Monumento a El Cristo Redentor*, colocado no alto da montanha, entre Argentina e Chile, símbolo comemorativo daqueles «Pactos», inolvidável lição de fraternidade americana!

Como foi sensibilizadora, por ocasião da Conferência Nacional de Filosofia realizada em Mendoza, na Argentina, na Universidade de Cuyo, em 1949, e na qual se encontravam representantes não apenas das Américas mas também da Europa, a simpatia com que todos nós, congressistas, contemplávamos o símbolo de amor, eloqüentemente evocativo do espírito pacífico, da consciência compreensiva e humana dominante em nossos corações! De fato comovia ler, gravado no mármore daquele monumento: *Se desmoronaran primero estas montañas, antes que argentinos y chilenos rompan la paz jurada a los pies del Cristo Redentor*».

A «Quarta Conferência Pan-Americana» realiza-se em Buenos Aires em 1910, em virtude da qual o «Bureau Internacional Americano» passa a chamar-se «União Pan-Americana»; a «Quinta», no Chile, em 1923; (15) a «Sexta», em Havana, em 1928; a «Sétima» em Montevidéu, em 1933; a «Oitava», em Lima, em 1938; a «Nona», em Bogotá, em 1949. Nessa Conferência por proposta do Brasil, fica definitiva a arbitragem obrigatória.

A «Décima» tem por sede Caracas, em 1954, e a «Décima Primeira» e última, Quito, em 1959.

Sente-se assim a persistência crescente em nossas pátrias pela Confraternização.

(15) Vide: Alejandro Alvarez — *La Codificación del Derecho Internacional en América*, Santiago de Chile 1923 e *La Codification du Droit International Americain*, Imprensa Nacional, Rio, 1927.

A EDUCAÇÃO DOS MOÇOS NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA PAN-AMERICANA

Uma providência parecia necessária para tornar êste anseio de entendimento definitivo, como parte do espírito e do coração do americano, do *Sentimento humano das Américas*. Nenhum fator mais decisivo do que a Escola, nenhuma época mais propícia à formação de tal mentalidade do que a caracterizada pela infância e pela adolescência. Os jovens, mais, muito mais que os adultos, sofrem as influências vindas do exterior, pelo jornal, pela revista, pelo livro, pelo rádio, pelo cinema, pela televisão... Daí o papel salutar da educação, sua importância na formação da mentalidade e do sentimento internacionais.

Aliás, desde 1920, já lá se vão 40 anos, por ocasião da visita ao Brasil da «Missão Lacroze», começamos a nossa campanha pela fraternidade continental. Naquele momento escrevíamos no *Jornal do Brasil*: «Trinta cavalheiros, de várias profissões, abandonam, por algumas semanas, seus afazeres e seus lares e partem em caravana, para conhecer-nos, compreender-nos, e falar-nos, penetrando por tôda parte, olhando tudo... querendo ver-nos exatamente como somos, o que temos, o que nos falta, o que poderemos dar ou receber... Nenhum empreendimento mais útil à confraternidade continental». (1)

E, dois anos mais tarde, em 1922, na «Direção Geral da Instrução Pública», no Distrito Federal, inscrevemo-nos entusiasticamente nessa política de união e dentro dela nos mantivemos até o fim do quadriênio, em novembro de 1926.

Em nossas escolas, como nas dos demais países do Continente, insignificante era o conhecimento da América. Resolvemos, então, com o entusiasmo do professorado, realizar, dentro delas, uma obra de intercâmbio e simpatia. Começamos, após buscarmos revigorar o espírito de unidade nacional, dando a 20 das nossas escolas os nomes dos 20 Estados do Brasil, batizando outras 20 com os nomes das 20 Repúblicas das três Américas. Como complemento de tal medida solicitamos e obtivemos um «Hino à Confraternização Americana», para ser tocado e cantado nas escolas, letra do poeta Goulart de Andrade e música do maestro Francisco Braga. Leiamos as comovedoras estrofes dêsse canto de concórdia e de fé:

(1) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Jornal do Brasil* de 4 de novembro de 1920, Rio de Janeiro e Carneiro Leão (A.) — *Ideais e Preocupações de uma Época*, págs. 71, 72, 73 e 74 — Rio, 1941.

Em palavras de luz e de candura!
Fé, concórdia, ideal, perdão, piedade...
Para que todos possam entendê-las,
Deus compôs pelo céu, na lousa escura
O hino perfeito da fraternidade
Com o silabário ardente das estrêlas!

* * *

Céu da América, asilo ao sofrimento
Dos naufragos da crença em outras plagas,
Cobres mais esperanças que temor;
Neste silêncio de recolhimento
Ês fronde de que os astros são as bagas
E de que a sombra agasalhante é o amor!

* * *

A cordilheira alastra-se de rosas;
Nas searas abrolham as espigas,
E o sol em cada catarata lança
O prodígio das pontes luminosas .
Por sôbre as ribas das nações amigas,
Ligando-as pelos arcos de Aliança!

* * *

Céu da América, asilo ao sofrimento
Dos naufragos da crença em outras plagas,
Cobres mais esperanças que temor;
Neste silêncio de recolhimento
Ês fronde de que os astros são as bagas
E de que a sombra agasalhante é o amor!

* * *

A mesma núvem nossa sêde estanca;
A água de um rio só torna fecundo
O Continente! Aí! demo-nos as mãos!
A mesma vaga azul com a espuma branca
Borda as praias gentis do Novo-Mundo,
Marcando as nossas pulsações, Irmãos!

* * *

Céu da América, asilo ao sofrimento
Dos naufragos da crença em outras plagas,
Cobres mais esperanças que temor;

Neste silêncio de recolhimento
Ês fronde de que os astros são as bagas
E de que a sombra agasalhante é o amor!

Recebido o Hino — letra e música — agradecemos ao poeta e ao maestro nos seguintes termos:

«Quando vos solicitei o «Hino à Confraternização Americana», para cantar nas Escolas a paz e o conagraçamento entre os povos do Continente, estava certo de que nos havieis de dar uma obra de alta significação humana. A realização excedeu à expectativa. O Hino, composto para a infância do Novo Mundo, é uma grande prece de amor. Nêle todos os filhos das Américas poderão beber, ao lado das primeiras noções aprendidas nos bancos escolares, a harmonia tranqüila de uma boa amizade de irmãos.

Agradeço-vos e felicito-vos pela vitória magnífica».

E o Hino começou a ser cantado, não apenas no Brasil, mas em outros países da América. Grande número dêles logo retribuiu nosso gesto. Começam a aparecer, nas diferentes Repúblicas, Escolas com os nomes de tôdas as nossas pátrias, enquanto o Brasil e o Uruguai combinam, oficialmente, uma revisão cuidadosa dos livros de história, destinados aos escolares, para que nada permaneça, num ou noutro dos nossos povos, capaz de comprometer o ambiente de cordialidade, no qual se deve formar o espírito da juventude, nas duas pátrias e em tôda a América.

E quantas foram as manifestações de aplausos vindas da América e da Europa! (2)

Da Argentina Jorge Boero, Presidente do Conselho Nacional de Educação, o primeiro que na América espanhola cuidou de confraternidade pela escola, escrevia-nos, dizendo quanto o sensibilizara o gesto do Brasil. Basta êste pequeno trecho de sua longa missiva para nos patentear o seu entusiasmo: «Ê-me altamente satisfatório, diz êle, acusar sua carta, na qual me comunica que nos novos programas das escolas da República irmã deu especial importância à idéia de que as crianças se convençam da necessidade de propagar a intensificação de uma política de intercâmbio entre os nossos países...».

Dos Estados Unidos, além de outros aplausos, viera-nos da «União Pan-Americana», em Washington, assinada pelo seu Diretor-Geral L. S. Rowe, uma longa mensagem, da qual damos estas poucas e significativas palavras: «Tenho grande prazer em vos enviar alguns exemplares do Boletim da União Pan-Americana,

(2) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fé*, págs. 30 e 31. Livraria Francisco Alves, Editôra, Rio, 1929.

edição inglesa, na qual encontrará uma notícia a respeito da vossa grande obra de fraternidade pan-americana. Nenhuma obra de pan-americanismo poderia ser mais decisiva ao perfeito entendimento dos nossos países do que a exercida no seio da juventude das escolas...» (3)

Eis a seguir a referida notícia no original: «*Dr. A. Carneiro Leão, Diretor of Public instruction in the Federal District of Brazil, and one of the foremost educational leaders of that great Republic, has adopted the laudable and interesting policy of dedicating, one by one, the schools of the district to the respective Republic of the American Continente.*

According to his plan, each school in the Federal District will celebrate the national holidays of the American country whose name it bears, and both the pupils and the teachers will carry on epistolary correspondence with the pupils and teachers of the country.

Through this plan the interest of every one connected with the schools of the district is awakened in the life of other countries, the natural consequence being a district advance in first-hand knowledge, the breaking down prejudice, and the fostering of a spirit of cordial sympathy and friendship toward all nations, more particularly toward those of the American Continent...

The first of the school to be thus named as «Escola Argentina», or Argentina School, the dedication of which took place November 8, 1924. The inauguration ceremonies were attended by high administrative and educational authorities and by the Argentine ambassador, Dr. Mora y Araujo, who emphasized the importance of the interchange of letters between the school of the different nations expressing his enthusiastic hope that the plan would be adopted by Brazilian Director of Instruction and announcing the adoptions of a reciprocal policy in Argentina.

The second school to be christed after a member of the Pan American family of nations received the name of Escola República do Perú.

The presiding officials at the inauguration, which took place on December 9, 1924, the centenary of the Battle of Ayacucho. In the center is Dr. Alaor Prata, Mayor of Federal Capital, Dr. Victor Maurtua, who was chairman of the Peruvian legation, Dr. A. Carneiro Leão, Director General of Public Instruction, Dr. Goulard de Andrade, Inspector of Schools and Dr. Chermont de Brito, Inspector of Schools. In the left are seated Dr. Felix

(3) Vide: Carta de L. S. Rowe, de maio de 1925, em *Palavras de Fé*, pág. 343 — Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1929.

HYMNO A CONFRATERNIZAÇÃO AMERICANA

Letra de *Goisart de Andrade*

Musica de *Francisco Braga*.

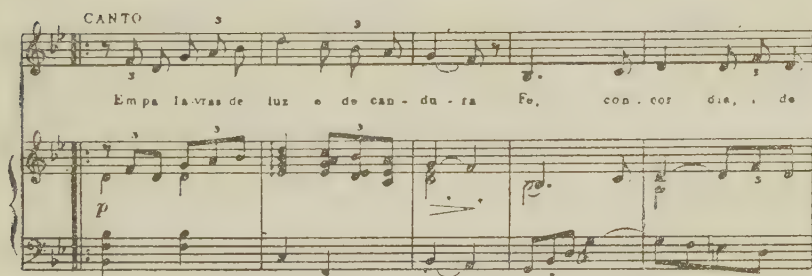
(♩ = 112)

PIANO

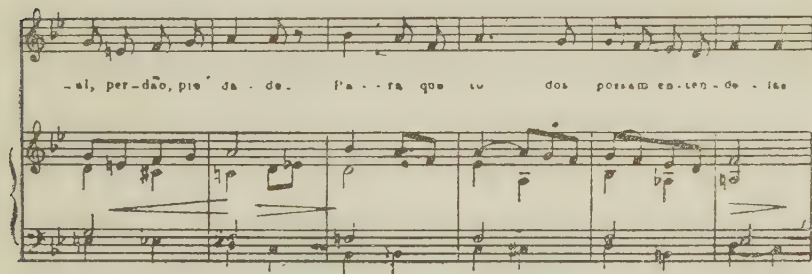


Musical score for the piano introduction. It consists of two staves, treble and bass clef, in 2/4 time. The key signature has two flats (B-flat and E-flat). The tempo is marked as 112 beats per minute. The score begins with a forte (f) dynamic and features a series of chords and eighth-note patterns. The word "dira" is written at the end of the first staff.

CANTO



Musical score for the first line of the hymn. It includes a vocal line (CANTO) and piano accompaniment. The vocal line is in treble clef with a 3/4 time signature. The piano accompaniment is in bass clef. The lyrics are: "Empa la-vas de luz e de can - du - ra Fe, con . cor die, . de". The piano part starts with a piano (p) dynamic.



Musical score for the second line of the hymn. It includes a vocal line and piano accompaniment. The vocal line continues the melody from the first line. The piano accompaniment provides harmonic support. The lyrics are: "al, per-dão, pie - da - de. Pa - ra que tu dos possam en - ten - de - las".

Propriedade reservada

Deus com - poe - re - lo céu na lou - sa es - cura O hym - no per

. fei - to da fra - ter - ni - da - de Com o syllabario ar - den - te das es.

arel - las

Céu da A - rue - re - ca! A - sylo ao sof - fri - men -

- ve Dos nan - fra gos da crença em ou - tras pla gas

P
Co bree mais es - pa ran ça que te - mor

P *dim*

calmo
Nes se a - len cio de re - ce - bi men to

f
e, fros de de que os as tros

Offertório propalado de
 "Ora BEVILACQUA"

Pacheco, the Minister of Foreign Affairs, Senhora Felix Pacheco, Senhora Victor Maurtua, Senhora Alaor Prata, and Senhora Zarate of Perú. . . in addition to a distinguished assemblage representative of the educational and social elements of the Capital.

In due time other schools will be named the christening of each of wich will mark a distinct step forward in the achievement of the Pan American ideal of internacional peace and friendship». (4)

Ou em tradução livre: «Dr. A. Carneiro Leão, Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal do Brasil, um dos maiores líderes da educação daquela grande República, adotou a interessante e louvável política de dar às Escolas do Distrito Federal os nomes das Repúblicas do Continente Americano.

De acôrdo com êsse plano cada uma dessas Escolas celebrará as datas nacionais do país cujo nome haja adotado e os seus mestres e os seus alunos manterão correspondência epistolar com alunos e mestres do país homenageado. Assim o interêsse de cada escola do Distrito Federal é despertado pela vida do país que representa e como consequência natural elimina qualquer conceito prejudicial e busca desenvolver um espirito de cordial simpatia e de amizade entre tôdas as nações, particularmente em relação as do Continente Americano.

A primeira das Escolas a ser assim batizada o foi com o nome de República Argentina, no dia 8 de novembro de 1924. A cerimônia da inauguração teve a presença do Embaixador Mora y Araújo, o qual encareceu a importância do intercâmbio da correspondência entre as escolas dos diferentes países, exprimindo entusiástica esperança de que a medida adotada pelo «Diretor da Instrução Pública do Brasil», provocaria a adoção de política correspondente na Argentina.

A segunda escola a ser batizada depois, dentre os membros da família Pan-Americana foi a que recebeu o nome de Escola República do Peru. Sua inauguração realizou-se a 9 de dezembro de 1924, data centenária da Batalha de Ayacucho. Na mesa, que presidiu essa cerimônia estavam sentados, no centro Dr. Alaor Prata, Governador da Capital Federal tendo à sua direita Doutor Victor Maurtua, chefe da Legação do Peru, Dr. A. Carneiro Leão, Diretor Geral da Instrução Pública, os Doutores Goulard de Andrade e Chermont de Brito, Inspetores Escolares; à esquerda o Ministro das Relações Exteriores, Dr. Felix Pacheco, Senhora Felix Pacheco, Senhora Victor Maurtua, e Senhora Zarate, espôsa do Secretário da Legação do Peru; na assistência encontravam-se

(4) Vide: Bulletin of the Pan-American Union, May, 1925, Washington D.C. United States of America, 1925,

elementos representativos dos meios educacional e social da Capital Brasileira.

Em seu devido tempo outras Escolas receberão os nomes das demais Nações do Continente realizando-se assim o ideal Pan-Americano de paz e de amizade internacional.»

De lá, dos Estados Unidos, recebemos de nosso querido patricio, Manoel de Oliveira Lima, então professor na Universidade Católica de Washington, a qual êle doou sua riquíssima Biblioteca, uma carta enternecedora. Dela transcrevemos: «Gostei muito do seu discurso na festa Argentina. Vejo, com satisfação, que não se afasta do caminho direto, do caminho da solidariedade americana. Sua obra é altamente interessante; pois ter a felicidade de poder traçar-se um ideal, respeitá-lo, envidar todos os esforços para atingi-lo e conservá-lo, sem hesitações nem tibiezas, nem incoerências, é o que há aí de menos vulgar. E com tudo isto impor-se, ter a ventura de poder trabalhar pelo seu ideal que de educativo se alarga e eleva pairando na esfera da concórdia internacional... que sucesso moral e como o Senhor o merece! Vejo com prazer que não perde a ocasião de trabalhar pelas boas relações brasileiro-argentinas que são a pedra angular da paz do nosso Continente. Deus o ajude». (5)

Do Brasil recebemos inúmeros elogios de personalidades ilustres e de prestigiosos jornais.

Do citado Ministro das Relações Exteriores — Felix Pacheco — ouvimos, em solenidade que presidíamos na «Escola Sarmiento», entre outros os seguintes conceitos:

«Sinto-me feliz em acompanhar a obra de meu jovem amigo, o Diretor Geral da Instrução Pública, seguindo, na sua inteligente administração, essa política de congraçamento. É, aqui, no seio desta geração que se forma, que se vai solidificar a solidariedade indestrutível com os nossos irmãos argentinos e com os demais irmãos do Continente».

Do Conde de Afonso Celso, então Reitor da «Universidade do Rio de Janeiro», hoje «Universidade do Brasil», lemos, no *Jornal do Brasil* de 12 de dezembro de 1926, um comentário do qual damos apenas dois períodos: «O Dr. Carneiro Leão trabalhou pela Americanidade, pela política do alfabeto, já difundindo o abecedário entre as crianças, já procurando aproximá-las das suas irmãs nascidas em outras regiões americanas...»

...Fêz jus, portanto, o emérito educador, cuja atuação buscou ultrapassar as fronteiras nacionais, aos aplausos e às bênçãos de quem quer que lhe conheça os beneméritos tentames.» (6)

(5) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fé*, págs. 333 e 339.

(6) Vide: Afonso Celso — *Jornal do Brasil*, 18 de dezembro de 1926, Rio, e Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fé*, pág. 356, Rio, 1929.

É que, em nossos programas, no capítulo da educação moral e cívica acentuávamos: «Essa parte do programa tem mais o intuito de formar o coração e o sentimento do que ministrar cultura. É deveras lamentável que na educação abandonemos a criança inteiramente a si mesma e a seus instintos, quando há de ser pelo sentimento que ela agirá na vida. E quando não abandonamos pensamos fazer alguma coisa repetindo enfaticamente aforismos que, diante do próprio aluno, desrespeitamos a cada passo. Como poderá dar uma boa educação moral, incutir na criança o amor da ordem, da disciplina, do cumprimento do dever, da economia, da oportunidade, do altruismo, a criatura desordenada, revoltada contra as ordens superiores, procurando desembaraçar-se rapidamente das suas obrigações, impaciente, sem espírito de parcimônia, impontual, não pensando senão em si mesma?

«As crianças percebem, com muito mais presteza do que se supõe, as contradições entre o falar e o agir, têm uma consciência muito nítida da justiça. O necessário é criar hábitos puros, procurar trazer sempre presente ao espírito do aluno que as virtudes sociais, nacionais, internacionais são o conjunto das ações virtuosas dos indivíduos.

.....
.....

«Daí a necessidade de mostrarem-se os direitos e os deveres comuns, a importância crescente da associação, da solidariedade, da cooperação, da união nacional, a utilidade de nossa adesão leal e entusiástica ao pan-americanismo construtor e, afinal, ao espírito de confraternização universal e ao amor humano».(7)

Os jornais do Rio de Janeiro, por sua vez, consignaram essa obra de fraternidade humana nas Escolas. O *Jornal do Comércio* de 7 de abril de 1926, a respeito escrevia: «Êsses programas visam grandes escopos de educação moral e cívica. Assim é para notar as suas tendências americanistas, o seu ideal de aproximação continental, de fraternização e de paz.

«Com essa orientação os programas não poderiam esquecer a «Liga das Nações», no estudo de história para as classes complementares adiantadas. De fato, no programa de história dêsse curso há, na terceira parte, no sétimo ano: «A Sociedade das

(7) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Introdução aos Programas de Ensino*, págs. 9, 10 e 11, Oficinas Gráficas do *Jornal do Brasil*, 1926, Rio de Janeiro.

Nações», sua organização, seus grandes fins; regular amigavelmente as contendas capazes de conduzírem à guerra; desenvolver no mundo o espírito de cooperação e de solidariedade, os meios coercitivos para obrigar os países recalcitrantes ao arbitramento; acentuar a necessidade de prestigiar a «Sociedade das Nações», de fazê-la amada pela infância e pela juventude, de maneira que, pelo seu prestígio e pela sua importância, seja possível, no futuro, a organização da paz universal, em bases sólidas».

Assim o Dr. Carneiro Leão deu aos programas que organizou o espírito moderno capaz de preparar para o mundo a nova época de confiança e de tranqüilidade. A inclusão desses temas nos programas das nossas escolas honra ao próprio Brasil que sempre prestigiou e prestigiará a «Liga das Nações», mas «Liga das Nações» com seu espírito universal e sem predomínio de interesses regionais». (8)

O *Paiz* de 10 de abril de 1926 assinalava: «A organização aqui dos novos programas de ensino público obedeceu a um critério baseado nos mais seguros princípios pedagógicos modernos.

«Trata-se de dar ao aluno todos os elementos intelectuais necessários, não só à sua formação intelectual, mas ainda à sua cultura moral e humana. O professor deve esforçar-se por lhe incutir no espírito o amor das grandes causas da civilização, tais como o ideal de fraternidade humana, através de tôdas as fronteiras e de tôdas as raças.

«Um dos pontos em que se define bem este objetivo é o que se refere ao estudo dos fins e da significação da «Liga das Nações», e de seu papel na vida da sociedade moderna...» (9)

A *Noite* de 30 de julho de 1927, em um artigo com o título «A Escola como Fator da Paz entre os Povos», afirmava:

«Entre as orientações que formam todo um largo complexo sistema de trabalho intelectual em prol da paz, uma existe produzindo excelentes resultados: a do fomento do espírito de paz pela influência profunda das escolas. Mais do que as assembléias de alta representação onde discutem os estadistas e do que a própria campanha generalizada na imprensa e na tribuna, vale essa influência sistemática nos centros escolares, plasmando espiritualmente, de acôrdo com o ideal coletivo, as gerações que serão, amanhã, a humanidade ativa... A criança, que, com as primeiras

(8) Vide: *Jornal do Comércio* de 7 de abril de 1926, Rio.

(9) Vide: O *País* de 10 de abril de 1926, Rio, 1926.

noções de letras, recebe o ensinamento, será de futuro o perfeito pacifista.

«Assim entendia o problema da paz, durante sua atividade administrativa o Dr. A. Carneiro Leão, que fundou e desenvolveu, no plano escolar sob seu domínio, uma larga campanha pacifista. O seu trabalho ainda hoje repercute na «Conferência Internacional de Praga», realizada para tratar exclusivamente da paz pela escola... O presidente da assembléia, o grande educador Pierre Bovet, ressaltou, em discurso, ali, a preponderância da atividade brasileira no sentido do ideal discutido. A mesa da presidência fêz que fôssem inseridos na ata, entre outros conceitos, os seguintes:

«O progresso da instrução pública, no espírito de uma escola nova e ativa, onde colaboram alunos, professores e pais, onde as crianças são instruídas das responsabilidades da autonomia, conduz a educação escolar a juntar-se, harmoniosamente, à educação moral, cívica e humana. Os exemplos, citados à Conferência, no Brasil, na Áustria e no País de Gales, por exemplo, atestam quanto se pode esperar de um trabalho combinado entre os professores e as autoridades».

«O Dr. A. Carneiro Leão, em sua gestão escolar, procurou desenvolver o espírito de fraternidade dando às nossas escolas os nomes de todos os países da América, enaltecendo os grandes vultos da humanidade, promovendo solenidades confraternizadoras, generalizando a Cruz Vermelha Juvenil...» (10) Realmente do Presidente do «Congresso Internacional da Paz pela Escola», Pierre Bovet, recebemos uma carta da qual traduzimos e transcrevemos estas frases: «Foi das melhores a impressão deixada no «Congresso da Paz pela Escola», reunido em Praga, pela vossa interessante comunicação. A sua influência se vai prolongar, pois acabo, precisamente, neste momento, de dar a última de mão ao volume que conterà os trabalhos apresentados ao Congresso, no qual vossas poucas páginas sobre educação internacional no Brasil figurarão também. Em Locarno, onde o Brasil estava representado por Melle. Laura Lacombe, nós tivemos ainda o contentamento de vos aplaudir através do vosso interessante *filme*. (*) Não

(10) Vide: *A Noite* de 30 de julho de 1927, Rio, 1927.

(*) Preparamos um filme documentário, mostrando o que de mais importante se realizava nas escolas do Rio de Janeiro, durante nossa Direção. Assim, os novos processos de ensino, as demonstrações de educação física, as festividades inspiradas nas nossas tradições, as atividades escolares em prol da fraternidade continental e universal tudo isso nêle figurava. Infelizmente, depois de o têmos exibido aqui no Rio e o havermos enviado ao «Congresso de Paz pela Escola», em Locarno, o emprestamos à Secretaria de Educação em Pernambuco e lá um incêndio o destruiu.

seria surpresa para mim se a idéia engenhosa e graciosa da festa das bandeiras e dos pequenos cônsules para os diversos países fosse imitada alhures». (11)

De fato, no capítulo do livro *La Paix par l'Escole*, intitulado *Rapports envoyés à la Conférence*, encontra-se, na íntegra, a comunicação que remeti por intermédio da Professôra Laura Lacombe. Ei-la:

«C'est avec le plus grand plaisir que j'envoie mon adhésion au Congrès qui doit se tenir à Prague. Pendant les quatre années (1922-1926) où j'ai assumé la charge de «Directeur Général de l'instruction publique» à Rio de Janeiro, l'œuvre de rapprochement, de solidarité et de fraternité a été pleinement réalisée dans nos écoles. Notre but a été de développer chez nos enfants la connaissance, le respect et l'amour des autres peuples; de leur transmettre, de manière à les intéresser toujours, les connaissances historiques, géographiques et politiques de toutes les nations. La «Croix-Rouge juvénile» que nous avons introduite dans nos écoles y a développé largement l'esprit de fraternité internationale. Par son intermédiaire nos écoles ont envoyé en Amérique et en Europe de nombreux albums et nos élèves entretiennent une correspondance régulière avec divers pays.

Nous avons donné les noms de vingt républiques américaines à vingt de nos écoles et aussi les noms de pays européens. Les noms des grands hommes de l'étranger et surtout des grands éducateurs sont l'objet d'un véritable culte et donnent lieu dans nos écoles à des grandes et belles manifestations. Il y a quelques mois une fête en l'honneur de Comenius fut célébrée à «l'Ecole d'Application», pour glorifier le grand Morave, sa noble patrie et la solidarité humaine qu'il a tant prêchée.

A toutes ces solennités les pays fêtés se font représenter par leurs ambassadeurs et ministres, auxquels, nos enfants remettent des messages pour les enfants de leurs pays. A «l'Ecole Pedro II» ou a institué la fête de «l'amour des nations» qui se réalise de la manière suivant: — Tous les années, le 2 Décembre, les drapeaux de tous les pays du monde sont exposés devant les élèves des classes les plus avancées, qui font solennellement la promesse de garder et d'honorer le drapeau qui leur sera confié. Chaque enfant tire au sort le nom du pays dont le drapeau restera sous sa garde pendant un an. Tous les samedis ces symboles sont dressés sur les pupitres des élèves, et, aux jours de fête des pays qu'il représentent, ces petits consuls reçoivent les hommages de leurs collègues. A cette occasion de nombreux commentaires sont faits sur les motifs

(11) Vide: Carta de Pierre Bovet em *Palavras de Fé*, pág. 359.

qui déterminent ces fêtes, et les professeurs leur parlent des grands hommes qui ont honoré ces pays ainsi que des grands faits sociaux et politiques qui s'y sont passés. La bonne conduite des élèves est une condition absolue pour qu'ils continuent à jouir des honneurs que leur confère la garde du drapeau confié.

Ils tiennent aussi à partager l'angoisse des nations qui traversent des heures douloureuses et à se solidariser entièrement avec elles. Il y a deux ans, lorsqu'un tremblement de terre causa de terribles dégâts au Chili, le petit représentant de ce pays dans nos écoles réunit ces collègues et obtient d'eux une aide efficace pour les petites victimes. Le montant de la collecte fut immédiatement envoyé au Chili. Plus tard les enfants chiliens remercièrent les enfants brésiliens et leur firent remettre une belle statue de bronze de «boy scout», qui fut inaugurée en grande pompe sur l'une de plus belles avenues de la ville.

Le 2 Décembre 1925 une solennité eut lieu pour la remise des drapeaux à «l'Ecole Pedro II», où 20 nations de l'Europe, de l'Asie et de l'Amérique se firent représenter par leurs ambassadeurs et ministres.

Lorsque le nouveau Président de la République remplaça l'ancien, en Novembre dernier, de donnais ma démission, selon la coutume, et quelques semaines après j'eus l'honneur de recevoir une grande manifestation de sympathie du corps diplomatique. Quelques discours furent alors prononcés. Je détache une partie de celui du Ministre de la Tchécoslovaquie, Dr. Vlastimil Kibal: «Je desire, dit-il, profiter de l'agréable occasion qui m'est offerte aujourd'hui de m'unir à mes collègues pour vous exprimer toute notre admiration pour la manière hereuse dont vous avez fait pénétrer, dans les écoles, la connaissance des pays étrangers et surtout l'amour pour toutes les nations du monde: grandes et petites, vieilles et jeunes.

Vous méritez, spécialement, les plus sincères eloges de trois éléments de la populations: Premièrement de vos compatriotes, parceque vous vous êtes toujours inspiré du plus pur patriotisme dans la vision claire des nécessités de l'enseignement public au Brésil, non seulement pour les Bresiliens d'origine comme aussi pour les immigrants. Ensuite vous méritez l'admiration de tous les Américains, pour les raisons si justes et si élèves exprimées par son Excellence M. le Ministre de l'Uruguay; enfin vous méritez les applaudissements des Européens, et en général de tous les étrangers qui peuvent apprécier la haute orientation de culture qui a fait de vous l'introducteur du «culte des nations» dans les écoles dans lesquelles vous avez enraciné encore plus profondément l'ample et genereux sentiment de solidarité internationale.

Il faut voir le Brésil, dites vous, avec le critérium national, mais dans l'harmonie internationale».

Afin qu'une éducation de solidarité humaine se continue toujours j'ai organisé tous les programmes primaires, professionnels et normaux, prêchant la fraternité non seulement continentale mais internationale et faisant une propagande de sympathie pour la «Ligue des Nations».(12)

Recebemos também do Embaixador Cruchaga Tocornal, representante do Chile no Brasil, depois Ministro das Relações Exteriores e a seguir senador naquele país, esta comunicação: «Tive a honra de receber os exemplares do «Hino à Confraternização Americana». Essa feliz iniciativa de Vossa Excelência é digna dos mais sinceros aplausos... unir as crianças de toda a nossa livre América pelos vínculos de um mesmo hino, é como afinar em uníssono a alma nova e generosa de todas elas e fazê-las vibrar em uma mesma nota de nobre afeto fraternal...»(13)

Do Presidente Arturo Alessandri, do Chile, com seu retrato, por êle próprio autografado, viera-nos expressiva mensagem. Dela vejamos êstes períodos: «Dr. A. Carneiro Leão, Direção Geral da Instrução, Rio de Janeiro. Acuso recebida sua atenciosa carta de 6 de dezembro de 1923, na qual é servido de me dizer que o Senhor Professor Guillermo Martinez cumpriu o encargo que assumira de levar-lhe minha fotografia para exteriorizar aí uma vez ainda mais o anêlo sincero que experimento em tudo quanto possa estreitar e redobrar os vínculos de fraternidade e afeto entre o seu país e o meu.

Os educadores, que são os grandes forjadores da obra nacional, mais, muito mais do que os estadistas, são os que estão chamados a plasmar, na alma dos povos, os sentimentos de fraternidade e de amor internacional...»(14)

Eram agradecimentos, que recebíamos, pelas provas de interesse e carinho dadas pelos nossos escolares aos escolares chilenos, por ocasião do violento terremoto a que nos referimos na Comunicação ao Congresso de Locarno e que tantas propriedades e tantas vidas destruiu no Chile.

A retribuição dos escolares do país irmão foi comovente. De lá vieram, logo depois, dois emissários — o Professor Guillermo

(12) Vide: Bovet (Pierre) — *La Paix par l'Ecole*, págs. 116, 117 e 118 — Genève, Bureau International d'Education, 4 Rue Ch. Bonnet, Suisse et Prague, Société Pédagogique Comenius, 5 — Rua Letenska, 1927.

(13) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fé*, págs. 342 e 343, obra citada.

(14) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fé*, págs. 340 e 341.

Martinez e o escultor Fernando Thauby — trazendo-nos o pequeno Escoteiro de Bronze(15) cuja presença grácil foi engalanar um dos mais belos pontos da Praia do Flamengo.

Em nosso discurso, recebendo o pequeno monumento na «Escola Pedro II», na qual se reunia «A Cultura de Afeto entre as Nações», dizíamos aos representantes chilenos, ante os professores e os escolares brasileiros ali presentes :

«Senhores emissários da infância do Chile, antes de ser entregue à infância de minha terra, pela infância da vossa, o belo monumento de arte e de ternura que o cinzel de vosso compatriota — Fernando Thauby, esculpiu, quiseram as crianças brasileiras manifestar, dentro dos muros de uma escola, todo o transbordamento de um entusiasmo espontâneo e sadio, como os seus corações. Em nossos dois países a escola quer ascender a templo de união entre as nações, a realizadora do ideal de confraternização entre os povos. As crianças aqui nascida, filhas de várias raças e de várias religiões, aspiram à missão de anjos tutelares da grande obra em elaboração avançada. Nenhum exemplo mais significativo do que o dado pela infância das nossas duas pátrias. Ontem foram os escolares brasileiros, filiados «A Cultura de Afeto entre as Nações», que contagiavam o nosso meio escolar num gesto de simpatia e de carinho pela vossa pátria.

Sabeis que sociedade é esta — «Cultura de Afeto entre as Nações»?

«Ouvi: Todos os anos, no dia 2 de dezembro, nesta Escola, sob a inspiração de grandes mestres, as bandeiras de tôdas as pátrias são colocadas diante dos alunos. Em juramento solene cada um dêles promete guardar e honrar a que lhe couber representar e defender. Depois cada qual tira por sorte o nome do país cujo pavilhão irá representar durante um ano. Aos sábados cada um dêsses pequeninos cônsules expõe sobre sua carteira florida a bandeira da nação que representa. Nos dias nacionais de cada povo ao colega em festa rendem-se expressivas homenagens, Em tais momentos fazem êles mesmos os comentários mais edificantes sobre os homens e as coisas dêsses povos. E se se compartilham as alegrias compartilham-se também os sofrimentos. Quando o vosso país, abalado por violento terremoto, viu destruídas vias e riquezas, o seu representante na «Cultura de Afeto entre as Nações» (16) provocou imediata solidariedade em todo

(15) Vide : *Revista da Semana* de 15 de dezembro de 1923, Rio, 1923.

(16) Vide: Instituição dirigida pela dedicada mestra Maria Mercedes Mendes Teixeira, com a colaboração entusiástica das Diretoras, professoras Eulina Nazareth e Floripes Anglada Lucas.

o nosso mundo escolar. Hoje viestes para provar quanto aquêlê gesto da infância brasileira tocou à generosa infância de vossa terra. Chegastes trazendo, em retribuição, a pequenina e cândida lembrança dos vossos escolares, a encantadora obra de arte que vai evocar, num dos mais risonhos pontos do Brasil, a amizade fraterna das crianças chilenas».

Logo depois colocávamos a pequenina estátua na Praia do Flamengo e o Prefeito Alaor Prata, em comovido discurso, agradecia o carinhoso gesto do Chile. Essa estátua acaba de ser transferida para a Praia do Russel, ficando nas proximidades da de Baden Pawel o venturoso criador do escotismo.

Um ano depois era o Presidente Arturo Alessandri a quem homenageávamos. Pois à sua passagem pela nossa terra íamos, com os mestres e os alunos da «Escola Chile» e da «Cultura de Afeto entre as Nações», cumprimentá-lo efusivamente.

Nessa oportunidade, no discurso de saudação, terminávamos assim: «Queira aceitar, Senhor Presidente, das mãos desta criança a Mensagem de afeto que, por intermédio de Vossa Excelência e da Senhora Arturo Alessandri, envia ao coração da infância chilena o coração da infância da nossa pátria».

Respondendo, o Presidente declara com emoção: «Vencestes Senhor Diretor da Instrução Pública, pois me criastes uma situação que sobremodo me comove e me priva de expressões que revelem todos os meus sentimentos. . . Vejamos estas árvores que tão alto elevam no espaço as suas frondes verdejantes. Nelas sobe das raízes profundas a seiva que vai até as frondes, e nestas como que se manifestam as esperanças da terra. Assim também as crianças recordam-me sempre estas árvores, pois lembram aquelas raízes profundas. Elas dão à humanidade a seiva que faz germinar as esperanças do futuro e os sonhos dos homens. . .» (17)

Certo as Escolas, com os nomes das Repúblicas das Américas, não poderiam deixar de influir profundamente na formação da inteligência e do coração das novas gerações. E como os atos das inaugurações constituíam sempre motivo para enaltecer e revigorar êsse sentimento de simpatia e de afeto?

Quando inaugurávamos a «Escola Argentina» dizíamos, sob os aplausos dos alunos, dos mestres, do Embaixador dêsse país — o saudoso Mora y Araujo — e demais representantes oficiais, brasileiros e argentinos: «Na Escola Argentina, nesta Escola, diante destas centenas de crianças, as nossas fronteiras se esbatem até desaparecerem no mesmo pensamento, na mesma visão, no

(17) Vide: *Resumo do Jornal do Brasil* de 21 de março de 1924 e Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fê*, pág. 347.

mesmo amor pelos destinos comuns. São crianças brasileiras que formam sua inteligência, seu coração, seu caráter, no Brasil, dentro de um templo que se vai chamar «Escola Argentina», habituando-se a ver o escudo de vossa pátria ao lado do escudo da nossa, a sentir tremular vossa bandeira sob a carícia da mesma brisa que afaga o nosso pavilhão, a identificar os anelos de liberdade e de amor do hino argentino com as esperanças e as aspirações do hino brasileiro, a freqüentar, a amar a vossa história, o vosso povo, as vossas coisas — irmanadas às nossas.

«Senhor Embaixador, na «Escola República Argentina» há de viver, ao lado do amor pelo Brasil, o amor pela vossa pátria, a consciência luminosa de um espírito de fraternidade harmonioso e imperecível».

Nessa ocasião o aluno Clemenceau de Azevedo Marques leu êstes versos de Leôncio Corrêa, escritos expressamente para aquela solenidade:

E' branca e azul. . . Não pode haver mais pura,
Mais feliz policrômica expressão. . .
Tem as côres do céu e da candura
Da Nação Argentina o pavilhão.

E' casta como um riso de criança
E como o sonho de uma santa — azul,
Refulge como a aurora da esperança
De eterno amor na América do Sul.

Ao lado da lindíssima bandeira
Que é nosso orgulho, viu da guerra o pó!
Alma argentina ou alma brasileira
São duas almas em uma alma só.

Símbolo nobre de uma nobre terra,
Onde vive e trabalha um povo audaz,
Se com a nossa se encontrou na guerra,
Também com a nossa se irmanou na paz!

O Embaixador Mora y Araujo, que tantas recordações deixou nos meios brasileiros, comovido, proferiu, no final de tão expressiva cerimônia, uma formosa oração. Dela damos, aqui, apenas estas frases:

Una Escuela, denominada Argentina, no Rio de Janeiro y otra denominada Brasil, em Bueros Aires, señala no una mera cortesía de sus autoridades escolares o la correspondencia usual de atenciones oficiales. En mi concepto tiene una significación mayor, porque descubre, si así puedo decir, en la entraña del alma social, consolidado y firme, el deseo sincero de aproximarse, de ensanchar

los vinculos de amistad que cuidadosa y tradicionalmente hemos cultivado en el orden de las relaciones politicas».(18)

No ato inaugural da «Escola República do Peru», ao nos dirigirmos ao Ministro Victor Maurtua acentuávamos: «Inaugurando, em nome do Govêrno da Capital do Brasil a «Escola República do Peru», sob a carícia do mesmo Sol que afaga as terras queridas de vossa pátria, gravando no portal desta Casa, para imorredoura recordação das gerações que aqui se vão formar, através dos tempos, a data vitoriosa de Ayacucho, mostramos, a par do entusiasmo e do afeto pelo vosso povo, o nosso grande amor pelo espírito de fraternidade e de congraçamento tão caro ao vosso coração.

.....
«Ayacucho, dissestes Senhor Ministro, foi a reconquista da América pela própria América. Não foi uma batalha, mas a libertação de um Continente... Ayacucho é, assim, um símbolo de união e uma profecia de destino comum...»

«Meus meninos: quando todos os dias chegardes às portas dêste templo, no qual as vossas mestras vos hão de ensinar, ao lado da grandeza da Pátria, o amor pelos grandes povos do Continente, vereis, no centro da placa de vossa Escola, gravada em bronze — 9 de dezembro de 1924 — o que será o mais eloqüente incentivo ao culto do vosso espírito e ao amor do vosso coração pela fraternidade continental e humana».

Em retribuição recebemos do Peru uma comunicação oficial, na qual estava consignado que, ante o fato do Diretor-Geral da Instrução Pública do Rio de Janeiro dar o nome da República do Peru a uma das Escolas da Capital brasileira, o Govêrno daquele País dava ao «Centro Escolar n.º 436, que funciona na Rua Chiromayo, em Lima, o nome da República do Brasil, cuja inauguração foi presidida pelo então Presidente Augusto Leguia».(19)

Vejamos a comunicação:

Lima, 2 de agosto de 1924.

Senhor Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Brasil:

Pelo Ministério da Justiça foi expedida em data de 2 de julho último a resolução suprema que segue: «Vista a comunicação

(18) Vide: Confraternidad Americana — *Consejo Nacional de Educación* (Publicación Oficial), págs. 43, 44, 45. Buenos Aires, 1925 e Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fé*, págs. 348, 349, 350 e 351.

(19) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fé*, págs. 343, 344.

junta do Ministério das Relações Exteriores, que transcreve a nota do representante peruano na República do Brasil comunicando-lhe que o Diretor Geral da Instrução Pública no Rio de Janeiro tem o propósito de dar o nome da República do Peru a uma das Escolas primárias daquela Capital, com o fim de manter um intercâmbio entre as escolas primárias de ambos os países; considerando: que tão espontânea homenagem da nação brasileira obriga a gratidão do povo e governo peruanos, constituindo mais um passo para a obra de aproximação internacional que deve realizar a escola, resolve: Primeiro, faça-se saber à nação irmã o sincero agradecimento do povo e governo peruanos por tão delicada prova de solidariedade; segundo, o Centro Escolar n.º 436 que funciona na Rua Chiromayo, desta Capital, adotará, desde esta data, o de Centro Escolar República do Brasil, n.º 436, devendo a sua diretora, pessoal docente e alunos cumprir as disposições das autoridades escolares do Rio de Janeiro que se lhes fizer conhecer, como se emanadas fôsem da autoridade escolar peruana: Terceira, a direção geral da educação remeterá à Escola República do Peru no Rio de Janeiro os retratos de Manco Capac Amaru, Brigadier Pumacahua, Francisco Antônio de Zela, José Olaya, Mariscal Don Ramos Castilla, Francisco Bolognese, Miguel Grau, autorizando-se ao Ministério respectivo que se verifique os gastos necessários com a carga à parte n.º 518 do Orçamento Geral da República.

Que transcreve para o seu conhecimento e fins convenientes: Deus o guarde».(20)

Ao inaugurarmos a «Escola Paraguai», quando nos visitavam os escoteiros paraguaios, dizíamos: «Sede bem vindos ó jovens escoteiros, cavaleiros andantes da fraternidade. Sois a juventude do Paraguai que vem abraçar a juventude do Brasil, como penhor sagrado da união imorredoura da mocidade da América, pacífica e generosa...

A «Escola Paraguai», cujo batismo sagramos neste momento... há de ser, na preparação das gerações brasileiras, que aqui se formarão, a certeza de nosso afeto no tempo... A «Escola Paraguai», tocada pela irradiação de vosso espírito afetuoso, guardará indelevel a lembrança de vossa visita».

Quando inauguramos a Escola Estados Unidos entre outras coisas dizíamos: «Nesse país irmão a divisa não será mais nunca — *Some men down*, — abaixo alguns, mas *All men up* todos para cima. E tudo ali se fez pela educação. Seu individualismo intransigente tem sido um corretivo em benefício da coletividade.

(20) Nota: Assinado Cesar Elguera, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1924. Cópia conforme: Primeiro Secretário de Legação.

Em país algum do mundo a filantropia atingiu alturas tão vertiginosas. E' comum encontrarem-se milionários famosos levando às suas famílias apenas o suficiente para viverem, enquanto dão, em vida, a maior parte de suas grandes fortunas a instituições de beneficência, a obras de organização ou de defesa sociais, à preservação da paz. Por um lado vemos a «Fundação Rockefeller» mantendo, na Ásia, nas Américas, aqui no Brasil, uma luta renhida e continua em defesa da saúde, por outro a «Fundação Carnegie pela Paz Universal» organizando uma obra de concórdia entre os homens, uma associação interamericana para cooperação intelectual entre as nossas pátrias, amparando todos os esforços tendentes à pacificação, promovendo inquéritos a propósito da literatura escolar, com o fito de escoimar dos livros didáticos qualquer possibilidade de desentendimento internacional... Foi com o concurso dessa última fundação que se criou a «Academia de Direito Internacional de Haya» e que se espalham, anualmente, pelo mundo, mais de duas centenas de professôres e de estudantes americanos para estudarem as diversas civilizações, em seus próprios ambientes. Agora o mesmo Rockefeller põe à disposição da «Liga das Nações», em benefício de todos os povos, os meios suficientes para a fundação de uma biblioteca que seja uma irradiadora das melhores doutrinas e do mais alto pensamento asseguradores da fraternidade humana». (21)

Assim se compreende que, para êsse povo, o princípio soberano não pode ser o interesse pessoal, mas, ao contrário, um ideal humano, colocado sempre acima de si mesmo...

Recordemos de Wilson, daquele simpático Presidente, estas palavras: «Se acreditais verdadeiramente que há um direito, se julgais deveras que é mister pôr um termo às guerras, deixai de encerrar interesses rivais e pensai nos homens, nas mulheres e nas crianças de toda parte da terra».

E a «Escola Estados Unidos» surgiu com os aplausos dos brasileiros e os agradecimentos do Embaixador Edwin Morgan, tão amigo do Brasil.

Do seu discurso, em resposta a nossa saudação, damos apenas êste pequeno resumo em português, publicado pelo *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, no dia 18 de julho de 1926: — «Muito aprecio a honra conferida aos Estados Unidos no convite para assistir a inauguração desta escola, que traz o nome de meu país, e espero que êste acontecimento estabelecerá uma corrente de comunicação entre os professôres e as crianças desta escola

(21) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fé*, págs. 162, 163 e 164. Rio, 1929.

com os professores e as crianças das escolas dos Estados Unidos. Farei o que estiver em meu poder para auxiliá-la e obter cópias de retratos de personagens e publicações que serão de utilidade a esta instituição e me esforçarei por todos os modos para tornar uma realidade a solidariedade instrutiva da «Escola Estados Unidos», que é inaugurada hoje, tão auspiciosamente, por iniciativa do digno e ilustre Dr. A. Carneiro Leão, Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal».(22)

Esse espírito de aproximação, de relações afetivas entre os povos nos Estados Unidos manteve-se sempre. Vejamos as expressões desvanecedoras do convite que o Embaixador dos Estados Unidos, Mr. Willian D. Pawley, nos dirigiu, a 13 de fevereiro de 1947:

Dear Dr. A. Carneiro Leão:

It gives me great pleasure, on behalf of the Department of State, to extend an invitation to visit the United States as the guest of the American Government. It is our belief hat nothing does more to create understanding and coment friendship between our two countries than the meeting of such a distinguished scholar as yourself with scholars and administrators working in the same field...

.....
You should plan to go directly to Washington where the facilitates of the Department of State would be put at your disposal in best arranging your time and itinerary. Neanwhile, any suggestions you may have as to places, institutions, and men you desire to visit would facilitate working out a profitable program.

If, while in the United States you are prepared to deliver any lectures in English, I should be glad to have the titles for the information to the Department...

.....
May I have your early repley giving at the same time the aproxi-mate date when you could leave Rio de Janeiro, so that the Depart-ment may proceed with the necessary arrangements?

Believe me sincere, Dr. Carneiro Leão, when I say that my Government will be greatly honored by your acceptance.

Cordially yours,

Willian D. Pawley.

(22) Vide: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1926 e Carneiro Leão (A.) — *O Ensino na Capital do Brasil*, pág. 138, Rio de Janeiro, 1926.

Ou, em nossa língua: Dr. A. Carneiro Leão:

Em nome do Departamento do Estado tenho grande prazer em convidá-lo a visitar os Estados Unidos como hóspede do Governo Americano. Acreditamos que nada criará maior entendimento e maior fraternidade entre os nossos dois países do que o contacto de um distinto *scholar* como o senhor com *scholars* e administradores norte-americanos trabalhando no mesmo setor...

.....

O senhor poderá ir diretamente a Washington onde o Departamento de Estado porá a sua disposição tôdas as facilidades para o melhor aproveitamento de seu tempo e de seu itinerário. Todavia qualquer sugestão que possa fazer quanto a lugares, instituições e personalidades que deseje visitar facilitará a elaboração de programa proveitoso. Se tiver preparado algumas conferências em inglês, gostarei de ter conhecimento dos títulos para informar ao Departamento...

.....

Poderei contar com uma breve resposta quanto à data aproximada em que o senhor deixará o Rio de Janeiro, para que o Departamento possa tomar as necessárias providências?

Creia-me sincero, Dr. Carneiro Leão, quando lhe digo que a aceitação dêste convite honrará grandemente o meu Governo.

Cordialmente seu

William D. Pawley (23)

Aceito êsse honroso convite, que coincidiu com os convites de cinco Universidades norte-americanas, partimos em 1948 e realizamos, como professor visitante, cursos em inglês nas Universidades da Luiziana, Virgínia, Vanderbilt, Pensilvania e conferências nas de Tulane, Harvard, Massachussets e na Faculdade de William and Mary; fomos à Universidade de Stanford, na Califórnia, como hóspede dessa conhecida instituição, para assistirmos ao Congresso Ibero-Americano ali realizado então sob a presidência do Professor Ronald Hilton.

Assinalando o caráter de aproximação e congraçamento entre as Américas o Departamento de Estado — o Itamaraty norte-americano — ofereceu-nos um banquete presidido pelo Diretor da Divisão Cultural dos Estados Unidos, Dr. William C. Johnstone Jr., com a presença de Reitores, Vice-Reitores, Diretores de Fa-

(23) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Visão Panorâmica dos Estados Unidos*, págs. 13, 14, 15, 16, 17. Editôra Civilização Brasileira, Rio — São Paulo, 1950.

culdades, de Bibliotecas, de Museus, intelectuais e jornalistas, na histórica *Blair Lee House*, em Washington. (24)

Entre outras tocantes provas de estima tivemos ainda um almôço oferecido pelo Professor Dr. Stephen P. Duggan, Presidente do Instituto Internacional de Educação, em Nova York, e uma recepção em sua residência, na «Universidade de Princeton», em New Jersey, do grande Einstein. (25)

Aliás já havíamos, em 1941, em nossa Missão Cultural no Uruguai e em nossa visita à República Argentina, no mesmo ano, em conferência e em discursos e no México, em 1947, como representante do Brasil à Conferência da Unesco, e conferencista, a convite da Universidade Nacional Autônoma dêsse grande país, trabalhado no mesmo sentido, com grande simpatia de uruguaios, argentinos e mexicanos.

Na Argentina ao sermos recebidos nas Universidades e nas Instituições Culturais, como no «Instituto Nacional del Profesorado Secundario», no «Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura» e na «Asociación Argentino-Brasileira Julia Lopes de Almeida», insistimos sempre na obra de confraternização.

No «Instituto Nacional del Profesorado Secundario», entre outras afirmações, dissemos: «Daqui saíram e sairão educadores e formadores da juventude no sentimento sublime de fraternidade humana, consubstanciada, de maneira inesquecível, no preâmbulo de vossa Constituição, nesta frase de ouro»... *assegurar os benefícios da liberdade para nós, para a nossa posteridade e para todos os homens do mundo que queiram habitar no solo argentino.*

No «Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura» declaramos: «com que emoção e saudade eu que fui um dos fundadores dessa

(24) Neste banquete entre outros convivas encontravam-se: Doutor William C. Johnstone Jr., Diretor da Divisão Cultural do Departamento de Estado; o Reverendo Edward B. Jordan, Reitor da Universidade Católica da América; Reverendo Edmundo A. Walsh, Vice-Reitor da Universidade de Georgetown; Dr. Henry Grattan Doyle, Diretor do Colégio da Universidade de George Washington; Dr. Manuel Cardoso, Diretor da Biblioteca da Universidade Católica; Mr. Hendrik Marshall, Diretor Internacional de Relações Educacionais de Escolas; Dr. Harold E. Echneider, Diretor da Comissão de Reconstrução da Educação Internacional; Mr. Laurence S. Moris, assistente-chefe da Divisão de Bibliotecas e Institutos do Departamento de Estado; Prof. Stephen Duggan, Diretor do Instituto Internacional de Educação, Doutor Hugo Gouthier, Primeiro Secretário da Embaixada Brasileira, representando o nosso Embaixador Mauricio Nabuco, ausente da Capital. Vide: *Visão Panorâmica dos Estados Unidos*, págs. 171, 189, 190, 191 — Civilização Brasileira, Editôra, Rio de Janeiro, Brasil, 1950.

(25) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Visão Panorâmica dos Estados Unidos*, sobretudo págs. 171, 187, 191, Civilização Brasileira, Editôra S. A., Rio.

instituição de pensamento e de afeto, em nossa terra, recordo a hora solene em que com a presença dêste argentino do Brasil — Rodrigo Octávio — e dêste brasileiro da Argentina — Rodolfo Rivarola — realizamos no Itamaraty, para nós brasileiros e Casa da América, a solenidade de inauguração do «Instituto Cultural Brasil-Argentina». Foi uma hora de apoteose que vivemos ali — brasileiros e argentinos — sentindo pulsar ao lado do nosso coração o vosso coração».

Na «Escola República do Brasil», em Buenos Aires, com que emoção declaramos: «aqui, nesta casa, sentimos aquela mesma atmosfera de confraternidade e de amor que há 17 anos sentíamos ao inaugurarmos, no Rio de Janeiro, a Escola Argentina, pois vemos quanto as crianças de nossa pátria foram felizes e inspiradas quando, transbordantes de contentamento, beijavam, cantando, a bandeira e o escudo da vossa pátria». (26) É que nenhum mestre, criança alguma do Brasil e da América esquecerá a memória de Sarmiento, o renovador da educação na Argentina, o grande apóstolo da renovação educativa de sua terra, da América e do mundo, aquele que foi, com Horace Mann, Andrés Bello e Varela, os maiores apóstolos da educação da juventude em nosso continente.

No Uruguai, no dia 11 de novembro de 1941, ao falarmos, em nome da «Missão Brasileira de Cultura», no momento de homenagearmos, por indicação dos nossos companheiros de Missão, perante o Reitor da Universidade de Montevidéu, de mestres, de alunos e de escritores presentes, em frente à estátua de José Pedro Varela, um dos grandes educadores das Américas, dizíamos: Senhor Reitor, Mestres, Senhoras, Senhores, Juventude estudiosa do Uruguai:

«Missão alguma seria mais alta e mais significativa à «Missão cultural brasileira», que a de trazer a êste monumento — evocação perene de uma das maiores figuras da vossa pátria e das nossas, uma braçada de flôres em nome do Brasil. São as crianças brasileiras que aqui nos mandam para saudar, em José Pedro Varela, na recordação de sua memória imperecível, o benfeitor da infância.

«Com que contentamento rememoramos, nesta hora insigne, os momentos inolvidáveis em que por quatro anos a fio, como Diretor Geral de Educação, convivi com as crianças brasileiras, em ocasião de trabalho e de festa, na «Escola José Pedro Varela», em nossa terra natal!

(26) Vide: Carneiro Leão (A.) — *O Sentido da Evolução Cultural do Brasil*, págs. 202, 203, 204, 205. Rio, Imprensa Nacional, 1946.

«Foi no dia 25 de agosto de 1925, grande e inesquecível data dos vossos fastos nacionais. Presidiu aquela solenidade, a nosso convite, o vosso representante no Brasil, Ministro Ramos Montero, tão querido em nosso país quanto o poderia ser no Uruguai. Sua palavra impetuosa e sincera nos dava, naquele dia, tôda medida de vossa lealdade e de vosso ímpeto na realização dos grandes gestos humanos. Mas naquela solenidade majestosa pairou sempre protetora a memória gloriosa de José Pedro Varela.

«José Pedro Varela se fôstes o construtor da educação de vossa pátria, o homem guia da inteligência e da alma dêste formoso rincão da terra americana, fôstes, para nós outros, para todo o Continente, acima de tudo, uma grande, uma admirável lição moral...

.....

«Doente, ferido de morte, não fraquejastes. Ao contrário, presentindo o fim que se aproximava, procurastes ganhar tempo eliminando o repouso. Quase não dormieis. Trabalháveis dia e noite... Deitado de bruços, porque outra posição vos era intolerável, escrevieis, escrevieis, escrevieis... Quando a morte chegou, vossa última frase foi: «Mais papel, deem-me mais papel».

«Sintetizastes uma época, talvez a mais decisiva nos anais da educação nestas paragens formosas. Desde então a pequenina grande pátria cresce pelo milagre da escola, inspirada, planejada, instalada, renovada por vós.

«E morrestes aos 34 anos de idade, quando todos ainda tanto esperavam de vossa inteligência, de vosso coração, de vossa energia, de vosso civismo. Vossa obra já havia, porém, conquistado o coração do Uruguai e da América. E hoje, passados 60 anos do dia em que vos fôstes da terra, que tão pouco vos deu e a que tanto servistes, aqui viemos nós, aqui estamos nós, da «Missão Cultural Brasileira», para trazer-vos estas flôres, para fazer-vos esta «oferenda floral» como emissários orgulhosos e entusiastas da «Escola José Pedro Varela», no Rio de Janeiro, das crianças do Brasil».(27)

Para que continuarmos evocando atos de confraternização e de inaugurações de Escolas com os nomes das nações irmãs?

Basta reafirmarmos ter sido com o intuito de entendimento continental que se procurou dar à Escola os elementos os mais capazes de imprimirem, no coração do povo, a certeza da necessidade de uma compreensão, de uma mentalidade pan-americana. Para tanto, em 1925, os nossos programas visaram a formação de

(27) Vide: Carneiro Leão (A.) — *O Sentido da Evolução Cultural do Brasil*, págs. 198, 199, 200 — Rio, Imprensa Nacional, 1946.

uma consciência internacional. No de História, por exemplo, encontravam-se, como assuntos de estudo e de interpretação: «A Emancipação da América e o Pan-Americanismo», a «Liga das Nações, Sua Organização, Seus Grandes Fins», a regularização amigável das contendas capazes de conduzir à guerra, e as medidas para desenvolverem, no Mundo, o espírito de cooperação e de solidariedade».

Assim, inspirado pela alma generosa das nossas mestras, consagrava-se, desde 1922, em nossas escolas, e em círculo crescente, o sentimento de associação, de cordialidade continental e mesmo universal. Foi assim que demos também a uma das nossas escolas o nome de Portugal.(28) Nessa solenidade inesquecível em nosso discurso começávamos, comemorando a visita que nos fazia um grupo de estudantes portugueses, exclamando:

«Jovens representantes da pátria portuguesa sede bem vindos em nossa e em vossa terra. E, para vos agradecer a radiosa alegria comunicada por vós neste recinto, solicitamos sejais os padrinhos desta Casa de ensino que, a partir deste grande momento, se chamará «Escola Portugal».

E no afã de confraternização internacional fomos além: homenageamos grandes figuras de educadores não só da América mas de outros Continentes. Como exemplo basta citarmos a inauguração do retrato de João Amos Comenius, da Tchecoslovaquia, na Escola de Aplicação, com a presença do representante daquela República, Ministro Vlastimil Kibal.(29)

Naquela ocasião dissemos: «E' com indizível contentamento e orgulho que celebramos hoje a memória de Comenius Comenius (João Amos Komensky) nascido em 1592 e falecido em 1670 foi o precursor clarividente, origem e profecia das atuais verdades pedagógicas, evangelizador supremo da fraternidade humana pela Escola. Tudo quanto mais tarde, no correr dos séculos, deviam fazer Locke e Rousseau, Calkins e Pestalozzi, Hegel, Herbart, Froebel, Montessori, Kerchensteiner, Decroly, Dewey, estava claramente delineado pelo imortal morávio. Foi êle o primeiro a compreender que educar era desenvolver a própria atividade da criança. O primeiro a dar à escola a missão sagrada de congregar povos e nações...

.....

(28) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fé*, págs. 293, 294, 295 e 296 — Francisco Alves, 1929.

(29) Vide: Carneiro Leão (A.) — *O Ensino na Capital do Brasil*, pág. 141 — Rio de Janeiro, 1926.

Essa missão de confraternidade a que nos dedicamos, já sentida, já pregada por Comênio, foi compreendida por todos os povos que a conheceram».(30)

Ao deixarmos a «Direção da Instrução Pública do Distrito Federal», em 15 de novembro de 1926, os representantes no Brasil dos países das Américas e de várias nações européias resolveram homenagear o Diretor que partia.

Dos representantes do velho Continente, então presentes, falaram os de Portugal, Ministro Duarte Leite, em afetuoso improviso, relembando os nossos esforços em prol da confraternização entre os povos e o Ministro da Tchecoslováquia — Vlastimil Kibal — de cuja alocução transcrevemos, páginas atrás, da nossa comunicação à «Conferência de Locarno», sobre «la Paix par l'Ecole», realizada em Praga, de 16 a 20 de abril de 1927, alguns conceitos profundamente generosos.(31)

Quanto às pátrias americanas demonstraram tôdas como sentiram a importância dos nossos objetivos.(32)

A República Argentina foi entusiasta dêste movimento. Não só foi das primeiras a criar Escolas com os nomes de todos os países do Norte, do Centro e do Sul do Nosso Continente, como instituiu a «Semana da América», a celebrar-se nos primeiros dias de julho de cada ano nos estabelecimentos dependentes do «Conselho Nacional de Educação».

As outras Repúblicas seguiram o movimento, trabalhando tôdas pela política de aproximação das juventudes das nossas pátrias.

São do Ministro do Uruguai, Dionísio Ramos Monteiro, falando em seu nome e em nome dos demais colegas, no dia 16 de dezembro de 1926, os conceitos seguintes:

«Estão em tórno desta mesa todos os representantes diplomáticos das Repúblicas Americanas e de vários países europeus e, entre outras personalidades brasileiras, a respeitabilíssima figura do Conde de Afonso Celso, que é e será, não só na história do Brasil, como também de nossa América, o símbolo da vida universitária e da intelectualidade sempre jovem, através de três gerações que o veneram. Estais, pois, prestigiosamente acompanhado e é sincera e sugestiva esta manifestação que tributamos... em parte

(30) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fé*, págs. 299, 303, Rio, 1929.

(31) Vide neste trabalho as páginas 66 e 67.

(32) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fé*, págs. 299, 300, 301, 302 e 303 — Livraria Francisco Alves, Rio, 1929.

principalíssima, ao executor do culto fraternal americano na Escola do Brasil. Todavia, não é o meu único desejo interpretar o que vos diriam os meus honrados colegas e os ilustres intelectuais aqui presentes; eu desejo vos falar, em nome dos ausentes, das escolas brasileiras que representam as nossas Repúblicas, em nome também da juventude americana, dos que, do extremo norte ao extremo sul do Continente, aplaudem tudo quanto contribua para que na escola se renda culto a nossa América e se recordem as suas Repúblicas com o amor que se tem por tudo quanto interessa a uma família. «Sr. Dr. Carneiro Leão, levantamos nossas taças em vossa honra e vos dizemos que fizestes muito bem à escola inter-americana orientando a vinculação escolar internacional, nobilíssima obra que louvamos com entusiasmo, nós os representantes diplomáticos do norte, do centro e do sul da América.»(33)

Em complemento a essa política de compreensão americana e internacional criamos e difundimos pelas escolas a «Cruz Vermelha Juvenil». Com o lema «Servir» dizíamos, na inauguração de uma dessas seções: com êsse evangelho fecundo a «Cruz Vermelha Juvenil Brasileira» derrama, nas Escolas, um sentimento de auxílio mútuo, que conduzirá ao caminho da fraternidade perfeita. Por seu intermédio os escolares brasileiros começaram a enviar cartas e albuns aos escolares das demais nações da Terra.

Depois, ao organizarmos, em 1928, a Reforma da Educação no Estado de Pernambuco inserimos, na «Lei Orgânica», com o assentimento afetuoso do Governador Estácio Coimbra, a «Confraternização pela Escola» e as «Seções da Cruz Vermelha Juvenil». Assim os artigos 304, 305 e 306 dessa lei determinavam, respectivamente:

«Art. 304 — A correspondência escolar visará manter, nas escolas, relações amistosas com os escolares dos demais Estados brasileiros, das diversas nações do continente americano e dos vários países da terra.

Art. 305 — A «Sociedade de Afeto entre as Nações», que poderá ser subordinada à «Seção Juvenil da Cruz Vermelha», tem como finalidade festejar as grandes datas nacionais dos outros povos, honrar o nome dos grandes vultos da humanidade e fazer conhecido e amado, no meio infantil pernambucano, tudo quanto de grande e interessante ocorrer nas outras pátrias.

Art. 306 — Para a remessa de correspondência e de objetos (albuns, etc.) aos diversos Estados do Brasil e ao estrangeiro re-

(33) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Palavras de Fé*, págs. 353 e 354, Livraria Francisco Alves, Rio, 1929.

correrão as escolas à Cruz Vermelha Brasileira pela sua «Seção Juvenil» se houver, ou diretamente, em caso contrário.(34)

O nosso intuito era, ao lado do Pan-Americanismo, acentuar o sentimento humano das Américas, o nosso desejo ardente de fraternidade universal. Foi assim que acolhemos as missões estrangeiras com simpatia e carinho. Como exemplo basta lembrar as «Missões Culturais» francesas.

Em 1925, recebemos, oficialmente, os mestres Gustavo Lanson, Jacques Hadamar, Henri Truchy. E fomos nós quem no caráter de Diretor-Geral de Instrução Pública do Distrito Federal, oferecemos, sob a presidência de João Luís Alves, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, e a presença de várias personalidades ilustres, um banquete no qual dissemos aos homenageados, entre outras coisas: «*Depuis long temps vos reputations avaient frachit les mers, vos pensées étaient venues à nous et nous vous attendions comme de très vieilles connaissances*».

O Professor Lanson, que falou por si e pelos seus companheiros, em belo discurso, afirmou então: «*On ne peut mieux exprimer, que n'a fait Monsieur A. Carneiro Leão, le caractère de la civilisations française et les affinités de génie qui unissent le Brésil et la France*».(35)

Um ano depois, em setembro de 1925, saudando, em nome de todos quantos homenageavam Georges Dumas, Germain Martin, Paul Janet, e E. Marchoux, declarávamos: «*Dés le XVIII^e Siècle... le monde et principalement l'Amérique Latine et le Brésil subsistent l'influence de la pensée française. Depuis nous avons toujours tourné nos regards vers la France, et le 14 Juillet est devenu une date nationale au Brésil...*»

Germain Martin, em nome dos homenageados, pronunciou um formoso discurso do qual damos estes períodos: «*Soyons reconnaissante aux hommes d'initiative qui à l'occasion des fêtes du Centenaire de l'Indépendance du Brésil, se réunirent chez Monsieur le Recteur, alors Directeur de la Faculté de Droit, le Conte de Afonso Celso — et décidèrent de créer «l'Institut Franco-Brésilien de Haute Culture». Ils allaient ainsi permettre de continuer une tradition plus que seculaire*».(36)

(34) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Organização da Educação em Pernambuco*, págs. 86 e 87, Recife, 1929.

(35) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Hommage à la Mission Universitaire Française*, Rio de Janeiro, 1924.

(36) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Une Fête de l'Amitié*, Rio de Janeiro, 1925.

Com o mesmo propósito de fraternização pela escola recebemos e homenageamos na «Escola Técnica Rivadávia Corrêa» o Presidente do «Bureau Internacional do Trabalho» — Albert Thomaz. Nessa oportunidade assim saudamos o homenageado: ... Monsieur Albert Thomaz: *nous avons suivi, avec une sympathie toujours croissante, l'effort entrepris par le «Bureau International du Travail», pour améliorer le sort des travailleurs, harmoniser les intérêts internationaux et organiser, par le travail, la paix et le bonheur du monde. L'étoile qui vous guide est un grand idéal de fraternité universelle, la meilleur part de l'humanité a déjà les yeux fixes sur elle et la suivra sans défaillance. A Rio nous travaillons à la confraternisation par l'école et nous avons déjà établi la correspondance internationale, l'accord avec la «Croix Rouge Juvenile»... Les enfants affranchis de la haine découvriront, peut être, bientôt le secret de la paix éternelle... Pour s'aimer ils apprendront à se connaître, et les douces conversations qu'il échangeront par dessus les frontières seront, sans doute, plus riches en moissons que celles qui jusqu'à présent furent échangées entre nos plus fins diplomates. Toutes les nations de l'Amérique sont représentées dans nos écoles qui portent leurs noms. Il faut attendre tout de l'école. Là nous enseignons aux enfants à apprécier les autres pays. Et tout en gardant leur culte sacré le leur propre patrie, ils feront une large part dans leurs cours aux petits frères étrangers. Ainsi, par ces correspondances enfantines, les sympathies collectives remplaceront les haines que les livres, les jouets et les images souvent entretenaient, autrefois, chez les enfants. Par là, Monsieur le Directeur du «Bureau International du Travail», nous apportons notre petite pierre dans le magnifique monument que vous construisez à Genève...* (37)

Em seguida Albert Thomaz, em vibrante improviso, salientou a atenção que merecera do «Bureau Internacional do Travail» a sorte da mulher e da criança e disse ser para êle um imenso contentamento notar o espírito de confraternidade internacional de que se impregnava o ambiente escolar que êle acabava de conhecer... E terminou saudando a grandeza da sua juventude generosa tão cheia de verdadeiros sentimentos de fraternidade, garantia única da paz universal. (38)

Tinha de ser pois com entusiasmo que o Brasil, tão afeito aos ideais de americanidade e ao afeto entre as nações, receberia a instituição de um dia para festejar a confraternidade continental.

(37) Vide: Carneiro Leão (A.) — *None Fête de l'Amitié*, *Jornal do Comércio*, Rio 1925.

(38) Vide: *Jornal do Brasil* de 18 de julho de 1925, Rio de Janeiro.

O DIA PAN-AMERICANO

«O Dia Pan-Americano» foi instituído em 1930, pelo «Conselho Diretor da União Pan-Americana», mediante proposta do Embaixador do Brasil, Silvino Gurgel do Amaral, sendo escolhido para comemorá-lo o 14 de abril, data da criação da «União Internacional das Repúblicas Americanas». Desde então, ou seja, há 30 anos, em tôdas as nossas pátrias, festeja-se com entusiasmo e com fé o dia das Américas.

Nós mesmos, aqui no Rio, proferíamos, no primeiro ano dessas Comemorações, em 14 de abril de 1931, uma conferência, cujo título era «Pan-Americanismo, Nacionalismo, Pan-Humanismo». Nela, acentuávamos: «A América, aberta aos dois Oceanos, ao Atlântico e ao Pacífico, entre a Europa e a Ásia, recebendo, com o mesmo sorriso acolhedor, o Oriente e o Ocidente, não poderia crescer senão sob o signo do conagraçamento... Congraçamento entre indivíduos, classes, raças, religiões, nações e continentes... «Não há vitória maior do que a arbitragem para a solução dos malentendidos internacionais. A iniciativa é genuinamente americana. Ai está, ao lado da «União Pan-Americana» (hoje O.E.A. — Organização dos Estados Americanos) o «Instituto Americano de Direito Internacional», com as suas 21 sociedades, em plena florescência, nas 21 Repúblicas das Américas. Sua finalidade é criar, sob o contrôle da opinião pública do Novo Mundo, um movimento capaz de formar e propagar os princípios do Direito, da Justiça e da Moral, para que eles regulem as relações entre as pátrias. Não há obra mais bela que a «Codificação do Direito Internacional Americano», a preparação de Códigos para regular, num só padrão de liberdade, de igualdade e de justiça, as relações e a vida de 21 nações.

«Pan-Americanismo não é regionalismo, não é exclusivismo, não é separação. E', ao contrário, estímulo vivo para a fraternidade universal. Pan-Americanismo é o passo resolutivo para o Pan-Humanismo... (1)

«O Brasil tem dado à causa da justiça internacional uma contribuição sincera. Trinta e dois Tratados de Arbitragem com Estados da Europa, da Ásia e da América demonstram sua preocupação pela concórdia universal...» E terminávamos declarando: «Bem haja êste dia, em que todos os anos os filhos do Novo

(1) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Ideais e Preocupações de uma Época*, págs. 115, 116, 117, 118 e 119. Rio de Janeiro, 1941.

Mundo se identificam, em júbilo, no mesmo pensamento de concórdia e de amor».(2)

Treze anos mais tarde, em 14 de abril de 1944, a «Faculdade Lafayette», hoje «Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras» da Universidade do Rio de Janeiro, mandava aos estudantes e aos Mestres das Américas uma Mensagem, por nós escrita, propondo fôsse aproveitada aquela data para a criação de um centro de educação capaz de formar os filhos de todos os povos dentro dos mesmos princípios e dos mesmos ideais. Nessa Mensagem, após ser lembrada a grandeza do dia confraternizador dos filhos de toda a América, dizíamos:

E' no âmbito da educação e da cultura que a revolução se vai fazer. Já a Conferência de Havana adotou, em 1928, uma resolução recomendando se instaurasse um organismo pedagógico interamericano. Já, entre as conclusões da «Recomendação Preliminar sôbre os Problemas do Após Guerra», se lê: «Os Estados, tendo em vista que o desarmamento moral é um fator importante da paz, deverão orientar os sistemas educacionais no sentido da compreensão recíproca entre as nações...»

«Falaram os juristas, a palavra cabe agora aos educadores, às instituições de educação e de cultura. Assim pensando, em nome da «Faculdade de Filosofia Lafayette», com sede no Rio de Janeiro, prestigiada por todos os seus Departamentos culturais, dirigimo-nos a todas as instituições similares, a todos os institutos de cultura e do mestre, no Continente, para solicitarmos, às «Nações Unidas» a inclusão, no organismo que tiver a missão suprema de construir o Mundo de após-guerra, de um «Departamento Internacional de Educação»...

E terminávamos a Mensagem: «Abençoado seja êste dia 14 de abril de 1944, se êle souber despertar, iluminado pelo pensamento de concórdia e de amor — Velho apanágio dos corações americanos — a consciência dos responsáveis pela construção do mundo de amanhã, da necessidade de um organismo internacional de educação, capaz de incentivar a unidade espiritual e moral dos homens em toda a terra».(3)

A idéia teve grande ressonância noutros pontos do Continente. No Chile o antigo Embaixador do Brasil, Cruchaga

(2) Vide: Carneiro Leão (A.) — *Ideais e Preocupações de uma Época*, págs. 117, 118 e 119 — *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1941.

(3) Vide: Carneiro Leão (A.) — *A Educação para o Após-Guerra*, págs. 56 e 59, Rio de Janeiro, 1944 e a edição inglesa — *Education for Post-War*, págs. 112 e 115, Rio, 1944.

Tocornal, que já citamos como entusiasta do Pan-Americanismo, então Senador, encareceu, no Senado do seu país, falando a seus pares, a importância da sugestão que apresentáramos. Para ele da guerra (de 1939-1945) devia surgir o «Departamento Internacional de Educação» como elemento decisivo na construção de uma paz duradoura. E ele próprio declara peremptoriamente: «O novo órgão deverá ser tal como o sugere o Professor A. Carneiro Leão, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e da «Sociedade Brasileira de Direito Internacional», conforme consta do «Alvitre» justificado em sua obra *A Educação para o Após-Guerra*, realçando, textualmente: «Quanto mais educados forem os povos, mais frutífero terreno encontrará a paz; as divisões entre homens e povos serão menos profundas e mais fáceis as soluções pacíficas dos conflitos. Por obra da educação, as arbitragens vêm sendo mais freqüentes na história da humanidade, como também os acordos diretos e as mediações amistosas. A educação individual e a conseqüente educação coletiva levantam os espíritos a um plano mais elevado e de maior conveniência internacional».(4)

CONCLUSÃO

E o trabalho continua. A OPA, pregada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que tanta atenção vai despertando nos países irmãos, é atestado evidente da decisão das Américas, da política, de mais do que compreensão, de auxílio mútuo e eficaz.

Que ventura, portanto, falar da tribuna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na qual há quase três decênios — desde

(4) *Uma sugestão Brasileira encarecida no Senado do Chile*. Tratando de acordos internacionais e de instituições pan-americanas, do Senado do Chile, o Senador Cruchaga Tocornal, depois de apreciar as propostas de Dumbarton Oaks, recorda que, apesar do pessimismo com que foi recebida, prestou excelentes serviços à «Organização Internacional do Trabalho»; cujo *Bureau* foi uma fonte subsidiária de estudos para todos os países a ele filiados. Havia surgido da guerra de 1918 como um instrumento de paz. Da guerra atual, há de surgir, na opinião e nos votos que formula o senador Cruchaga Tocornal, o Departamento Internacional de Educação, como elemento decisivo na construção de uma paz duradoura. O novo órgão deverá ser tal como o sugere o professor A. Carneiro Leão, da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, conforme consta do alvitre justificado em sua obra *A educação para o após guerra*. O senador Cruchaga fundamenta o seu ponto de vista, em apoio da sugestão do nosso patricio, realçando textualmente: — «Quanto mais educados forem os povos, mais frutífero terreno encontrará a paz», as divisões entre os homens e os povos serão menos profundas e mais fáceis as soluções pacíficas

1933 — se comemora «O Pan-Americanismo e o Sentimento Humano das Américas»! Acresce, ainda, que aquêlê que dirige esta Seção, o nosso Presidente — Embaixador José Carlos de Macedo Soares — foi um dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil que, depois de Rio Branco, maiores serviços prestou aos ideais do Pan-Americanismo. Êle serviu a três governos: Vargas, Nereu e Kubitschek, mantendo sempre o mesmo programa e servindo-o com ardor. Estas frases, por êle proferidas em discurso no início de suas gestões de Ministro, são eloqüentes: «Não é apenas a geografia que nos avizinha, não é apenas a contingência econômica que nos aproxima, nem apenas as relações diretas dos indivíduos e das famílias mas, sim, a fidelidade aos mesmos ideais, o amor à liberdade, ao poder democrático, à vocação pacífica». E acrescentava no Chile: «Creio firmemente que será — por maior aproximação de suas economias e culturas, e por apoio recíproco decidido, que as nações sul-americanas alcançarão, finalmente, maior prosperidade interna e conseqüentemente mais bem estar para os seus povos...» E, depois, para mais francamente falar ao coração dos vizinhos, Macedo Soares resolve empreender viagem a cada República Americana e, *in locum*, assina «Tratados», «Acordos», «Notas Reversais»..., que dirimiram velhas questões, ou traçaram novos rumos à diplomacia americana.

A maneira entusiástica com a qual o Chanceler brasileiro, o nosso caro Presidente, era recebido por tôda a parte demonstra a importância da política externa do Brasil, por êle realizada. Como exemplo de tamanha simpatia basta assinalar, que, quando êle chegou ao Equador, os dois jornais mais importantes de Quito (um do Governo e outro da oposição) saudando-o, escreveram, um e outro, artigos de fundo com o mesmo título: «O Chanceler das Américas».

E', pois, sob a Presidência de um dos realizadores dessa política, cuja consagração, há 29 anos, no dia Pan-Americano, tem sido uma lição fecunda de fraternidade continental, que temos o prazer de falar, nesta Casa, sôbre «O Pan-Americanismo e o Sentimento Humano das Américas».

dos conflitos. Por obra da educação, as arbitragens vêm sendo mais frequentes na história da humanidade, como também os acordos diretos e as mediações amistosas. A educação individual e a conseqüente educação coletiva levantam os espíritos a plano mais elevado, de maior conveniência internacional». Repercutem, assim, no mesmo ritmo de pacifismo e no mesmo anseio de aperfeiçoamento mundial, as aspirações e alvítres de um sociólogo brasileiro, traduzindo o alto sentimento de concórdia, que anima todos os povos do continente americano». *Jornal do Comércio*, Rio, 1944.

RELAÇÃO DAS ESCOLAS COM OS NOMES DOS PAÍSES
AMERICANOS, DE PORTUGAL E DE PERSONALIDADES
ILUSTRES DA AMÉRICA E ONDE FORAM
INAUGURADAS

- Escola Argentina — Rua Jockey Club, 277.
Escola Bolívia — Rua Dona Ana Nery, 554.
Escola Chile — Rua Barão do Bom Retiro, 234.
Escola Colômbia — Rua Camerino, 51.
Escola Costa Rica — Praia da Freguesia, 351.
Escola Cuba — Praia do Zumbi, 25 — Ilha do Governador.
Escola Equador — Av. 28 de Setembro, 387.
Escola Estados Unidos — Estação do Matadouro.
Escola Guatemala — Av. Suburbana, 425.
Escola Haiti — Rua Duarte Teixeira.
Escola Honduras — Praça Barão de Taquara.
Escola México — Rua Nova São, 55.
Escola Nicarágua — Rua Duarte Teixeira, 15.
Escola Panamá — Rua Duquesa de Bragança, 28.
Escola Paraguai — Rua Nova São, 127.
Escola República do Peru — Rua Arquias Cordeiro, 354.
Escola São Domingos — Rua São José Silva, 47.
Escola Salvador — Rua Almeida Nogueira, 27 a 31.
Escola Uruguai — Rua Dr. Campos da Paz, 138.
Escola Venezuela — Praça Vieira Ferreira.
Escola José Pedro Varela — Rua Sampaio Ferraz, 38.
Escola Bolívar — Rua José dos Reis, 166 a 168.
Escola Sarmiento — Rua Vinte Quatro de Maio nº 931.
Escola General Mitre — Rua Farnese, 39.
Escola Portugal — Rua Dona Ana Nery, 50.

HIPÓLITO E O CORREIO BRASILIENSE (*)

DR. CARLOS RIZZINI

No início da sua conferência o Sr. Carlos Rizzini justificou-se de não ter conseguido versar toda a matéria anunciada no título. Da «Ação de Hipólito da Costa na formação política do Brasil» apenas pudera contemplar a parte referente aos melhoramentos institucionais e materiais do Domínio Americano. A parte propriamente política do *Correio Brasiliense* nas lutas da independência seria objeto de posterior palestra.

Direi, de comêço que Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça era homem de cultura e inteligência médias.

Os seus grandes serviços à formação da nossa nacionalidade devem-se mais à posição que ocupou no quadro dos conseqüentes acontecimentos do início do século passado do que a excepcionais qualidades pessoais.

Possuía, contudo, um certo sentido do futuro, uma certa vidência, hauridos do embate das idéias e das opiniões que do continente invadiam e agitavam o Reino Unido.

Note-se que viveu em época de fundas transições do rescaldo da revolução francesa à anttese napoleônica, falecendo no curso da reação legitimista. E viveu numa preciosa atalaia junto das liberdades inglesas em cujo seio aqueciam-se os tesouros liberais foragidos do continente.

Por isso, respirando o ódio da Ilha aos retrocessos de Bonaparte, Hipólito era um convicto monarquista do tipo britânico.

Queria o mundo integrado nas linhas políticas dos impérios representativos, inspirados na opinião pública e dela tementes. Para a sua pátria, o Brasil distante, sonhava uma união definitiva, em pé de igualdade com o reino português elevado à expressão imperial. Uma monarquia una e indivisível, com um só Parla-

(*) Conferência feita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 9 de agosto de 1961. (Publicado no *Jornal do Comércio* de 13-8-1961).

mento deslocável no Atlântico, ora em Lisboa ora no Rio de Janeiro.

Manteve-se Hipólito fiel ao seu credo político até a undécima hora. Combateu a nossa independência com vigor e pertinácia. Sòmente em julho de 1822, ela à vista, cedeu e aderiu. Os erros do Congresso Soberano de Lisboa haviam-lhe enchido as medidas.

BANHO LUSTRAL NO NOVO MUNDO

2 — Não sendo nenhum gênio, Hipólito tão pouco era qualquer mediocridade.

Filho da Colônia do Sacramento, com dois costados judeus (ao que parece), formou-se em leis e filosofia em Coimbra. Sujeito curioso, folheou a botânica e a medicina e amava a música. Na América Inglesa carregava pelas hospedarias um piano alugado, e certa vez fez uma cura a uma criança.

Bacharel, despachou-o o ministro da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 1798, ao Novo Mundo em busca, para aplicação no Brasil, de novos engenhos agrícolas, de novas árvores e sobretudo da ambicionada cochonilha, missão da qual se descarregou a contento, mau grado a falta de dinheiro e de navios. Os insetos da cochonilha, entretanto, morreram de frio.

Regressava em fins de 1800 a Lisboa. Regressava mudado. Dois anos de convivência com poderes públicos fundados no voto popular, com imprensa livre, eleições livres, livre crença, livres debates, tornaram-no inconciliável com os anacrônicos institutos do absolutismo português. E regressava perigosamente entusiasmado, pois matriculara-se numa loja maçônica de Filadélfia.

CUIDANDO DA MAÇONARIA EM LONDRES

3 — Em 1802 arranjou Hipólito uma viagem de ofício (compra de livros e petrechos gráficos) a Londres. Em verdade ia tratar, à socapa, de filiar as incipientes lojas de Lisboa ao Grande Oriente de Londres. Falhou no intento, segundo constatei num raro livro de William Preston publicado em 1804. Os pedreiros livres ingleses não admitiam lojas clandestinas. As deles prosperavam sob o grão-mestrado dos príncipes de sangue.

Mais tarde Hipólito julgaria com rigor os filhos da viúva de Lisboa: uns analfabetos; e com igual rigor os escritores e o govêrno a êles contrários: uns nulos. Reputava a todos, na coletiva ignorância, um ajuntamento de cegos discutindo côres.

PRISÃO E FUGA

4 — Ainda em Londres Hipólito recebeu aviso de que Pina Manique o tinha de olho. Deu de ombros. Subiu o Tejo e desembarcou com a papelada maçônica. Três ou quatro dias depois (julho de 1802) o célebre Intendente, o fiscava com a bagagem. Curtiu seis meses de degrêdo no Limoeiro. Passou aos Estáus, onde ficou encarcerado até 1805, quando numa bela madrugada de agosto deu às de Vila Diogo.

Correu de um lado para o outro, homisiou-se aqui e ali e acabou alcançando, via Espanha, a riba amiga do Tâmisia.

NA INGLATERRA

5 — Entre 1805 e 1808, ano do lançamento do *Correio Brasiliense*; viveu Hipólito em Londres, de aulas e traduções, à sombra magnânima do terceiro filho do Rei George III, o Duque de Sussex, grão-mestre da Maçonaria, de quem chegou a ser secretário privado, e que foi padrinho do seu casamento e de batismo do seu único filho varão.

Em 1817, aos 43 anos, após um encoberto caso amoroso, casou com Mary Ann Troughton, de 20 anos, de quem houve três filhos: Augusta Carolina, Anne Shirley e Augusto Frederico. Dêles apenas a segunda filha deixou descendentes, hoje cruzados em diversas famílias na Inglaterra. O filho varão morreu violentamente às mãos de salteadores chineses, em Hong King, em 1849, aos 27 anos, já graduado capitão dos Reais Engenheiros.

A 11 de setembro de 1823, um ano depois de proclamada a independência, faleceu Hipólito em Kensington, de uma febre biliar, sendo sepultado no chão da igreja de Sant-Maria a Virgem, onde permanecem seus despojos. Em cima a sua tumba uma placa de mármore ali aposta pelo Duque Sussex, na qual é recordado o seu amor às artes e às liberdades civis.

Morreu ignorando que dois meses antes fôra no Rio publicado o decreto que o nomeava cônsul geral do Brasil na Inglaterra.

NASCE O CORREIO BRASILIENSE

6 — Foi através do *Correio Brasiliense*, mensário pontualmente publicado durante 14 anos e meio, num total de 175 números, que Hipólito da Costa prestou ao Brasil os assinalados serviços que os estudiosos reconhecem e exaltam.

Representa o *Correio* o primeiro periódico livre impresso em língua portuguesa a circular no Reino e no Domínio Americano.

Imagina-se bem a detonação do seu surgimento rompendo de chofre, e logo após a translação da Côrte, de Lisboa para o Rio de Janeiro, a muralha das três censuras literárias em vigor: a dos Bispos, a do Santo Officio e a do Desembargo do Paço.

O representante de Portugal em Londres, D. Domingos de Souza Coutinho, irmão do ministro D. Rodrigo, que tantos desguisados teria com Hipólito, pressentindo-os, estremeceu diante do que chamou a «terrível invenção de um jornal português na Inglaterra».

7 — Longa, tenaz, pontualíssima, a ação de Hipólito caracterizou-se pelo livre exame de quantos problemas, e eram muitos, afligiam o Império Lusitano, sobretudo a metade americana. Versou e ventilou todos êles provocando a reação calma ou irritada, e às vêzes insolente, dos governantes e seus gazetistas.

Medidas proibitivas, confiscos e interdições, revides e ataques, injúrias e assacadihas, agrados e subornos — tudo isso calçou o trajeto do obstinado mensário. Por fim, numa hábil e frustrada tentativa de extermínio o govêrno através da Legação do «lambepratos» de Londres (o ministro Domingos) animou o aparecimento de periódicos concorrentes, como *O Investigador* e o *Padre Amaro*.

Para dar idéia das arremetidas em Lisboa contra o prestígio crescente do *Correio*, o padre Agostinho, o celebérrimo padre Lagosta, embora lhe apelidasse o redator de «ético, pigmeu, papagaio, mono de Goiás», etc.; reconheceu a sua difusão no Reino «O *Correio Armazem*... tem causado mais perturbações na sociedade que os mesmos franceses causaram com suas pérfidas invasões».

No poema «os burros» dá a Hipólito a ponta na récuá:

«Hipólito imortal, das trolhas mestre
Com teu «Correio» capataz te aclamas
Da turba jumental, que o Tejo assombra».

Não obstante, os adversários rendiam-se à evidência dos nobres atributos de Hipólito. Joaquim Ferreira, do Padre Amaro, que tanto o insultara, proclamou em 1820 que o aparecimento do «Correio» no Estado Português «foi visto como um astro luminoso de bom presságio para os povos e de mau agouro para os que abusavam do poder para os oprimir».

PRECALÇOS

8 — Para se avaliar da influência do «Correio» é necessário conhecerem-se os estorvos que a embaraçavam e atrasavam.

Enfeixava o «Correio» de 72 a 140 páginas (236 tinha o número de agosto de 1812).

Cada tiragem de 500 exemplares com 16 fôlhas ou 128 páginas custava £ 51. Para a sua manutenção eram necessárias, a 2 guinéus, 300 assinaturas anuais, firmes. Contando com outros serviços e despesas seriam precisas 600 assinaturas.

Compreendia o «Correio» quatro seções: Política, Comércio e Artes, Literatura e Ciências, Miscelânea, abrangendo esta Reflexões e Correspondência.

Custava o exemplar no Rio de Janeiro a exorbitância de 1\$280.

A percussão do «Correio» abrandava-se nas distâncias. Êste era o seu pior tropêço. Os assuntos perdiam o ponto e continuavam a interessar ao público pela ausência de outros comentários. Só em agosto publicou a carta régia de 28 de janeiro abrindo os portos. A criação, em maio, da Impressão Régia registrou-a em outubro.

Muito diferentes eram os critérios jornalísticos da época. Um mensário operando no tempo e na lonjura, tinha de abranger fatos e de compendiar dados capazes de fornecer aos leitores a compreensão gradual e concatenada dos acontecimentos. Não lhes bastava a notícia isolada.

Por isso o *Correio* reunia dissertações doutrinárias; informações literárias, científicas, agrícolas e comerciais; atos e resoluções de ofício das nações mais importantes; tabelas e estatísticas de moedas, preços e mercadorias, de importação e exportação e do movimento portuário; noticiário político dos gabinetes e, durante as sucessivas coalisões contra Bonaparte, cartas, relatórios, ordens do dia, acordos, convenções e tratados. Pelos mapas, boletins militares e extratos dos órgãos oficiais das côrtes européias era possível aos leitores do *Correio* acompanhar no Brasil *pari passu* as campanhas da Península, da Alemanha e da Rússia.

Inseria ainda, em forma de cartas, queixas, denúncias e críticas do público, não raro convertidas em polémicas e libelos.

A captação, o exame e a triagem de tantas e variadas matérias de ronceira elaboração tipográfica, recaiam em Hipólito, «num só indivíduo (lastimava êle em 1820) que está, aliás, carregado de outras muitas e mui diversas occupaões», pois os lucros literários não chegavam para mantê-lo «no círculo político em que as circunstâncias o obrigavam a viver».

UM ÓRGÃO LÚCIDO A NOSSO SERVIÇO

9 — Seria impossível, numa conferência, atar todos os assuntos debatidos e esclarecidos pelo *Correio Brasiliense* em 29 semestres convulsos, mutáveis e secundos como foram os de 1808 a 1823.

Falarei de alguns.

Ninguém porém lembrará nenhum assunto de interesse brasileiro, seja político, militar, mercantil, social, fiscal, educativo, relacionado com a colonização, a mão-de-obra, a indústria, o crédito, a navegação, o voto, a liberdade ou que fôr que Hipólito não haja trazido à luz da discussão.

Neste ponto convém elogiar as suas qualidades médias, apuradas no tirocínio, porque certas medidas e providências que defendeu o situam entre os melhores, mais inteligentes e argutos jornalistas do século passado e dos dias presentes.

A seguir tocarei nalgumas das suas principais referências, críticas e campanhas.

ABERTURA DOS PORTOS

10 — Testemunha coeva, não deu Hipólito a exagerada importância que damos nós à franquia do comércio com as nações amigas. Lisboa e Porto nas mãos dos franceses, só nos restara ir ter à Inglaterra. Logo — escreveu êle — a abertura dos portos foi medida que o Governo adotou para não perecer, não havendo motivo para que o povo por isso lhe ficasse grato.

IMPRESSÃO RÉGIA

11 — Embandeirado recebeu o *Correio* a nova instalação no Rio de Janeiro da primeira tipografia, a Impressão Régia, a 13 de maio de 1808. E supondo destinar-se ela a estampar livremente toda sorte de escritos, teceu loas a D. Rodrigo. Logo, verificando o engano, retirou os elogios. Não imaginava que tudo fôsse «charlateneria e impostura».

Até 1821 os escritos continuaram aqui e no Reino sujeitos à censura prévia. «Não seria melhor — perguntava em 1811, que o governo do Brasil cuidasse em ir êle mesmo sacando fora essas rôlhas do que esperar que elas saltem de per si com alguma explosão?»

O CONGRESSO DE VIENA

12 — Patriota no melhor sentido da palavra, Hipólito amava o Brasil e amava Portugal. Se alguém os diminuía saía de lança

em riste. Por mais de uma vez investiu contra jornais ingleses que menoscabavam a lealdade e o denodo das tropas portuguesas.

Formando entre os que negavam a Napoleão o direito de sentar-se à lareira da Inglaterra, acompanhou de perto a Conferência de Paris e o Congresso de Viena. Fremiu de indignação contra o despreço votado aos interesses de Portugal, debitando-o à inópia dos delegados e à iniquidade das grandes potências.

Tôdas as nações coligadas — dizia — despediam-se da guerra com o cesto cheio: a Prússia empalmando a Saxônia; a Áustria, dois terços da Itália; a Rússia, a Polônia; a Holanda, Flandres; a Suécia, que apenas apparecera em campo, a Noruega; a Sardenha, que em parte alguma apparecera, Gênova. Sômente Portugal nada recebia e ainda pagava como se fôra nação vencida. Sequer recuperava Olivença, furtada pela Espanha, e ainda tinha de devolver Caiena, tomada e ocupada por forças do Brasil.

Exultou com a redução do poder ofensivo da França pelo Congresso de Viena. Chegou a julgar generosos os soberanos aliados. Mas, fulminou-os quando se constituíram na Santa Aliança, força retrógada que se dispunha a perseguição do pensamento escrito e das sociedades secretas e ao entravamento da marcha das instituições políticas. Déspotas obscurantistas que admitiam ter destruído em Waterloo as conquistas espirituais do século.

O EMANCIPACIONISMO AMERICANO

13 — Gastou o *Correio* mais de 1.500 páginas, de janeiro de 1810 a setembro de 1822, noticiando e sustentando o curso das revoluções emancipadoras da América Espanhola.

Parece difficil conciliar essa attitude com a de intransigente defesa do Império Português. Entendia, porém, Hipólito que os muitos países hispano-americanos, conturbados todos e todos de fato separados de um centro metropolitano, estando cativo o soberano e nada exprimindo a Junta Central de Cádis, aconselhavam a separação. A resistência espanhola, entre matanças e atrocidades, teria de ceder diante da multiplicidade das frentes de luta das extensões territoriais e do número muitíssimo maior de habitantes no Novo Mundo.

A posição do Brasil, com o monarca no Rio de Janeiro, em paz e segurança, em nada se assemelhava à do resto do hemisfério.

Sobretudo, condenava tomasse a côrte do Rio de Janeiro as dôres da Junta de Cádis. E como a nossa neutralidade se quebrasse em 1811, protestou o mensário, temendo que, invadindo a

casa do vizinho, puxassem as tropas do Rio Grande para a sua os males que lá pretendesse extinguir.

Em 1815, entretanto, Hipólito apoiou o rechaço de Artigas, de Montevidéu, pelos voluntários d'El Rei e pelas milícias paulista e gaúcha. O caudilho semeava a desordem, prejudicando o comércio e os labores do campo da Banda Oriental. Socorrendo a fraqueza da Espanha, as Potências ameaçaram Portugal se ficasse no Uruguai. Nada de abandoná-lo! A Espanha não tinha meios de atacar Portugal. Seria covardia ceder Montevidéu. «Seria sujeitar-se a um mal certo pelo temor de outro incerto e improvável: seria seguir o sistema daqueles que cometem suicídio com temor de que alguém os mate».

ERGUIMENTO DO BRASIL

14 — O fim precípua do *Correio* era o de promover o progresso do Brasil, erguendo-o de colônia a nação, nação portuguesa, parte integrante do Luso Império.

Queria ajudar, por um modo até então estranho aos portugueses — o do livre exame dos fatos, livremente publicados — a evolução política e administrativa da comunidade, obstando, por oportunas concessões, a capitulação do Poder diante do revolucionarismo da época. Ele mesmo melhor o exprimiu: «É para ver reparados os erros e os males do Governo que conduzimos o nosso jornal no sistema que inventamos, abrindo na língua portuguesa nova carreira de idéias por meio da imprensa, do que até então não havia exemplo».

Portugal caiu em calamidade após a retomada do Pôrto, em 1809. Por que? Porque o Brasil, vítima de uma política que o condenara secularmente a mourejar, sem artes, sem manufaturas e sem comércio estrangeiro, não estava em condições de socorrê-lo.

A lição não aproveitara e eis que na oportunidade de corrigir velhos erros, o Governo, instalando-se na América, repetia-os, desalojando os moradores de suas casas para acomodar os recém-vindos; nomeando para os novos cargos sujeitos incapazes; conservando militares nos governos de capitânias e vilas.

Impunham-se como medidas imediatas: substituição das capitânias, entregues a sátrapas, por províncias e comarcas, funcionando câmaras, como em Portugal: atração de imigrantes europeus, assegurando-se-lhes a liberdade pessoal, o direito de propriedade e o de naturalização; admissão das ciências a fim de o Estado vir a contar com homens aptos.

INSTITUIÇÕES OBSOLETAS

15 — Longe de aceder às imposições do tempo, o Governo arranjou-se no Rio de Janeiro exatamente pelo Almanaque de Lisboa. Precisávamos aqui de um Conselho de Minas, de uma Inspeção para a abertura de estradas, de uma Redação de mapas, de um Exame de navegação dos rios, e de outros muitos órgãos. Mas, como nenhum dêles figurava no Almanaque, tivemos o Desembargo de Paço, a Junta do Comércio e outras velharias.

Certo correspondente comparara os três ministros D. Rodrigo Anadia e D. Fernando de Portugal a três relógios: um adiantado, um atrasado e outro parado.

Achava Hipólito que não valia trocá-los, porque os homens capazes — e não os cortezãos — não tinham modo algum de se tornarem conhecidos e chamados aos conselhos da Coroa.

Dada a geral ignorância, acentuada nos primogênitos das grandes famílias, que desdenhavam os estudos, os cargos constituíam privilégio da mediocridade enobrecida.

Nem um só dos brasileiros — e os havia de nota — fôra chamado ao Governo: eram estrangeiros em sua casa e fora dela.

MÁ FINANÇA

16 — Desmantelado com as guerras e invasões, Portugal e conseqüentemente o Brasil, atravessavam quadra de desolador pauperismo, agravado com as iníquas pensões aos milhares de parasitas imigrados com a Côrte. Cêrca de 165 contos, uns 400 milhões de cruzeiros de hoje, dispendiam-se com os filhos da folha. O «déficit» em Portugal chegou em 1812 a 12 milhões de cruzados. Evadia-se a moeda metálica. Não havia onde obter empréstimos.

Hipólito elaborou um extenso plano para a ordenação da receita e da despesa, fundado no recolhimento normal dos saldos da capitania e no pagamento das despesas por intermédio do Banco do Brasil.

Mas, não acreditava em que fôsse aceito. E quem o executaria? Os governantes eram incapazes e as finanças arrastavam-se num regime de hermético sigilo. O sistema britânico era o da ampla publicidade no Parlamento. O português era aquêle impenetrável e pernicioso segredo.

Alarmada com a evasão do ouro e da prata, a Regência de Lisboa quis contê-la. Providência própria da ignorância — commentou o *Correio*. Quando uma nação exporta para outra o seu

dinheiro é porque não tem gêneros para dar-lhes em troca dos que recebe. À isso se chama pagar o balanço do comércio. A proibição equivalia a vedar o consumo dos artigos pagos pela moeda evadida.

O recurso estava em fomentarem-se as indústrias e a lavoura, em onerar a importação, taxar fortemente as mercadorias estrangeiras supérfluas, favorecer a exportação e extinguir os estorvos à navegação.

COMÉRCIO E CRÉDITO

17 — Ocupou-se o *Correio*, ao longo dos seus números, do comércio brasileiro e do comércio português, apontando defeitos e sugerindo emendas. São muitos os seus artigos sobre melhoria dos produtos exportáveis, notadamente o algodão, o açúcar, o tabaco e o café.

As novas mercadorias suportavam tributos excessivos e deslocavam-se com dificuldade. Os norte-americanos oneravam menos as suas, as quais escoavam por bons canais e estradas. «No Brasil — disse — os canais e estradas que o Govêrno tem mandado abrir não sabemos, que existiam em outra parte se não no folheto que imprimiu José da Silva Lisboa».

Jugulado pelo Ministério, o Banco do Brasil falhava ao seu destino. O *Correio* pregava-lhe inteira independência. Não foi ouvido. Em 1821, o Banco, exausto de abusos e prevaricações, andava falido.

Mas, o grande mal do comércio brasileiro e português era a crassa ignorância dos negociantes. Muitos nem ler sabiam. Urgia, instrui-los. «Todo o dinheiro que se aplicar em aulas de comércio será sempre, por mais dispendiosas, uma economia bem entendida».

INCENTIVOS AO PROGRESSO

18 — Combateu o *Correio* o Tratado de Comércio com a Inglaterra, assinado em 1810. Preconizara-o. Mas, as capitulações de D. Rodrigo fizeram dele um instrumento maligno. Só estavam atendidos os pontos de vista de Lord Strangford.

O Tratado arrazava a nossa economia, estimulava o contrabando e consagrava os juizes conservadores ingleses, entidade ofensiva da nossa Soberania. E mantinha os monopólios contra os quais o mensário bradava sem cessar.

Desalentado com os efeitos do Tratado de Comércio, o *Brasiliense* advertia o governo da necessidade de cuidar dos adiantamentos internos da lavoura, do pastoreio e das artes aplicadas.

Esta é a parte mais importante da pregação de Hipólito, posta de lado a sua ação propriamente política.

Novidades, inventos, aperfeiçoamentos, tudo êle noticiava com o propósito de instruir e informar os agricultores, os negociantes e as populações rurais da Colônia: descobertas de nova máquina hidráulica para moinhos e azenhas e de novo método de fabricar gêlo; processos de curar manteiga, de produzir frio artificial, óleos e ácido carbônico de oxidar a prata de retificar os espíritos, de aproveitar a pele dos cabritos, de fabricar pipas, de tratar a epilepsia e a gota, de destruir insetos, de preparar o espírito de sal, o amarelo de açafrão, a cola e o aço dos espelhos, de melhorar os pararaio e os sabões, de tingir de escarlate e de medir o álcool dos licores fermentados. Ao emprêgo do vapor que começava a progredir na Inglaterra e nos Estados Unidos, marcando uma das magnas etapas da evolução do mundo, deu ampla divulgação. Em agosto de 1815 publicou uma relação de manufaturas de Pittsburgh, onde se achavam um moinho e fábricas de papel, de panos de algodão e de lã, e de fazer arames, movidos a vapor. No Mississipe vogavam botes acionados segundo o plano de Fulton.

COLONIZAÇÃO

19 — Duas condições figuravam-se ao *Correio* essenciais à colonização do Brasil: o povoamento por europeus e a mudança da capital para as cabeceiras dos grandes rios.

Aumentar e melhorar a população do país foi uma das suas constantes preocupações. Os Estados Unidos graças a uma sábia política, crescia a olhos vistos, recebendo em suas veias o sangue de quantos europeus fugiam à tormenta desencadeada por Bonaparte. Da Alemanha, Holanda, Espanha e Irlanda, afluíam famílias inteiras para lá, atraídas pela efetiva segurança de suas leis ao trabalho, à propriedade pessoal e religiosa. Entre nós nada se fazia a respeito, preferindo-se o labor dos africanos em detrimento da formação étnica social e econômica da comunidade.

Em 1819 noticiando a partida da primeira leva de 200 famílias Suíças para a região fluminense do Cantagalo, frisava: «Não se pode comunicar aos brasileiros notícia de maior interesse».

A mudança da capital, atacou-a, inicialmente, Hipólito em 1813. A seu ver o Rio de Janeiro muito próprio para o comércio, era inteiramente inadequado para a capital do Brasil.

Três eram os requisitos de uma capital: acomodações, situação central em referência as províncias e defesa natural contra inimigos. O Rio de Janeiro preenchia o primeiro requisito. Estava, porém, fora de centro, isolado dos núcleos de vida do Norte e do Sul e inteiramente a mercê das potências marítimas.

Colocada nas campinas do rio Doce, a capital ligar-se-ia fluvialmente com o litoral e por rodovias alcançaria os extremos. O exemplo da construção de Washington, tirado da experiência, devia animar-nos.

Num dos seus últimos artigos dirigido ao Governo, após o 7 de setembro, lembrava mais uma vez a transferência da capital, agora fortalecido com as Instruções da Junta de S. Paulo aos deputados a Lisboa, nas quais José Bonifácio sugeria a ereção de uma nova capital no interior, em sítio ameno, fértil e regado por rio navegável.

PRESIDENCIALISMO OU PARLAMENTARISMO ? (*)

JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS

(Aspectos históricos do problema no Brasil)

As nações que pretendem uma organização democrática seguem presentemente um dos três caminhos seguintes na instituição dos seus sistemas de governos — o presidencialismo, o parlamentarismo ou o colegialismo.

O sistema colegiado só tem tido, e sòmente pode ter viabilidade em países pequenos e de população densamente alfabetizada. São os casos da Suíça e do Uruguai, neste funcionando com algumas alternativas de sucesso ou insucesso, e na Suíça com êxito incontestável, atestado por uma vigência modelar de muitos decênios.

Em todos os outros povos vigora um dos dois outros sistemas, o parlamentar, de origem britânica, alcançando preferentemente as nações europeias, e o presidencial, iniciado pela Constituição da Filadélfia, e alaistrado com feição mais precisa e característica na América Latina, doutrinariamente firmado e alicerçado nas teorias de Montesquieu com o seu famoso princípio de divisão e separação de poderes.

O Brasil já conheceu os dois sistemas — o parlamentarista nos seus mais de 40 anos de prática na fase monárquica, no reinado de Pedro II, que foi muito bem qualificado como uma *democracia coroada*, e o presidencial que, há 70 anos, desde a Constituição republicana de 1891, rege os nossos destinos políticos.

Pelo chamado Ato Adicional de 2 de setembro d'êste ano, votado pelo Congresso Nacional em momento de uma das muitas crises políticas que têm atormentado a nossa Pátria nestes sete decênios, retornamos ao parlamentarismo, abandonando as vestes presidencialistas que parece nunca se haverem ajustado bem ao nosso organismo institucional.

(*) Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Como a presente geração não conheceu o sistema agora retomado pelo dito Ato Adicional, julgo da maior conveniência e utilidade a divulgação e o exame do nosso problema institucional a fim de esclarecer a opinião nacional sôbre o que significam um e outro sistema de governo, habilitando assim o nosso povo a verificar em qual dêles se encontra a solução adequada ao bem da democracia, que é a aspiração constante dos brasileiros.

De mim, e nos limites da minha modesta cultura, mas com a longa experiência de mais de meio século de atividade pública, único título que no caso posso oferecer, considere de meu dever trazer o meu depoimento, inspirado em um só pensamento — o de servir à democracia e a minha Pátria, ou melhor — à democracia no Brasil.

Inicie a tarefa que me impus a mim mesmo, realizando uma conferência na Associação Brasileira de Educação, em que procurei demonstrar que as minhas preferências pelo parlamentarismo decorriam principalmente da observação do sistema presidencial na sua atuação objetiva não só no Brasil, como em todos os outros povos da América Latina, onde só tem produzido revoltas, motins, quarteladas e revoluções, afastando as forças armadas das suas patrióticas funções institucionais para induzi-las à imiscuição na vida partidária, com evidente dano para elas, e ainda maior para a coletividade nacional.

Por outro lado, o presidencialismo tem sido não direi o único, mas o nosso principal fator de desordem econômica e de degradação financeira.

Basta ter em atenção quanto a Nação já despendeu em fazer revoluções, debelá-las, indenizar danos e devastações delas decorrentes, para que se tenha uma idéia segura de quanto temos sofrido, econômica e financeiramente, com as instituições decorrentes da Constituição de 1891 e suas sucedâneas, inspiradas na mesma orientação presidencialista.

Em uma segunda conferência, na Associação dos Magistrados Brasileiros, procurei examinar o problema por um outro aspecto — o jurídico, — e tenho a impressão de que deixei demonstrado que as bases em que o presidencialismo pretende apoiar-se, o princípio da separação de poderes, de Montesquieu, e o de uma pretendida incompatibilidade da Federação com o parlamentarismo, não resistem a mais elementar análise, como não vale em seu favor o exemplo do progresso econômico dos Estados Unidos com o seu presidencialismo, pois ali êste sistema é na realidade um *governo congressual* (Wilson) ou um *parlamentarismo larvado* (Mirkinet Guetzevitch).

Reservei para a conferência de hoje a análise histórica do procedimento dos dois sistemas na evolução histórica do Brasil, de vez que conhecemos a ambos no campo experimental, o presidencialismo nos seus 70 anos de nossa atormentada vida republicana e aquêle, a que agora se retornou, ou se pretende retornar, nos quase 50 anos de paz, tranqüilidade e moralidade que nos legou em 15 de novembro de 1889.

Aqui, como é óbvio, temos que fazer uma ligeira incursão pela história institucional de nossa pátria.

Descobertos e colonizados pelos portugueses nas remotas eras dos regimes absolutistas de governo, fomos de início governados pelos representantes que a coroa portuguesa nos enviou.

A despeito do caráter absolutista ou autoritário dos governos da época em que foi descoberto e colonizado o Brasil, não há como deixar de fazer justiça aos reis de Portugal que, incontestavelmente, eram, como assinala Aliomar Baleeiro, tolerantes, bonachões e patriarcais, e cujo poder procuravam apoiar nas Côrtes, entregando no Brasil o governo das Comunas que iam surgindo nos vários pontos da colônia aos Senados das Câmaras, que dispunham do poder de lançar tributos e, ao que penso, foram em parte a semente do espírito autonomista que sempre tem revelado o nosso povo.

Novos fatores foram surgindo — a criação das Capitânicas hereditárias, o estabelecimento do governo geral, depois dividido em dois, certas lutas, como a do domínio espanhol, as invasões holandesas, a luta com os jesuítas, o caso Beckman, a guerra nos Palmares, a dos emboabas, a dos mascates, a revolta de Vila Rica, o fenômeno da penetração do Interior pelas bandeiras, os reflexos da política de Pombal na vida brasileira, as campanhas no sul do país, a colônia de Sacramento, as missões do Uruguai, as complicações da política européia, obrigando a família imperial a se transportar para o Brasil, a revolução nordestina de 1817, as repercussões da revolução portuguesa de 1820 que determinou o regresso de D. João VI a Portugal, ficando aqui a regência a cargo de Dom Pedro I, todos esses fatores foram atuando, em maior ou menor escala, no sentido de fazer com que a semente autonomista, de que falei de começo, germinasse a tal ponto que envolvido foi o representante da coroa portuguesa, êle próprio a ultimar o processo de lenta evolução da nossa almejada independência, no gesto famoso, às margens do Ipiranga: «É tempo... Independência ou morte!»

Como consequência lógica e natural, estava Pedro I aclamado Imperador do Brasil. Convocada foi uma Assembléia Constituinte para o ano de 1823. Reunida esta, não tardou o dissídio.

entre ela e o Imperador, jovem, arrebatado, impetuoso, terminando pela sua dissolução, sob o fundamento de que a Assembléia dissolvida havia *perjurado ao solene juramento prestado à Nação de defender a integridade do Império, sua Independência e a minha Dinastia* (palavras textuais do decreto imperial). Prêsas então foram as mais eminentes figuras do Parlamento, a começar pelos Andradas — José Bonifácio, Antônio Carlos e Martim Francisco, Rocha Pombo, historiando o episódio, faz a seguinte assertiva: «No meio de tôdas aquelas aparências de triunfo, porém, devia Pedro I sentir calefrios que o apavoravam. Ao percorrer naquele dia as ruas da cidade, andaria a estremecer aquêlê ânimo, sem dúvida mais desastrado do que forte. Ouviria aclamações dos bandos inconscientes que o seguem; mas a cidade do Rio de Janeiro, no que tinha de significativo em sua alma de povo, havia de parecer-lhe submergida na maior tristeza e êle sentiu que se tinha incompatibilizado com o povo brasileiro. Os sete anos de amargura que se seguem vão provar que era assim realmente».

Talvez para atenuar a péssima repercussão do ato da dissolução, Dom Pedro convocou imediatamente uma Constituinte, fazendo elaborar uma Constituição por uma comissão de 10 membros por êle outorgada à Nação em 25 de março de 1824.

A seguir explodiu a revolução de 1824, conhecida como a Confederação do Equador, conduzida pelo espírito liberal dos nordestinos.

A Constituição de 25 de março firmava-se no princípio da divisão e harmonia dos Podêres, (art. 9) declarando que êstes eram quatro — o Legislativo, o Moderador, o Executivo e o Judiciário (art. 10), acrescentando que o Imperador era, ao mesmo tempo, o Chefe do Poder Executivo (art. 102) e o Delegado Privativo do Poder Moderador — *a chave de tôda a organização política* — e assim tendo de *incessantemente velar sôbre a manutenção da independência, equilibrio dos demais podêres políticos*.

Como se vê, uma carta política do mais perfeito sentido presidencialista, não obstante historiadores ilustres e eminentes, como Pandia Calógeras, a considerarem como *um monumento de liberalismo e de podêres inteligentemente equilibrados*.

De qualquer maneira, o progredir do espírito democrático, que é a constante da história brasileira, era incessante, e se refletia principalmente no seu parlamento. Não tardou, pois, que se esboçasse e acentuasse a incompatibilidade entre êsse espírito parlamentar e Pedro I.

Como depõe Calógeras: — «Com raras exceções tudo coooperava para separar os elementos políticos e escassa era a simpatia entre os representantes dos dois podêres.

A vida dissoluta do Imperador, o baixo nível de muitos dos seus mais íntimos amigos e conselheiros, quase todos portugueses, a crescente desconfiança oriunda da oposição de 1823, os termos da convenção financeira de 1825, tida por injusta quanto ao Brasil e favorável em demasia para Portugal, a incompetência revelada em vários atos internacionais, todos êsses fatores, entre outros menores, haviam separado o soberano e os deputados».

Incidentes sôbre incidentes continuaram a ocorrer, acentuando-se cada vez mais a incompatibilidade entre o Imperador e o Parlamento, até que em 1831 um acontecimento, aparentemente sem grande significação — a demissão de um ministério de tendências liberais e a sua substituição por outro formado de elementos considerados absolutistas e até pouco brasileiros, — provocou intensa agitação popular, que explodiu na praça pública, convencendo o Imperador da absoluta impossibilidade de continuar, e assim foi levado à abdicação, o que ocorreu a 7 de abril de 1831.

Pedro II, em favor de quem seu progenitor abdicou, não atingira ainda os seis anos de idade; era uma criança, não tendo assim condições intelectuais para o exercício do Poder real.

A abdicação fôra realmente uma vitória do sentimento liberal brasileiro, encarnado em certas figuras de homens públicos de primeira categoria, os quais encontraram na organização de uma Regência a fórmula institucional capaz de dar ao Brasil um governo compatível com as suas aspirações e com as suas necessidades. Constituiu-se, então, uma Regência provisória, formada pelo Marquês de Caravelas, Vergueiro e Lima e Silva, a qual, após alguns incidentes comuns à vida política, foi substituída por uma Regência Permanente, eleita pelo Parlamento e formada por Costa Carvalho, Bráulio Muniz e Lima Silva.

Surgiram, a seguir, idéias várias visando a pôr termo às agitações políticas, pleiteando-se, entre outras coisas, a reforma constitucional, na qual se transformaria em una a Regência, que perderia assim o seu caráter de corpo colegiado.

Votou-se o Ato Adicional em 12 de agosto de 1834. Em 1835, Feijó, estadista de tendências autoritárias, é feito Regente, com a preocupação fundamental de fazer a ordem imperar no país. Teve desde logo que enfrentar tenaz oposição, sobretudo de Bernardo de Vasconcelos e Honório Hermeto Carneiro Leão, homens de visão muito larga naquela fase de nossa história.

Ocorreram revoltas pelo Norte, a revolução dos Farrapos no Sul, algumas outras complicações, levando Feijó a demitir-se, substituído por Araújo Lima (1838), cuja preocupação inicial foi a organização do gabinete, sob a chefia de Bernardo de Vasconcelos,

e com o pensamento de firmar o princípio de solidariedade ministerial que representa o passo inicial para a prática da instituição de um sistema parlamentar de governo.

Calógeras observa que as Regências não possuíam a energia precisa, dependentes que eram de eleições, estimulando ambições e aguçando rivalidades, tudo agravado pelas conseqüências do Ato Adicional que, pelas suas falhas intrínsecas, acrescia as exigências das Províncias, que invadiam as atribuições do Poder central, resultando a paralisação da administração, a cessação do trabalho e até a ameaça de secessão, um contínuo enfraquecimento da União. Apareceram então acontecimentos outros, determinando a procura de novos rumos e soluções — a necessidade de uma lei interpretativa do Ato Adicional, pretendida por Bernardino de Vasconcelos, a substituição das Regências por governos efetivos e permanentes, a intervenção do Brasil no Rio da Prata, o aparecimento das lutas partidárias, tudo esbarrando na antecipação da maioria de Pedro II, o que ocorreu a 23 de julho de 1840, após a sua histórica resposta do *Quero já* a Araújo Lima, quando este lhe indagava da sua aquiescência à imediata ascensão ao trono.

Inicia-se aí o reinado efetivo de Pedro II, por uns denunciado como o do *poder pessoal* e por outros considerado como o de uma autêntica *democracia coroada*.

Compreende-se bem que, a despeito da maioria oficial, Pedro II, com pouco mais de 17 anos de idade, não poderia dar aos negócios públicos, por si próprio, a orientação de que necessitava o país, ansioso de paz e de progresso. Tinha forçosamente que se apoiar no conselho de estadistas experimentados e patriotas, e realmente os encontrou e da melhor categoria.

O seu reinado passou de início por dificuldades muito sérias, as primeiras das quais foram representadas por acerbos lutas civis, uma delas já encontradas por ele, a dos Farrapos, (Rio Grande do Sul), a de São Paulo, com Rafael Tobias, apoiado pelo prestígio moral de Feijó, a de Minas Gerais, comandada pelo depois Barão de Cocais, a Alagoana, em 1844, a Praieira em Pernambuco, de Nunes Machado. Há a acrescentar as complicações internacionais, a famosa questão Christie (1862), as lutas no Prata (Oribe), no Uruguai, e, no Paraguai, uma guerra, cheia de peripécias que aqui não cabe recordar, devendo-se, porém, acentuar que, vitoriosa a causa que defendíamos, procedemos com a nobreza habitual: «O Brasil não se apoderou de nenhum pedaço de terra paraguaia, devolveu aos filhos dessa heróica nação os troféus de guerra que tomara na sangrenta luta e, ainda, após um longo esquecimento, resolveu a 4 de março de 1943 declarar

inexistente a indenização que nos devia a República do Paraguai». (Mário da Veiga Cabral).

Mas não foram só os problemas de feição militar que Pedro II teve a enfrentar no seu reinado de meio século. A dois outros, e dos mais sérios, teve que atender — um de ordem social — a abolição do cativeiro, e outro de ordem institucional — o da república, cuja propaganda se fazia aberta e livremente, como um imperativo da própria evolução do pensamento liberal, imanente ao espírito brasileiro.

Cumpro um dever de justiça histórica acentuando aqui que, a despeito do texto constitucional acumular nas mãos imperiais poderes da maior amplitude, conferindo-lhe a um só tempo o poder executivo e o poder moderador, este moldado nas doutrinas de Benjamim Constant, e, de acôrdo com o que estatuiu o art. 98 da Constituição de 1824, a chave de nossa organização política, Pedro II soube exercê-lo com permanente superioridade de vistas, embora descontentando aos partidos, os quais, de vez em quando era forçado a dispensar do govêrno, «sujeitando-os a temporários, mas revigorantes ostracismos». (Hélio Viana).

Pedro II atuou sempre, a despeito dos poderes que a Constituição lhe conferia, como uma força essencialmente conciliadora e liberal, procurando auscultar os anseios da opinião pública e as aspirações do país, jamais tentando contrariá-los ou criar obstáculos a sua expansão.

Por isso, ao estudar o aparecimento do parlamentarismo que por quatro décadas encheu a história política do Brasil de páginas as mais brilhantes, honesto é que se faça justiça ao imperador que, ao invés de embaraçar os surtos do poder do parlamento, antes os estimulava e aplaudia, o que autorizou um dos nossos melhores historiadores do Segundo Reinado, José Maria dos Santos, a afirmar — *«o govêrno de fato estêve sempre no parlamento e jamais na vontade pessoal do chefe do Estado»*, acrescentando outro, Calógeras: — *«Nunca teve favoritos nem tolerou aduladores. Ouvia e respeitava tôdas as opiniões. Notava todos os debates, com o intuito de os aplicar, no que tivessem de bom, a seu favor. Acima de tudo colocava o dever, fôsse qual fôsse o interesse no caso. Talvez tenha sido o melhor, o primeiro e sincero republicano do Brasil»*.

Orientado por mais de quatro décadas por um dinasta de tal porte, portador de um espírito tão intrinsecamente liberal e democrático, explica-se facilmente que o Brasil tenha podido desde logo, e sem encontrar tropeços no caminho de sua destinação histórica, auveredar pelos largos e certos caminhos do parla-

mentarismo, o sistema de govêrno mais perfeito que o mundo livre jamais conheceu para a institucionalização de sua vida.

Em palavras anteriores assinalai que já em 1838 o nosso país dava os seus primeiros passos na reta estrada parlamentarista. Outras etapas se seguiram até que em 1848, com a criação da Presidência do Conselho, efetivamente se incrustou no organismo institucional do país, permitindo e possibilitando 40 anos de paz, tranqüilidade e moralidade na nossa vida pública, infelizmente interrompidos desde 1891, quando as más fadas nos conduziram ao presidencialismo, sistema mais nefasto do que o da ditadura, porque falsamente se veste de roupagem legal. De tal sorte soube servir-nos o sistema parlamentar que um ilustre observador estrangeiro, o Presidente Rojas Pinila, da Venezuela, ao ser informado da queda da Monarquia brasileira, teve estas expressões, infelizmente verazes: *Se há acabado la unica republica que existia en America — el Imperio del Brasil...*

E um grande jornalista brasileiro, ao demais por longos anos deputado ao Congresso republicano, Leão Veloso (o Gil Vidal do *Correio da Manhã*), escrevia em 1915 estas palavras plenas de verdade incontestável: «O regime parlamentar garantiu ao Brasil meio século de paz e de tranqüilidade internas. A última geração do Império não conheceu as delícias de um estado de sítio. A Monarquia não conheceu moratórias nem *fundings*. Seu crédito nunca sofreu abalo e no dia em que ela caiu o seu dinheiro papel valia mais do que o seu ouro».

Entre as muitas outras virtudes do parlamentarismo no Brasil, houve uma, ao meu ver, relevantíssima, que foi a formação de uma elite política, de uma camada de estadistas da mais alta categoria. Há a propósito uma página de Pedro Lessa, no seu discurso de recepção na Academia Brasileira de Letras que não resisto ao desejo de agora reproduzir. É a seguinte: «Óh! senhores, ainda não se fêz justiça aos estadistas do Império, que infundiram em nossa vida política um tão relevante espírito de liberdade, de igualdade, de honradez e de tolerância, gravando-lhe um cunho tão profundo de moralidade administrativa, que exalçaram o Brasil a uma posição excepcional na América Latina. Quando esta, a única porção do Novo Mundo, de cujo progresso, pela identidade de raça e de civilização, podemos razoavelmente fazer um têrmo de referência ao nosso, desde o México até o Rio da Prata, por tôda parte, exceto no Chile, pôsto que ali a exceção tenha sido no tempo e na qualidade inferior ao que foi entre nós, era sacudida numa contínua trepidação, em consequência das lutas incessantes, com que os caudilhos, em meio de freqüentes atrocidades e de sucessivas e grotescas mudanças de constituições, inun-

davam de sangue o jovem continente, vivia o Brasil entregue ao governo de uma pleiade de juristas, que praticavam, imitando-as inteligente e desveladamente, nas mais adiantadas formas do parlamentarismo inglês! Que soberbo contraste!

Enquanto essas pobres nações neo-latinas trocavam o extremo burlesco de dividir metódicamente as *revueltas militares* em *rebeliones conservadoras* e *movimientos democraticos*, assim classificando sèriamente essas revoluções *originadas per la sempiterna causa, ambicion de generales impacientes y desconfiados del voto popular*, nós aqui assistíamos a discussões políticas, em que Lafayette, na defesa acirrada dos direitos individuais, das liberdades públicas e das melhores práticas parlamentares, manejava irônica-mente como armas de combate os textos das leis e os princípios de direito, ou as mais caras e liberais tradições do regime, entre-meando, com um perfeito gôsto literário, aos argumentos de uma inamolgável dialética, sentenças e conceitos de fábulas de La Fontaine, ou as comédias de Molière».

De tudo quanto aqui fica dito só há uma conclusão a tirar: é que o Segundo Império, em que os nossos destinos políticos foram orientados por uma *democracia coroada*, conduzida pelo parlamentarismo, o Brasil marchava sempre a passo firme e em retos caminhos, com paz interna, ampla liberdade, equilibrio financeiro, política externa que nos valorizava no conceito dos outros povos, câmbio estável, moeda firme e valorizada, alto padrão de moralidade e cultura nos seus dirigentes, o que tudo confirma a veraz afirmação de José Maria dos Santos no seu notável trabalho *A Política Geral do Brasil*: «Pela liberdade, assegurada nos métodos parlamentares, automaticamente nos aproximamos da forma democrática do bom governo: aquêlê que assegura a confiança no interior e o respeito no exterior».

Certo, nosso parlamentarismo tinha deficiências, explicáveis antes de tudo por não ser êle uma decorrência dos textos constitucionais, mas uma criação espontânea e gradual da consciência liberal do nosso povo, o que justifica uma certa ingerência pessoal do Imperador em certos momentos e em determinados casos, ingerência, porém, que sempre surgia inspirada nos mais elevados e patrióticos propósitos.

Em essência e no fundo tudo quanto ocorreu no Brasil por aquêles tempos, foi a permanência de um espírito público sempre em busca de instituições cada vez mais livres, sendo que Pedro II jamais procurou criar óbices e barreiras às nossas expansões liberais.

Assim, a propaganda republicana se fêz, cabendo aqui acen-
tuar que na palavra dos mais ardorosos dos seus corifeus, o que

se devia buscar antes de tudo era fazer a Federação e acabar com o que chamavam êles o *poder pessoal* do Imperador.

Proclamado o novo regime, e votada a sua primeira Constituição, a de 1891, a centralização foi realmente por terra, instituindo-se uma federação de sentido tão amplo que raiou quase pela Confederação, mas, ao invés da limitação do poder pessoal, o que ocorreu foi a sua agravação, instituindo-se o sistema presidencial de governo, em que o chefe do Poder Executivo, o Presidente da República, tem poderes maiores e mais amplos do que os tinha o Imperador, apesar das faculdades que lhe reservava a função constitucional de Poder Moderador.

Devo acentuar aqui que o sistema presidencial, adotado pela nossa República, aqui chegou de surpresa, pois jamais fôra preconizado na fase de propaganda pelos condutores da campanha nem mesmo sugerido por qualquer dos nossos teóricos do regime republicano.

Nas minhas indagações históricas, com a exceção do pequeno grupo de positivistas pregadores da ditadura científica, só deparei numa vaga referência ao presidencialismo em um discurso de Campos Sales. Assim, a totalidade, ou a quase totalidade dos republicanos históricos, nenhuma preferência revelaram em qualquer momento pelo presidencialismo. Ao contrário, no manifesto que os condutores da causa reunidos em Itu (São Paulo) em 1870, se diz expressamente que *a soberania só pode existir em uma Nação, cujo parlamento tenha a suprema direção e pronuncie a última palavra nos negócios públicos.*

Como se vê, parlamentarismo autêntico.

Por que, então, os nossos constituintes elaboraram uma carta constitucional presidencialista?

Em livro que publiquei em 1926, há 35 anos, procurei dar a resposta que se me afigura a mais lógica a essa indagação.

Dizia eu então que se a nossa tradição não era presidencialista, e se não havia no País uma corrente de opinião em tal sentido, se o exemplo das nações vizinhas do continente não nos indicava o caminho que escolhemos, se a evolução geral dos povos livres é em sentido diversos do que seguimos, por que nos fizemos presidencialistas?

Medeiros e Albuquerque, no livro que publicou há mais de 30 anos e que recentemente foi reeditado com o título — *Parlamentarismo e Presidencialismo no Brasil*, — atribuiu o fato a duas causas — o desejo de imitar, de copiar as instituições norte-americanas, que para nós passaram a ser o grande modelo, e a influência do elemento positivista, que foi considerável no seio da nossa

Assembléia Constituinte, não tanto pelo número, quanto pelo vigor combativo dos que o formavam.

Sabe-se que o positivismo preconiza a ditadura científica e é acérrimo inimigo do que convencionou chamar a anarquia parlamentar. O presidencialismo avizinha-se de certa maneira, embora com as imperfeições peculiares a um regime aparentemente democrático da ditadura que o positivismo idealiza. Daí a preferência que os nossos positivistas de 1891 mostraram pelo sistema presidencial.

De outro lado, o prurido de imitação da Constituição norte-americana contagiou por muito os elaboradores da nossa Constituição.

Nos expositores do direito americano é que os nossos constituintes, que maior influência tiveram em 1891, beberam ensinamentos.

Os progressos e avanços dos Estados Unidos exerceram então verdadeira fascinação sobre o espírito dos nossos dirigentes.

Não copiamos somente o federalismo da carta americana, transformando as nossas antigas Províncias em Estados Unidos. Fizemos mais: quisemos também ser presidencialistas, esquecidos de que o presidencialismo na Norte-América tinha causas históricas que aqui não existiam.

Medeiros e Albuquerque demonstrou que nos Estados Unidos o regime presidencial foi a adaptação a uma nação republicana, com o mínimo de modificações, de um regime colonial, em que o chefe da colônia era um representante do poder absoluto do rei.

Contrário à nossa história e ao nosso passado, tendo provado péssimamente em toda a América Latina, surgindo nos Estados Unidos como uma simples modalidade republicana do absolutismo governamental, o presidencialismo jamais se adaptou às nossas condições ou se ajustou à nossa vida política, orientada desde os seus primórdios em um sentido liberal e democrático.

Em face dos nossos antecedentes históricos, todos convergentes no sentido de mostrar quanto o parlamentarismo bem serviu às públicas liberdades e aos interesses do país, causa estranheza que na nossa 1ª Constituinte Republicana fôsse quase unânimemente substituído por um sistema que tão mal estava servindo aos países vizinhos da América Latina. Há na nossa Revista do Instituto Histórico um curto mas excelente estudo do nosso ilustre companheiro Pedro Moniz de Aragão, em que se mostra que poucos foram os representantes que naquela Assembléia advogaram a causa do sistema que tanto nos servira no Segundo Império, salien-

tando-se entre todos, o Deputado Oliveira Pinto que afirmava: *só no parlamentarismo era possível evitar que o Poder Executivo se tornasse tirânico ou que a êle pudessem subir os ineptos*, o que a verdade manda proclamar que não raras vêzes tem acontecido nesses 70 anos de vigência. Há, também, no mesmo estudo de Moniz de Aragão, a referência a uma intervenção de Nilo Peçanha — para quem íamos *deportar mas não abolir o parlamentarismo*, a que deveríamos *retornar desde que lhe ficassem demonstradas as vantagens*, o que parece está se pretendendo fazer presentemente com o tímido Ato Adicional de 2 de setembro.

Não se me afigura preciso demonstrar aqui as calamidades que o presidencialismo tem acarretado para nossa Pátria. Basta considerar o número de revoltas, motins, quarteladas e revoluções, em contraste com a paz que o Império nos proporcionou, movimentos todos decorrentes do sistema que há 70 anos nos intranquiliza e contraria os nossos pendores liberais.

Logo no primeiro período governamental da nossa República tivemos o golpe de Estado com Deodoro da Fonseca e a sua renúncia, seguidos da revolta da esquadra e da revolução federalista no Rio Grande do Sul com Floriano Peixoto. Com Prudente de Moraes surgiram a tentativa de morte contra o Presidente da República e, na sua presença, o assassinio do seu Ministro da Guerra, Marechal Machado Bittencourt.

No governo Campos Sales a política dos governadores, revolução em Mato Grosso, motins e sedições em Goiás. O Presidente deixou o governo debaixo de apupos e vaias.

No período do governo de Rodrigues Alves, o levante da Escola Militar, chefiada pelo General Travassos e pelo Coronel Lauro Sodré, morrendo aquêlê em combate, decretação do estado de sítio, revolta da fortaleza de Santa Cruz, renúncia forçada do Governador de Sergipe, conflitos políticos em Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Goiás. Afonso Pena enfrentou grave crise política, empenhado como estava na eleição do seu Ministro da Fazenda, David Campista, para a sucessão governamental, crise que determinou a sua morte por um traumatismo moral, ao que se dizia naquela época.

O governo Hermes da Fonseca iniciou-se com a revolta dos marinheiros que tomaram conta de alguns navios de guerra.

A revolta do Batalhão Naval, a derrubada das chamadas oligarquias Estaduais, com a deposição de alguns governadores, os de Pernambuco, Alagoas e Bahia. Também grande agitação no Clube Militar, prisão de militares e políticos, estado de sítio. Veio depois o governo de Wenceslau Braz um dos mais pacíficos e liberais

que o Brasil republicano contou, preocupado o poder público principalmente com o problema do conflito internacional, a primeira grande guerra, de que o Brasil teve que participar embora modestamente.

A presidência seguinte, quase tãda exercida por Epitácio Pessoa, enfrentou a revolta do Forte de Copacabana, com a adesão do de Vigia, e ainda o da Escola Militar, prisão do Ex-Presidente da República, Marechal Hermes, grande agitação política na eleição do seu sucessor, da qual saiu como titular da futura presidência Arthur Bernardes; ainda estado de sítio.

No govêrno de Bernardes, luta armada no Rio Grande do Sul, a revolução chefiada pelo General Isidoro Dias Lopes, estendida por vários Estados do Sul, Norte e Nordeste do País, estado de sítio quase permanente.

O quadriênio Washington Luiz foi dos mais agitados. Foi acerba a campanha da sua sucessão no govêrno. A Aliança Liberal, concentrada principalmente no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, organizou-se rapidamente e alastrou-se por todo o país, invadindo Estados e depondo governadores, tendo como epílogo a deposição e exílio de Washington Luiz e a instalação do Govêrno revolucionário, sob a chefia de Getúlio Vargas.

Não cabe aqui examinar a ditadura, pois o que estou fazendo é o exame do presidencialismo, muito embora êste, ao que penso, seja sinônimo de ditadura, com a agravante de ser esta declaradamente o govêrno de um só, enquanto aquêlê se esconde disfarçadamente sob vestes legais. Getúlio Vargas, após alguns anos de presidência, ora sob o regime ditatorial, ora por eleição do Congresso, foi deposto, sendo substituído interinamente pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro José Linhares, logo depois eleito o novo Presidente — o General Eurico Gaspar Dutra. Do ponto de vista das liberdades públicas, fêz êste, em linhas gerais, um govêrno moderado e sereno, podendo assim atravessar o seu quinquênio sem ter que enfrentar maiores barreiras.

Foi substituído pelo ex-Presidente Vargas, que teve tais complicações na condução da trajetória do seu govêrno que terminou pelo suicídio. Vieram, então, os governos efêmeros de Café Filho, Carlos Luz, Nereu Ramos e as grandes agitações decorrentes da campanha de sucessão presidencial.

Empossado o eleito, Juscelino Kubitschek, surgiram os movimentos de Jacareacanga e Aragarças e as agitações peculiares às sucessões presidenciais. Eleito e empossado Jânio Quadros, após sete meses de administração, enviou ao Congresso a sua renúncia, sem que até hoje soubessem os brasileiros quais os poderosos motivos que lhe determinaram o gesto.

Aí fica neste ligeiro relato a história do presidencialismo, embora limitado a um só aspecto — o de condução dos governos, encarnados em uma só pessoa, o Presidente da República. Só este aspecto, ao que me parece, basta para considerar que não se trata de um sistema político para louvar, pois só motivos de inquietação e desordem nos tem causado.

Mas a verdade é que, de há muito, desde o seu início, não têm faltado vozes altíssimas do escol da vida intelectual e cívica a nos advertirem dos males que tal regime nos acarretaria e a profligarem os seus calamitosos e daninhos resultados.

Ouçamo-las; com a afirmação de que são de homens dos mais eminentes do Brasil:

Silvio Romero, no livro *Parlamentarismo e Presidencialismo na República Brasileira*, publicado em 1893, dois anos depois da Constituição de 1891.

«E' escusado querer esconder a grande, a enorme aceitação que vai tendo no Brasil a idéia da República parlamentar. A principio tímida, receosa do descrédito que certo sectarismo enfezado e inepto procurava lançar sobre ela, a teoria do parlamentarismo sentiu, por fim, a força e estímulos para sair do retraimento a que se condenara, diante dos erros, dos quase irremediáveis desatinos do governo presidencial, que nos tem desbaratado em três anos de terríveis loucuras».

Mata Machado, no Manifesto aos Mineiros, em maio de 1895, apontava por fim os remédios:

«Eis a única porta de salvação, para a nossa cara Pátria — uma República Federativa Parlamentar. Unâmo-nos, pois, todos aquêles que estiverem convencidos da necessidade imprescindível de constituir para nós e para nossos filhos uma Pátria livre e feliz, e desfraldemos amplamente, as auras livres das nossas montanhas a bandeira do parlamentarismo, e à sua sombra abriguemos todos os que se convencerem de que devemos sacrificar tudo, neste momento, para arrancar a Pátria do abismo que já tem tragado tôdas as Repúblicas latinas do novo mundo, o presidencialismo. Reunâmo-nos todos sob essa bandeira os que desejamos dormir tranqüilamente o último sono sem levar para o túmulo a convicção de deixarmos os nossos filhos em um país perpétua-mente convulsionado, sem direitos, sem liberdades e sem pátria».

Saldanha da Gama em *La Prensa*, de Buenos Aires, em 1895:

«A forma presidencial, tão imprópria e servilmente plagiada da Constituição norte-americana, começa por não se compadecer

com a nossa índole, nem com a nossa educação; e digo mais, pela sua própria essência, anula os homens superiores, e neutraliza a ação fiscalizadora dos partidos, dificulta a ação tranqüila das crises políticas, presta-se ao predomínio das camarilhas pessoais e, sobretudo, propende para a ditadura e para a tirania, por pouco que o chefe onipotente do executivo se despoje de escrúpulos e não se envergonhe de corromper os elementos constitutivos da força pública. Quatro anos de aplicação do sistema têm sido mais do que suficiente para pôr em relêvo os seus inconvenientes e os seus perigos».

Gaspar da Silveira Martins, em 14 de fevereiro de 1896, na entrevista que concedeu ao *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro:

«O regime parlamentar é aquêlê em que a Nação foi educada e fêz o que ela era; o presidencial tem dado má prova, e ainda dará péssimas; um homem escolhido para a suprema magistratura é tudo, deve ter todas as aptidões, e os que têm ocupado o cargo provam que não têm nenhuma; o parlamento é o regime da concorrência, nêlê aparecem os talentos, as idéias; quem as tem, apoiada, pela opinião, governa... Os incapazes são todos inimigos do parlamentarismo. O govêrno parlamentar só cria dificuldades para não fazer o bem e tem a grande virtude de impedir mais do que nenhum outro que se faça o mal».

Elpidio de Mesquita, no *Dois Regimes*, em 1896:

«Ao influxo do regime parlamentar operou-se o desenvolvimento harmônico do nosso direito, e o progresso econômico do Brasil desdobrou-se em grandes cometimentos, e a cultura mental do povo cuidadosamente dirigida quanto podia sê-lo em tamanha vastidão territorial, começou a apresentar resultados apreciáveis. O segundo reinado encontrara o país quase inculto de nossa raça, e a pouca densidade da população, o seu adiantamento material foi rápido e contínuo».

Isto, à pág. 160.

À pág. 176:

«Fundando, em nome da Nação mas contra ela, um sistema em desacôrdo com a nossa compleição política, os autores do 15 de Novembro fizeram, naturalistas desastrados, uma transplantação de instituições incompatíveis com o nosso estado social. A consequência dêsse êrro aí está: a planta vai morrendo, apesar do desvêlo dos cultores que têm adubado o solo com a riqueza pública e o sangue dos seus concidadãos».

Prudente de Moraes em Manifesto no *Estado de São Paulo* de 8-9-901:

«A cisão vem de longe. Data dos primeiros meses do governo do Sr. Manoel Ferraz de Campos Sales. Promoveram-na e realizaram-na os que aqui se encarregaram de averiguar onde estava o incondicionalismo absoluto, cego, de que o Presidente da República queria, e quer, que se forme o apoio, não às instituições, mas à situação que dirige e, especialmente, às suas idéias e à sua pessoa».

Em outro trecho:

«Assim corriam as coisas até que surgiu a candidatura do Sr. Rodrigues Alves à Presidência da República. Em pleno e franco exercício da sua ditadura, o Dr. Campos Sales, que já tinha designado o seu sucessor na União, imediatamente determinou que aqui sucedesse ao Dr. Rodrigues Alves o Dr. Bernardino de Campos. E a todos foi transmitida a ordem do verdadeiramente único e soberano diretor da política brasileira aos chefes do partido em particular, ao partido em geral».

E ainda:

«Os deploráveis fatos que hoje, vencendo repugnâncias bem sinceras, minuciosamente trazemos a público, não são mais do que uma reprodução do que já sucedeu em Mato Grosso, no Rio de Janeiro, no Pará, na Capital Federal, em todos os Estados enfim, em tôdas as zonas da terra brasileira em que houvesse possibilidade de não medrar a odiosa prática das exclusões, a infeliz doutrina do crê ou morre».

Alberto Sales, irmão de Campos Sales, quando êste na Presidência, no seu Balanço Político, publicado no *Estado de São Paulo*, de 1901:

«Afirma-se a todo momento que vivemos no mais puro dos regimes democráticos, que é o regime presidencial, único capaz de fazer a nossa prosperidade e a nossa grandeza, garantindo a ordem e fomentando o progresso. Nós, porém, o que vemos e o que sentimos com mágoa é que o presidencialismo não é mais do que uma pérfida etiqueta, com rótulo falso, com que se procura impingir ao povo simplista a mais baixa, a mais passiva ditadura política».

E mais adiante:

«O que afirmamos hoje, depois de uma experiência de 10 anos, amargurada por tantas vicissitudes e tantos erros em que

mais de uma vez tem a República corrido vários perigos, é que o regime presidencial, ou por um vício oculto do sistema, ou por má interpretação, ou finalmente, porque seja antipático ao caráter nacional, aos nossos costumes, às nossas tradições e às nossas crenças, tem sido tão lamentavelmente desvirtuado e tão profundamente desfigurados que, ao cabo de uma experiência tão curta, já se vê, inteiramente convertido, para descrédito das instituições e a infelicidade de nossa Pátria, na mais completa ditadura política. Que cada um de nós, com ânimo desprevenido e a mão na consciência, lance os olhos ao redor de si e aponte, se fôr capaz, os benefícios que de tal regime tenha colhido o povo brasileiro, já na sua educação política, na formação de suas qualidades e virtude cívicas, já nas suas aptidões para o governo, na consciência de sua força e do seu direito, como um povo altivo, soberano e livre. O mandatário político, planta daninha de nova espécie, vai abalando por toda a parte por onde se alastra com fúria, em sua medonha expansão absorvente, todas as manifestações legítimas, nobres e vivazes da consciência nacional e transformando pouco a pouco este grande país, digno de melhor sorte, em um vasto e melancólico deserto, onde a árvore da liberdade, crestada pelo sol ardente da ditadura, definha e morre».

Tavares de Lyra, na Contribuição à Biografia de D. Pedro II:

«O sistema parlamentar relembra dias áureos de nosso passado, quando os grandes oradores em emulações de patriotismo e amor à liberdade, terçavam nas Câmaras armas iguais, procurando conquistar as posições a golpes de talento, sem demolir moralmente os adversários; recorda algumas épocas, em que as lutas enobreciam os combatentes, cujo único prêmio, se derrotados no meio de ardentes refregas, era a admiração e o respeito das multidões; rememora fases fulgurantes de nossa história quando, não raro, os homens, corajosamente e unidos, lutavam pelos seus ideais».

Agamenon Magalhães, no *Estado e a Realidade Contemporânea* :

«Só há um método ou solução democrática. E' o regime parlamentar. Os governos de gabinete não se formam nem se mantêm sem o concurso das maiorias parlamentares».

Em outro ponto:

«No Brasil, a favor do parlamentarismo não há só a decepção causada pela experiência presidencialista. E' mister considerar também fatos relevantes de nossa vida política que não devem continuar despercebidos».

Tancredo Vasconcelos, *Presidencialismo e Parlamentarismo*:

«A centralização de todos os poderes nas mãos do Presidente, a má disposição dêles, como foram concebidos, gerando a ascensão que o Presidente tomou em relação à vida do país e aos outros poderes, o que é um corolário do presidencialismo, foram a ruína do sistema. O mecanismo presidencial brasileiro, tal como foi pôsto em execução, e do qual é nossa intenção, tanto quanto possível, fazer um esboço fiel e uma análise sincera, foi estigmatizado pelos vícios que corroem os governos absolutos, entre os quais é o que mencionamos o mais evidente e prejudicial». (pág. 23).

E às págs. 32-33 :

«Qualquer pessoa que esteja a par de nossa história política não levará à conta de exagero a nossa afirmativa e saberá que é o Presidente o motor de toda a máquina política, a única mola que impulsiona todo o aparelhamento do governo e nada se mexe, nem se move, senão em virtude de sua vontade onipotente. E como esse poder pessoal facilmente degenera em abuso, que o digam os atentados que se encontram em nossa história constitucional, como verdadeiros borrões derramados em suas páginas. Na sua relação com o povo, pois, foi esta a primeira consequência do regime adotado: o estado de luta entre o poder do governo e o poder popular, resultante, aliás, da primeira luta que se travou dentro das esferas propriamente governamentais — luta entre os poderes constituídos do governo».

E à pág. 53:

«Presidencialismo e existência de poder popular são coisas incompatíveis sempre. Haverá entre a vontade ilimitada e incontralada do Presidente e a vontade popular franco dissídio, como tem havido até agora. As suas existências não poderão, jamais correr juntas e se digladiarão sempre. E enquanto o presidencialismo continuar na América, como Saturno, a devorar todas as democracias, na velha Europa experiente, de longo e trabalhado passado político, nas nações verdadeiramente democráticas, o parlamentarismo continuará a dar os mais esplêndidos resultados».

Byron Tôrres de Freitas, no *O Estado Moderno e o Parlamentarismo* — 1946 :

«Temos uma tradição parlamentar que nos veio do Império. O presidencialismo fracassou no Brasil. Por que não voltar ao parlamentarismo?» (pág. 58).

E à pág. 7 acentua «a necessidade da volta ao regime parlamentar, considerando o fracasso, no Brasil, do presidencialismo, que é o regime da irresponsabilidade».

Paulino Jacques, *Democracia Parlamentar*, ano de 1947, página 44:

«Em 91, os representantes do povo brasileiro reunidos em Congresso Constituinte, estabeleceram e promulgaram uma Constituição que adotou o governo presidencial. O Poder Executivo era, assim, exercido com exclusividade pelo Presidente da República. Instituíram, portanto, uma democracia representativa-presidencial, isto é, um regime político em que o supremo mando cabia, de modo privativo, ao Presidente. E' bem verdade que os três poderes do Estado — o legislativo, o judiciário e o executivo eram harmônicos e independentes entre si, mas, na prática, o executivo influenciava e prevalecia sobre os outros dois. Os resultados desse governo pessoal estão aí bem vivos na memória do povo com as conspiratas, os estados de sítio e os movimentos armados».

Alfredo Baltazar da Silveira, *Parlamentarismo*, *Jornal do Comércio*, 14-5-53:

«E o presidencialismo, investindo o Chefe do Executivo de uma ilimitada força, aniquila o Congresso Nacional, enfraquece a majestade da Justiça, suprime a liberdade de imprensa com os prolongados estados de sítio, tão comuns depois de novembro de 1889. Várias denúncias foram oferecidas à Câmara dos Deputados contra violências de alguns Presidentes da República, e, apesar de se acharem fundamentadas, foram recusadas pelas comissões escolhidas pelos denunciados».

E em outro trecho:

«O presidencialismo não forma estadistas. Não permite o funcionamento regular dos partidos com programas definidos e defendidos pelos seus adeptos. Não satisfaz aos justos anseios do povo, ao qual são feitas promessas logo esquecidas, quando não traídas, como acontece com aqueles candidatos que se comprometem com os dirigentes da Liga Eleitoral Católica a defender os postulados católicos, e, uma vez diplomados, não trepidam em renegá-los e combatê-los».

Luís Silveira Melo, *Emancipação Política*:

«Já é tempo de libertar-se o Brasil dos governos presidencialistas, unipessoais e irresponsáveis, contra os quais só existe o recurso prejudicialíssimo das revoluções sangrentas».

Paulo Brossard — *Parlamentarismo e Presidencialismo na Ideologia de Ruy Barbosa*, pág. 43:

«A adoção do presidencialismo constitui uma rutura ostensiva com as instituições nacionais e com as regras, transmissões e evo-

lução dessas, com aquela Constituição de que fala Nabuco, antecipando-se à melhor pesquisa sociológica, que terá sempre que ser o *modus vivendi* que os podêres assentaram entre si e que o País tiver sancionado».

Oliveira Viana, na *Evolução do Povo Brasileiro*:

«Realizada a independência em 1822, são êsses grandes homens que vão refundir, sob novos moldes, as peças da velha aparelhagem política que aqui haviam construído os estadistas coloniais. Quais os órgãos que criam? Quais os aparelhos que compõem? Quais os moldes em que se fundam? Quais os princípios que norteiam e inspiram sua monumentalíssima construção? Evidentemente esta construção não é má, porque, sob ela, o país se abriga durante mais de meio século, e cresce, e prospera, e se robustece, e se prestigia aos olhos do mundo. O regime republicano recebe em 1889 dêsse velho regime uma nação pacificada, tranqüila, obediente, organizada, progressiva, moralizada».

E, em outra parte, no *Ocaso do Império*, pág. 15, conclui:

«Não se podia engenhar nada mais perfeito como sistema de democracia representativa. O regime parlamentar é um mecanismo justo, exato, maleabilíssimo, sorte de aparelho de precisão, maravilhosamente apto a marcar como observa Nabuco, não só as horas, mas mesmo os minutos da opinião».

Medeiros e Albuquerque no *O Regime Presidencial*, páginas 5 e 6:

«O regime presidencialista não foi instituído no Brasil depois de uma propaganda que tivesse mostrado suas vantagens e suas desvantagens. Êle foi uma surpresa e um lôgro. O regime Presidencial não suscitou nunca nenhum debate geral. Êle apareceu um dia, num projeto de Constituição decretada pelo Governo Provisório. Ninguém o discutiu. Foi aceito, por assim dizer, em silêncio».

«A verdade é esta: a propaganda republicana se fez sem que a maioria pensasse no regime presidencial: não se sabia o que era, não se falava nêle».

.....

«Assim, a instituição do presidencialismo entre nós se fez por surpresa. Por surpresa e graças à ignorância geral em que todos estavam a seu respeito. Não foi uma escolha consciente da Nação» (pág. 128).

E à pág. 119:

«O presidencialismo foi decretado solenemente, miudamente, taxativamente, em um texto bem expressivo. Vinte e dois anos após todos confessam que êle não é aplicado. Que prova se pode pedir melhor do que essa de cujo regime parlamentar é o que se coaduna com a nossa índole?»

Muniz Freire, o Chefe da propaganda republicana no Estado do Espírito Santo, seu primeiro Governador constitucional, Senador da República, jornalista notável, que escreveu durante anos uma seção quase diária no *Correio da Manhã*, sob a assinatura de Kosciusko, disse em discurso no Senado da República, em 26 de agosto de 1936:

«O País anda, senhores, entregue às tenazes de um sistema que não é mais do que poder pessoal universalmente organizado. Poder pessoal praticamente irresponsável do Presidente da República, poder que indivíduos, famílias ou facções que se assenhorearam dos Estados, pior, muito mais direto, muito mais ofensivo, muito mais em contradição com o cerne do que o outro, poder pessoal dos chefes políticos que dirigem o serviço de servidão parlamentar, encarregados de fiscalizar a boa marcha do trabalho, o seu rendimento, a lubrificação, a mudança de peças, o asseio e o polimento dos metais de todo o mecanismo.

.....

O objetivo do poder pessoal que hoje domina em tôda a parte, é garantir os seus detentores, suas famílias, seus parentes e sequazes, o emprêgo que fornece o ganha-pão ou a posição que dá o prestígio, à sombra do qual aumentam os bens, se fazem as fortunas. Naturalmente, quando se é honrado, por todos os meios, mesmo os mais cínicos e criminosos, quando se não possui escrúpulos, nem probidade, nem decôro. O Brasil político pode ser considerado um agregado a ventres».

Leão Veloso — Deputado pela Bahia várias vêzes, meu colega na Câmara, redator-chefe do *Correio da Manhã*, intelectual de grande relêvo — em artigo publicado naquele matutino, em 1915, intitulado *A Revisão e os Dois Regimes*, assim se expressava:

«O presidencialismo está em crise no seu berço, os Estados Unidos; a tendência é para modificá-lo não só para maior influência do Congresso como principalmente para a efetiva responsabilidade dos governos, até aqui illusórios. Portanto, êle tem também no Brasil de ceder o lugar a regime mais conforme às nossas tradições, aos nossos hábitos, ao gênio da nossa raça e recomendado vantajosamente pela experiência em todo o mundo e aqui mesmo».

E mais adiante, conforme já citei há pouco:

«O regime parlamentar garantiu ao Brasil meio século de paz e de tranqüilidade interna. A última geração do Império não conheceu as delicias de um estado de sítio. A monarquia não conheceu noratória, nem *fundings*. Seu crédito nunca sofreu abalo e no dia em que caiu, seu dinheiro-papel valia mais do que o seu ouro».

E ainda:

«E que nos deu o regime presidencial em 26 anos de existência?»

.....

«Destruiu as nossas normas sensatas de administrar, a sisudez e circunspecção de nossos velhos governos, o nosso bom nome no mundo, a nossa firme reputação de honestidade, o nosso crédito inabalável, e destruiu tudo isso porque é um govêrno sem responsabilidade, um govêrno a quem a Nação não pede contas senão recorrendo ao extremo da revolução».

Outro depoimento, o de Raul Alves, ex-deputado pela Bahia, ex-prim.eiro Secretário da Câmara, autor da *História Política dos Governos da República*, em 1924 :

«Os homens de Estado monarquistas vinham metódicamente, lentamente, aprimorando no correr dos anos a noção da sua sabedoria e da sua fecundidade governativas

.....
A monarquia traduziu para nós no 2º Império o crédito externo, o valor da moeda, a moralidade burocrática, critério, sisudez e elevação de vistas na crítica e exame da oratória parlamentar, maior pontualidade e garantia no cumprimento dos deveres da justiça ordinária, um regime eleitoral, se bem que perturbado muitas vêzes pelos assaltos da politica dos chefes de campanário, menos acessíveis a deturpações e menos viciados pelas incursões da fraude e da sofisticaria inata nas tricas do partidarismo republicano brasileiro. A República alterou radicalmente êsse estado de coisas. Deu-nos a federação dos Estados e o presidencialismo; um chefe do poder executivo temporário de responsabilidade plena e o laço federativo a ser sustentado por êle, seus agentes, o Congresso dos Legisladores e um Tribunal Supremo de instância soberana. Os ministérios passaram a cargos de mera familiaridade presidencial, amalgamados os ministros à personalidade dos presidentes que os despedem *ad nutum* com um traço de pena, sem interessar o fato à Nação. E o que tem resultado?

.....

.....
Sob a pressão do poder unipessoal de um Executivo arbitrário, o Congresso abastarda-se, cada dia mais absorvido e de delegação em delegação de suas atribuições precípua
.....
Mas nos choques entre os Podêres triunfa sempre o Executivo».

E conclui:

«Uma reforma de nossa Constituição só poderia ser cabível e justificável, ou no sentido de
..... ou no plano mais geral de uma transformação que firmasse a independência harmônica dos três poderes constitucionais, voltando-se ao parlamentarismo consagrado que a República abandonou».

Cumpre enumerar Fay de Azevedo no seu livro, sôbre *Democracia e Parlamentarismo*, publicado em Pôrto Alegre, em 1934:

«Ninguém honestamente ousará sustentar que tenhamos colhido bons resultados de nossa experiência quarentenária do presidencialismo. Vivendo num regime de férreo autoritarismo, sem nenhuma flexibilidade, contrário à índole profundamente liberal do povo brasileiro, o nosso país, nestes 40 anos, amargou as mais duras provações, culminadas num período funesto de perturbações da ordem» (pág. 64).

«E' bem claro que não se pode imputar exclusivamente ao presidencialismo todo êsse cortejo de males, que nos assoberbou durante a República. Assim como a causa da crise que abala o mundo, o presidencialismo não é o fato único das desgraças do Brasil. Mas se êle, provadamente, não se recomenda ao nosso país, e, se muito melhores resultados deu o regime parlamentar, por que haveremos de persistir nessa superstição de que no Brasil, só é cabível a forma de govêrno dos americanos do norte? E' óbvio que o regime parlamentar não será a panacéia salvadora da Nação. Bem se sabe que a sua prática em nosso país encontrará sérias dificuldades na incultura cívica do nosso povo. Mas o presidencialismo, jogando com essa incultura, foi e será (já o está demonstrando à saciedade) incomparavelmente funesto.

No regime presidencial, com a deficiência de educação política que nos caracteriza, retrogradaremos sempre. No parlamentar, o próprio mecanismo do regime forçará o aperfeiçoamento cultural da Nação» (págs. 240-241).

Assim se manifesta Olímpio Ferraz de Carvalho no seu livro *Sistema Parlamentar*, publicado em São Paulo, em 1933:

«O sistema parlamentar tem raízes profundas nas nossas tradições políticas. O temperamento do nosso povo tem com êle irresistíveis afinidades, provadas no decorrer de meio século da nossa existência nacional. A Constituição de 24 de fevereiro fechou-lhe tôdas as portas

.....
Desde então os representantes da Nação, compreenderam que o seu papel, no sistema presidencial, era o de servir e obedecer ao chefe do Estado» (pág. 329).

E à pág. 337:

«Em tôda a nossa existência de nação independente, desde a constituinte imperial à queda da monarquia, nunca se levantou uma voz no país em favor do governo presidencial. Ninguém o estudou, ninguém o discutiu, ninguém o pregou. Tôdas as lutas políticas do Império eram, na imprensa e no parlamento, travadas contra os poderes do chefe do Estado e em defesa da supremacia parlamentar».

Também Gumerindo Ribas, por muitos anos ilustre representante do Rio Grande do Sul no Congresso:

«O sistema de freios e contrapesos que os constituintes da primeira República estabeleceram, à feição do modelo americano, com o fim de manter o equilíbrio entre os três poderes políticos, faltou, entre nós, à sua finalidade pelos desregramentos incontidos do executivo, quase sempre transviado na tendência ilegítima de predomínio e absorção dos outros órgãos constitucionais. E como consequência inevitável desta notória deturpação do sistema ao invés da almejada independência de poderes limitados, só atingível em virtude de um prudente, mas vigilante contrôlo recíproco; o que o país presenciou foi a crescente hipertrofia do executivo, relegado o legislativo para um plano evidentemente secundário e reduzido o judiciário, pela restrição indevida de sua competência constitucional, decorrente da reforma Bernardes, a não poder desempenhar a sua alta missão, como órgão destinado a manter a ordem jurídica no mecanismo do regime federal».

É preciso não esquecer o depoimento do nosso Gilberto Amado no *Eleição e Representação*, de 1931 :

«Se na monarquia uma elite mais brilhante e instruída fulgurava, a razão está na diferença do regime parlamentar exigir a

palavra, o talento, o saber. O regime presidencial quer prudência, discrição e reserva. O regime parlamentar anima o debate, vivifica os comícios, fecunda a vida pública; o regime presidencial sahariza os parlamentos, estrangula a palavra, implanta o silêncio, desanima e cresta a inteligência. Um homem de espírito, como Cotegeipe, ou um homem de eloquência, como Silveira Martins, estaria asfíxiado no regime atual, como cavalos selvagens em uma rua apertada. Esta só a razão do menor brilho das elites atuais em comparação com as que campearam no antigo regime».

Uma palavra muito autorizada é a de José Maria dos Santos, na *Política Geral do Brasil*, publicado em 1930:

«Os brasileiros precisam afinal se convencer de que a marca essencial do acontecimento de 15 de novembro, a alteração jurídica que no futuro lhe deu sentido real e significação prática, não foi a mudança da designação verbal de monarquia para república, nem a troca de um imperador vitalício e hereditário por um presidente mais ou menos eleito para um certo período. Foi, sim, a substituição de um regime de livre consulta, no qual o governo dependente de votos do parlamento, não podia entrar em conflito permanente com a opinião pública, por um outro regime intransigente e autoritário, todo baseado na vontade exclusiva do chefe do Estado. É isso, no fundo, e apesar dos disfarces mais ou menos teóricos, o que unicamente estabelece e consagra a Constituição de 24 de fevereiro, não passando suas excelsas declarações de direitos de leves e fulgurantes roupagens, atiradas imprudentemente e sem muito jeito sobre um grosseiro arcabouço de ferro».

E em outra página :

«O governo praticamente, e por princípio, assenta na vontade pessoal do chefe do Estado. A vida do país é uma desordem permanente, marcada por sucessivos golpes de força que, sendo a anulação progressiva da liberdade, nos domínios das relações políticas, é, também, no terreno dos interesses econômicos, uma desoladora e constante marcha para a bancarrota e para a miséria. O Brasil a viver inquieto e perturbado no interior, não merece no exterior o respeito e o crédito a que deveria ter direito, como grande nação que realmente é».

Lourival Fontes, jornalista e publicista ilustre, Senador da República, é assim que fala no seu excelente e recente trabalho — *Missão ou Demissão*: «O Presidente é, sem nenhuma dúvida, um agregado de poderes e uma composição de forças. Ele é, principalmente, o distribuidor de favores e vantagens pessoais.

A sua figura constitucionalmente toda poderosa só tem limitações verdadeiras no fim indesejável do mandato, numa revolução

sempre incubada e desejada, na presença incômoda dos titulares da Guerra que são eternos aspirantes, ou na realidade conspiratória da impotência do Vice-Presidente que é também a excelência supérflua e inconfortável».

E conclue que o comando único e discricionário do Presidente da República, *está criando as desigualdades e as disparidades que procuram abalar a unidade nacional*.

Ouçamos o parlamentar e jurista ilustre que é Milton Campos: «O parlamentarismo está em crise por que é mesmo responsável pela grave crise que nos assoberba. E, se é assim, porque insistirmos no sistema, sacrificando por êle a paz e a tranqüilidade dos brasileiros?»

Cabe ouvir também Borges de Medeiros no *O Poder Moderador na República Presidencial*, editado em Pernambuco em 1933:

«O Brasil não constituia uma exceção no mapa sul-americano. O seu presidencialismo, sem freios, sem contrapesos eficientes, degenera em um governo de regime unipessoal e ditatorial. Ninguém, que examine sem preconceito o passado nacional, deixará de reconhecer quanto contribuiu essa degenerescência progressiva do governo presidencial para os erros e crises que vêm atormentando a República durante os seus 40 anos de existência, a maior parte dêles transcorridos sob ditaduras legais e extralegais. Raros quadriênios presidenciais lograram isentar-se das ações e reações violentas do autoritarismo e da rebeldia».

Como se sabe, ninguém em nosso país mais longamente serviu ao regime presidencial, de modo que é valiosíssimo o seu depoimento.

Vejamos, para coroar o depoimento de grandes figuras que serviram à república nos seus dias iniciais, a opinião de Rui Barbosa, o homem que foi, senão o autor exclusivo, pelo menos o redator principal do sistema presidencial brasileiro.

Aqui está, por exemplo, às páginas 68 e 70 do seu livro *Campanha Presidencial — 1919*:

«As belezas do presidencialismo brasileiro escorraçaram os augustos laboratórios da legislação republicana, o talento, a eloquência e a verdade, baixaram, de legislatura em legislatura, naqueles recintos consagrados à caricatura da soberania nacional, o nível da capacidade e do decôro, da independência e da responsabilidade, poluíram a vida parlamentar de chagas incompensáveis, de segredos tenebrosos, de pústulas vergonhosas e máculas sem nome».

E mais adiante:

«Mas o abuso passa a uso, a ignomínia se torna em gala, a condescendência acaba afinal, por envolver com os honestos e limpos os prostituidores e os prostituidos. A mais vil das comparsarias se converte de quadriênio em quadriênio em moral do regime».

E conclue :

«Não era assim no antigo regime».

Em entrevista a um jornalista francês, em 1919, dizia Rui:

«Discute-se hoje, com muito calor, na tribuna e na imprensa, a questão de saber se, no tocante a essas instituições funestas que tornam irresponsáveis os governos, e estabelecem o predomínio da incapacidade, o recurso não seria substituir a república presidencial pela república parlamentar. Quanto a mim, apesar de tudo, hesito ainda. Mas começo a sentir que não haverá talvez nenhum outro meio de chegar, entre nós, a um governo realmente democrático, fundando a responsabilidade do poder perante o povo, e chamando o mérito e a capacidade a partilhar do poder, à gestão das finanças, à administração dos negócios estrangeiros e à elaboração da lei. Não se poderá adiar por muito tempo reformas tão essenciais, sob pena de lançar o país na desordem, e comprometer os interesses mais caros de seu crédito e da sua existência mesma».

Na *Campanha Presidencial* — 1919 — pág. 178, êle diz:

«As formas do novo regime matavam a palavra. Deixaram o mecanismo das instituições legislativas. Mas, acastelando o governo em sistema cabal de irresponsabilidade, emancipando-o totalmente dos freios parlamentares, reduziram a tribuna a um simulacro de locutório, simulacro de vazio. A Nação não ouve o que daí se diz sem autoridade alguma, nenhum prestígio, nenhum eco, nenhuma repercussão pode ter. Com o governo parlamentar, as câmaras legislativas constituem uma escola. Com o presidencialismo, são praças de negócios».

E' a palavra de Ruy em entrevista a um jornalista francês.

Em uma página da *Campanha Presidencial* :

«Hoje poder e povo, maioria e minoria, oposição e governo, tudo são nomes. Só uma coisa existe: «O chefe do poder executivo».

Eis aí o depoimento claro e preciso de 23 das maiores figuras que viveram o presidencialismo brasileiro, muitas das quais serviram em postos da maior responsabilidade.

Poderia citar muitos outros depoimentos de elementos da elite intelectual e política do país, todos no mesmo sentido, uníssonamente reveladores da imprestabilidade do presidencialismo, mais do que isso da sua nocividade como sistema de governo da nossa Pátria, quase todos apelando para o retôrno ao regime que nos dera em outras épocas, e por espaço de quatro décadas, dias de paz, tranqüilidade, trabalho construtor e fecundo, guiados sempre por homens de Estado preocupados 24 horas por dia não em acumular podêres e se mostrarem fortes e onipotentes, mas em servir à causa pública, nos altos postos de governo para que não se inculcaram, mas a que eram chamados em face dos seus méritos revelados em longos anos de serviço à Nação.

Mas não é possível fazê-lo agora e aqui, para não alongar ainda mais esta exposição.

Direi, porém, que o pensamento pró-parlamentarismo veio tomando tais proporções, em face do inegável insucesso do presidencialismo em nossas plagas, que não tardou em chegar ao Poder Legislativo, o que ocorreu sob a forma de um manifesto, redigido pelo ilustre publicista brasileiro, José Maria dos Santos, e apresentado pelo Deputado Raul Pilla, o apóstolo máximo da grande causa, à Assemblêia Constituinte de 1946, cujos têrmos finais, acompanhados da assinatura dos que o subscreveram, aqui deixo como documento histórico:

«Nas considerações que temos feito até aqui sôbre o lado histórico das doutrinas constitucionais, vimos a falar do mundo latino-americano ou, mais especialmente, do mundo ibero-americano, como um todo coeso e uniforme, sem levar em conta a dupla origem espanhola e portuguesa que o separa em duas partes diferentes entre si. É que, encontrando-se nessa diferença o melhor argumento de fato em favor da tese geral que defendemos, propositalmente o reservamos para o ponto em que mais sugestivo e convincente se fizesse. Nos países de origem castelhana, a passagem da monarquia absoluta para as fórmulas do governo constitucional confundiu-se com o ato da independência, processando-se num grande esforço de rutura, não sômente com a metrópole, mas também com o passado por ela representado. A repelirem a autoridade da coroa de Castela, então entregue aos azares da invasão napoleônica, os hispano-americanos julgaram poder também repudiar o processo histórico que nela se fundara, para adotar novas atitudes, cujo modelo estava naturalmente no grande e próspero vizinho que primeiro se emancipara.

Aqui não foi assim. Já pensávamos em eleger deputados às câortes constituintes de Lisboa, que deviam decretar o fim da monarquia absoluta, e o rei D. João VI ainda estava no Rio de Janeiro, sem que nenhuma rutura essencial se houvesse manifestado entre os dois povos. Não havendo depois os nossos deputados consentido em votar a Constituição concebida pelos seus colegas portugueses, o nosso país, que já era um reino, apenas unido ao de Portugal pela coroa, automaticamente separou-se. Era um grande direito que evidentemente lhe assistia, pois a própria metrópole o reconhecera e proclamara, mesmo no ato de convocar os seus representantes. Não foi a Independência que nos obrigou a procurar fórmulas constitucionais mais ou menos de aventura; foi o movimento constitucional que nos levou a Independência...

Na nossa ascensão para o governo constitucional, segundo o exato processo da Europa continental donde provínhamos, não se deu, tal como nos países de origem castelhana, qualquer síncope ou acidente. A mudança da Câorte de Lisboa para o Rio de Janeiro, em consequência da invasão francesa, em 1807, seguida em 1815 da nossa elevação a Reino Unido, assim o determinou:

Não houve aqui o que se pudesse propriamente chamar uma Revolução de Independência, a exemplo do que se viu nos vireinatos espanhóis. Houve, sim, uma evolução jurídica, de perfeitas fórmulas legais, desenvolvida em cinco etapas sucessivas, a saber:

1808 — Chegada da câorte, com abertura dos portos do país ao comércio internacional e expedição de vários outros atos especificamente iniciais da nossa vida independente.

1815 — Elevação do país à categoria, proeminência e denominação de Reino Unido (expressões textuais), em completa paridade política com Portugal;

1820 — Revolução constitucionalista em Portugal, com funda repercussão na Bahia e no Rio de Janeiro, dando-se logo começo às atividades eleitorais;

1821 — Convocação dos deputados brasileiros às Câortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, reunidas em Lisboa, para o fim, segundo o direito que lhes era explicitamente reconhecido, de aderirem ou não ao novo pacto social, livremente decidindo por si, se continuariam ou não a fazer parte da grande família portuguesa, tal como foi dito na Proclamação aos habitantes do Brasil, expedida no dia 13 de julho, firmada pela mesa composta do Presidente José Joaquim Ferreira de Moura e dos secretários João Batista Filgueiras e Agostinho José Freire, em nome e em virtude de um voto das ditas Câortes Gerais, ou do Congresso, expressão esta que também foi empregada;

1822 — Chegada a Lisboa de 59 deputados brasileiros, que logo entram em aspero conflito com os deputados portugueses, não só sobre dispositivos da Carta Constitucional, como sobre as novas leis aduaneiras tendentes a restabelecer o antigo privilégio de pavilhão que, antes de 1808, fechava os portos do Brasil ao comércio internacional. Em consequência, os deputados brasileiros, por uma maioria de 46 contra 13, negam-se a votar a Carta Constitucional, seguindo-se lógica e automaticamente a separação ou a independência do Reino Unido, que se converte em Império do Brasil.

Este é o exato perfil histórico da independência do Brasil. Os acontecimentos mais ou menos violentos, verificados a esse tempo em vários pontos do país, principalmente na Bahia, foram incidentes de caráter especialmente militar, na indispensável substituição ou mudança de guarnições, devidos sobretudo à lentidão ou ao atraso de seguras comunicações oficiais, em tão vastas extensões através dos mares. Mas o fato histórico, característico e essencial, está em que a transferência da Monarquia portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro, mantendo-nos na ordem de evolução da Europa continental donde provínhamos como formação política, nos evitou o imenso equívoco em que caíram os nossos vizinhos castelhanos, quando julgaram possível transportarem-se pela independência à ordem diversa dos antigos colonos da Inglaterra.

Pois foi nesse mesmo equívoco, sem dúvida grosseiro e certamente lamentável, que viemos nós também a cair, 69 anos depois, na famosa Constituição de 24 de fevereiro!...

Só por falta de siso, ou por paixão partidária levada ao voluntário desconhecimento dos fatos e das coisas, o que vem a dar no mesmo, poderá alguém discutir ainda a excelência dos nossos antigos métodos parlamentares, não só ante o conjunto político hispano-americano, como mesmo perante as instituições dos povos mais adiantados da Europa daquele tempo. Igualmente ninguém pretenderá que o Brasil de hoje, seja qual for a face ou o aspecto da sua vida pública, se eleve de alguma forma acima de qualquer das outras repúblicas latinas do continente. A existência de todo estes povos, entre os quais a todos os títulos e há 59 anos nos incluímos, se resume afinal a uma constante oscilação entre os métodos políticos dos Estados Unidos, que jamais atingem, e o mais grosseiro e velho despotismo de pura feição colonial. É um eterno recommençar de um mesmo ponto de partida, no qual continuamente recaem, por desvio inicial de orientação para a liberdade.

Na nossa velha América Portuguesa, dada a inércia das grandes forças morais que anteriormente a conduziram, essa fatal

oscilação sempre se manteve um pouco moderada ou mais lenta no seu ritmo, o extremo interior, de cada vez, mais ou menos sendo evitado. Agora, porém, que tão pesadamente aí chegamos com a ditadura de 37, o ritmo certamente se fará mais rápido e a queda sempre mais profunda, até que o nosso grande país, na crescente aceleração, se despedace. Em conjurar essa abominável eventualidade ou êsse desastre inconcebível, está todo o mandato da Assembleia Nacional Constituinte, que agora se reúne.

Moralmente, trata-se por urgência de asseio ou necessidade de decência, de remontar o fio de uma enchurrada longa e caudalosa, dentro da qual se entrechoca o entulho hostil e perigoso dos mais estúpidos preconceitos e dos mais torpes interesses. Grande elevação de sentimentos e ainda maior firmeza de caráter serão naturalmente necessárias. Mas, do ponto de vista da compreensão jurídica e da técnica legal, isto é, como puro trabalho de erudição, a tarefa não apresenta bem grandes dificuldades. Bastará tornar à história do Brasil no ponto em que ela se desarticula do seu sistema normal de antecedentes, para aí recolocá-la, daí traçando os seus novos rumos para o futuro.

A revolução republicana, se não houvesse quebrado a ordem tradicional da nossa evolução no golpe militar de 15 de novembro, ter-se-ia reduzido certamente a uma pura transposição. Passaríamos a um plano mais alto na vida democrática, sem nada perder das nossas liberdades anteriores, pois a política do Império, nos seus dois últimos decênios, outra não foi senão a de um firme e metódico avançar para a República. Consultem-se os programas sobre os quais os vários partidos se reorganizaram, após a grande crise ministerial de 1868 (Zacarias de Góis), e ver-se-á que todos eles concorriam conscientemente numa mesma preparação para aquêlê fim. A plataforma do gabinete de 7 de julho de 1889 até parece a última etapa ou o último degrau de uma ascensão deliberada, através de todos aquêles grandes documentos, era a República, mas a grande República liberal de forma parlamentar, que vinha sendo não somente delineada como mesmo instituída. A esperar havia apenas o preciso instante da proclamação. Mas êste já estava previsto no desaparecimento do imperador Pedro II, cuja sucessão, no consenso geral dos estadistas daquele tempo, já se tinha como compulsoriamente interrompida.

Os novos constituintes, para estabelecerem a completa, exata e eficaz agenda dos seus trabalhos, não terão mais que recorrer àquêles ilustres e já hoje veneráveis documentos, na própria biblioteca da sua séde. Aí se verá que terão fielmente cumprido o seu mandato, no dia em que promulgarem uma constituição na qual renasça, se condense e concretize a grande República Federativa

de Forma Parlamentar, que nêles, já tão clara e seguramente, àquêl tempo, se esboçava. E' questão de instituir, na União, nos Estados e nos Municípios, o Governo Representativo de Forma Parlamentar, que, em qualquer das três categorias, deverá ser sempre coletivo e de responsabilidade solidária, respectivamente constituído pelo Conselho de Ministros, pelo Secretariado do Estado e pela Intendência Municipal, cada um dêles constante e permanentemente responsável perante o correspondente corpo legislativo. Que não se distraiam nem se percam em longas elocubrações de caráter regulamentar ou administrativo, na ânsia sempre insana e inconseqüente de tudo prever para futuro. Cada época tem o sentido dos seus interesses e a inteligência das suas necessidades. Uma constituição política não pode ser um programa perpétuo para todos os governos a advir, pois é apenas uma sùmula de principios fundamentais dentro da qual a Nação, segundo os seus novos problemas ou as suas necessidades emergentes, vai livremente escolhendo os seus governos.

A Constituição, tendo sempre como base essencial de tôda organização política o sistema representativo de forma parlamentar, definirá claramente as autonomias do Estado e do Município, marcando-lhes com precisão os limites respectivos, tanto reciprocamente, como perante a autoridade federal, de modo a evitar tôda hipótese de invasão ou mútua perturbação.

Se na autonomia dos Estados há certas faculdades que são indispensáveis para que realmente ela exista, como a de eleger as suas autoridades, decretar as suas leis administrativas de interesse local, e prover as suas necessidades orçamentárias, também no âmbito de autonomia dos Municípios há certos direitos ou franquias sem os quais ela de nenhum modo existirá. A polícia comum, a polícia de costumes e contravenções, terá que ser municipal e eletiva, como a primeira e mais concreta garantia de liberdade dos cidadãos. A polícia estadual de nomeação autoritária, servida por soldados recrutados em tôda parte e estranhos ao meio social do Município, é o mais odioso e violento dos meios de opressão. Ela constitui uma permanente ameaça à liberdade e uma constante ofensa à própria dignidade dos cidadãos. Também não se permitirá a mínima confusão da polícia com a justiça, não sòmente abolindo-se o inquérito policial, como cassando-se à polícia todo direito de impor multas ou quaisquer outras condenações. Seja nos casos de crimes ou delitos, seja nos de simples contravenção, deve haver sempre a autoridade judicial que dêles conheça, para julgamento regular segundo a lei.

Muita atenção deve ser dada a organização judiciária. Grande exagêro haverá sem dúvida em dizer que não há justiça no Brasil.

Mas, para não incidir no exagêro oposto, reconheçamos que a sua organização atual parte tôda de um absurdo. A administração da justiça é, na ordem interna, a função principal da soberania. Quer dizer que só pode haver pluralidade de justiça, num mesmo âmbito geográfico, quando nêle se contiverem várias nações com indiscutível qualidade soberana. Os laços federativos, que posteriormente se estabeleçam dentro dêsse âmbito, de implícita natureza internacional, não retiram àquelas nações o soberano direito de administrar a justiça nas suas fronteiras respectivas. Êste foi o caso dos Estados Unidos, com a justiça federal, organizada posteriormente e já existente nos Estados. No Brasil, porém, onde a federação foi uma simples ficção de puro caráter geográfico, feita antes de existirem, pelas suas leis, as supostas unidades federadas, a dualidade de justiça não foi apenas um contra-senso, porque foi também uma degradação. Tirou-se à justiça, nas suas funções de maior intimidade o contato mais freqüente com os nossos direitos privados ou individuais, tôda a nobreza das suas origens, reduzindo ao mesmo tempo a solene grandeza da sua investidura. Não desçamos ao exame das conseqüências práticas dêsse êrro incalculável. Contentemo-nos em muito especialmente pedir sôbre êle o maior cuidado e a máxima atenção.

Deve merecer um estudo muito sério a questão das rendas públicas ou das contribuições orçamentárias. A completa balbúrdia na qual entramos com a Constituição de 24 de fevereiro não poderá ser continuada, a menos que queiramos manter indefinidamente a nossa economia nacional em latente estado de bancarrota, como realmente a temos desde o encerramento do primeiro quadriênio presidencial da República. E' indispensável chegar a uma efetiva e concreta discriminação das rendas, abandonando a distribuição arbitrária em que se resumiram as disposições correspondentes daquela Constituição. Devemos não esquecer o princípio clássico de que todo impôsto indireto, cobrado por várias entidades fiscais num mesmo território, transforma-se em impôsto aduaneiro, nos limites de jurisdição das mesmas entidades. Êste é o segrêdo dos célebres impostos inter-estaduais, de que até hoje tanto nos queixamos, e que outra coisa não fizeram senão restabelecer aqui as antigas alfândegas interiores da Europa anterior ao século XIX.

Tais são, em linhas gerais, as bases para uma Constituição realmente livre e democrática, que os nossos atuais deputados constituintes poderão encontrar, se quiserem inspirar-se na história do nosso país, nas suas mais caras tradições e nos seus mais legítimos e mais evidentes interesses. Como já fizemos observar, o

trabalho a executar não excede certamente a capacidade das forças humanas, pois resume-se sobretudo em retomar a grande obra já longamente iniciada pelos seus pais, enquanto conservaram os seus direitos e a sua dignidade de homens livres. A nova Assembléia Nacional Constituinte poderá, portanto, restituir o Brasil à nobre ordem da sua formação histórica, ao seu progresso normal, a sua evolução política ou a sua própria índole nacional. Tudo depende da inteligência e da probidade mental dos homens que a compõem, aliadas naturalmente à discrição ou ao justo senso moral daqueles que no interregno constituinte ocupem os postos do governo.

José Augusto Bezerra de Medeiros — Raul Pilla — José Maria dos Santos — Antonio Garcia de Medeiros Neto — Ary Franco — Esmaragdo de Freitas — Gaspar Saldanha — Modesto Perestrello de Carvalhosa — João Sampaio — Bulcão Vianna — Raphael Corrêa de Oliveira — Mauricio de Lacerda — Mauricio de Medeiros — Firmino Fernandes Saldanha — Luiz Silveira — Oscar Santos — Wladimir de Toledo Piza — Aluizio Alves — J. Ferreira de Souza — Aloysio de Carvalho Filho — Carlos Castilho Cabral — Antônio Neder — Pedro Fraga — Heitor da Nóbrega Beltrão — Fernando Moreira — Ernesto Labarthe — Arthur Caetano — Argemiro Zimimann — L. Silveira Melo — Fernando Caldas — Jurandyr Pires Ferreira — Nestor Duarte — Mathias Olympio — Manoel Augusto de Godoy Bezerra — Francisco Peixoto Soares de Moura — Ricardino Prado — Alberto de Araújo Cunha — Tancredo Tostes — Agostinho Monteiro — Waldemar Vasconcellos — Alvaro Lins — Francisco Sá Filho — Tristão da Cunha — Plinio Lemos — Oscar Garcia de Souza — Xavier de Araújo — Luiz Carlos de Oliveira — José Pinto de Montojos — Paulo Labarte — Ivo Roxo — Abrilino Saldanha — Franklin Palmeira — Olympio Ferraz de Carvalho — Tito Medeiros e Albuquerque — Homero Prates — Octaviano Alves de Lima — José Barreto Filho — Osório Borba — Romeu de Andrade Lourenção — Juvenal Lamartine de Faria — Godofredo Franco de Faria — Afonso Costa — Anibal de Barros Cassal — Adroaldo Fernandes.

Não conseguida a vitória da causa na Constituinte, nem por isso cessou o ardor combativo dos legionários da causa liberal, consubstanciada no parlamentarismo, e eis que em 1949 a Câmara dos Deputados foi sugerida por um grande número de Deputados, à frente Raul Pilla, a emenda parlamentarista que tomou o número 4 e que provocou largo e brilhante debate, emenda substituída

mais tarde por outra em 1954, redigida nos seguintes termos e subscrita por mais de uma centena de Deputados:

Substitua-se o Capítulo III da Constituição vigente pelo seguinte:

CAPÍTULO III

DO PODER EXECUTIVO

Seção I — Do Presidente da República

Art. 1.º O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo só a êste a direção e a responsabilidade política do govêrno e da administração.

Art. 2.º O Presidente da República é eleito pelo Congresso Nacional mediante voto da maioria absoluta de seus membros, em escrutínio secreto. O mandato é de seis anos.

Art. 3.º A eleição do Presidente da República far-se-á vinte dias antes de expirado o mandato presidencial, devendo para tal fim reunir-se especialmente o Congresso Nacional se não estiver em funcionamento.

Art. 4.º São condições de elegibilidade do Presidente da República:

- I — Ser brasileiro nato;
- II — estar no exercício dos direitos políticos;
- III — ser maior de trinta e cinco anos.

Art. 5.º No caso de impedimento temporário, ou de vaga, enquanto não se fizer a eleição, será o Presidente da República substituído pelo Presidente do Senado e, na falta dêste, sucessivamente, pelo Presidente da Câmara dos Deputados e pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Art. 6.º Vindo a vagar a Presidência da República e não estando reunido o Congresso Nacional, será êste imediatamente convocado, a fim de eleger o nôvo Presidente, cujo mandato será, igualmente, de seis anos.

Art. 7.º No ato de posse, o Presidente da República prestará o seguinte compromisso, perante o Congresso Nacional:

«Prometo manter e cumprir com lealdade a Constituição Federal, promover o bem geral da República, observar-lhe as leis, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência».

Art. 8.º O Presidente da República não pode ao mesmo tempo ser membro do Congresso Nacional.

Art. 9.º São atribuições do Presidente da República :

I — Nomear e demitir os Ministros e Sub-Secretários de Estado, devendo necessariamente, demiti-los, quando a Câmara dos Deputados lhes negar confiança;

II — Presidir às reuniões do Conselho de Ministros, quando julgar conveniente;

III — Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;

IV — Vetar, nos termos do art. 70, § 1.º, os projetos de lei;

V — Prover, na forma da lei e com as ressalvas estatuídas por esta Constituição, os cargos públicos federais;

VI — Manter relações com Estados estrangeiros;

VII — Celebrar tratados e convenções internacionais *ad referendum* do Congresso Nacional;

VIII — Declarar guerra, depois de autorizado pelo Congresso Nacional ou sem essa autorização no caso de agressão estrangeira verificada no intervalo das sessões legislativas;

IX — Fazer a paz com autorização e *ad referendum* do Congresso Nacional;

X — Permitir, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas, que forças estrangeiras transitem pelo território do país ou, por motivo de guerra, nêle permaneçam temporariamente;

XI — Exercer o comando supremo das forças armadas;

XII — Decretar a mobilização total ou parcial das forças armadas;

XIII — Decretar o estado de sítio, nos termos desta Constituição;

XIV — Decretar a intervenção federal nos termos dos artigos 7.º e 14.º;

XV — Autorizar brasileiros a aceitarem pensão, emprêgo ou comissão de govêrno estrangeiro;

XVI — Enviar à Câmara dos Deputados, dentro dos primeiros dois meses da sessão legislativa, a proposta de Orçamento;

XVII — Prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;

XVIII — Remeter mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, dando conta da situação do país e solicitando as providências que julgar necessárias;

XIX — Conceder indulto e comutar penas, com audiência dos órgãos instituídos em lei.

Art. 10. O Presidente da República perceberá subsídio, fixado pelo Congresso Nacional no último ano da legislatura anterior à sua eleição.

Art. 11. O Presidente da República, depois que a Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, declarar procedente a acusação, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes funcionais.

Parágrafo único. Declarada a procedência da acusação, ficará o Presidente da República suspenso das suas funções.

Art. 12. São crimes funcionais os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e especialmente contra :

Seção II

- I — a existência da União;
- II — o livre exercício do Poder Executivo;
- III — o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV — a segurança interna do País, cultivo do Poder Legislativo e do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;

Do Conselho de Ministros

Art. 13. O Conselho de Ministros responde, coletivamente, perante a Câmara dos Deputados pela direção e pela política do governo e da administração e cada ministro, individualmente, pelos atos que praticar no exercício de suas funções.

Parágrafo único. Todos os atos do Presidente da República devem ser referendados, no mínimo, pelo Presidente do Conselho e por um dos seus ministros, como condição de sua validade.

Art. 14. Os Ministros serão nomeados por indicação do Presidente do Conselho.

Parágrafo único. São condições para a investidura no cargo de Ministro de Estado:

- I — Ser brasileiro nato;
- II — estar no exercício dos direitos políticos;
- III — ser maior de 25 anos.

Art. 15. Logo depois de nomeado, comparecerá o Conselho perante o Congresso Nacional, ao qual apresentará o programa de governo.

Art. 16. Os Ministros dependem da confiança da Câmara dos Deputados e devem demitir-se quando essa lhes fôr negada.

Art. 17. A moção de desconfiança ou de censura contra os Ministros só poderá ser apresentada por 25 Deputados no mínimo, discutida e votada cinco dias depois de proposta, dependendo a sua aprovação do voto da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados.

Parágrafo único. A moção de confiança pedida pelo Conselho pode ser votada imediatamente e se considerará aprovada por simples maioria.

Art. 18. Verificada a impossibilidade de constituir-se o Conselho de Ministros por falta de apoio parlamentar, comprovada em sucessivas moções de desconfiança opostas a pelo menos três Conselhos nomeados, o Presidente da República, com o fim de apelar para o pronunciamento da Nação, poderá dissolver a Câmara dos Deputados.

Art. 19. Poderá ainda o Presidente da República depois de decorridos dois anos de uma legislatura e para o mesmo fim do artigo anterior, dissolver a Câmara dos Deputados por solicitação do Conselho de Ministros que, já tendo obtido pelo menos dois votos de confiança, venha a ser colhido por um de desconfiança, dependendo a medida porém, de prévia aprovação do Senado.

Parágrafo único. A Câmara dos Deputados não poderá ser dissolvida, pelo mesmo motivo, duas vezes sucessivas.

Art. 20. Sempre que houver dissolução da Câmara dos Deputados, o decreto que a determinar precisará os motivos do ato, será amplamente divulgado e convocará a nova eleição para dentro de 60 dias.

Parágrafo único. Dissolvida a Câmara dos Deputados, o Presidente da República nomeará um Conselho Provisório de Ministros do qual participarão obrigatoriamente dois representantes do último Conselho recusado ou destituído e dois da Câmara dos Deputados.

Art. 21. A Câmara dos Deputados reúne-se de pleno direito, independentemente de convocação, e retoma sua atividade, desde que não se hajam realizado as novas eleições dentro do prazo estipulado no art. 20.

Art. 22. O número de ministérios, sua organização e atribuições são regulados por lei ordinária.

Parágrafo único. Em casos especiais poderão ser nomeados Ministros sem pasta.

Art. 23. O Conselho de Ministros decide por maioria absoluta de votos: em caso de empate, preponderará o voto do Presidente.

Art. 24. Os Ministros devem submeter prèviamente ao Conselho os projetos de leis e regulamentos, bem como tôdas as questões que interessem vários Ministérios e a respeito das quais haja divergência entre êles.

Parágrafo único. Em cada Ministério funciona um órgão composto de profissionais especializados nos respectivos serviços, os quais colaborarão na feitura dos projetos de iniciativa do Conselho. Serão também assessores das Comissões do Congresso Nacional.

Art. 25. Os Ministros podem intervir nas deliberações do Congresso Nacional e tomar parte nos trabalhos das Comissões. Devem comparecer a qualquer das Casas do Congresso Nacional quando sua presença fôr requerida pela quarta parte dos respectivos membros, e as Comissões quando estas solicitarem.

Art. 26. Os Ministros são obrigados a dar, tanto ao Congresso Nacional e suas Comissões, como ao Presidente da República, tôdas as informações que a respeito dos seus serviços lhes forem pedidas.

Art. 27. Os Ministros podem ser auxiliados na sua gestão e fazer-se representar no Congresso Nacional por Sub-Secretários de Estado designados pela mesma forma que êles.

Parágrafo único. O Sub-Secretário de Estado está subordinado ao respectivo Ministro.

Art. 28. Em caso de impedimento temporário, o Ministro será substituído pelo respectivo Sub-Secretário ou pelo Ministro que o Presidente do Conselho designar.

Art. 29. Sòmente os membros do Congresso Nacional poderão exercer as funções de Presidente do Conselho de Ministros.

Art. 30. Os Ministros, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação, serão submetidos a processo e julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes funcionais.

Art. 31. São crimes funcionais, além dos previstos no art. 12, os praticados contra:

- I — a probidade da administração;
- II — a lei orçamentária;
- III — a guarda e o legal emprêgo dos dinheiros públicos;
- IV — o cumprimento das decisões judiciais.

Parágrafo único. Constitui crime funcional deixar de atender ao disposto no art. 16, bem como desatender à convocação de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

Art. 32. Suprimam-se, substituam-se e modifiquem-se na Constituição vigente as seguintes disposições:

1.º) Substitua-se pela seguinte a letra *b* do inciso VII do art. 7.º:

«*b*) divisão, equilíbrio e harmonia de poderes, govêrno coletivo e responsável».

2º) Suprimam-se na letra *d*, do inciso VII, do art. 7º, as palavras:

«e prefeitos».

3.º) Substitua-se pela seguinte letra *e*, do inciso VII, do art. 7.º:

«*e*) autonomia municipal, eletividade do prefeito pela Câmara Municipal e sua responsabilidade perante a mesma Câmara».

4.º) Redija-se assim o item I, do art. 26:

«I — pela eleição dos vereadores e, mediante voto da Câmara Municipal, e de Prefeito».

5.º) Suprima-se o texto do art. 38, da Constituição, fazendo-se do seu parágrafo o próprio artigo.

6.º) Ao art. 39, acrescente-se, no final:

«salvo recesso ou prorrogação».

7.º) No parágrafo único do mesmo artigo, onde se diz : «Presidente da República»

diga-se:

«Poder Executivo».

8.º) Substitua-se pelo seguinte o inciso III, do art. 41:

«III — Eleger o Presidente da República e receber-lhe o compromisso».

9.º) Ao art. 51, acrescente-se depois da palavra «Ministro» o seguinte: «e Subsecretário».

10) Suprimam-se o art. 54, o seu parágrafo e o art. 55 da Constituição.

11) Suprimir no art. 59, Item I, o trecho final: «nos crimes conexos com os do Presidente da República».

12) Suprima-se o art. 61.

13) O inciso I, do art. 62, redija-se assim:
«Julgar o Presidente da República e os Ministros de Estado nos crimes funcionais».

14) Na Constituição em vigor, onde se diz :
«crimes de responsabilidade».

diga-se:
«crimes funcionais».

15) Dê-se a seguinte redação ao artigo 64 da Constituição :
«Incumbe ainda ao Senado Federal:

I — suspender a execução no todo ou em parte da lei ou decreto, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

II — aprovar ou rejeitar o decreto de dissolução da Câmara dos Deputados, na hipótese do art.

16) Suprima-se no art. 66, item IX e onde mais existir na Constituição a expressão — Vice-Presidente da República.

17) Dê-se a seguinte redação ao número VII do art. 66, da Constituição:

«autorizar o Presidente da República e o Presidente do Conselho de Ministros a se ausentarem do país».

18) Nos arts. 67 e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º, onde se diz:
«Presidente da República»

diga-se:
«Poder Executivo».

19) No art. 70, § 3º, onde se diz : «de dois terços» :

diga-se:
«da maioria».

20) Suprima-se no § 4.º, do art. 70, o trecho final a começar das palavras:

... «e, se este o não fizer» ...

21) No art. 101, letra a, acrescente-se, depois da expressão :
«Presidente da República»

o seguinte:
«e os Ministros de Estado».

22) No art. 101, letra c, suprima-se a expressão:
«Ministro de Estado».

No início da disposição, bem como o trecho final a começar da palavra «ressalvado».

23) No art. 139, inciso I, além de suprimir-se a expressão: «e Vice-Presidente».

Suprima-se na letra a o final, a partir da expressão:

«e bem assim...»

24) Suprimam-se as letras *b* e *c* do mesmo artigo.

25) No inciso II, letra *a*, suprima-se o trecho a começar pela expressão:

«ou quem lhe haja...»

até a expressão:

«tenha substituído».

26) Suprimam-se as letras *b*, *c* e *d*.

27) Suprimam-se os incisos III, IV e V.

28) Suprima-se o parágrafo único do art. 139.

29) No inciso I e letra *a*, do artigo 140, suprimam-se as expressões:

«e o Vice-Presidente...»

«ou do substituto que assumir a presidência».

30) Suprimam-se as letras *b* e *c* do inciso I, do art. 140.

31) Suprima-se a letra *b*, do inciso II, do mesmo artigo.

32) Suprima-se o inciso III do mesmo artigo.

33) Suprima-se o art. 178, da Constituição.

34) Ao art. 197, acrescente-se depois da palavra «Ministros» o seguinte: «a Subsecretários».

35) Suprima-se no art. 208 a palavra «exclusiva».

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1.º A duração do mandato do Presidente da República continua regulada pelo art. 82, da Constituição de 18 de setembro de 1946.

Art. 2.º O atual Vice-Presidente da República conservará, até a expiração do seu mandato, as atribuições definidas pela Constituição antes de emendada.

Art. 3.º Os arts. 18 e 19 da presente emenda, só entrarão em vigor com o primeiro Presidente da República, eleito pelo Congresso Nacional de acôrdo com o art. 2.º.

Art. 4.º Dentro do prazo de seis meses, a contar da data da promulgação da presente emenda constitucional deverão as constituições estaduais adaptar-se ao que nêle se estipula quanto às unidades da Federação.

Art. 5.º Dentro do prazo de dez anos de promulgada esta emenda, a Câmara e o Senado constituirão uma comissão mista de dez membros para opinar sôbre a conveniência de modificar-se o regime constitucional vigente.

Art. 6.º A reforma prevista nesta emenda entrará em vigor a 31 de janeiro de 1956, sem prejuizo das providências preliminares que devam ser tomadas para sua execução, devendo, vinte dias antes daquela data, reunir-se o Congresso Nacional para a eleição do Presidente da República.

Art. 7.º Depois de promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e publicada, esta emenda será incorporada à Constituição, fazendo-se na numeração dos textos as alterações necessárias.

Raul Pilla, José Augusto, Nestor Duarte, Castilhos Cabral, Tarso Dutra, Vieira de Mello, Coelho de Souza, Joel Presídio, Francisco Macedo, Frota Aguiar, Bilac Pinto, Roberto Morena, Euzébio da Rocha, Dilermando Cruz, Hélio Cabral, Muniz Falcão, Breno da Silveira, Benedito Mergulhão, Vitorino Correia, Amando Fontes, José Cândido Ferraz, Ari Pitombo, Joaquim Viegas, Rafael Cincurá, Luiz Viana, Benedito Vaz, Berbet de Castro, Leite Neto, Lima Cavalcanti, Rui Palmeira, Leopoldo Maciel, Antônio Peixoto, João Cabanas, Gurgel do Amaral, Luiz Garcia, Fernando Nóbrega, Medeiros Neto, Carlos Valadares, Oliveira Brito, Ponciano dos Santos, Barros Carvalho, Campos Vergal, Galdino do Vale, Monteiro de Castro, José Bonifácio, Hermes Pereira de Souza, Lopo Coelho, Leão Sampaio, Alberto Botino, Coutinho Cavalcanti, Rui Santos, Raimundo Padilha, Tristão da Cunha, Orlando Dantas, Parsifal Barroso, Mathias Olimpio, Aliomar Baleeiro, Vasconcelos Costa, José Fleury, Manoel Peixoto, Agripa Faria, Félix Valois, Sigefredo Pacheco, Daniel Faraco, Ostoja Roguski, Wolfram Metzler, Danton Coelho, Lima Figueiredo, André Fernandes, Plínio Coelho, Fernando Ferrari, Aldo Sampaio, Lacerda Werneck, A. Bagueira Leal, Aquiles Mincarone, Ranieri Mazzili, Antônio Maria Corrêa, Alberto Deodato, Wilson Cunha, João d'Abreu, Clóvis Pestana, Willy C. Frohlich, Nelson Carneiro, Uriel Alvim, Paulo Maranhão, José Neiva, Antenor

Bogés, Mendonça Júnior, Alfredo Dualibe, Antônio Vieira So-brinho, Mendonça Braga, Paulo Ramos, Bartolomeu Lisandro, Mário Gomes, João Roma, Herbert Levy, Oscar Carneiro, Jalles Machado, Napoleão Fontenelle, Joaquim Ramos, José Loureiro Júnior, Mário Aprile, Ferreira Lima, José Guiomard, Manhães Barreto, Coaracy Nunes, Emilio Carlos, Magalhães Pinto, Cardoso de Miranda, Heráclito do Rêgo, Feliciano Penna, Magalhães Pinto Lycurgo Leite, Wanderley Júnior, Oliveira Brito, Alcides Carneiro, Ulysses Lins, Azis Maron, A. Teixeira Gueiros, Marcos Ferreira de Jesus, Nelson Omegna, Ubirajara Kentnedjian, Ruy Almeida, Salo Brand, José Pedroso, Ernani Satyro, Dolor de Andrade, Cunha Breno, José Fontes Romero, Pessoa de Araújo, Aluisio Alves, Vasconcelos Costa, Pontes Vieira, Altamirando Requião, Arnaldo Cerdeira, Moreira da Rocha, José Guimarães, Saturnino Braga, Adolfo Gentil, Dias Lins, Vieira Lins, Saulo Ramos, Lauro Lopes, Hildebrando Bisaglia, Vasco Filho, Benjamin Farah, Osvaldo Fonseca, Licio Borralho, Guilherme Machado, Pinheiro Chagas, Osvaldo Costa, Severino Monis, Abelardo Mota, Athayde Bastos, José Cândido Ferraz, Iris Meinberg, Ferraz Egreja, Dantas Júnior, Tenório Cavalcante, Heitor Beltrão, Viana Ribeiro dos Santos, Waldemar Rupp, Sá Cavalcanti, Jaime Teixeira, Celso Peçanha, Frota Moreira, Freitas Cavalcanti, Menotti del Picchia, José Matos, Costa Rodrigues, Jorge Lacerda — por autorização telegráfica, Elpidio Almeida — por autorização telegráfica, Gentil Barreira — por autorização telegráfica, Pereira Diniz — por autorização telegráfica, Chagas Rodrigues — por autorização telegráfica, Guilherme Xavier — por autorização telegráfica, Pedro de Souza — por autorização telegráfica.

No presente ano de 1961 surge uma terceira emenda constitucional, sendo afinal a causa vitoriosa, em face da crise política determinada pela até agora inexplicada renúncia do Presidente da República, em uma votação célere e rápida. Foi o recurso a que se apegou patrioticamente o Congresso Nacional, evitando, desse modo, no depoimento dos observadores políticos, a calamidade de uma guerra civil. Aqui deixo como documento histórico o chamado Ato Adicional, restaurador do parlamentarismo, que é a nossa tradição e que, estou certo, poderá vir a ser a segurança da perpetuidade da democracia no Brasil. Eis o Ato Adicional na sua íntegra :

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1.º O Poder Executivo é exercido pelo presidente da República e pelo Conselho de Ministros, cabendo a este a direção

e a responsabilidade da política do governo, assim como da administração federal.

CAPÍTULO II

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Art. 2.º O presidente da República será eleito pelo Congresso Nacional por maioria absoluta de votos, e exercerá o cargo por cinco anos.

Art. 3.º Compete ao presidente da República:

I — Nomear o presidente do Conselho de Ministros e, por indicação dêste, os demais ministros de Estado, e exonerá-los quando a Câmara dos Deputados lhes retirar a confiança;

II — Presidir as reuniões do Conselho de Ministros, quando julgar conveniente;

III — Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis;

IV — Vetar, nos termos da Constituição, os projetos de lei, considerando-se aprovados os que obtiverem o voto de três quintos dos deputados e senadores presentes, em sessão conjunta das duas Câmaras;

V — Representar a Nação perante os Estados estrangeiros;

VI — Celebrar tratados e convenções internacionais «ad referendum» do Congresso Nacional;

VII — Declarar a guerra depois de autorizado pelo Congresso Nacional ou, sem essa autorização, no caso de agressão estrangeira verificada no intervalo das sessões legislativas;

VIII — Fazer a paz, com autorização e «ad referendum» do Congresso Nacional;

IX — Permitir, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas, que forças estrangeiras transitem pelo território do país, ou por motivo de guerra, nêle permaneçam temporariamente;

X — Exercer, através do presidente do Conselho de Ministros o comando das Forças Armadas;

XI — Autorizar brasileiros a aceitarem pensão, emprêgo ou comissão de governo estrangeiro;

XII — Apresentar mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do país;

XIII — Conceder indultos e comutar penas, com a audiência dos órgãos instituídos em lei;

XIV — Prover, na forma da lei e com as ressalvas estatuídas pela Constituição, os cargos públicos federais;

XV — Outorgar condecorações ou outras distinções honoríficas a estrangeiros, concedidas na forma da lei;

XVI — Nomear, com aprovação do Senado Federal, e exonerar, por indicação do presidente do Conselho, o prefeito do Distrito Federal, bem como nomear e exonerar os membros do Conselho Nacional de Economia (art. 205, § 1.º).

Art. 4.º O presidente da República, depois que a Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, declarar procedente a acusação, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal nos crimes funcionais.

Art. 5.º São crimes funcionais os atos do presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- I — A existência da União;
- II — o livre exercício de qualquer dos poderes constitucionais da União ou dos Estados;
- III — o exercício dos poderes políticos, individuais e sociais;
- IV — a segurança interna do país.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO DE MINISTROS

Art. 6.º O Conselho de Ministros responde coletivamente perante a Câmara dos Deputados, pela política do Governo e pela Administração Federal, e cada ministro de Estado, individualmente, pelos atos que praticar no exercício de suas funções.

Art. 7.º Todos os atos do presidente da República devem ser referendados pelo presidente do Conselho e pelo ministro competente como condição de sua validade.

Art. 8.º O presidente da República submeterá, em caso de vaga, à Câmara dos Deputados, no prazo de três dias, o nome do presidente do Conselho de Ministros. A aprovação da Câmara dos Deputados dependerá do voto da maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único. Recusada a aprovação, o presidente da República deverá em igual prazo apresentar outro nome. Se também este fôr recusado, apresentará, no mesmo prazo, outro nome. Se nenhum fôr aceito, caberá ao Senado Federal indicar, por maioria absoluta de seus membros, o presidente do Conselho, que não poderá ser qualquer dos recusados.

Art. 9.º O Conselho de Ministros, depois de nomeado, comparecerá perante a Câmara dos Deputados, a fim de apresentar seu programa de governo.

Parágrafo único. A Câmara dos Deputados, na sessão subsequente e pelo voto da maioria dos presentes, exprimirá sua confiança no Conselho de Ministros. A recusa da confiança importará formação de novo Conselho de Ministros.

Art. 10. Votada a moção de confiança, o Senado Federal, pelo voto de dois terços de seus membros, poderá, dentro de quarenta e oito horas, opor-se à composição do Conselho de Ministros.

Parágrafo único. O ato do Senado Federal poderá ser rejeitado, pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados, em sua primeira sessão.

Art. 11. Os ministros dependem da confiança da Câmara dos Deputados e serão exonerados quando esta lhes fôr negada.

Art. 12. A moção de desconfiança contra o Conselho de Ministros, ou de censura a qualquer de seus membros, só poderá ser apresentada por cinquenta deputados no mínimo, e será discutida e votada, salvo circunstância excepcional regulada em lei, cinco dias depois de proposta, dependendo sua aprovação do voto da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.

Art. 13. A moção de confiança pedida à Câmara dos Deputados pelo Conselho de Ministros será votada imediatamente e se considerará aprovada pelo voto da maioria dos presentes.

Art. 14. Verificada a impossibilidade de manter-se o Conselho de Ministros por falta de apoio parlamentar, comprovada em moções de desconfiança, opostas consecutivamente a três conselhos, o presidente da República poderá dissolver a Câmara dos Deputados, convocando novas eleições que se realizarão no prazo máximo de noventa dias, a que poderão concorrer os parlamentares que hajam integrado os conselhos dissolvidos.

Parágrafo 1.º Dissolvida a Câmara dos Deputados, o presidente da República nomeará um Conselho de Ministros de caráter provisório.

Parágrafo 2.º A Câmara dos Deputados voltará a reunir-se, de pleno direito, se as eleições não se realizarem no prazo fixado.

Parágrafo 3.º Caberão ao Senado Federal, enquanto não se instalar a nova Câmara dos Deputados, as atribuições do art. 66, números III, IV e VII da Constituição.

Art. 15. O Conselho de Ministros decide por maioria de votos. Nos casos em empate, prevalecerá o voto do presidente do Conselho.

Art. 16. O presidente do Conselho e os ministros podem participar das discussões em qualquer das casas do Congresso Nacional.

Art. 17. Em cada ministério haverá um subsecretário de Estado, nomeado pelo ministro, com aprovação do Conselho de Ministros.

§ 1.º Os subsecretários de Estado poderão comparecer a qualquer das casas do Congresso Nacional e a suas comissões, como representantes dos respectivos ministros.

§ 2.º Demitido um Conselho de Ministros, e enquanto não se constituir o novo, os subsecretários de Estado responderão pelo expediente das respectivas pastas.

Art. 18. Ao presidente do Conselho de Ministros compete ainda:

I — Ter a iniciativa dos projetos de lei do govêrno;

II — manter relações com Estados estrangeiros e orientar a política externa;

III — exercer o poder regulamentar;

IV — decretar o estado de sítio, nos termos da Constituição;

V — decretar e executar a intervenção federal, na forma da Constituição;

VI — enviar à Câmara dos Deputados a proposta de orçamento;

VII — prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior.

Art. 19. O Presidente do Conselho poderá assumir a direção de qualquer dos ministérios.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 20. A presente emenda, denominada Ato Adicional, entrará em vigor na data da sua promulgação pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 21. O vice-presidente da República, eleito a 3 de outubro de 1960, exercerá o cargo de presidente da República, nos termos dêste ato adicional, até 31 de janeiro de 1966, prestará compromisso perante o Congresso Nacional, e na mesma reunião, indicará à aprovação dêle, o nome do presidente do Conselho e a composição do primeiro Conselho de Ministros.

Parágrafo único. O Presidente do Congresso Nacional marcará dia e hora para, no mesmo ato, dar posse ao presidente da República, ao presidente do Conselho de Ministros e ao Conselho de Ministros.

Art. 22. Poder-se-á complementar a organização do sistema parlamentar de governo ora instituído, mediante leis votadas, nas duas Casas do Congresso Nacional, pela maioria absoluta dos seus membros.

Parágrafo único. A legislação delegada poderá ser admitida por lei votada na forma dêste artigo.

Art. 23. Fica extinto o cargo de vice-presidente da República.

Art. 24. As constituições dos Estados adaptar-se-ão ao sistema parlamentar de governo, no prazo que a lei fixar, e que não poderá ser anterior ao término do mandato dos atuais governadores. Ficam respeitados igualmente, até o seu término, os demais mandatos federais, estaduais e municipais.

Art. 25. A lei votada nos termos do artigo 22 poderá dispor sobre a realização de plebiscito, que decida da manutenção do sistema parlamentar ou volta ao sistema presidencial, devendo em tal hipótese, fazer-se a consulta plebiscitária nove meses antes do termo do atual período presidencial.

Brasília, em 2 de setembro de 1961.

De tudo quanto deixo dito nesta exposição, de cuja extensão peço perdão ao ilustre auditório, creio resultar evidente que tôdas as manifestações do espírito público brasileiro desde os dias iniciais da nossa vida institucional procuraram sempre conduzir nosso sistema de governo para os largos caminhos democráticos, de que o parlamentarismo é, no mundo atual, a mais perfeita expressão.

Tivemos, é certo, êstes últimos 70 anos de presidencialismo autoritário, com as piores conseqüências políticas, militares, econômicas, financeiras, sociais e morais, mas a verdade é que nunca deixou de haver contra a ditadura aparentemente legal do sistema o protesto enérgico e constante da consciência liberal do país.

Restaurado agora pelo Ato Adicional o sistema parlamentar, embora com as imperfeições que teremos de corrigir, uma das quais é o enxerto de um possível plebiscito, (o plebiscito, diz lapidariamente Ortega Y Gasset, faz sempre ouvir o ruído das sandálias de César que se aproxima), imprescindível é que se unam todos os verdadeiros democratas brasileiros, formando uma força una e invencível, para evitar o retorno ao presidencialismo, isto é, à anarquia ou à ditadura que são, na exata afirmação de Mirkine

Guetzenivth as duas alternativas essenciais do regime presidencial na América Latina.

Após essa síntese histórica, na recapitulação do que nos deram os dois sistemas de governo, em face dos dados históricos honesta e escrupulosamente exibidos, resta indagar que sistema de governo convém ao Brasil — o que só nos deu a desordem em todos os seus aspectos — política, militar, econômica, financeira, moral e social, ou o que nos proporcionou 40 anos de paz, tranqüilidade, compostura, moralidade, austeridade absoluta no emprêgo dos dinheiros públicos?

TRANSCRIÇÕES

AFONSO COSTA (*)

ENG. VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Ao tempo em que o luso Afonso Costa se extremava entre os dirigentes da política portuguesa, desde a propaganda republicana, duas outras individualidades também atendiam no Brasil ao mesmo nome, coincidência que propiciava pilhérias sem conta.

Contrário, neste particular, ao fogoso orador, que no poder, ou na oposição, sabia utilizar-se do seu verbo inflamado, o sertanejo de Jacobina, onde nascera a 2 de agosto de 1885, mantinha-se as mais das vezes silencioso e devotado aos seus afazeres, quando já o terceiro xará se exibia com frequência na imprensa carioca.

Não se esforçava por vir à ribalta, satisfeito em permanecer na penumbra, onde sabia, entretanto, valer-se da oportunidade para preparar com paciência e acerto as suas credenciais.

PRIMEIROS ENSAIOS

Duas obras, principalmente, lhe garantiram lisonjeira nomeada: *Minha Terra Jacobina de antanho e de agora* (1915), memória apresentada ao 5º Congresso Brasileiro de Geografia, reunido na cidade do Salvador, e *À sombra da Arte e à Luz da História* (1923).

Já não se restringia, nesta, a examinar as peculiaridades de seu município, mas abrangia as atividades intelectuais assinaladas em Pernambuco, Sergipe e na Bahia, cuja Academia lhe premiou a devoção às letras, ao atraí-lo para o seu quadro social.

Todavia, apenas lhe permaneceria no convívio nobilitante até que os encargos oficiais lhe causassem a transladação para a Capital da República, onde não tardou em conquistar pôsto de relêvo no Ministério da Educação, criado após a Revolução de Trinta, que lhe permitiu aproximar-se dos escritores residentes em Guanabara.

(*) Conferência proferida na Federação da Academia de Letras do Brasil, a 17-6-1961.

Sem demora, lobrigou possibilidades de dar andamento às idéias que lhe abrasavam o entusiasmo.

Entre várias, que no livro de ensaios propagou, sobreleva a sugestão referente à federalização das academias, que jamais se apagou de suas cogitações.

ASCENÇÃO

Propiciou-lhe ensejo de patrociná-la com fervor a Academia Carioca de Letras, que surgira com denominação diferente. Instalada a 8 de abril de 1926, com o título de Academia Pedro II, aceitou a proposta de Othon Costa e outros, de 28 de novembro de 1929, que o mudou para o atual, afeiçoado ao padrão adotado pelas suas congêneres em vários estados.

Não obstante, o regimento interno só seria aprovado depois que solenemente se empossou, a 2 de janeiro de 1934, a diretoria eleita, com Modesto de Abreu na presidência.

Em breve, cuidava de preencher as vagas existentes, para uma das quais se candidatou Afonso Costa, à sombra de Gregório de Matos, seu primeiro patrono, substituído por Quintino Bocayuva, quando o sodalicio restringiu a nomes guanabarinós o quadro respectivo, antes agasalhador de celebridades de outras regiões. Desejoso de colaborar para o engrandecimento do grêmio, apresentou mais de uma indicação.

Para começar, propõe que a Academia Carioca de Letras mantenha em suas relações sociais e literárias a ortografia simplificada do acôrdo luso-brasileiro, que por essa época era assunto de discussões intermináveis.

A 9 de outubro, lembra a conveniência da realização de conferências públicas, mensais, acêrca de matéria estipulada no Regimento.

No mês seguinte, cuida de sistematizar as sessões solenes, em condições aceitas pelos confrades. E pela renúncia de Jacques Raimundo, assume a tesouraria do grêmio, opulento de idéias, mas falto de pecúnia.

Outras providências ainda lhe evidenciavam o desvêlo pela Academia, que não titubeou em confiar-lhe a presidência, em eleição de 18 de dezembro.

Se ainda houvesse alguma dúvida a respeito da sua atuação futura, não subsistiria à luz do roteiro que traçou, ao tomar posse, a 2 de janeiro de 1935.

«A Academia Carioca de Letras tem à sua frente um programa de tal elevação, que não será precisa tão somente a geração atual, que nela há de trabalhar para o cumprir», declarou de entrada.

Citou, como urgente, o «estabelecimento, por exemplo, da verdadeira e única história das letras e da inteligência outrora denominada fluminenses e hoje cariocas, que, além do mais, são de maior opulência. Essa história, aliás inadiável, não se fez ainda e compete à Academia Carioca sua execução».

Intitulou-se progressista — «Mãos nenhuma, do cantinho do seu obscuro valimento, têm mais batido palmas às modernas escolas, às teorias modernas e às seitas modernas, que as minhas pobres mãos».

Mas, acrescentou: «bato-as igualmente às idéias, às escolas, às teorias e às seitas do futuro».

«Tudo novo, tudo moderno, tudo futuríssimo, mas tudo assentado nos alicerces seguros e profundos que as gerações vêm construindo, melhorando, aperfeiçoando».

Assim se revelava, por igual, tradicionalista, mas permeável às correntes renovadoras.

E para não se limitar às cogitações abstratas, apontou o problema capital a que iria consagrar-se. «E' preciso que as academias estaduais, a Carioca inclusive, porque o Distrito Federal é um Estado e nós somos a sua Academia, é preciso que as academias estaduais se congreguem, aqui no Rio e dentro de curto prazo, no proveito de um congresso deliberativo das letras e do qual partam, já e já, as diretrizes seguras para a grande obra de realização cultural».

E justificava-se: «êste meu pensamento tem anos de sedimentação e de aspiração a ser um dia realidade, porque o externei, primeiro, na magnífica cidade do Recife, ante assembléia do que de mais culto havia a êsse tempo de 1914».

E perguntou: «que advirá dêsse conclave?»

«Por certo, respondeu, convicto, «os melhores proveitos para as letras nacionais, para o nome da inteligência brasileira e, sobretudo, para a multidão de mugiques da pena e das idéias que se encontraram sempre ao desamparo protecional das próprias garantias profissionais».

«A proteção do escritor, a proteção do livro, a proteção dos portadores das idéias surge como fatos de emergência clamando solução».

Ainda se alargaria por outros assuntos relacionados com o motivo preferencial de suas cogitações, que não prejudicavam a

associação confiada à sua chefia. Ao revés, acresceu-lhe sobremaneira o prestígio, quando veio a lume o boletim, rotulado de «Publicações», cujo primeiro número, «organizado no fim da minha administração», lembrou Modesto de Abreu, saiu «logo em começos de 1935».

Em seguida aos cinco números das «Publicações», ainda sob a direção de Afonso Costa, e por sua iniciativa, foi editada a série dos «Cadernos», em que se enfeixavam discursos acadêmicos, conferências, palestras e alocuções várias.

Destarte, a sua atuação na presidência da Academia Carioca foi deveras profícua, consoante atestou o seu antecessor, e «assinalou-se por excepcional operosidade».

Todavia, o projeto acariciado por suas incontidas aspirações continuava a angariar prosélitos, para intensificar o intercâmbio acadêmico.

Comungante nos mesmos ideais, Nogueira da Silva elaborou o projeto de Regulamento do Congresso das Academias de Letras, que, aprovado, autorizou Afonso Costa a designar os membros da sua «Comissão Executiva» Leôncio Correia, presidente; M. Nogueira da Silva, secretário; Castilhos Goycochêa, tesoureiro, e Phocion Serpa, Alcides Bezerra e Modesto de Abreu (antigos presidentes), para vogais.

Faltava o Temário, que Nogueira da Silva se apressou em preparar para a sessão de 12 de março.

Assim começava a concretizar-se o magnífico sonho, em que iriam concentrar-se as atividades do Presidente, para a realização do «Congresso das Academias de Letras», marcada para breve prazo.

NO FASTÍGIO

Em verdade, mal decorridos dois meses, indispensáveis às comunicações e propaganda, que propiciassem favorável ambiente psicológico, rompeu o dia 3 de maio.

Leôncio Correia, ao interpretar os sentimentos da Comissão Executiva, de que era presidente, cede o lugar a Fernando de Magalhães, delegado, em companhia de Laudelino Freire, da Academia Brasileira de Letras, e eleito Presidente do Congresso, cujos trabalhos se distribuíram por seis comissões.

«História e crítica literária — linguagem — direitos autorais — problemas econômicos e litero-sociais — questões culturais — bibliografia».

Para sintetizar as origens da assembléia, fêz-se ouvir o depoimento do seu mais ardoroso promotor.

«Foi auscultando e consultando os desejos e aspirações de suas congêneres, nos Estados, senão os interesses e as próprias necessidades delas através de sua existência e de sua ação, que a Academia de Letras do Distrito Federal tomou a si o grave encargo da realização dêste certame de inteligência e de cultura».

«Sobremaneira superior às nossas forças o nobre encargo, porquanto a Academia Carioca de Letras registrava agora, apenas a sua 10ª etapa de existir convulso e laborioso», acentuava Afonso Costa, que, todavia, não dissimulou a incomparável satisfação de ver triunfante a sua iniciativa, para a qual «não faltaram as auras das instituições irmãs, a solidariedade dos governos estaduais e o considerável apoio do Governo da República».

«Os Estados daqui ausentes, informou, «são aquêles onde, ao tempo do Congresso, não havia ou não há academia de letras, e sociedades de cultura literária, por ventura existentes, não se sentiram na condição de ser presentes ao comício».

Fizeram-se, porém, representar «16 academias de letras, 13 instituições culturais diversas, 9 institutos históricos, geográficos e arqueológicos, 4 sociedades de cultura literária, ao todo 42 instituições culturais de diversos matizes».

Individualmente, inscreveram-se 159 homens de letras de todos os gêneros, prova eloqüente da ressonância que o realçou, graças, em grande parte, aos esforços incessantes do seu fervoroso animador.

Entretanto, não lhe endossaram, de princípio, a idéia principal que, por assim dizer, motivara a assembléia, conforme proclamaria, mais tarde, sem dissimular a sua mágua.

«A Comissão que examinou êsse documento, ciosa de homenagens a outra associação que poderia ser nacional, mas se mantém apenas brasileira, entendeu pôr a tese de remissa, tão só permitindo fôsse publicada».

Não desanimaria, porém, o proponente com o resultado contrário às suas conclusões, referentes à urgência da fundação da entidade preconizada. E conforme narrou, em momento propício, para não se conformar com a decisão aniquiladora da sua máxima sugestão, excogitou solução que a favorecesse.

«Veio, então, a indicação que a meu pedido José de Mesquita, da Academia Matogrossense de Letras, apresentou e defendeu, sendo aprovada naquela sessão».

Subscrita, a 12 de maio, pelos delegados da Academia Carioca (Afonso Costa), Academia Pernambucana (Raul Monteiro), Academia Riograndense (Valdemar de Vasconcelos), Academia de Letras da Bahia (Heitor Prager Froes), Academia de Ciên-

cias e Letras de São Paulo (Mário Vilalva), Academia Amazonense (Benjamin Lima), Academia Piauiense (João Cabral), além de José de Mesquita, cêleremente superou os obstáculos, que impediram a aceitação da tese afonsina, de análogos objetivos.

«Fica instituída, desde já, assim lhe rezava o artigo primeiro, a Federação das Academias de Letras do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, organizada conforme a regulamentação que se lhe venha dar».

Em seguida a preceitos orientadores do método a adotar nos trabalhos, dispunha o artigo 3.º :

«Aprovada a regulamentação e escolhidos pelos dez membros das duas comissões os dirigentes da Federação das Academias de Letras do Brasil, êstes convidarão as academias de letras estaduais a reconhecerem a Federação e a ela se filiarem, uma vez que satisfaçam as condições estipuladas no regulamento desta».

Por fim, o artigo 4.º prescrevia:

«A Revista das Academias de Letras, votada pelo Congresso, será o órgão de publicidade e divulgação da Federação».

Sem demora, a Comissão incumbida de elaborar os estatutos, iniciou os seus trabalhos a 23 de maio, e ultimou-os em curto prazo, para serem submetidos à comissão revisora.

A aprovação definitiva rematou-se a 27 de junho, em reunião a que a Associação Brasileira de Imprensa proporcionou sala adequada.

O *Jornal do Comércio* de 7 de julho imediato publicou, não sòmente a moção vitoriosa, como os Estatutos, assim prestigiando a nascente instituição, que sempre encontrou no venerando órgão apoio estimulante, mercê em grande parte das solicitações instantes do abnegado Secretário.

De acôrdo com os dispositivos homologados, providenciou-se a eleição, a 1 de julho, entre os membros das duas comissões, da diretoria provisória, que ficou constituída por

Laudelino Freire, presidente.

Afonso Costa, primeiro secretário.

Valdemar de Vasconcelos, segundo secretário.

Benjamin Lima, redator da Revista.

Silveira Neto, tesoureiro.

Raul Monteiro, bibliotecário.

Caber-lhe-ia promover a filiação das academias, das quais só ao findar dezembro se contaria a primeira dezena, cujos delegados participaram, a 8 de janeiro, da eleição da diretoria efetiva.

Empossada a 15 de janeiro de 1937, em sessão solene, no Silogeu Brasileiro, compunha-se de:

E. F. Sousa Docca, presidente.
Afonso Costa, primeiro secretário.
Virgílio Corrêa Filho, segundo secretário.
Benjamin Lima, redator da Revista.
Raul Monteiro, tesoureiro.
Almeida Nunes, bibliotecário.

Mantido no mesmo pôsto inicial, continuou Afonso Costa o seu trabalho perseverante, de coordenar elementos dispersos e sistematizar-lhes a colaboração prestante. Valeu-se do ensejo para relembrar as origens remotas da iniciativa que naquele momento se coroava de pleno êxito.

«Senhores. Tudo está consumado, consumação que não é extinção, apagamento. Quanto se previu, através de todos os óbices e probabilidades, que mais se fechavam e mais nos sorriam, como através das longas caminhadas por distendidos vinte anos de conjecturar e de insistir, vem a ter sua efefuação.

«Está vencido o difícil, ou, melhor, a utopia não existe, quando se quer, quando se pode.

«Recordo, prestando minhas homenagens aos seus nomes, os passos de uma tentativa, em 1912, com Soriano de Albuquerque, no Ceará, e José Guaíba, no Paraná, para a edificação de um instituto, a cuja sombra viesse existir e dominar a federação das letras nacionais. Participavam, os dois e eu, do propósito de levar à dianteira o plano que se nos deparava à altura de melhor corresponder às diretrizes do pensamento brasileiro, por intermédio das letras.

A Federação teria séde em Recife, ou na Bahia, ou no Rio de Janeiro, donde se irradiaria para os Estados demais, e por êstes, entre si, reciprocamente, a orientação para o serviço maior da cultura literária, principalmente.

Mas os companheiros ficaram no caminho. O destino da vida foi-lhes curto e só eu fiquei. . . , ou presumo ter ficado, porque tenho dúvidas sôbre se foram êles que permaneceram ou eu que me fui da vida. E' bem possível sejam êsses dois amigos quem por minhas palavras aqui estejam a repetir, por motivo da sessão de hoje, «tudo está consumado».

Ao recordar-se da trajetória perlustrada, poderia regozijar-se com a vitória alcançada, que o mimava como se fôsse a glória perdurável.

Apesar das decepções, que já o molestavam, ainda se mantinha confiante e devotado à obra coletiva em que se empenhara. E continuaria, sem desânimo, a cuidar do engrandecimento da entidade nascente, de que era obreiro infatigável.

Será dispensável relembrar-lhe a fecunda operosidade na fase mais difícil, de adaptação do novo regime, destinado a valorizar as instituições regionais, que, todavia, lobrigaram tendências restritivas na regulamentação geral.

Concessões recíprocas, porém, provaram não haver intenção alguma de sistematização compulsória e a harmonia irmanou-as para a campanha comum de nobilitação das letras e dos escritores brasileiros.

O número primeiro da Revista apressou-se a criar expressiva seção — «Vida Acadêmica» — destinada não sòmente a coligir informações referentes às atividades regionais, como ainda a divulgar as que se desenvolviam na sede.

«Desde abril, registrou, que a Federação das Academias de Letras do Brasil vem realizando a sua grande obra de divulgação dos valores intelectuais dos Estados, e revivendo os que o passado vai dia a dia mais afastando e esquecendo, como revelando, descobrindo, alevantando os talentos que estacionaram nas províncias, sem meios de alargamentos, da distensão, da divulgação, para se tornarem e, mais ainda, conhecidos do Brasil».

De mais a mais, «ficou resolvido que três academias deveriam mandar seus presidentes, nos primeiros meses de 1938, a esta Capital, com a incumbência de realizarem três conferências, pelo menos. Sorteadas as academias para isso, foram escolhidas as do Amazonas, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul». «Com tais conferências, dos delegados e dos presidentes, o grande objetivo da Federação é executar a obra de aproximação dos intelectuais brasileiros ou a unificação do pensamento no Brasil, obra que jamais sequer fôra tentada».

De acôrdo com o roteiro traçado, os esforços aplicados pela boa vontade de conspícuos cooperadores não tardaram a patentear-se em contribuições exaltadas pela Federação.

Reunidas em volume, o primeiro da série atravessou os prelos em fevereiro de 1939. Enfeixava conferências de Domingos Barbosa, do Maranhão, Raul Monteiro, de Pernambuco, Basílio de Magalhães, de Minas Gerais, embora representasse a Academia Paulista, Valdemar de Vasconcelos, do Rio Grande do Sul, Raul de Azevedo, do Amazonas, Virgílio Corrêa Filho, de Mato Grosso, A. Figueira de Almeida, do Rio de Janeiro.

Eram delegados que traziam as vozes dos seus pagos, do extremo Norte ao Sul, e de regiões interjacentes,

Antes que o volume seguinte continuasse o programa da divulgação de atividades intelectuais de cada região, assinalou-se o primeiro centenário de Machado de Assis, acêrca de cujas comemorações afirmaria o prefaciador do 2º tomo de ensaios que lhe foram dedicados: «por sua glória maior a Federação das Academias de Letras do Brasil despertou desde 1936, e por todo o país, as iniciativas, quer do govêrno, de associações, da imprensa, de intelectuais e do povo, para que homenagens se lhe prestassem condignas dessa oportunidade e a êsse tempo realizou, com brilho raro e proveito sabido, o 2.º Congresso das Academias de Letras».

De outra feita, acentuara, a propósito, «A comemoração do centenário de Machado de Assis foi sugerida logo depois do estabelecimento da Federação das Academias de Letras do Brasil, em 1936.

Ao deliberar quanto à época em que o segundo dêsses certames se realizaria, ficou de logo assentado que, em homenagem ao insigne escritor, o 2º Congresso das Academias de Letras seria instalado a 21 de junho de 1939, como alto preito de admiração à memória de Machado de Assis, cujo centenário de nascimento passaria nessa data».

«Do programa das comemorações, comentou, sobressai a parte relativa à série de conferências contidas neste volume, proferidas em dias intercalados das sessões do Congresso».

«Os que as produziram e proferiram são honra significativa dos sodalícios literários e culturais a que pertencem, e se fizeram credores de nosso reconhecimento maior pela fôrça que emprestaram à comemoração do centenário do romancista insigne».

O Secretário sabia realçar a colaboração dos confrades, que de bom grado lhe atendiam à solicitação, por bem avaliarem a nobreza dos sentimentos que a inspiravam. E desta maneira conseguiu originaes para dois volumes, de conferências e ensaios, a respeito do imortal escritor, editados sem prejuizo da série comum.

Embora Souza Doca, depois de reeleito para o periodo seguinte, houvesse, em 1940, cedido a presidência a Alcides Maia, não se alterou a Secretaria, em que permaneceu Afonso Costa, para cumprir a sua missão abnegada, de coordenação e labor, sem cogitar de autopropaganda.

«Os estudos postos neste segundo volume de Conferências, que a Federação das Academias de Letras do Brasil ora divulga, tratam de valores intellectuais do Rio Grande do Norte e do Piauí».

Acêrca do que se lhe seguiu, esclareceu, «mais vale ainda é que êsses estudos se fizeram por obra de filhos do Paraná, do

Distrito Federal, do Maranhão, de Alagoas, de Mato Grosso, representantes da inteligência desses Estados e que inspiradamente a Federação das Academias reunira, na parceria de irmãos de Estados demais, para que vez a vez e um a um eles dessem ao próprio Brasil, senão ao Continente, o conhecimento dos valores que as províncias políticas encerram, por meio de manifestações literárias ou propriamente intelectuais».

Para comprovação do conceito, ao prefaciар o tomo quarto, acentuaria: «Das conferências, a primeira é ainda referente ao Rio Grande do Sul e as demais correspondem aos Estados do Ceará, Minas Gerais e Distrito Federal, pela primeira vez trazidos à Série de Cultura».

Ao todo, no biênio 1939-1940, em que se desvelou Afonso Costa, com o mesmo fervor aplicado anteriormente em sua organização, desde as primeiras sessões preparatórias, a Federação das Academias editou seis volumes, entre os quais se incluíram dois consagrados a Machado de Assis.

Além da correspondência intensa com as instituições congêneres, o seu trabalho abrangia o recebimento da subvenção federal, facilitado pela circunstância de ter chefiado a contabilidade do Ministério da Educação, até os encargos da impressão, por vezes enfadonhos.

De mais a mais, salientava a ação dos seus membros, nas páginas da «Revista das Academias de Letras», cujo primeiro número veio a lume em dezembro de 1937.

Podia ufanar-se com o êxito das atividades em que se empenhava, como secretário, consubstanciadas na coleção de conferências reveladoras de aspectos literários de várias regiões do país e na «Revista», mensal, colaborada por escritores exímios.

Todos lhe reconheciam e aplaudiam a laboriosidade sem par, que naturalmente o recomendaria à Presidência da instituição na primeira oportunidade, se do Capitólio não se avizinhasse Rocha Tarpeia.

Divergentes neste particular, porém, os opositores à sua candidatura diligenciaram a arregimentação ardorosa de correligionários combativos. E, quando se procedeu à eleição para renovação dos mandatos, a cabala adversa avantajou-se, a ponto de derrotar o devotado animador da Federação, ao avêssô do Saturno fabuloso.

DESENCANTO

Quando se realizou a posse da nova Diretoria, a 4 de janeiro de 1941, o nome de Afonso Costa não mais figurou na relação dos dirigentes.

Malograram-se-lhe as justas aspirações.

Preterido por acinte, afastou-se irremediavelmente do grêmio que ideara e servira com exemplar eficiência, mas onde já se sentia hostilizado.

Não lhe faltou consolação em outro, que lhe estimularia o espírito investigador, evidenciado desde os seus primeiros escritos.

Ainda se encontrava na Bahia, quando levou aos prelos:

Almachio Diniz no seu decênio literário (1913).

As Minas de Prata de Roberio Dias (1915).

Minha Terra, Jacobina de antanho e de hoje (1915).

Parnaso brasileiro (1917).

Transferindo a sua residência para a Capital Federal, imprimiu o volume *Poetas de outro sexo* (1930), que Medeiros de Albuquerque apontou por modelo digno de ser imitado em contribuições referentes a outras províncias literárias.

Conceituado entre os homens de letras, provou, sem demora, que também era capaz de ação construtiva, na Academia Carioca, de que se tornou modelar Presidente, nos dois Congressos de Associações Culturais, que promoveu, e na Federação, em cuja fundação e primeiros passos exerceu preponderante papel.

Afastado, todavia, de postos de comando, retornou aos estudos prediletos, que lhe exigiam acuradas investigações.

«Agora, declararia em maio de 1946, que me aferro em pesquisas relativas à genealogia baiana, desde os primórdios da Capitania de Francisco Pereira Coutinho, ou, mais remotamente, as origens iniciadas por Diogo Alvares, bem posso dar testemunho da obra portentosa com êsse fim promovida e executada pelo iluminado administrador cristão. Nóbrega, ao lançar os seus primeiros e seguros passos em terras brasileiras, de logo e insistentemente reclamou a prática da moral nos costumes e o exemplo comportado dos homens de responsabilidade da colônia iniciante, em proveito da dignificação da sociedade».

Aproximou-se do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em cuja «Revista» se estampou o seu ensaio sobre *As Órfãs da Rainha*, nº 190, de janeiro-março de 1946.

Mais volumosa contribuição acolheu o número seguinte, 191, que lhe franqueou 279 páginas para a sua *Genealogia Baiana*, ou o *Catálogo Genealógico de fr. Antônio de S. Maria Jaboatão*, adaptado e desenvolvido por Afonso Costa. O assunto empolgava-o.

Antes, elaborara, por dezembro de 1934, as *Achegas Genealógicas*, que o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia divulgou em sua Revista, número 61.

Os aplausos que mereceram as suas monografias, reveladoras de pacientes indagações, justificaram a proposta que o apresentou para sócio efetivo.

Elogiado pelo parecer da Comissão de História, que lhe analisou os principais trabalhos impressos, a votação unânime da Assembléia Geral de 13 de maio de 1947 incluiu-o no quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Certo, não mais revelaria ardor análogo ao doutroira, que a desilusão esmorecera.

Nem pleitearia pôsto algum de relêvo, satisfeito em freqüentar as sessões, embora decidido a cooperar para lhe crescer a fama centenária.

Aliás, já lhe minguava a saúde, exigente de cuidados atentos. Não obstante, ainda entregou à «Revista», que as divulgou, contribuições valiosas, a saber:

- Ferreira França, através da política e da anedota — n.º 199 (junho de 1948).
- Monizes da Bahia — n.º 210 (março de 1951).
- A respeito de centenários de vários nomes ilustres baianos — n.º 211 (junho de 1951).
- Retalhos da vida e da obra de Manuel Quirino — n.º 212 (setembro de 1951).
- Saudação ao General E. Leitão de Carvalho — n.º 213 (dezembro de 1951).
- Centenário de Silva Leme — n.º 216 (setembro de 1952).
- Manuel Vitorino Pereira — Conferência proferida na Academia de Letras da Bahia — n.º 224 (setembro de 1954).
- Baianos de Antanho — n.º 226 (março de 1955).
- Minas e aventuras de Robério Dias e Apolinário Frot — n.º 228 (setembro de 1955).

Tornava, assim, ao assunto das suas primeiras investigações, iniciadas quatro décadas antes, quando baqueou, a 30 de dezembro de 1955.

CONSAGRAÇÃO

Coube à empolgante eloquência de Pedro Calmon, na Sessão Magna de 19 de outubro seguinte, evidenciar, ainda uma vez, os seus dotes oratórios, ao apontar os méritos do «sertanejo auto-

didata cujo primeiro livro louvavelmente endereçou às coisas da sua terra pequenina, impregnado do ar lendário e místico daquela velha cidade de pioneiros estudioso do enigma das Minas de Prata de Robério Dias.

«Aqui penetrou, entretanto, assegurou, depois de lhe examinar vários escritos, como *Poetas de outro sexo*, «trabalho antológico interessante e justo», «graças aos seus estudos genealógicos, paixão crepuscular, interêsse do fim de uma vida, modesta e honrada, de velho jornalista, de funcionário público aposentado, de historiador intuitivo que, abandonando os panoramas nordestinos que foram os de sua juventude, resolveu conviver no Rio de Janeiro com a elite intelectual que o aceitou de braços abertos, trazendos já velho o testemunho de antigos estudos a que dava a autoridade de uma pesquisa sincera e tenaz».

Assim o retratou o insigne orador oficial do Instituto, que bem o conhecia, acrescentando: «Morreu como vivera. Silenciosamente, sonhando com o seu sertão nativo, com saudades daquelas argênteas Jacobinas das Minas de Robério Dias, voltando espiritualmente para lá, no meio do tumulto e da angústia desta cosmópolis. Nordeste integral, descontente, às vezes amargo, quem sabe se contraditório, todavia, êle mesmo, na complexidade agressiva de um temperamento benemêritamente consagrado, no fim, às coisas graves da tradição brasileira».

Depois da consagração no Instituto, não lhe faltaram provas de análogo aprêço, até no próprio grêmio, causa de inefáveis alegrias, na primeira fase, quando o modelava com o seu idealismo construtivo, antes que implacável desavença o angustiasse.

Ao completar a segunda década de existência, no limiar do número 70, de agosto de 1956, assinalou a «Revista», de que era diretor Raul de Azevedo e redatores Mário Linhares, Francisco Leite, além de Modesto de Abreu.

«Manda a verdade que se relembre e proclame que a iniciativa da realização de tão belo concílio ecumênico das letras nacionais (referia-se ao 1º Congresso de instituições culturais), se deveu antes de mais nada ao generoso pensamento e à ação empreendedora de Afonso Costa».

Adiante, em página ilustrada com a sua fotografia, ainda acentuou:

«Constituiu motivo de luto e de grande pesar para a Federação das Academias de Letras no Brasil o falecimento do acadêmico Afonso Costa, seu principal fundador e antigo delegado da Academia de Letras da Bahia».

O registro judicioso patenteava, de maneira irrefragável, que o tempo se incumbira de esbater as paixões adversas, para que a justiça não mais calasse o veredito consagrador.

Mais longamente, com a pena embebida em simpatia e conhecimentos cabais dos fastos literários, especialmente os que se relacionam com a instituição de que é um dos membros mais ativos e acatados, Carlos Garrido consagrou-lhe comovente artigo.

Lembrou, a propósito, que se fundara, em 1917, a Academia de Letras da Bahia, constituída de nomes consagrados, da classe de Rui Barbosa, Carneiro Ribeiro, Egas Moniz, Bernardino de Sousa, Teodoro Sampaio e tantos outros que se hombreariam sem deslustre com individualidades de tão alto quilate.

De credenciais análogas, Pacifico Pereira tomara para patrono Manuel Vitorino, seu irmão, com quem disputaria o primado intelectual no magistério médico, sem o acompanhar nas atividades políticas e jornalísticas.

Ao sucumbir, abriu vaga na cadeira 35, para a qual os eleitores de alto coturno sufragaram o nome de Afonso Costa, por volta de 1922.

A sua atuação entre os confrades, seria louvada mais de uma vez, inclusive por Almachio Diniz, o crítico temível, que, ao tomar posse, a 1 de outubro de 1935, da cadeira para a qual o designou a Academia Carioca, não teve dúvida em confessar: «fui conduzido, pela sua mão de amigo, a um pôsto de dignificação, a presidência de honra da Academia Baiana de Letras».

De lá mesmo, da amada instituição, a quem sempre se conservou fiel, embora distante, derivaria homenagem memorável, quando a sua patricia, Edith Mendes da Gama de Abreu, aceitou a incumbência de representá-la em ato de reparação.

Tratava-se de incluir-lhe o retrato na galeria dos ex-presidentes da Federação e ninguém mais indicado para pontificar na cerimônia do que a insigne escritora, cuja individualidade, depois de conquistar justa nomeada em sua terra natal, visitou o Rio, para encantar as reuniões de que participasse.

Especialmente na Federação, que frequenta, quando os seus passeios periódicos a trazem à Guanabara.

Assim corresponde ao acolhimento amistoso e impregnado de admiração, que a envolve, no convívio com os representantes das Academias regionais.

Com a sua palavra autorizada e justiceira, lembrou a trajetória ascendente de Afonso Costa, desde o berço apagado, «ao noroeste da Bahia, na modesta aldeia de Palmeirinhas», onde o pai cuidava de afazeres mercantis, em que o iniciou.

«Sem um atestado de curso secundário, sequer, com os parcos recursos de uma instrução elementar na infância, assinalou a conferencista, manejou sôzinho os dons da inteligência para com eles adquirir cultura e com a cultura tanto enaltecer seu povo».

«Com a pobreza, com a matutice, com a ignorância, diria o próprio autodidata, a educação provinda dessas fontes me atrelou na modéstia, na humildade, na solidão que a incapacidade gera».

As imposições profissionais, contudo, o impeliram para distantes rincões.

«Por necessidade da vida, viajei dois têrços ou três quartos da Bahia, partindo da aldeia em que nasci, disposto à versatilidade.

«Minhas viagens, acrescentou em carta ao irmão, apanhavam a terra na maravilha de suas extensões, dos taboleiros, dos rios, das matas, do verde das caatingas, do céu amplo, dos campos rescendentes. Maravilhei-me do Brasil que o escriba da armada portuguesa me revelara primeiro».

Já se achava residindo no município de Morro do Chapéu, para onde se mudara, quando lhe romperam as veleidades literárias, empolhadas em tocante arremêdo de grêmio de atividades culturais, com parceiros de análogas tendências.

Também aí se lhe despertou o amor, que o levou a constituir ditoso lar, frutificado em filhos que lhe dignificam o nome.

Por bem compreender que minguadas lhe seriam as possibilidades de prosperar naquele meio sertanejo, de acanhadas condições, decidiu, em fevereiro de 1909, trasladar-se à Capital, que lhe proporcionaria melhores estímulos.

Aproximou-se de escritores afamados, e para evidenciar as suas diretrizes, publicou *Almachio Diniz em seu decênio literário*, em 1913.

Já por êsse tempo, sem dúvida, freqüentaria os arquivos e o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, que o admitiu em seu quadro social, mercê das primeiras contribuições documentadas, como as «Minas de Prata de Robério Dias à luz da Crítica Hodierna».

Em Salvador, dirigiu *A Bandeira*, de 1910 a 1914, como igualmente o *Comércio*, de Ilhéus, entre 1917 e 1919, sempre adstrito aos princípios que professava.

«Não compreendendo o jornalista senão assim, na defesa do oprimido, na constituição da obra maravilhosa que é a grandeza da sociedade, no levantamento de quantos decadentes por aí em fora andam à míngua de quem lhes atire a corda para a salvação».

Não deveria, porém, ao jornalismo, assim praticado, a sua ascensão no ambiente literário, sem apoio garantidor da própria manutenção.

Para consegui-lo, pleiteou «cargo de funcionário público, a principio na Secretaria da Agricultura da Bahia, depois no Ministério da Agricultura, de onde passou para o da Educação, aposentando-se como chefe da Contabilidade», recordou a oradora.

Ao exercê-lo, com exemplar proficiência, não atenuaria a natural pugnacidade, quando a julgasse oportuna.

Assim foi que, admitido como auxiliar de inspetor agrícola, em maio de 1911, viu-se inesperadamente exonerado no quinquênio seguinte, sem motivo algum desabonador, apenas por falta de dotação orçamentária, de que não cogitara, na época, a reforma do serviço correspondente. Evidente falha de organização, pela qual não lhe cabia responsabilidade alguma.

Não se conformou com a injustiça e cuidando sempre de repará-la, conseguiu despacho final, consoante decisão favorável do Ministro Simões Lopes. Readmitido, continuou a comprovar as suas aptidões profissionais até novembro de 1940, quando se afastou voluntária e definitivamente.

Ainda nesse derradeiro episódio, tentou o Tesouro Nacional reduzir-lhe o tempo de exercício, ao excluir da contagem da antiguidade o período decorrido entre a exoneração em fins de dezembro de 1916 e a reintegração, por abril de 1922.

Valeu-se de novo recurso, fundamentado no contrato que firmara, ao desistir da «percepção de vencimentos anteriores, correspondentes ao tempo em que prevalecera a exoneração», contanto que lhe fôsse levado à conta para o efeito de aposentadoria.

As duas reclamações, coroadas de êxito, assinalaram-lhe o ingresso na classe dos funcionários públicos e a despedida, por dois atos indicativos do vigor combativo na defesa dos seus direitos, cujo reconhecimento obteve.

Assegurados os meios de subsistência, devotou-se com ardor às aspirações literárias, que o alçariam ao apogeu radioso, na presidência da Academia Carioca e secretaria da Federação das Academias de Letras do Brasil, em que permaneceu até o doloroso desentendimento que lhe amargurou a derradeira fase da existência.

Confiantemente silencioso, aguardaria que lhe fizessem justiça mais tarde, ainda que não se beneficiasse em vida.

Começou a praticá-la o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde encontrara consôlo às suas decepções angustiantes.

E na Federação, arrefecido o braseiro das paixões, em que se lhe consumira a candidatura, o seu desaparecimento como que

apagou as prevenções acaso remanescentes, substituídas por louvores à individualidade, que fizera jus ao reconhecimento de parceiros de campanhas culturais.

Iniciadas por artigos impressionantes, como o de Modesto de Abreu, que o *Jornal do Comércio* estampou a 29 de janeiro seguinte ao seu falecimento, as homenagens culminaram na interpretação eloqüente da colega da Bahia, especialmente convocada para trazer as palavras carinhosas da sua Academia de Letras.

Três lustros tinham decorrido, após o lamentável dissídio, mas tamanha tardança do veredito compensou-se com o esplendor da oração consagradora, quando se fêz ouvir a voz peregrina de Edith Mendes da Gama Abreu.

Sem lhe endossar os pecadilhos de linguagem, indicativos, por vêzes, de originalidade rebuscada, acentuou os méritos comprovados de Afonso Costa, que, a serviço de radioso idealismo, soube honrar a sua Terra lendária, para maior engrandecimento do Brasil.

E desta maneira, creditou-se, pela sua atuação benemérita, à gratidão da Posteridade.

OSÓRIO — SUA PERSONALIDADE

Nota: — Hoje publicamos alguns documentos em homenagem a Osório, uma das personagens que se imortalizaram no processo da evolução histórica do Brasil. Foi um *plebeu* cujos méritos, e só *êles*, elevaram à categoria de *Marquês de Herval*. Documentos doados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por sua neta, a Exma. Sra. D. Francisca Osório Mascarenhas, registam, os aludidos documentos, características marcantes de *um homem; homem* que se definiu numa de suas poesias. Um dia *êle* compôs êstes versos, que nos revelam o fundo de sua alma :

*«Mostrou-me a fortuna abertas
As portas dos seus tesouros;
Fez-me mil milhões de ofertas;
— Fortuna tu não acertas!...
(Lhe respondo em tom severo)
Os dons que do céu espero
Tu não me podes dar;
Torna as portas a fechar,
Nada do que vejo quero».*

Nos testemunhos aqui publicados, acréscimo valioso à documentação arquivada no I.H.G.B. concernente a Osório, regista-se como sua personagem era vista no ambiente nacional em que labutou. Vêem-se manifestações decorrentes das emoções causadas por seu falecimento, que ocorreu em 4 de outubro de 1879.

Os documentos a que nos referimos são os seguintes:

A — Estada em Pelotas após seu ferimento em *Avahy*. Seu retôrno ao *campo de batalha*, ainda não curado, para atender à solicitação do Conde D'Eu, ao que muita gente se opunha e *êle* replicava : *«Tenho de cumprir meu dever».*

Seu retôrno a Pelotas cumprida sua missão, já viúvo, pois sua esposa falecera antes de seu regresso. Então

convidado a vir à *Côrte*, pelo *Imperador*, Osório recusa. Nesse documento se encontram interessantes anotações de sua filha *D. Manuela*, também uma personagem de qualidades incomuns.

B — Características de seu *físico* definidas por *Fernando Luiz Osório*, seu primogênito.

Apreciações de *Pedro Américo*.

C — A vida de Osório no âmbito familiar. Anotações do Dr. *Gabriel Osório Mascarenhas*, filho de *D. Manuela*, comprovando que o avô não pensava em conquistar lucros pecuniários.

D — Como Osório era visto por contemporâneos seus, de autoria de *Marcolino Moura*. Apreciações de *Beaurepaire Rohan* e do Visconde de *Ouro Preto*, em carta a *Fernando Osório*, quando Osório faleceu.

E — Anotações concernentes ao banquete oferecido a Osório pelo *Club da Reforma* de que era chefe *Sinimbu*, que o saudou. Vê-se no agradecimento um traço de sua personalidade, que merece destaque. Ele diz, há mais de três quartos de século passados: *o tempo é das ciências, das letras, da civilização; a força dos governos não reside nas metralhadoras e canhões, nem no despotismo e violência contra os povos, mas, sim, no império da justiça, no respeito ao direito de todos e à liberdade»*.

— Isto foi dito por um destacado herói das guerras do sul do *Brasil* e da *América*.

F — Magnífico poema de *Múcio Teixeira*, dedicado ao povo *fluminense*. E' uma apologia poética que nos mostra quanto a personagem de Osório impressionou seus contemporâneos, por seu *patriotismo*, preponderante em todos os seus procedimentos. Os documentos aqui em foco, exceto o primeiro (A), não são inéditos. Aqui os reproduzimos, principalmente em homenagem à memória de Osório, exemplo de dedicado amor à *Pátria* e para agradecer a seus descendentes os serviços que nos prestam venerando seu antepassado.

C. D. R.

— A —

Anotações feitas pela filha do General Osorio D. Manoela Luiz Osorio Mascarenhas. Testemunhado por seu filho Dr. Gabriel Osorio Mascarenhas.

O ferimento de Osorio, teve lugar na batalha de Avahy. A bala atravessou-lhe o rosto de lado a lado, na altura do Maxilar inferior, quebrando-lhe as duas mandíbulas. Não offendeu a lingua. Osorio dava uma ordem quando recebeu o ferimento quasi a findar a batalha. Sentindo-se Osorio ferido, deceu do cavallo e banhó o rosto em uma sanga que perto estava. Tentou de novo montar a cavallo e continuar no Combatte, porem impossibilitou-o o sangue que jorrava, as dores cruciantes e a impossibilidade de fallar. Recolheu-se ao hospital de sangue. As tropas sob seu commando, sabedoras de estar ferido Osorio e retirado da batalha cahiram em desanimo e d'isto sabendo Osorio ordenou a passagem do seu Carrinho com cortina levantada pela frente das forças acompanhado de seu piquete, tocando o clarim, o toque de General. Ao verem o Carro as forças prorromperam em vivas ao General Osorio e avançaram com ardor vencendo finalizado o combate. Osorio retirou-se do Exercito para o Rio G.^{do} do Sul para junto de sua familia na Cidade de Pelotas para tratar-se do ferimento grave e q̃ tantos cuidados Carecia — De passagem pela Cidade do Rio Grande foi recebido pelo Povo com grandes ovações e pelo Povo acompanhado até a Residencia do C.^{el} Vicente Manoel Espindola aonde devia descansar. Muitos choravam, emocionados, vendo no rosto de Osorio emagrecido e pallido o soffrimento. Trasia Osorio no rosto uma larga tira de seda preta q̃ lhe escondia o ferimento — Osorio fatigado com o trajeto apé, teve uma symcope ao chegar a Casa em q̃ devia descansar momentos antes de seguir para Pelotas, tendo sido socorrido pelo seu medico q̃ o acompanhava. Osorio não tinha movimento no queixo e com custo falava tinha o rosto bastante inflamado e seu alimento se fazia por uma bomba de matte, com que tomava o caldo e leite — Osorio soffria imensamente quando se apresentavão esquirolas que se desprendião das mandíbulas quebradas pela bala — Teve o Medico que retirar-lhe 4 dentes abalados tendo perdido 2 no acto do ferimento e 10 foram as esquirolas que sahiram e mais um pedacinho de bala machucada. — Osorio melhorado, porem alimentando-se ainda de caldos, leite, mingau e carne bem machucada que fazia esforço de engolir, foi nessas condições surprehendido com o convite do Marechal Conde d'Eu (nomeado Com.^{de} em chefe dos Exércitos no Paraguay) para voltar ao Paraguay, disendo-lhe que a Pátria precisava dos seus serviços e que elle só, Osorio, valia um Exercito! Embalde pedia-lhe sua esposa e sua filha, para não voltar a guerra doente ainda como estava, carecendo de cuidados, elle respondia — «A Patria ainda precisa dos meus serviços, sou soldado tenho de cumprir o meu dever». Partio Osorio e apresentou-se ao Conde d'Eu, que lhe confiou a Vanguarda do Exercito! Prestes a

concluir a guerra voltou Osorio ao Rio Grande do Sul, aonde ao chegar soube do recente fallecimento em Pelotas, de sua Esposa! — Passados meses, recebeu Osorio em Pelotas a vesita do habil clinico do Paço Imperial Dr. Pertence, que ia visitar Osorio de parte de S. Magestade o Imperador e convidal-o a ir ao Rio procurar melhorar ainda o seu ferimento tratando-se no Rio ou na Europa si preciso fôsse muitos foram os rogos — do Dr. Pertence para que Osorio anuisse ao Convite que levava de S. Magestade, Osorio porem agradecendo a distincção do honroso Convite, respondia que não podia acceitalo, sentia-se bem e esperava restabelecer-se. E Agora que a Patria não carecia dos seus serviços, desejava cuidar da familia, attendendo alguns interesses que tinha deixado entregue a estranhos, na Campanha do Estado Oriental — Regressou o Dr. Pertence à Corte com as escusas e agradecimentos de Osorio — Osorio pouco depois partia acompanhado de sua filha para o seu pequeno estabelecimento de campo, aonde permaneceram 3 meses, na casa que havia no estabelecimento, de paredes de barro coberta de capim — Durante o trajecto de Pelotas a S. Anna do Livramento, Osorio foi alvo de inthusiastas manifestações. Devo nottar que já antes, quando Osorio regressou a Pelotas doente pela 1ª vez, o Imperador o mandou visitar pelo medico do Paço, Dr. Contenentino e offerecer-lhe os seus serviços medicos.

Em Pelotas —

A primeira vêz foi visitado pelo Dr. Contenentino medico do Passo e por 2ª vez pelo cirurgião do Passo Dr. Pertence.

— B —

GENERAL OSORIO (MARQUEZ DO HERVAL)

Aspecto physico

Descripção por seu filho Dr. Fernando Osorio.

Era o General Osorio de estatura um pouco acima da mediana incorporado, de organização vigorosa.

Tinha os hombros largos, garboso o porte, túmido o peito. Dir-se-hia conserval-o em perenne desafio aos embates dos inimigos da Patria.



Ultimo retrato do General Osório aos 71 anos de idade, em 1879

Caminhava de frente erguida, pisava com firmeza. Seus movimentos eram rápidos. O olhar prescrutador. O ouvido atilado.

O retrato, que a esta obra acompanha, representa-o em 1879, nas proximidades de sua morte, com a idade de 71 anos (H. G.^al Osorio I Vol., pg. 69).

Apezar de tão avançada idade, seus cabellos não estavam ainda completamente brancos. Finíssimos e corredios, fizeram-se notar, no tempo da sua mocidade, pela côr perfeitamente negra e brilhante que tinham.

Seu rosto era sem rugas. A cútis, alva e delicada. As faces rosadas. Os olhos, castanhos escuros, vivos, expressivos de placidez e bondade. A fronte, alta e vasta. A physionomia aberta, desannuviada, serena, reveladora de respeitosa affabilidade. Inspirava confiança.

Usava a barba, que era espessa, escanhoada nas faces, desbastada aos lados e, nos ultimos tempos, mais prolongada ao queixo, mal encobrimdo sobre este ponto, duas cicatrizes que lhe ficaram resultantes de ferimento causado por uma bala que, atravessando o rosto, partiu-lhe e enfraqueceu a maxilla inferior. Em consequencia de tal ferimento, notava-se-lhe no labio ligeira depressão que, visivelmente, o referido retrato reproduz.

Pela debilitação da maxilla, ficou impossibilitado de mastigar, não podendo mais servir-se senão de iguarias brandas. Contudo, alimentava-se fartamente. Salgava e apimentava descommunalmente a comida.

Admirado da grande quantidade de pimenta, de que vio-o utilizar-se, ponderou-lhe em um jantar, um seu compatriota bahiano:

— «General, V. Exa. parece filho de minha terra!»

— «Não sou da Bahia, respondeu elle — sim do Rio Grande do Sul. Da Bahia, sou amigo. Amo-a pelos seus bravos soldados de infantaria; pelas suas glórias civis e militares; enfim, pela gratidão que lhe devo, e... pelas suas pimentas.»

E isto dizendo, derramou algumas mais no prato.

O vinho, lhe não fazia falta. Rara vez tomava à sobremesa um calix de Porto. O mate-chimarrão era a sua bebida predilecta.

Só fumava charutos, mas com excesso. Adquirio o habito de fumar depois de Major. (pag. 69-70).

TRECHO DA CARTA DIRIGIDA PELO GRANDE PINTOR PEDRO AMÉRICO AO DR. F. OSORIO

«A impressão que á primeira vista, e sempre, produzio no meu espirito o grande General Osorio, foi a de um homem excepcionalmente forte pelo character, e perfeito pelo seu aspecto physico.

Conhecia-o pela photographia, e conhecia-o pela fama de sua bravura e do seu civismo.

Estava, porém, longe de esperar encontrar nelle o typo do cidadão em toda a energia da actividade intellectual e moral, e ao mesmo tempo da simpleza homérica de um General antigo.

Os retratos não continham aquella expressão de magestosa simpleza, e de tranquillidade de animo, de que só eu tinha visto exemplo na physionomia do leão, em alguma abstracção da escultura romana da melhor epocha.

Os retratos anteriores ao seu ferimento em Avahy, representam-o menos correcto, talvez, do que poderiam fazel-o depois. Dir-se-hia que a bala inimiga, obrigando-o a deixar crescer a barba para disfarçar o estrago da maxilla inferior, veio dar o ultimo toque àquella face, para que ella adquirisse toda a belleza de que era susceptivel.

Educado na simplicidade do campo e no fervor das batalhas, tinha o heróe acerca das bellas-artes a alta concepção dos espiritos elevados: nelle, a intuição supria a sciencia.

Sou-lhe grato pelas manifestações de apreço com que me distinguiu sempre, e pelo generoso affecto a um artista que deveras o venerava, por uma longa série de motivos da mais alta significação.

Appellidando de homerico aquelle vulto historico, eu não erro de certo: homerico pela sua grandeza quasi legendaria, e homerico pela generosidade do seu purissimo character.»

(pg. 14).

— C —

OSORIO

Seu character, sua vida como homem privado

Aprazivel era vel-o na intimidade do lar, para si convertido, pela esposa cuidadosa e meiga, em ninho de caricias e dedicações. Ahi, todos o adoravam; e elle, que sabia-se fazer amado e obede-

cido, que tinha para a esposa a affabilidade constante, para os filhos o continuado carinho, para os famulos o bom tratamento, ao volver de suas campanhas militares encontrava nesse abençoado ninho o socego e a felicidade.

Summamente affeiçãoado ás creanças e ás flores, nas primeiras acatava a esperança da familia e da patria. Queria vê-las bem dirigidas. Nas segundas, procurava distracções. Quando lhe permittia descanço a sua vida andeja de soldado, tratava logo de formar o seu pequeno jardim, que pessoalmente cuidava.

Não podia estar desoccupado nem tolerava o vadio. Era de uma actividade rara e de uma incansabilidade assombrosa.

Tinha por hábito levantar-se cedo. Seu somno era levissimo. Erguendo-se do leito procurava o banho frio e depois barbeava-se a si proprio.

Ordinariamente vestia á paisano e rigorosamente de preto. Na estação calmosa o seu trajo caseiro era um completo de brim pardo.

Primava pela modestia.

Inimigo do luxo e da ostentação, do apparatus, da etiqueta e de todas as formalidades encommodas penalisava-se de ver alguém perdendo o tempo com essas banalidades, e reflectindo sobre o individuo vaidoso, impostor, jactansiosamente preocupado com a pompa do vestuario e mil outras exterioridades superfluas, costumava applicar-lhe murmurando esta phrase assás significativa e esmagadora: tolice, deixa a gente.

Não trazia em si custosos adornos. Ao seu proprio relógio de algibeira prendia por um trancelim preto, de seda. Nem preciosos ornamentos enfeitavam sua morada. Dentro della tudo era simplicidade. Alli penetrava o pobre com a sua humildade e sentia-se bem, sem constrangimento algum. Se penetrava o rico soberbo, não achava assumpto para divertir a soberbia, porque não divisava objectos sumptuosos para comparar com os que possuísse.

Uma cama estreita, ao fundo do quarto, tendo á cabeceira o bidete sobrecarregado de jornaes, sempre modernos; a um lado, um simples lavatório e dois cabides de parede, sendo um para roupa e outro para dependurar suas armas de caça e de guerra, excepto a lança que era encostada a um canto; mais adiante um cavallete de madeira sustentando os arreios de sua montaria, e depois, uma estante singela guardando o seu archivo; do outro lado, duas canastras de campanha, algumas cadeiras e uma meza qualquer sôbre a qual estavam livros de arte militar, de politica e de história, e os necessários utensilios para escripta; tal era o seu apposento reservado que, ao mesmo tempo que lhe servia de

dormitorio depois que enviuvou, era o seu gabinete; tal o modo porque invariavelmente o tinha arranjado no lar da familia, não conseguindo que se lhe fizesse a minima alteração, ou nelle se deslocasse o mais insignificante objecto. Especialmente muito zelava e recomendava o seu archivo.

O visitante que pela primeira vez o procurasse para conhecê-lo, se fosse pensando encontrar no Marquez um fidalgo ativo de sua nobreza, gostoso de fallar no seu titulo ou sempre disposto a lembrar suas proprias façanhas militares, soffreria enorme desgano; porque Osorio nunca fallava de si, nunca tratava de engrandecer seus feitos. Contava episodios de guerra, descrevia batalhas que dera, por maneira tão modesta, que o ouvinte desprevenido julgaria que elle não estivera presente a ellas, nem que lhe pertencera um só dos louros da victoria.

Accessivel a todos que o buscavam a nenhum tratava com desconsideração.

Possuindo character jovial, communicativo, expansivo, facilmente fazia relações pessoaes; e, affavel sem affectação, sem difficuldade conquistava admiradores e amigos. Não era desses espiritos doentios, misanthropos ou egoistas que fogem à sociedade, que tiram della todos os proventos e a aborrecem. Não; ele a queria com todos os seus defeitos e virtudes, tristezas e alegrias.

Seu coração era um foco de amor a projectar irradiações constantes no seio da familia, na intimidade dos amigos ou ao serviço da Patria.

A natureza dotou-o de alegre humor. Varias são as anedotas chistosas que d'elle se contam, (pag. 70/1/3).

Tanto quanto indignava-se vendo praticar um acto de prepotencia ou de injustiça, enthusiasmava-se diante da noticia ou da realização de qualquer feito demonstrativo de grandeza d'alma.

Em seus negocios particulares, era o General Osorio de uma lisura completa.

Fiel cumpridor de suas obrigações gosou continuamente de credito illimitado, sacrificando para mantel-o — prazeres e commodidades.

Assim é que, quando por duas vêzes, depois que veio ferido da Campanha do Paraguay, recebeu do Imperador Pedro 2.º convite para ir ao Rio de Janeiro ou a Europa tratar-se, recusou, allegando perante os emissarios do referido Imperador, os distinc-

tos medicos Drs. Continentino e Pertence, não poder ausentar-se da provincia por ter compromissos a pagar e não querer prejudicar aos credores.

Às reiteradas insistências do Dr. Pertence que em nome do Chefe do Gabinete também dizia-lhe que: — «pedisse ao governo o que quisesse», — elle contestou:

— «Tenho até agora cuidado da Patria; estou velho e doente, e, enquanto ella não precisa de mim, o que eu quero é trabalhar, para saldar o que devo e attender à familia que ha de viver do pouco que eu lhe deixar. Tratarei os meus ferimentos com os recursos da sciencia que houver na provincia».

Conta-se que La Tour d'Auvergne appellidado — o primeiro grnadeiro da Republica Franceza — aceitando a offerta que lhe fizera um representante do povo para fallar em sua protecção, respondera:

— «Pois bem, pedi para mim...

— «O que? Um regimento? perguntou o representante.

— «Não; um par de sapatos, respondeu d'Auvergne. Pois bem; Osorio nem isso pedio! Só quiz que o deixassem trabalhar.

E de facto, para esse fim, logo que sentio-se melhor de saude, retirou-se para sua Estancia, onde se demorou. Essa estancia, que denominava do Cruzeiro, a adquirira elle em antigos tempos, já comprando-a em pequenas porções a credito, ou á dinheiro emprestado por amigos em epochas em que os campos e gados valiam pouco, fazendo os pagamentos com os productos della, e revertendo as sobras quase inteiras em seu augmento; já por herança de seus paes.

Eis ahi como de soldado pobre conseguiu deixar fortuna aos filhos.(1) Mas... com que trabalhos! Se é verdade que a esposa, em parte o auxiliou, fazendo economias, vivendo com modestia, e mesmo fabricando algumas vezes nos primeiros annos de seu consorcio, (quando elle estava ausente, nas guerras) arte-

(1) Fortuna, mas pequena. A cada um dos filhos não coube tanto, que lhe permittisse viver vida de goso, facil ou despreocupada. O General ao fallecer tinha uma divida de cento e tantos contos de réis, que foram pagos por seus herdeiros, e que, naquella epoca, perfazia uma somma avultada. Como marechal de exército graduado, elle somente deixou o que era de lei — seu meio-soldo, que importara em duzentos mil reis por mez. Recebia-o sua filha Manoela. Uma pensão de 8:000\$000 annuaes que lhe havia sido concedida dois annos antes de sua morte, não reverteu á sua familia. Note-se, entanto, que familias de outros generaes que fizeram a guerra ao Paraguay, recebiam, depois da morte dos mesmos, uma boa pensão annual que lhe dava o Governo nacional!

(Anotação do Dr. Gabriel O. Mascarenhas)

factos para vender e reunir, por esse modo, peculio para ajudal-o a saldar seus compromissos; também é verdade que elle, de volta de suas campanhas não se desprezava de trabalhar ao lado dos piões em todo o serviço, exposto ás intemperies.

Lembro-me de ouvil-o dizer : — «a primeira casa que possuí, foi : quatro estacas fincadas no chão, presas ao alto por quatro varas com um couro fresco estendido por cima. Cançado do serviço feito ao rigor do sol, que bellas sextas não dormi eu á sombra della».

(Trechos extrahidos do primeiro volume da historia do General Osorio escripta por seu filho Dr. Fernando — vol. 1.º, pg. 78 e 79).

— D —

OSORIO ATRAVEZ DE SEUS CONTEMPORANEOS

Um dia, dizia elle, precisei de um official para uma empreza arriscada que lhe daria seguramente a morte. Dominava o meu espirito um certo pesar por ter de escolher o homem para essa empreza. Em conversa fiz publico, perante alguns officiaes, desses meus sentimentos, e, ao recolher-me á barraca, tarde da noite, veio ter commigo um official já velho mas forte, robusto, e saudando-me disse: «General, sei que V. Ex. procura um official para uma empreza arriscada; venho pedir a V. Ex. para me designar e transmittir-me as suas ordens». Ao que lhe respondi: — «E' verdade; mas sabe o que exige de mim, homem? E' a propria morte!» — Ao que elle retorquiu: — «Embora! eu supplico essa graça a V. Ex.» — No dia seguinte empenha-se a acção. O combate era dos mais mortiferos. Eu estava bem perto e vejo vir a mim, cambaleando, ferido pela metralha e já moribundo, o official que eu havia designado, e que era um capitão de nome Seixas, natural da Bahia, o qual ao aproximar-se, apoiando-se na espada para não cahir, assim fallou-me : «General... para onde vou agora... é que não sei... só sei que fui até onde... V. Ex. mandou-me!...» — Ao concluir estas palavras (aqui os olhos do General encheram-se de lagrimas) o pobre official encosta-se a uma arvore e expira! Ai! tenho sempre viva na memoria a figura desse bravo official e a sua coragem».

Mais tarde, no Senado, advogava elle uma pensão para a viuva do official morto com tanto heroismo e abnegação.

Como esse ha tantos factos na vida do bravo legendario, alguns dos quaes já esquecidos dos homens do seu tempo.

Conheces mais do que ninguem os ultimos instantes da sua hora extrema.

Patria e Liberdade foram os verbos que sahiram de seus labios ao transpor o limiar da vida. Como Turenne elle expirou nos braços da immortalidade, e o seu nome sagrado pela Patria agradecida, viverá cercado dessa symphonia que se chama — a gloria.

Um incidente, que caracteriza o amor e a admiração que elle soube inspirar aos seus soldados: Quando o seu corpo estava em exposição no Rio de Janeiro e era alvo das maiores manifestações de pesar que eu jamais vi por parte de uma população consternada, um velho soldado rompendo a multidão que se apinhava em torno do cadaver do heróe, chegou-se ao pé do corpo, contemplou-o afflicto e cahio soluçando a seus pés. Eu estava alli, e senti com elle essa saudade indefinivel por aquelle que foi o chefe glorioso do nosso Exercito...

Marcolino Moura (pag. 11).

TRECHO DA CARTA ESCRIPTA AO DR. FERNANDO OSORIO PELO VISCONDE DE BEAUREPAIRE ROHAN

Quando, em 1839, tive occasião de o conhecer no Rio Grande do Sul, era elle bem joven, e simples Capitão de cavallaria. Já então era seu nome considerado como um symbolo de honra. Rigoroso na disciplina militar, era entretanto bom para com seus subordinados, e de singular amenidade nas suas relações particulares. Versejava com facilidade, e nos salões de Porto-Alegre cantavam frequentemente suas coplas repassadas de sentimento. Quanto aos serviços prestados à Patria, quer na paz, quer na guerra, é a sua Fé de Officio um documento digno de seu notavel merecimento. Fallecendo no Rio de Janeiro, á 4 de Outubro de 1879, coube-me, na qualidade de Veador da Casa Imperial, a honra de representar a Imperatriz, por occasião do seu funeral, e de dar em seu Augusto Nome pesames á familia do illustre finado. Milhares de pessoas acompanharam-lhe o feretro, e está na memoria de todos o pesar que n'aquella occasião manifestou a população fluminense.

..... (pg. 12)

TRECHOS DA CARTA ESCRIPTA AO DR. FERNANDO OSORIO PELO VISCONDE DE OURO PRETO SOBRE A PERSONALIDADE DE OSORIO

Meus sentimentos para com a memoria do Marquez do Herval resumem-se n'isto: — viva saudade, affectuosissima admiração.

Antes de ter a honra de ser seu companheiro n'aquelle Gabinete, minhas relações com o General Osorio (permita-me designal-o pelo nome que jamais esquecerão nossos patricios) eram poucas e cerimoniaes, quaes poderiam atar-se de longe entre o Commandante em Chefe do nosso Exercito na guerra do Paraguay, e mais tarde, por significativa prova de patriotismo e desprendimento — Commandante de uma das respectivas divisões, — e um membro do governo que, embora exercesse pasta militar, não o tinha sob sua immediata dependencia.

Feita a paz, essas relações continuaram, não mui frequentes ainda algum tanto formalistas, porém amigaveis, como reciprocamente se deviam dous correligionarios politicos, dos quais um era chefe de partido na provincia, e outro redator do orgão d'esse mesmo partido — a Reforma — aqui na Capital.

Estreitaram-se no Ministerio e no Senado, pois ahi coube-me a cadeira immediata á d'elle, junto do nosso chefe o venerando Sr. Visconde de Sinimbu.

Forçosamente assim haveria de acontecer, por effeito da solidiedade governamental, da approximação e contacto diarios, diante de opposição numerosa, que não nos dava treguas nem descanso.

Lembro-me que começou a desaparecer do nosso trato a pragmatica e a troca de Excellencias, graças á immerecido cumprimento de seu Pae, que sabia fazel-os com o primor de consummado diplomata, disfarçado sob o aspecto, maneiras e linguagem de rude militar.

Discutia-se na Camara, a que pertenciamos, questão referente ao Ministerio da Marinha. Vi-me obrigado a intervir de momento no debate e fil-o como Deus me ajudou, socorrendo-me dos ligeiros conhecimentos adquiridos quando me foi confiada aquella repartição. Ao terminar, o General Osorio, provavelmente por ser a primeira vez que eu occupava a tribuna no Senado, disse-me, batendo-me no hombro:

— «Camarada, quero-o para meu serra-fila.

— «Com muito gosto, mas não comprehendo bem.

— «Defenda-me a retarguarda nas discussões da minha pasta.

— «Prompto, retorqui, — e confesso que com muito orgulho, mas com a condição de que me ensinará as lições».

Poucos dias depois trabalhava eu em meu gabinete, quando senti alguém que para elle se encaminhava. Sem esperar que m'o communicassem, convidei em voz alta:

— «Queira entrar, Sr. Marquez; conheci-o pelo passo firme e marcial; — queira entrar e dizer-me o que deseja d'esta sua casa e do seu humilde criado».

— «Conselhos, — respondeu».

E sentando-se, expoz-me em franca e longa conversação alguns assumptos que pretendia resolver.

D'ahi em diante fez-me sempre a fineza de me inteirar das minuciosidades de todas as questões mais importantes do Ministerio da Guerra, algumas vezes antes mesmo de levantar-as em conferencia de Ministros. Nunca tive ensejo de secundal-o, encantado da sua calma e superioridade, e applaudindo sempre o perfeito conhecimento, o elevado criterio com que sustentava as suas opiniões, ou explicava seus actos, não raro fazendo emmudecer o adversario com uma contestação immediata e feliz, com uma só phrase ou palavra espirituosa, caustica ou afiada à golpear, qual gume de sabre.

Eis como originou-se a nossa intimidade, não interrompida até o dia de sua morte, poucas horas antes da qual, com a mais serena tranquillidade, respondeu a alguém que o inquiriu como ia:

— «Águas abaixo... para a eternidade!»

Dir-lhe-ei sem lisonja, — defeito que ninguem me pode attribuir: não sei o que mais admirava no General Osorio, — se a bravura imperterrita no campo de batalha, ou o conselho profundissimo e acertado nas deliberações do governo. Deu-lhe a natureza a musculatura intellectual dos estadistas.

Para gloria do Brasil, elle seguiu a carreira das armas; para felicidade da Patria devêra ter adoptado a parlamentar e administrativa, cultivando seu immenso talento com os estudos indispensaveis.

Sobre estas qualidades que pude apreciar n'uma convivencia de 8 mezes, era o Marquez trabalhador infatigável. Ao tempo das sessões legislativas, os despachos imperiaes tinham lugar á noite, prolongando-se ordinariamente até 2 e 3 horas da madrugada. Por vezes, ás 11 horas da manhã seguinte, fui encontral-o,

— aos 70 annos de idade! — tendo já prompto o expediente diario e ouvidas as partes, dictando aos seus secretarios, ao ar livre, na varanda aberta da casa de sua residencia e tendo á cabeça compressas de água fria — para mitigar o calor — dizia-me elle, quando ia buscal-o para juntos dirigirmo-nos ao Senado.

(pag. 23/27)).

— E —

A REFORMA

Rio, 26 de Maio de 1877.

Banquete ao General Ozorio

Teve hontem logar, no salão do Casino Fluminense, o banquete que ao heroico marquez do Herval offereceu o Clube da Reforma.

Foi escolhido para essa manifestação o dia 24 de Maio, data que tão intimamente se acha ligada a illustre biographia do legendario guerreiro.

A festa foi digna do obsequiado.

Senadores e deputados liberaes, a directoria do Clube e grande numero de socios deram animação ao banquete, servido com mais de cem talheres.

O salão estava ricamente decorado e muitas flores alcatifavam o chão.

Logo que entrou no recinto o benemerito cidadão, que era o objecto d'aquella manifestação entusiastica, tocou a banda de musica, e foi elle cordialmente saudado por todos os seus correligionarios e amigos. Às 7 horas da noite começou o festim que prolongou-se até as 11, reinando sempre a mais viva satisfação e sendo o serviço feito com o maior esmero e luzimento.

O digno presidente do Club da Reforma, conselheiro Cansção de Sinimbu, tomando a palavra, saudou-o nestes termos:

«Senhores, convido-vos a saudar um cidadão, que por seus gloriosos feitos d'armas em terra estrangeira, e por sua extremada dedicação á causa das liberdades publicas, se tem constituido uma das glorias mais puras de nossa patria. (*aplausos*).

«Illustre general Ozorio, permittio a Providencia que vencendo vós os perigos que nos campos de batalha tão galharda-

mente affrontastes, podesseis dar-nos o prazer de vossa companhia hoje, data sempre memorável, anniversario d'aquelle grande dia em que, com coragem inexcédível, elevando o estandarte nacional ao auge de sua maior gloria, escrevestes com a ponta de vossa valente espada a pagina mais brilhante de nossa historia militar (applausos gerais e repetidos). Que feliz coincidência para os vossos amigos, poderem apertar-vos a mão n'este dia de tão gloriosa recordação!

«Inclyto general Ozorio' já do povo d'esta grande capital recebestes as mais cordeaes e sinceras demonstrações do alto apreço em que vos tem; confundidos com este mesmo povo de quem fazemos parte, já com elle tributamos-vos as justas homenagens que vos são devidas.

«E quem, que outro cidadão já recebeu entre nós maiores provas de sympathia, de veneração e de amor? De amor, digo, porque outro não é o sentimento com que o povo sagra os objectos de sua idolatria (muito bem, muito bem) e vós na verdade sois, general, o idolo do nosso povo, (vivas e prolongados applausos). Ah! quanto vos sentireis orgulhoso diante dessas manifestações, se o vosso coração, general, fosse accessivel a outros sentimentos além daquelles que constituem o character, o verdadeiro typo de cidadão (bravos).

«Não podereis, como o general grego, que, queixando-se de indiferença de seus concidadãos, disse: «Commigo procedem os athenienses como fazem com o platano; nos momentos de tempestades abrigam-se á sua copa, mas passada a tormenta cortam-lhe os ramos e decepam-lhe até o tronco». Mais feliz de que Themistocles sou brasileiro; aqui o povo, se, desvairado por paixão de momento torna-se as vezes injusto para com os que o dirigem, raras vezes é ingrato para com os que defendem a causa de seus direitos (apoiados).

«Mais de dous lustros são passados, depois do grandioso feito, cujo anniversario celebramos, mas as lembranças de vossas victorias permanecem ainda bem frescas nos corações de todos os brasileiros. Vosso nome tornou-se popular em todo o imperio; na cidade, no campo, na casa do rico, e na choupana do pobre, em toda parte é elle pronunciado com admiração e respeito.

«Vossas façanhas militares estão destinadas a ser a lenda de nossos vindouros (numerosos applausos). E' o povo quem tem o instincto do merito (muito bem) sabe que todas essas homenagens vos são devidas. Sim, elle sabe que quando nossa bella patria foi ultrajada por um despota insolente; nesses dias calamitosos em que legiões de mancebos para desagral-a deixaram tudo quanto tinham de mais sagrado no lar domestico para

vos seguirem nessas invias e pestilentas terras do Paraguay, vós ereis o genio da patria que ahi os inspirava, vós ereis o anjo da victoria que os dirigia ao campo do combate (numerosos applausos). Assim, era tambem a confiança na vossa pericia, e ainda mais na vossa coragem que servia de esperança e de conforto a tantos corações que no solo da patria batiam pelo destino desses guerreiros (estrepitosos applausos).

«Illustre general Ozorio, depois da manifestação popular a que nos temos associados, temos ainda para com vosco uma divida de honra, derivada do vinculo politico, que nos ligam (muito bem, muito bem). E' em desempenho deste que o Club da Reforma, representando o partido liberal em todo o imperio, vem hoje aqui dirigir-vos um brinde de saudação. «Victorioso na guerra, fostes victorioso também na campanha dos comicios populares. (Applausos repetidos). «Renhida foi a nossa batalha, porque tivemos de combater contra as forças de um governo, que faltando a seus deveres, fez do empenho de honra, da promessa imperial, mero engodo para embotar o espirito publico, e sobretudo o de um grande partido que se acha condemnado a proscricção (numerosos applausos).

«Mas, assim como no solo estrangeiro soubestes com tanto denodo sustentar a honra da nossa bandeira, na vossa provincia, na heroica provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, coadjuvados por vossos leaes e esforçados companheiros, alguns dos quaes com grande prazer vemos aqui presentes, vós, general, soubestes tambem ahi sustentar a bandeira do nosso partido (estrepitosos applausos).

«Assim é que, aos louros marciaes que vos cingem a fronte de guerreiro, reúnem-se também, os que adornão a corôa civica com que galardoou o vosso distinto merito e provincia que vos serve de berço.

«Gloria a essa nobre terra, gloria a provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, a unica do Imperio, que conseguiu fazer-se representar em maioria na camara dos deputados, a unica que no dominio desta atualidade conseguiu trazer a camara vitalicia seu filho predilecto. (numerosos estrepitosos applausos).

«General, a vossa gloria está de tal sorte ligada a gloria de vossa provincia, que, saudando-vos a saudaremos tambem (muito bem, muito bem). Senhores proponho-vos beber á saude do nosso bravo dos bravos (estrepitosos e repetidos applausos): a saude do illustre cidadão, do inclyto general Ozorio!

As palavras do distinto chefe liberal foram cobertas de applausos, e da mesma forma a resposta que em seguida a esse brinde deu o illustre marquez do Herval.

S. Ex., commovido e pausadamente, proferiu estas palavras, que eram incessantemente interrompidas com bravos, e prolongadas palmas:

Começou agradecendo ao povo, a imprensa, e aos seus amigos a recepção que lhe fizeram n'esta illustrada cidade do Rio de Janeiro, recepção que julga immerecida, e que portanto não podia ter esperado.

Disse que seus serviços na guerra não lhe davam direito a receber manifestações tão honrosas, por isso que apenas esforçou-se por cumprir seu dever, occupando diante do inimigo da patria o posto que sempre lhe foi apontado pela coragem, pela bravura dos soldados brasileiros, entre os quaes não podia distinguir, quando pelejavam, quaes eram os voluntarios da patria, quaes eram os veteranos: por serem todos iguaes na intrepidez e no valor (applausos).

Na guerra era sempre sua preocupação restituir puras e gloriosas aos seus concidadãos e a patria, as insignias que eram o symbolo da nossa nacionalidade, e que foram confiadas a defeza e guarda do exercito quando se batia em campos estrangeiros. Sempre considerou que seria um vexame voltar á patria derrotado.

Continuando disse, que os mesmos sentimentos que acabara de manifestar e que o haviam feito servir a patria na guerra, o obrigavam a proceder do modo porque tem procedido como cidadão.

Seria um desgraçado aquelle que, depois de haver combatido com as armas da guerra o inimigo externo, pozesse depois essas mesmas armas ao serviço do despotismo, de perseguições e violencia contra seus compatriotas. Isso nunca faria (prolongadas palmas).

Acrescentou que o tempo é das sciencias, das letras da civilização; que a força dos governos não reside nas metralhadoras e canhões nem no despotismo e violencia contra os povos, mas sim no imperio da justiça, no respeito ao direito de todos, e á liberdade (muito bem).

Concluiu dizendo, que não julga o paiz perdido nem a liberdade sacrificada, e espera que isso não acontecerá, mas, se por desgraça tal infortunio cahisse sobre o paiz, apesar de enfermo, quebrado, e no ultimo quartel da vida, estava prompto a oferecer até o seu ultimo alento para defender a liberdade em sua patria, e o direito de seus compatriotas.

As ultimas palavras do heroico general motivaram repetidas salvas de applausos.

O nosso honrado amigo conselheiro Dantas levantou-se e saudou o exercito nacional, essa gloria da patria que tantos louros havia conquistado, e que era o orgulho deste paiz, pois jamais o soldado brasileiro teve armas senão para a defeza da honra e dignidade da nação.

Erguendo esse brinde, symbolisava o esplendor das armas do nosso exercito no legendario cabo de guerra que era o alvo de nossas homenagens n'aquelle dia assignalado.

Devidamente applaudido, ao digno conselheiro seguiu-se-lhe com a palavra o distincto Dr. Couto de Magalhães.

S. Ex. propoz que após o brinde ao exercito fosse saudada a marinha. Hoje que comemorando o anniversario de 24 de Maio gosamos do prazer de ter entre nós aquelle que tantas vezes, nos dias angustiosos da guerra, vimos em imaginação conduzido nas azas scintillantes da victoria, não podemos nos esquecer dos que em Cuevas, Riachuelo, Humaitá e Angustura tingiram com seu sangue as aguas do rio, e elevaram tão alto a honra da patria.

A este devemos ajuntar um outro brinde, disse o Dr. Couto Magalhães: quando o Estado foi sorprendido por essa guerra medonha, perguntou desolado — Onde estão os soldados para tantos inimigos? O paiz respondeu com a Constituição: em tempo de guerra todo o cidadão é soldado. As legiões se levantaram e mais de 40 mil voluntarios foram juncar de cadaveres os esteios pestilentos do Paraguay. Se alguma facção ousada quizesse quebrar essa mesma Constituição para expoliar uma parte da nação de seus direitos e reduzi-la a simples pagadora de impostos, outras legiões se levantariam e mais formidaveis para ensinar-lhes que só ha governo solido quando repousa na lei.

Proponho pois um brinde á nossa marinha, e aos voluntarios da patria».

O nosso illustre amigo, o Snr. Capitão de mar e guerra Costa Azevedo, agradeceu em nome da armada nacional, e, em patriotico enthusiasmo, conjurou essa briosa corporação a manter suas opiniões politicas sem receio da tyrania, que, com o nome de disciplina, se tem querido impôr, a livre manifestação de cada um. Soldado liberal, elle folgava de confessal-o sempre com altivez e segurança (muitos apoiados).

O nosso amigo Snr. Conego Honorato, como voluntario da patria que foi, agradece o brinde feito a essa legião patriotica, e relembrou os episodios em que vio o bravo Ozorio á frente de nossas hostes.

Seguiu-se com a palavra o digno liberal Dr. Andrade Pinto, que saudou a opposição parlamentar pelos seus triumphos e dedicado amor ás liberdades publicas.

O distincto chefe da opposição na camara temporaria, nosso amigo Martinho Campos, agradeceu em nome de seus collegas, e fez sentir que a opposição parlamentar, valendo muito, estava n'um paiz onde o governo passava dezoito mezes sem parlamento, e pretendia até annullal-o.

Antes da opposição parlamentar, estava a imprensa, que havia entre nós antecedente a tribuna e que havia de sobrevivel-a.

A estas nobres palavras, que foram cobertas de palmas, respondeu o nosso illustrado amigo senador Octaviano, declarando que, se a imprensa era a vanguarda a liberdade, ia brindar a heroica provincia, que é a vanguarda do imperio, e que, deo-nos Ozorio, o primeiro general, e Silveira Martins, o primeiro tribuno liberal.

Repetidos applausos prolongaram-se até que levantou-se o illustre rio-grandense para agradecer o brinde a sua provincia.

Disse que ufanava-se de ser filho de tão nobre terra, onde a idéa liberal era uma religião, e mostrando a disciplina e união do partido ali, conjurou as demais provincias a imitar tão bello exemplo, afim de oppormos á tyrania dos governos compromissores a resistencia de um partido forte, unido e que sabe sacrificar interesses de cada um ao bem geral de todos. À união do partido liberal do Brazil !

Estrondosas palmas seguiram-se a estas palavras.

Teve então lugar o brinde de honra, que foi feito pelo digno Snr. Marquez do Herval pouco mais ou menos n'estes termos:

«Não é gratidão pessoal que me inspira n'este brinde; esse sentimento não me faria deixar de dizer a verdade inteira a meus concidadãos. Brindo a Serenissima Regente na crença de que o seu governo será modelado nas praticas do systema representativo; e que será governo honrado, patriotico, e parlamentar.

«Brindo o Snr. conde d'Eu, meu companheiro d'armas; que sempre prodigalizou-me as maiores provas de consideração; brindo-o pelo seu valor, pela sua coragem e pela justiça com que administrou o exercito; brindo-o porque no Paraguay deu sempre provas d'armas o Brazil e de voltar-se d'alma ao seu serviço como os brasileiros que lá serviam». Ao ruido de muitos applausos teve fim o banquete, que foi uma digna homenagem ao

brazileiro illustre, que é ao mesmo tempo um dos mais distinctos ornamentos da democracia.

— F —

MUCIO TEIXEIRA

OSORIO

(Ao povo *fluminense*)

— Todos choram a morte do guerreiro!... Como
é bello, meu Deus, um povo inteiro
Chorando um homem só!

MUCIO — Violetas. «Ao Conde de Porto-Alegre».

Eu vi o nosso herói nos transes derradeiros
Do derradeiro instante!
Forte como um leão, grande como um gigante:
Parecia passar nos campos das batalhas,
À frente dos guerreiros,
Por entre um temporal defeito de metralhas!
Não é mais bello o sol, como um Titão sangrento,
No occaso avermelhado!...
Eu vi (sonho ou visão? — Febril deslumbramento!)
Nos olhos seus profundos,
Com tristezas de morte e audacias de soldado,
— Vivas radiações
De esplendorosos mundos
No sombrio estendal das amplas vastidões!
Ha não sei que de forte
Na maneira de olhar dos velhos legendarios!
Parece até que a morte,
Varrida pelo espaço
Na eterna repulsão dos vultos planetarios,
Já talvez na suprema angustia da impotencia,
Aos céos levanta o braço
Feita de musc'los d'aço,
Fundido na bigorna azul dos arreboés...
Bradando: «Ó, Providencia!
«Ó Deus das tradições
«Da tragedia sagrada!
«Dá-me impetos de mar e furias de tufões
«Para poder lançar á solidão do nada.
«No poente da morte... o vivo sol dos sóes!...»

E eu vi que o legendario
Era de certo assim: bello, sereno e forte,
Nas horas em que a morte
Deixava-o solitario
Na vasia extensão dos campos da batalha . . .

Quanta vez, encostado a uns restos de muralha,
Não scismava na Patria o luctador valente!
Ó Dante ! tuas visões passavam-lhe na mente
Envoltas em trophéos e envoltas em metralha!

Depois . . . quando soavam
Clangorosos clarins, metálicos, vibrantes,
Ao rufo atroador de innumerados tambores . . .
E as bandeiras então — como azas de condores —
Nos ares fluctuavam! . . .

E longe, muito ao longe,
Extensas legiões,
Escuras como a cor do habito de um monge,
Tomavam posições,
Enquanto que as espadas
Scintillavam ao sol, vivas, desembainhadas!
Como que se operava a transfiguração
Dos cimos do Thabor !
Osorio, aureolado em ondas de um clarão,
Era o genio da guerra — assombro do valor !

No confuso vai-vem
Dos inquietos corceis das bravas cavalarias,
Que mascavam o freio em coleras sombrias,
Varados pelas balas
Que voavam d'alem . . .
Abriam-se, de chofre, os pelotões em alas
Para passar alguém;
Então, nesse momento,
Ao dorso de um corcel de crina solta ao vento,
Num galope febril, fantastico, infernal
Forte, como o exemplo eterno do Calvario,
Passava o General . . .
O General Osorio, — o nosso legendario!

Ia colher mais louros,
Si mais louros houvesse ainda por colher . . .
Bradava então a Morte: «Eu posso te soster
Com meus pulsos fataes!»
Respondia o heróe: «Eu vou para os vindouros!»
E galopava mais.

E galopava mais ! e mais . . . e tanto, e tanto,
que os primeiros heróis perdiam-n'ó de vista:
Viam sómente, ao longe, attonitos de espanto,
Um vulto indefinido . . . o anjo da conquista!

Procuravam em vão seguir de Osorio os rastros

Os bravos generaes:

Assim, tambem na esphera esplendida dos astros,
Estão longe do sol planetas immortaes !

Foi assim que o herói nos campos da batalha
Glorificou a vida — exposto sempre á morte.

Como é que vem a sorte

Envolver seus trophéos nas dobras da mortalha?!...

Patria! não vês que chora uma nação inteira

Aos pés de um homem só?

(O presente não sonha em mystica cegueira

A escada de Jacob).

E' mister levantar um monumento a Osorio,

— O maior General dos nossos Generaes —

Um monumento enorme, assim — como o zimbório

Das amplas cathedraes:

Bem o podes talhar ao molde do seu nome,

Que o tempo não consome.

E se faltar material bastante

Para nas praças erigir-lhes estatuas,

Se essas vaidades transitorias, fatuas,

Perdem-se á sombra desse herói gigante:

Não vás grinaldas annastrar de flôres,

Nem às estrellas mendigar fulgores...

— Temos na terra o que não ha no céu ;

Apanha as armas que a seus pés cahiram,

E ajunta as balas que os canhões cuspiram

Lá na Provincia onde esse heróe nasceu!...

Curva-te, ó Patria, sobre o chão do Pampa,

Recolhe os ossos dos titães soldados,

E então de sabres e canhões e balas,

Lanças partidas, pavilhões rasgados,

Levanta o alto pedestal da estatua,

Que irá nas brumas se perder no espaço...

E assim aos astros erguerás seu cráneo

E ao mundo inteiro estenderás seu braço.

ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO

ATIVIDADES CULTURAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO (*)

ENG. VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

O relatório apresentado à derradeira Sessão Magna assinalou as primeiras providências empreendidas para a substituição do velho prédio do Silogeu Brasileiro pela futura sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Morosamente, se arrastariam as operações, que não dependessem da iniciativa dos responsáveis pelo andamento das operações.

Tão logo recebeu o Instituto as chaves das salas, em que permaneceram longamente os ocupantes retardatários, o último dos quais só partiu a 20 de fevereiro, apressou-se em cuidar da mudança para desocupar as dependências condenadas à demolição.

E, assim, em dezembro de 1959, firma especializada encetou os trabalhos respectivos, enquanto se ultimava a legalização da posse e domínio do terreno, em cumprimento da Lei nº 2.554, de 3 de agosto de 1955.

Apesar de obter o título respectivo por escritura lavrada na Procuradoria da Fazenda Nacional do Distrito Federal, a 18 de janeiro de 1957, ainda haveria mister de satisfazer as exigências impostas pelo art. 1º.

Para êsse fim, a Assembléia Geral de 24 de janeiro autorizou o Presidente Perpétuo a assinar a cessão gratuita à Prefeitura da faixa abrangida, na Avenida Teixeira de Freitas, pelo plano de urbanização que lhe duplicará a largura. Todavia, dependendo a ultimação dos órgãos estaduais, que reclamaram nova declaração do Patrimônio Nacional, somente a 29 de maio do corrente ano foi firmado o devido termo, do qual dependeria a licença para construção, afinal concedida pelo Governador Carlos de Lacerda, a 11 de julho.

Para que não houvesse interrupção das obras, por falta de recursos financeiros, pleiteou-se o aumento do auxílio federal, que

(*) Relatório do 1º Secretário Virgílio Corrêa Filho, apresentado na Sessão Magna de 21-10-61.

deu causa a indagações na Câmara dos Deputados. Encaminhadas ao Ministério da Educação e Cultura, que as transmitiu ao Instituto Histórico, prontamente respondeu-lhes o Presidente Perpétuo, em ofício dirigido ao Sr. Ministro Brígido Fernandes Tinoco, a 29 de maio de 1961. E como regista esclarecimentos que mereçam divulgação, vai transcrita em seguida.

Exmo. Senhor Doutor Brígido Fernandes Tinoco.

DD. Ministro da Educação e Cultura.

Em referência aos quesitos formulados, cumpre-nos responder:

a) *O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro permanecerá no Estado da Guanabara?*

— Sim, por determinação do Artigo I dos seus Estatutos, que preceitua, «o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado a 21 de outubro de 1838, nesta cidade do Rio de Janeiro, onde tem sua sede social e domicílio jurídico, é uma associação civil, científica, de duração ilimitada e regido pelos presentes estatutos, ...».

b) *O prédio onde está o mesmo instalado é de sua propriedade?*

— Sim. Em virtude da Lei de 3 de agosto de 1955, que autorizou escritura lavrada na Procuradoria da Fazenda Nacional (Serviço do Patrimônio da União), registrada no Tribunal de Contas, em sessão de 26 de fevereiro de 1957, conforme consta no 2º Ofício do Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, sob o número de ordem 49.134, em 14 de maio de 1957.

c) *Pretende o Instituto, usando da faculdade que lhe foi concedida na Lei nº 2.554, de 3 de agosto de 1955, construir nova sede?*

— Sim. E para êsse fim, abriu concorrência entre empresas construtoras, que aceitassem as condições respectivas. Daí resultou o contrato com a «Pan-Americana de Engenharia S. A.», com sede à Avenida Nilo Peçanha, 26 — 2º Pavimento, para «executar, por conta do Proprietário e pelo regime de administração, um edifício situado nesta cidade à Avenida Augusto Severo nº 8» ...

O Contrato assinado, a 11 de janeiro de 1961, pelo Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, em nome do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, acha-se registrado na Recebedoria do Distrito Federal, sob número 396, à fls. 15 do Livro 125.

d) *Remeter a esta Comissão não somente o orçamento das obras em curso, mas também a prestação documentada das despesas havidas com os créditos de oito milhões e trinta milhões destinados, ambos, à construção da nova sede e obras que não atingiram sequer à limpeza da fachada.*

— Começando pelo fim, a «limpeza da fachada» não se incluiu entre as despesas forçadas, que precederam a transferência das instalações do Instituto, sujeitas à deteriorização na dependência antiga, condenada à demolição, sem demora empreendida, para a ala dianteira. Em espaço exíguo, aí se alojaram temporariamente, apesar das condições precárias, por não dispor o Instituto de recursos para alugar nenhum imóvel que as comportasse.

Quanto à previsão orçamentária, consta do projeto nº 412, de 1959, apresentado pelo deputado José Bonifácio, cujo artigo I assim reza: «Fica concedido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, durante quatro anos um auxílio de trinta milhões de cruzeiros, para conclusão das obras de sua sede.

Parágrafo único. Na proposta orçamentária dos anos 1960, 1961 e 1962, o Poder Executivo fará constar no Anexo do Ministério da Educação e Cultura o auxílio de que trata a presente lei.»

Apesar do encarecimento dos preços da construção, próprio ao regime inflacionário, a estimativa do preclaro deputado José Bonifácio baseava-se em informações que lhe foram fornecidas pelo Instituto.

No tocante à prestação documentada das despesas havidas com os créditos destinados à construção, dela cuidou o Presidente Macedo Soares, ao terminar o exercício financeiro correspondente à primeira concessão.

Procurou, então, o Presidente do Tribunal de Contas, o insigne Ministro Pereira Lyra, a quem provou não ter ainda utilizado parcela alguma, e só poderia apresentar a devida documentação depois que aplicasse a quantia total, pois que o Tribunal não aceita prestação parcelada, sob pena de exigir a restituição do saldo correspondente. O mesmo regime ainda prevalece, pois que formalidades burocráticas entre a Prefeitura, ao exigir cessão de larga faixa de terreno, para o alargamento da Avenida Teixeira de Freitas, e o Serviço do Patrimônio da União, solicitado a assinar o termo respectivo, apesar da escritura a favor do Instituto, protelaram a licença para a construção até esta data, apesar dos esforços envidados pela Diretoria do Instituto.

Aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e distinta consideração. — (ass.) José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo».

CONFERÊNCIAS

Após a última Sessão Magna passada, o Instituto Histórico prestou homenagem à memória de «Cockrane, primeiro almirante da Marinha Brasileira», cujo centenário de falecimento se comemorou a 31 de outubro.

Coube ao Almirante Juvenal Greenhalgh Ferreira Lima recordar a figura do bravo marinheiro escossês, nascido em Annsfield, a 14 de dezembro de 1775, cujos feitos heróicos se assinalaram na guerra contra a França, no Chile, quando pelejou pela sua independência, no Brasil, onde contribuiu para manter a unidade nacional, ao aniquilar os focos de resistência das forças inimigas, que impugnavam as ordens de D. Pedro I na Bahia, no Maranhão, no Pará.

A ação militar de Cockrane conseguiu dotar de eficiência as escassas unidades navais reunidas pelo Governo Imperial, e expulsou da Baía de Todos-os-Santos a armada lusitana, juntamente com o exército do General Madeira.

Enquanto uma unidade, — a fragata *Niterói* — a perseguia até o Tejo, para lhe apresar os navios da retaguarda, os outros percorreram o litoral nordestino até Belém, a que se estendeu, acatada, a autoridade do Imperador, conforme lembrou o conferencista, que fêz jus aos louvores dos que lhe ouviram a documentada oração.

* * *

CLÁUDIO GANNS

No mês seguinte, não mais de um centenário, mas de perda recente, pranteada pelo Instituto, levou à tribuna o sócio benemérito Arthur Cesar Ferreira Reis. Para evocar a vida e as obras de Cláudio Ganns, dedicou-lhe a sessão de 28 de novembro, em que, antes de iniciada a conferência, o sócio benemérito Eugênio Vilhena de Moraes solicitou do Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a palavra, para breve retificação acêrca do Museu da República. Nessa ocasião, foi oficialmente atribuída a Gustavo Barroso a fundação e início do Museu Histórico, afirmativa que passou a contestar.

Recordou, a propósito, que uma parte do Arquivo Nacional constituía fecundo embrião de futuro Museu, graças à solicitude de L. Gastão de Escragnolle Dória, e outros diretores, igualmente empenhados na organização do estabelecimento especializado, a cujo engrandecimento se consagrou Gustavo Barroso, que recebeu o acervo do Arquivo Nacional, transferido à sua jurisdição.

Últimado o esclarecimento, assomou à tribuna o conferencista, que traçou com emoção o perfil intelectual do sócio Grande Benemérito Cláudio Ganns, seu amigo e companheiro em mais de uma jornada cultural.

Acentuou-lhe o amor às pesquisas, que sabia empreender com sagacidade e acêrto, como provam as obras que trouxe a lume, examinadas pelo orador, uma a uma.

Ouvido atentamente, mereceu as palmas com que foi aplaudido pela assistência, em que se contavam 32 consócios.

* * *

JOÃO PINHEIRO DA SILVA

A 19 de dezembro, realizou-se a sessão comemorativa do centenário de João Pinheiro da Silva, cuja vida foi recordada pelo Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva.

Por mais de uma hora, evidenciou o seu conhecimento da política mineira e dos seus mais insignes representantes, entre os quais se distinguiu o filho da cidade do Cêro.

Proveniente de berço modesto, conseguiu, mercê de suas aptidões naturais, frequentar o Seminário de Mariana, donde partiu para São Paulo.

Recomendado pelo Bispo da Diocese ao Professor Sá e Benevides, obteve o lugar de preparador de Laboratório de Física e Química da Escola Normal. Assim amparado, frequentou a Faculdade de Direito, em que se bacharelou por volta de 1887.

Declarando-se republicano e positivista, liderou os correligionários de Minas, que lhe aplaudiram a ascensão ao Governo do Estado, em substituição a Cesário Alvim, com quem aprovou o golpe de Deodoro contra o Congresso. Incompatibilizado para continuar no cargo, depois da renúncia marechalícia, recolheu-se à vida privada, em Caeté, onde montou florescente indústria de cerâmica.

Decorrida operosa década de ostracismo político, o Presidente Francisco Sales convocou-o para a vida pública, em que se revelou a sua excelsa individualidade, realçada na chefia suprema, para a qual o elegeram os seus conterrâneos.

Antes de terminar o quadriênio governativo, baqueou, interrompendo a carreira ascendente, que se encaminhava para a Presidência da República.

Franqueada a palavra a quem a desejasse, o sócio efetivo Marcos Carneiro de Mendonça teceu interessantes comentários, que atestaram o prestígio do estadista mineiro, e o sócio Grande

Benemérito Carlos Carneiro apresentou indicação para que o Instituto patrocinasse ereção de um monumento na cidade de S. Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, a D. Fernando de Trejo y Sanabria, Bispo de Tucumán, que ali teve berço.

* * *

BISPO D. ANTONIO J. DE MELO

Outra comemoração de centenário ocorreu a 3 de abril, dedicada a relembrar a atuação do Bispo D. Antonio Joaquim de Melo, de São Paulo.

Presente o Cardeal D. Jaime Câmara, convidou-o o Embaixador José Carlos de Macedo Soares para assumir a presidência da sessão, em que falaram oradores especialmente convidados.

O primeiro, Dr. José Pedro Leite Cordeiro, tratou da vida edificante de «Dom Antonio Joaquim de Melo, o Ditador Pastoral». O Bispo D. Vicente Dione, que representava o Cardeal D. Cabral Carmelo, de São Paulo, ausente por doença, lembrou «D. Antonio e o Seminário de São Paulo».

A Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo, em seguida, coube o tema: «D. Antonio e os Padres do Patrocínio de Itu», onde as suas idéias tiveram inequívoca influência.

Por fim, o Professor José Carlos de Ataliba Nogueira considerou «D. Antonio e as Congregações Religiosas», às quais aplicou a disciplina adquirida na vida militar, a que se afeiçoara quando moço. E triunfou, como atestam os aplausos que superaram as oposições às suas reformas, e as homenagens que lhe presta a posteridade, à passagem do 1º centenário de seu falecimento.

Ainda com a palavra, o orador apresentou verbalmente uma indicação, para que o Presidente Perpétuo submetesse à consideração do Instituto, em ocasião oportuna, o apêlo que fazia, para que fôsse mantida a doação à Academia Brasileira de Letras do prédio concedido por decreto, recentemente revogado. A propósito, o Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva declarou-se contrário, pois que, professor universitário, não poderia desaprovar ato presidencial, que mandava entregar o referido imóvel à Universidade do Brasil.

* * *

DIA PAN-AMERICANO

Coube ao Professor Américo Jacobina Lacombe explanar, a 14 de abril, o tema, referente ao Dia Pan-Americano, em que es-

tudou a origem do pan-americanismo, que surgiu das peculiaridades da vida política no continente americano.

Simultaneamente, indicaram-lhe as bases as maiores individualidades, que, embora distantes entre si, harmonizavam-se em torno de radiosos ideais, diferentes dos que inspiravam as atividades das nações européias.

Lembrou a contribuição do Brasil, de que se fêz paladino Alexandre de Gusmão, ao redigir o Tratado de 1750, que traçou normas racionais de entendimento entre os dois imperialismos peninsulares e suas colônias, que sobreviveram à anulação ajustada em El-Pardo. Depois, os formuladores das aspirações, que alagavam o ambiente americano, surgiram ao Norte, como ao Sul, cada vez mais numerosos, até a organização atual da O.E.A., modelo de cooperação entre nações e da O.P.A. que, além dos aspectos políticos, considera os econômicos e os relacionados com o bem-estar dos povos.

Na atualidade, afirmou: «O pan-americanismo não é mais um ideal, uma doutrina ou uma utopia. É um fato real, um fato histórico, que se impõe a todos os estudiosos e, mais do que isso, é um fato que passa, nos dias que correm, a constituir um paradigma de uma série de fenômenos continentais, cujas consequências ninguém poderá prever.»

Terminada a conferência com os aplausos da assistência, o Marechal Estêvão Leitão de Carvalho, com a palavra, comunicou à assistência ter representado o Instituto, juntamente com outros consócios, na sessão promovida pela Liga da Defesa Nacional em louvor da memória dos brasileiros que tombaram na Grande Guerra, mediante cerimônia expressiva.

Em sessão de 26 de maio, presidida pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, o Professor Eugênio Vilhena de Moraes lembrou as «Últimas horas do Império brasileiro, à luz de testemunho inédito de um participante dos acontecimentos».

Atraída pelo assunto e pela nomeada do orador, cuja cultura histórica é de sobejo conhecida, a numerosa assistência aplaudiu-lhe os comentários a respeito do magno acontecimento, que assinalou os derradeiros dias e atos de D. Pedro II no Brasil. Testemunha esclarecida e sagaz, a Baronesa de Muritiba, esposa do Barão do mesmo título, desembargador Manuel Vieira Tosta Filho, anotou, dia por dia, as ocorrências que tiveram por cenário o Palácio Isabel, o Paço da Cidade, o Arsenal de Marinha, paquete *Alagoas*, para cujo bordo foi transferida a Família Imperial, que a canhoneira *Parnaíba* transportaria até a Ilha Grande. Ai terminou o documento, com justiça realçado pelo conferencista,

que o ofereceu, juntamente com outros, ao Arquivo do Instituto Histórico.

* * *

COLONIZAÇÃO ALEMÃ

Na ausência do Embaixador J. C. M. Soares, a sessão de 14 de junho foi presidida pelo 1º Vice-Presidente, Dr. Rodrigo Otávio Filho, que convidou para a mesa o Dr. Werner von Bergues, adido cultural da Embaixada da Alemanha, e Dr. H. Trivinanus, secretário, Almirante Gerson de Macedo Soares e o Dr. Lafayette Pereira, representante do Presidente do I.B.G.E. e anunciou que falaria o Dr. Guilherme Auler a respeito do «Ciclo da Colonização Germânica no Brasil», a que vem dedicando investigações cuidadosas.

Para metodizar a sua exposição, lembra que os colonos alemães entrados no Brasil desde 1808, incluíam-se em duas categorias, a de militares, ou de operários.

Determinou-lhes a localização, em várias regiões do país, onde nem sempre lhes correu de feição a custosa iniciação. Às vezes tiveram que superar dificuldades desalentadoras, mas perseveraram, formando povoações, em que são numerosos os seus descendentes.

A propósito, o conferencista citou o casal, cujos passos teve oportunidade de documentar, desde a chegada dos seus pais, nascidos na Alemanha. Moravam, de princípio, em Petrópolis, mas em breve se mudaram, em busca de maiores facilidades e trabalho, para esta cidade, onde prosperaram. Na atualidade, conseguiu enumerar-lhes os netos e bisnetos, muitos dos quais ingressaram na magistratura, nas forças armadas, na indústria, ou comércio.

Entre as individualidades que estimulavam a emigração alemã, a começar de D. Pedro I e D. Pedro II, citou Fernandes Pinheiro, Justiniano de Melo Franco, o Dr. Blumenau, Teófilo Ottoni, cujo nome se perpetuou na cidade, que fundou com o título de Filadélfia, Mariano Procópio, a quem se deve a construção da estrada União e Indústria, com trabalhadores alemães, H. G. F. Halfeld, que se fixou em Juiz de Fora.

Não faltaram elogios ao conferencista, que o auditório aplaudiu com entusiasmo.

* * *

JOSÉ DE MESQUITA

Fundador do Instituto Histórico de Mato Grosso e do Centro Matogrossense de Letras, mais tarde transformado em Academia, o desembargador José de Mesquita bem mereceu a homenagem que lhe prestou, a 26 de julho, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Mercê dos seus trabalhos, baseados em pesquisas pacientes, admitiu-o como sócio correspondente a 12-5-1937.

Para lhe recordar a personalidade peregrina, de prosador e poeta, de orador, o Presidente Perpétuo designou o primeiro Secretário, Virgílio Corrêa Filho, que lhe acompanhou a trajetória luminosa pelo magistério, pela imprensa, pela magistratura, pelo jornalismo, que exerceu com brilho admirável.

* * *

HIPÓLITO DA COSTA

«Ação de Hipólito da Costa na formação política do Brasil» — foi o tema que levou à tribuna do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão de 9 de agosto, o sócio efetivo Carlos Rizzini, professor de jornalismo e historiador da nossa imprensa.

Autor de bem documentada biografia do diretor do *Correio Braziliense*, fundado em Londres, para orientar os seus patrícios, considerou excessiva a abundância de assunto para uma conferência única.

Nos 175 números da preciosa publicação, mantida por quatorze anos e meio em Londres, onde lhe era garantida completa liberdade de opinião, que não lhe seria permitida no Brasil, espelham-se os mais relevantes problemas relativos à vida luso-brasileira nas duas décadas anteriores à Independência. O orador preferiu versar, primeiramente, os problemas institucionais e materiais, de que tratou o famoso publicista na sua longa doutrinação, deixando para outra oportunidade a sua atuação própria política, bem como a participação e a posição do *Correio Braziliense* nas lutas da Independência. Interpretando o pensamento dos confrades, que não deixaram uma só cadeira vaga na banca dos sócios, Marcos de Mendonça realçou a magnitude da oração, que mereceu os mais vivos aplausos da assistência.

* * *

CAXIAS

Não obstante as inquietações causadas pela inesperada renúncia do Presidente Jânio Quadros, no dia 25, reuniu-se o Instituto Histórico, a 29, como havia antecipadamente determinado, para participar das cerimônias da «Semana de Caxias».

Ao explanar o tema «O Livro de ouro da Duquesa de Caxias», o Professor Eugênio Vilhena de Moraes, que se tem consagrado ao estudo incessante do ínclito brasileiro, recordou passagens expressivas da sua carreira edificante, sem ocultar as restrições formuladas pelo implacável Senador Zacarias de Góis.

Contestou-as, com documentos em mão, o publicista Firmino Rodrigues Silva, cuja veemente defesa mereceu louvores do próprio acusador.

Muito a propósito, o orador comentou o episódio parlamentar, do qual resultou maior glorificação do Duque de Caxias, general invicto, que sabia também proceder como atilado político, em bem do Brasil.

Os aplausos finais evidenciaram a aprovação da assistência às doulas palavras do conferencista, que tão bem conhece a vida e os feitos do Patrono do Exército Brasileiro.

* * *

PADRE MALAGRIDA

Embora prevista para o dia 27 de setembro, não se realizou a anunciada conferência acêrca de «O *Correio Braziliense* e o 7 de Setembro», em virtude da posse, na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, do consócio Carlos Rizzini, convidado para proferi-la.

Impossibilitado de estar, ao mesmo tempo, no Instituto, viu-se compelido a adiar para outra oportunidade o estudo que iniciara do publicista, de penetrante influência durante as duas décadas que precederam a Independência do Brasil.

Coube ao confrade Apolônio Nóbrega evocar, a 3 de outubro, a individualidade impressionante do Padre Gabriel Malagrida, que, depois de ter atuado, como abnegado missionário, no Brasil, enquanto lhe foi permitido, terminou a vida em Lisboa, onde a perseguição de Pombal o condenou ao martírio. O orador acompanhou-lhe a trajetória laboriosa, pontilhada de episódios reveladores da sua dedicação ao Brasil.

O Professor Vilhena de Moraes, ao exaltar a valia da contribuição que ouvira com prazer, ofereceu ao Instituto dois documentos :

«O Bravo Potiguar — Matança do Uruaçu (1645)». — No Tri-Centenário da Restauração Pernambucana : 13-1-1654. Rio de Janeiro — 1954.

«Lopo Curado Garro». — Breve, verdadeira e autêntica Relação das últimas tiranias e crueldades que os pérfidos Holandeses usaram com os moradores do Rio Grande. — Separata do volume XXVI das Publicações do Arquivo Nacional — Rio de Janeiro — 1954.

* * *

MINISTRO ALFREDO VALADÃO

O culto à memória do autor dos *Vultos Nacionais*, título de uma de suas obras admiráveis, em que exalta os feitos de insignes brasileiros, inspirou ao Instituto a singela cerimônia verificada na «Sala de Leitura» à tarde de 9 de agosto.

Freqüentou-a assiduamente, em pesquisas proveitosas, o historiador, que parecia vencer a ancianidade, como provou ao elaborar a última contribuição : «*O Brasil e o Chile na época do Império. Amizade sem exemplo*», recebido com louvores em ambos os países.

Ressaltou-lhe os méritos o Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva, ao interpretar os sentimentos do Instituto, por ocasião de inaugurar-se o retrato do saudoso consócio entre os livros que lhe constituíram a companhia inspiradora. Para agradecer as homenagens carinhosas ao sócio Grande Benemérito e Vice-Presidente do Instituto, falou o seu douto filho, Professor Haroldo Valadão, que segue à risca o exemplo paterno, de dedicação aos estudos históricos e jurídicos, em que pontifica.

QUADRO SOCIAL

No decurso do período hoje encerrado, o Instituto pranteou a perda de conspícuos membros, um dos quais desapareceu no mês anterior à última Sessão Magna. *Clarence Henry Harring* — admitido, como sócio honorário, a 14 de abril, de 1939, o Professor Clarence Henry Harring evidenciou, desde a sua estréia literária, preferência por assuntos latino-americanos.

Nascido em Filadélfia, por volta de 1885, não se apressou em levar aos prelos os resultados de suas pesquisas na Universi-

dade de Harvard. Sòmente em 1910 publicou : *The Buccaneers in the West Indies in the Seventeenth Century*, London, 1910.

Dai por diante escreveu : *Trade and navigation between Spain and the Indies in the time of Hapsburgs*, Cambridge — Mass., 1918. *South America looks at the United States*, New York, 1928. *South America Progress*, Cambridge — Mass., 1934. *The economic literature of Latin America, a tentative bibliography* — 2 vols. — Cambridge, 1936. *Dictatorship in Brazil*, Harvard Guardian, 1939. *Argentina y los Estados Unidos*, Boston and México, 1942. *The Spanish Empire in America*, New York, 1947.

Inúmeros artigos ainda publicou em revistas especializadas, até as vésperas, por assim dizer, de sucumbir a 4 de setembro de 1960, ao completar meio século de atividades intelectuais, applicadas especialmente em pesquisas referentes à América Latina.

Era, no ramo, entre os seus patricios, o maior sabedor nos assuntos de suas preferências, que todos acatavam e prezavam.

Uma de suas obras derradeiras dedicou ao Brasil, a quem sempre manifestou inequívocas simpatias : *Empire in Brazil — A New World experiment with monarchy*, Cambridge, 1958.

Mais de uma vez estêve no Rio de Janeiro, como também em outras capitais sulamericanas, onde encontrava antigos alunos e amigos que sabia angariar com o seu gênio comunicativo.

E, assim, a influência que exerceu não se restringiu às salas de aula. Transbordou para outros centros universitários, que o honraram, pela palavra do Rev. Alexander Wipe, diretor da Academy of American Franciscan History, como «an honored citizen of that supernational community dedicate to truth, learning and understanding.»

* * *

Manuel Augusto Pirajá da Silva. — Em março, faleceu o sócio honorário M. A. Pirajá da Silva, nascido em Camamu, a 28 de janeiro de 1873. Transferindo-se para Salvador, freqüentou colégios afamados, que o habilitaram à matrícula na Escola de Medicina, em que se doutorou a 19 de dezembro de 1896.

Inclinado às pesquisas científicas, empreendeu-as sem tardança, com êxito, que o emparceirou aos mais doutos.

Para melhormente atender à sua vocação, partiu, em fins de 1908, para a Europa, depois de publicar a primeira *Contribuição para o estudo da Schistosomose na Bahia*.

Freqüentou o Instituto de Medicina Colonial de Paris, onde estagiou durante proveitoso biênio. Em Hamburgo, dedicou-se ao «Curso de Doenças Tropicais».

De regresso à Bahia, a Escola de Medicina, onde se formara, conferiu-lhe a cátedra de «História Natural Médica e Parasitologia», que fundou, segundo moldes afeiçoados às investigações que pretendia efetuar, em continuação às que lhe deram nomeada.

Além das monografias sobre assuntos médicos em que pontificava, especialmente a respeito de schistosomíase, traduziu, de Martius, «Através da Bahia» e «Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros».

A propósito, como relator do parecer da comissão, que lhe permitiu o ingresso no Instituto, a 31 de maio de 1940, afirmou Basílio de Magalhães, com aprovação de Feijó Bitencourt e Max Fleiuss, endossada pelo plenário :

«O Professor Dr. Manuel Augusto Pirajá da Silva, catedrático jubilado da Faculdade de Medicina da Bahia, começou a revelar o seu pendor para as pesquisas de geografia, etnografia e história do Brasil, quando, de colaboração com o Dr. Paulo Wolf, estampou em 1916 a tradução intitulada *Através da Bahia*, excerp-tos da obra «Reise in Brasilien» de von Martius, cujas abundantes e excelentes notas elucidativas saíram exclusivamente da pena de nosso ilustre compatriota.

Por fim, atualizou a *Notícia do Brasil*, de Gabriel Soares de Sousa, em edição valorizada por sábias anotações.

Glorificado nos centros científicos, pelas suas descobertas, justamente apontadas pelo Dr. Edgard C. Falcão, teve que pagar o seu tributo à ancianidade, até sucumbir, valetudinário.

★ ★ ★

José Barnabé de Mesquita. — Nasceu em Cuiabá, a 10-3 de 1892, do casal José Barnabé de Mesquita - Da. Maria de Cerqueira Mesquita.

Depois de concluir os estudos secundários em sua cidade natal, viajou para São Paulo, em cuja Faculdade de Direito se matriculou. Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais em 1913, tornou à capital matogrossense, cenário de suas múltiplas atividades, até sucumbir a 23 de junho último.

Ensaando a colaboração na imprensa, quando estudante, jamais deixou de continuá-la, sem prejuízo das obras de maior alento que elaborou, como poeta, romancista, historiador.

A genealogia, especialmente, deve-lhe as mais argutas contribuições em Mato Grosso, onde realizou pesquisas de alta valia, justamente enaltecidas pelos especialistas.

Além de seis tomos de versos (Poesias — Terra do Berço — Três Poemas da Saudade — Escada de Jacó — Roteiro da Felicidade) — vários não enfeixados em volume — quatro de contos e romances (*A cavallhada* — *Espelho de Almas* — *Piedade* — *No tempo da cadeirinha*), publicou :

- Elogio histórico do Dr. Antonio Corrêa da Costa — do arcebispo D. Carlos Luis d'Amour — do General Caetano de Albuquerque — de Couto de Magalhães — do Professor João Pedro Gardês — do desembargador Luís Costa Ribeiro — do General Malan d'Angrogne — do Bispo D. Malan e outros.
- Genealogia cuiabana (André Gaudie Ley — Corrêa da Costa — Prados — Figueiredos — Alves Corrêa e Moreira Serra — Mesquita Muniz e Pinhos e Azevedos) — Nobiliário Matogrossense.
- Biografias de João Poupino Caldas — do Monsenhor Bento Severiano da Luz — de Frei José Macerata — de Manuel Alves Ribeiro.
- Os Jesuítas em Mato Grosso.
- A chapada cuiabana.
- Gente e cousas de antanho.
- De Livia a Dona Carmo (as mulheres na obra de Machado de Assis).
- Bibliografia matogrossense (em colaboração com Firmo Rodrigues).

Como conferencista, explanou temas inspirados pelo seu cívismo, em :

- Semeadoras do Futuro.
- O sentido da literatura matogrossense.
- O sentimento da brasilidade na História de Mato Grosso.
- Professôras novas para um mundo nôvo.
- Nos jardins de S. João Bosco.
- O Exército, fator de brasilidade.

* * *

José Moreira Brandão Castelo Branco. — Em data de 2 de julho de 1953, o Ministro A. Tavares de Lyra assinou, em primeiro lugar, acompanhado de 13 confrades, a proposta que permitiu ingresso, na categoria de sócio honorário do Instituto His-

tórico, ao Dr. José Moreira Brandão Castelo Branco, magistrado aposentado.

A sua bibliografia já abrangia oito ensaios sôbre o Acre, onde se tornou notável como juiz íntegro, e 20 acêrca do Rio Grande do Norte, que lhe deu berço.

Em verdade, nasceu na povoação de Utinga, município de São Gonçalo, Macaíba ulteriormente, a 13 de novembro de 1888.

Filho legítimo de Joaquim Manuel Teixeira de Moura e Ana Catarina Teixeira de Moura, de cujo pai, José Moreira Brandão Castelo Branco, herdou o nome, iniciou no Rio Grande do Norte os seus estudos.

Continuou-os na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, para onde se mudou em 1904.

O diploma de bacharel em ciências jurídicas e sociais, adquirido em dezembro de 1908, habilitou-o à nomeação de juiz preparador do primeiro termo da comarca do Alto Juruá, município de Cruzeiro do Sul e juiz de direito da comarca de Serra Madureira, até se aposentar em dezembro de 1933.

Além dos trabalhos relacionados no número 229 da Revista do Instituto Histórico, publicou :

- *Cartografia acreana* — Rev. I.H.G.B. — nº 223.
- *O Juruá Federal* — 1926.
- *O Rio Acre* — Rev. I.H.G.B.
- *Economia acreana* — Boletim da Soc. Bras. de Geogr.
- *Litoral Norte Riograndense* — Boletim da Soc. Bras. de Geogr. — 1951.
- *O Rio Grande do Norte na Cartografia dos séculos XVIII a XX* — Rev. do I.H.G.B. — nº 226.
- *Nos vales do Xingu e do Tapajós* — Rev. do I.H.G.B. — nº 231.
- *Rio Grande e Açu* — Rev. I.H.G.B. — nº 232.
- *A naturalidade de André de Albuquerque* — Rev. do I.H.G.B. — nº 234.
- *José Higino Duarte Pereira* (conferência) — Rev. do I.H.G.B. — nº 236.
- *Os dois Rio Grande* — Rev. do I.H.G.B. — nº 237.
- *Desenvolvimento das terras da região acreana* — Rev. do I.H.G.B. — nº 239.
- *Moreira Brandão* — Rev. do I.H.G.B. — nº 242.
- *Peruanos na região acreana* — Rev. do I.H.G.B. — nº 244.

Nesta capital faleceu a 28 de junho de 1961.

Substituições

Para as vagas ocorridas, a Assembléia Geral de 27 de setembro último elegeu candidatos, que se recomendam pelas obras já publicadas.

Assim, o Professor Amaro Quintas, professor da Universidade do Recife, e autor de interessantes ensaios históricos, especialmente acêrca da Revolução Praiense, foi eleito sócio-correspondente.

Para a classe de sócios honorários, obtiveram votação o Professor Mário Barata, cujos estudos sobre História da Arte o extremam entre os especialistas no ramo, Gilberto Ferrez, que honra a tradição familiar de pesquisadores peritos, particularmente em iconografia, desde a era da Missão Artística Francesa, de que participaram seu avô Marc, e um dos tios, Zeferino, e o Bispo D. Felipe Conduru Pacheco, que se tem dedicado sagazmente às pesquisas da história eclesiástica.

Nessa mesma Assembléia, que aprovou o balanço e contas do exercício passado, outros assuntos foram ventilados.

O sócio benemérito H. C. Leão Teixeira apresentou sugestão para a reforma dos Estatutos, despertando comentários de vários confrades.

O sócio Marcos de Mendonça deu conhecimento ao plenário de que entrou em entendimento com o Instituto do Livro para a publicação da vasta documentação, que possui, referente ao século XVIII, sendo aparteadado pelo Prof. E. Vilhena de Moraes.

O Professor A. Morales de los Rios comunicou ter-se desligado da Comissão incumbida da construção da nova sede, por motivos de saúde e agradeceu a cordialidade com que foi sempre tratado pelos colegas.

Comissões Especiais

Entre as Comissões Especiais, nomeadas pelo Presidente Perpétuo, a 1 de setembro de 1958, duas permanecem em atividade, de acôrdo com as suas atribuições não ainda ultimadas. Uma, incumbida da construção da Sede Nova, congregou para a magna incumbência os nomes a seguir, de conspícuos consócios :

- Adolfo Morales de los Rios Filho
- Arthur Cesar Ferreira Reis
- Carlos da Silveira Carneiro
- Ernesto de Sousa Campos

- Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho
- Henrique Fleiuss
- Ildefonso Mascarenhas da Silva
- Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
- Virgílio Corrêa Filho

A 24 de outubro seguinte, reuniu-se pela primeira vez, para acertar as providências mais urgentes, e assim continuou a operar, com frequência variável, conforme aconselhava o andamento dos trabalhos.

Compete-lhe orientá-los, de acôrdo com as deliberações tomadas em assemblêia.

Assim atuava, quando a surpreendeu, em julho último, a desistência de um dos seus membros mais prestigiados, o Professor Adolfo Morales de los Rios Filho, que se confessava necessitado de repouso, conforme lhe recomendava o seu médico assistente.

Uma vez que decorria de imperativos de saúde, nada poderiam objetar os companheiros de comissão, que lamentam a falta de sua colaboração eficiente, expressa em iniciativas fecundas, que a sua proficiência comprovada inspirou, e fazem votos para o seu pronto restabelecimento, no mais breve prazo possível.

Ainda se achava êle em plena atividade, quando a Comissão deliberou aceitar, mediante concorrência, proposta de Silvio Coelho da Rocha para o cálculo de estrutura de concreto armado, de Clausen & Gonzaga Ltda. para instalações hidráulicas e elétricas, tendo antes escolhido as da empresa «Engenharia e Tecnologia de Solos e Materiais S. A.», para sondagens no local em que se erguerá o futuro edifício de 12 andares, conforme o gabarito oficial.

Também participou da decisão distribuidora dos andares, de que o Instituto ocupará o imediato à sobreloja e os seguintes até o sexto, estando reservados a diferentes associações os imediatos (sexto, sétimo, oitavo e nono).

Não pode a Comissão esquecer a colaboração eficiente do abalizado arquiteto, para cujo restabelecimento faz sinceros votos, enquanto aguarda a sua volta ao convívio dos colegas.

Comissão do Bicentenário

Simultaneamente com a Comissão da Sede, opera a do Bicentenário, cujo número reduzido, a princípio, foi crescendo, à medida que novos nomes eram sugeridos para incumbências especiais.

Destina-se a promover comemoração expressiva do bicentário da transferência da Capital, da Cidade do Salvador para a do Rio de Janeiro.

Está prevista uma «exposição documental, bibliografia, cartografia», com o respectivo catálogo, além do simpósio de que participarão historiadores brasileiros e estrangeiros.

Semanalmente, reúnem-se os seus dedicados colaboradores, sob a presidência do Dr. José Wanderley de Araujo Pinho, secretariado pelo Prof. Arthur Cesar Ferreira Reis.

Como os projetos adotados exigem despesas vultosas, a Comissão recorreu ao Estado da Guanabara, cujo governador, Carlos Lacerda, compreendendo a relevância da iniciativa, recebeu-a com gentileza cativante a 15 de maio, para lhe ouvir os propósitos e prontamente concedeu auxílio da parcela de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), da qual poderia na ocasião dispor.

Cumprindo a sua ordem, a quantia recebida a 28 de junho foi depositada no Banco do Estado da Guanabara, para atender às despesas da Comissão. Ainda mais, enviou mensagem à Assembleia Legislativa, também solicitando em ampliar a doação, para Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), conforme decidiu por Lei n.º 40, de 10 do corrente.

Ao mesmo tempo, a Comissão recorreu a outras possíveis fontes de suprimento, que lhe permitam realizar o programa, acorde com a alta significação da mudança efetuada.

As teses prometidas por doutos especialistas, os documentos reunidos, as cópias iconográficas, fazem bem agoirar do empreendimento, desde que não lhe falem os recursos financeiros necessários.

Revista

Não obstante o empenho da Comissão Diretora, constituída pelo Marechal E. Leitão de Carvalho, Coronel J. B. Magalhães e Professor Arthur Cesar Ferreira Reis, que se têm desvelado na organização dos originais de números futuros da Revista, o último que veio a lume, o 248, corresponde ao terceiro trimestre de 1960, embora estejam entregues à composição os seguintes, ou prontos para o mesmo destino.

Para reduzir semelhante atraso, também se esforça o Diretor da Imprensa Nacional, Dr. Alberto de Britto Pereira, bem como o pessoal que lhe obedece à eficiente chefia, merecedora dos agradecimentos do Instituto. Mas, o embaraço maior decorre da mudança incompleta do estabelecimento para Brasília, onde aumentou a abundância de papéis destinados à publicação, acima das suas capacidades impressoras.

Todavia, a Comissão tem esperança de superar a crise atual, para recuperar a pontualidade, a que se acostumara até 1959.

Secretaria

Os trabalhos da Secretaria, sob a direção operosa de Adelaide Morosini Alba, contaram com a cooperação eficaz de Isabel Bulcão de Moraes, Izilda Bezzi, Helena Bulcão Mayerhofer, Edmée Bastian, Cora Telles, na Sala de Leitura, além dos que trabalham nos depósitos dos livros, da hemeroteca, do arquivo, Joaquim da Silva Duarte Filho, Jerônimo dos Santos Freitas, Moacir Carvalho Santiago, Herval Ribeiro Peixinho e do técnico Wilhelm August Heim, cuja competência profissional tem sido utilizada na microfilmagem.

Com a colaboração de seu pessoal, o Instituto conseguiu o movimento seguinte, em proveito dos consulentes que lhe frequentam a Sala de Leitura.

Catalogação — de 7.080 livros e miscelâneas, com a distribuição das fichas por assuntos, autor e referência, e mais 100 mapas da sua Mapoteca, e 300 documentos do Arquivo.

Arquivo do Barão de Cotegipe — Continuação da cópia de seus documentos.

Coleção Levi Carneiro — Separação e colagem dos recortes dos jornais.

Microfilme — Completaram-se 714 pastas com 90 páginas de microfilmes, num total aproximado de 64.000 páginas microfilmadas e classificadas.

Concluiu-se a microfilmagem de mais 28 volumes da coleção do Conselho Ultramarino, tendo sido iniciada a da Coleção Evora.

SALA DE LEITURA

Franqueada aos estudiosos que a procuram para as pesquisas do seu agrado, a Sala de Leitura registou a estatística abaixo:

Consultas

| | |
|-----------------------------|--------|
| Livros e opúsculos | 41.373 |
| Jornais | 6.252 |
| Revistas | 27.991 |
| Mapas | 6.173 |
| Documentos do Arquivo | 29.164 |
| Visitantes no Museu | 234 |

Correspondência

| | |
|---|-------|
| Ofícios, cartas, telegramas recebidos | 1.612 |
| Ofícios, cartas, telegramas expedidos | 3.986 |

Doações — Entre as doações recebidas pelo Instituto avulta a que lhe fez a Sra. D. Francisca Osório Mascarenhas, constante de livros, documentos, fotografias, no total de 466 peças, acompanhada de uma estante de ferro, pertencente à biblioteca de seu irmão Dr. Gabriel Osório Mascarenhas.

Além dessa doação e da que procedeu do Prof. E. Vilhena de Moraes, de cinco pacotes de documentos ilustrativos da sua conferência realizada no dia 26 de maio, sob o título «Últimas horas do Império Brasileiro», e de opúsculos vários, outras, avulsas, abrangeram:

| | |
|--|-----|
| Livros e opúsculos | 264 |
| Revistas, nacionais e estrangeiras | 714 |
| Jornais | 125 |
| Catálogos | 88 |
| Documentos | 36 |
| Mapas | 2 |
| Medalhas (Museu) | 6 |

CONCLUSÃO

Assim é que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apesar de atarefado no empreendimento de construir nova sede, que mau grado nosso, não se contempla ainda acima do solo, não interrompeu os seus afazeres costumeiros a que se vem dedicando há 123 anos.

As suas conferências mensais realizam-se a preceito.

A sua Revista prossegue, não obstante em ritmo compatível com as atividades gráficas.

Os esforços dos pesquisadores encontram ambiente acolhedor e estimulante em sua Sala de Leitura, onde mais de um ensaio foi elaborado.

E, na atualidade, abnegados consócios organizam o programa cultural dos atos comemorativos do Bicentenário da Transferência da Capital, da Cidade do Salvador para a do Rio de Janeiro, assim evidenciando que a centenária instituição, embora cultuando o passado, também vive para o futuro, com o mesmo idealismo, embebido de fé e esperança que, a 21 de outubro de 1838, congregou os seus preclaros fundadores.

ELOGIO DOS SÓCIOS FALECIDOS

Sessão solene comemorativa do 123.^o aniversário do Instituto,
pelo orador oficial

DR. PEDRO CALMON

Sr. Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Embaixador José Carlos de Macedo Soares,

Ilustres personalidades que compõem a Mesa, Eminentes consócios,

Minhas senhoras

Meus senhores,

Cumprindo o dever regimental que manda que na sessão comemorativa do seu aniversário que hoje celebramos, centésimo vigésimo terceiro desta Academia de História, o orador oficial o faça, com emoção da saudade e a oportunidade de um tributo de nímia justiça, o elogio dos companheiros desaparecidos neste ano que transcorreu. É uma obrigação estatutária, Sr. Presidente, ilustres confrades, minhas senhoras e meus senhores, que o Instituto promove, com a melancolia tarjada de luto de sua alma oprimida pela dor daquelas perdas, porém, com inevitável orgulho de quem recorda as autênticas, as puras glórias da casa. Realmente, incorpora ela na sua galeria de nomes inolvidáveis, cada um desses ilustres mortos, ante cuja memória nos inclinamos respeitosamente, recordando-os, para que a sua obra, que foi meritória, a sua vida, que foi modelar, a sua contribuição cívica, que foi indiscutível, contribuam para o enriquecimento moral desta instituição, que vive de duas categorias: de colaboração preclara, da atividade presente dos que lhe integram os quadros, e da soma dos seus esforços. Dos que deixando-nos, ai de nós, tão deplorados pela nossa saudade foram através do tempo transmitindo ao Brasil a mensagem do seu patriotismo militante, que é em

última análise o programa secular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Hoje lembramos um estrangeiro, amigo dos mais preciosos da cultura brasileira, um homem dos mais notáveis do campo das ciências biológicas, e dois autores de profundos estudos regionais, que foram dos mais ilustres historiadores contemporâneos. Refiro-me a Clarence Henry Haring norte-americano de Harvard, Escola que ainda há pouco ensinava aos seus conterrâneos a verdade honrosa do que foi o império do Brasil, a Manoel Pirajá da Silva e aos desembargadores José Barnabé de Mesquita e José Moreira Brandão Castello Branco.

Conheci em várias oportunidades, principalmente no 1.º Colloquium Brasileiro em Washington, aquêl professor de Harvard, Clarence Henry Haring que era um desses americanos que têm a mania deliciosa e construtiva de se obstinarem em determinado assunto e que passa a ser a sua especialidade e ao mesmo tempo o seu apostolado. Alguma cousa de missionária realmente, na obra brasileirista de Haring, nos Estados Unidos. Êle era de Harvard, um grande professor de latim americanizado. Todos lhe conhecemos os livros, que já têm foros clássicos sobre o comércio entre as Índias e a Europa, nos tempos dos Habsburgos e os estudos das civilizações latino-americanas. Em 1958 publicou êle na livraria de sua Universidade êsse pequeno volume, que chegou até as nossas livrarias como uma novidade do espírito de curiosidade que há nos Estados Unidos acêrca de nosso país: *Empire in Brazil*, um livro que é a um tempo uma apologia e uma informação. Haring defende, apoiado em autores brasileiros, da bibliografia que lhe forneceu a Livraria de Oliveira Lima ligada à Universidade Católica de Washington, a linha liberal democrática da monarquia brasileira. Para dizer que não foi um regime análogo aos que àquele tempo havia pelo resto da América Latina, apesar de seu rótulo monárquico, envolvia um progresso social e político que se realizou serenamente sob a égide da monarquia representativa. As páginas de Haring não contêm para o especialista brasileiro nenhuma surpresa, porém, com a sua simplicidade didática, com a lealdade, a exposição e o socorro das citações oportunas, êsse texto se torna um dos mais eficazes de língua inglesa a propósito da real civilização política do Brasil. Há qualquer coisa de recado amoroso naquela mensagem oferecida pelo emérito Prof. de Harvard, Clarence Henry, ao Brasil, através de um livro que não lhe encomendamos, que até nos causa certa estranheza, essa admiração esporádica da cultura ianque pela exceção brasileira daquele império na América. Recado amoroso, porém, que se torna compreensível e válido no quadro

da cultura especializada de Haring, que desde moço se criou para os estudos latino-americanos e nestes soube distinguir nas suas linhas fisionômicas aquela exceção brasileira, de um império burocrático, tolerante, burguês, humanizado pela magistratura política de um homem das virtudes memoráveis do Imperador D. Pedro II, que durante cinqüenta anos reinou neste país e longe de ser, quando daqui foi banido, desprezado pelos seus defeitos ou odiado pelas suas intransigências, merece de doutas instituições como a nossa a honra delicada e simbólica de aqui estar duplamente presente no único retrato que ornamenta êste salão e na sua poltrona solitária, posta ao lado, para que ninguém a ocupe, recordando as 506 sessões a que êle presidiu, dividindo com esta plácida academia o govêrno do país e o seu tempo cheio de Chefe de Estado. Clarence Haring, isto compreendeu e no seu livro *O Império do Brasil*, êle o diz com uma linguagem fluente e clara de um velho professor de história. Morreu no princípio dêste ano sem que seus amigos brasileiros e entre êstes me incluía, soubessem o triste acontecimento. Por isto não lhe prestamos as homenagens merecidas o que é feito hoje, pois desde 1940, por iniciativa de Max Fleiuss, pertencia êle ao número dos sócios honorários do nosso Instituto.

— Manoel Pirajá da Silva, êste era bem nosso conhecido. Nascido na Bahia em 20 de janeiro de 1873, desaparece, portanto, em idade propecta, em São Paulo, aquêl manso professor de medicina e de História Natural a quem devo eu, seu discípulo no Ginásio da Bahia, as escassas noções que adquiri da Botânica brasileira. Pirajá da Silva era um homem despretensioso, mais propenso ao sossêgo e ao silêncio do seu laboratório, do que às exhibições de seu espírito voltado todavia para as letras, as tradições nacionais, a fé, a ênfase cívica das comemorações patrióticas. Como revelou em 1923, reeditando uma obra esquecida, a de Manoel Ferreira da Nóbrega, sôbre os feitos Itaparicanos. Uma epopéia marítima dos primórdios do Brasil independente, que êle foi exumar no fundo de sua biblioteca para com isto prestar uma homenagem à terra natal que festejava o centenário da emancipação. Pirajá da Silva, bacteriologista, cientista dos mais ilustres do país e ainda há pouco o govêrno prestava-lhe a homenagem rara de arrancá-lo da humildade da sua aposentadoria em São Paulo, para estampá-lo em efígie no sêlo postal, recordando os cinqüenta anos da sua descoberta sôbre a schistosomose em 1909. Pirajá da Silva pertence mais, é claro, às ciências biológicas, à medicina, à história natural do que prôpriamente à história pátria. Entretanto, teve com ela, com a história do Brasil, contactos freqüentes, através do comentário de viajantes naturalistas e das notas eruditas,

que após desde 1916, quando publicou, juntamente com Paulo Wolf, uma edição hoje preciosa da viagem de Von Spix e Von Martius pela Bahia. Depois editou, também com notas sábias, um livro de Martius, indispensável a qualquer biblioteca de história de medicina e etnografia brasileira: «Natureza, temperamento, costumes, doenças dos Índios brasileiros»: Também comen-
tou um roteiro de Gabriel Soares, isto é, distribuindo o seu tempo últimamente, entre as pesquisas médicas, que sempre o preocuparam e essa história das informações sobre a flora e a geologia brasileira, através da notícia dos grandes viajantes e dos naturalistas do século XVI. Pirajá da Silva, repito, homem mais inclinado aos estudos silenciosos do que à publicidade, preferiu sempre a vida humilde de professor. Na Bahia, acumulava com sua cadeira da Faculdade de Medicina a de História Natural do Ginásio da Bahia. Ensinou enquanto pôde as sucessivas gerações que se habituaram como eu a admirar-lhe as virtudes peregrinas, manifestadas na simplicidade e na amenidade de seu trato, na simpatia pelas gerações novas, na extrema tolerância de seu espírito, e na obstinação de seu magistério, que lhe encobria os caminhos que não chegou a trilhar na fama científica ou da legítima glória. Foi a posteridade que, através da campanha desenvolvida em São Paulo por Eduardo Falcão, para êle reivindicar o primado dos trabalhos feitos no Brasil, de identificação da Schistosomose. Pode-se dizer que a glória lhe chegou tardiamente em casa, sem a ter procurado. Bateu-lhe na porta e entrou, quando Pirajá da Silva, quase cego, já não podia, talvez, reconhecê-la. De maneira que, honrando-lhe a memória, como ora faz o Instituto, a cujos quadros êle pertencia, na categoria dos sócios Honorários desde 1940, a nossa Academia tributa ao grande e humilde brasileiro o preito da sua homenagem, a mais sincera. Pirajá da Silva ainda terá o bronze, que imortaliza os grandes homens em Praça Pública. Enquanto a posteridade não lhe paga esta manifestação enfática de admiração, na placidez, na perenidade desta sessão, o Instituto celebra a memória benemérita.

— Um matogrossense e um potiguar. O Desembargador José Barnabé de Mesquita, nascido em Cuiabá a 10 de março de 1892, o Desembargador José Maria Brandão Castelo Branco, natural de Utinga no Município de São Gonçalo, onde nasceu a 13 de novembro de 1888, nos sugerem um breve comentário sobre a espécie historiográfica que consideramos a mais brasileira e a mais útil de todas as formas de interesse pela tradição. A reivindicação veemente das glórias da terra do berço, título por sinal do 1º dos livros de poesia do desembargador José de Mesquita. Este homem do Mato Grosso, como Virgílio Corrêa Filho, mais fiel do

que Virgílio Corrêa Filho à gleba natal, porque dela jamais se separou. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, magistrado no seu Estado, com a circunstância de ter galgado todos os postos da carreira até a presidência do Tribunal de Apelação. Foi um homem de letras que se distribuiu evolutivamente pela poesia, pelo romance, pelo ensaio, pela história e pela geografia, tudo de Mato Grosso. Realmente a sua estréia é de 1919, poeta impregnado de civismo e de amor reivindicativo ou defensivo da terra do berço, do berço repito título do seu primeiro livro de versos, o Desembargador José Mesquita escreveu a seguir *Da Epopéia Matogrossense*, Poemas de Guaporé. Romancista de «Cavallhada» e no «Tempo da Cadeirinha», ingressou no ensaio e na crítica literária, estudando a farândula feminina de Livia a Dona Carmo da obra de Machado de Assis as mulheres na obra de Machado de Assis. Passou em seguida numa evolução quase lógica à genealogia, isto é, a forma biográfica esquematizada no estudo das gerações, as genealogias matogrossenses, perquerindo a origem dos Corrêa da Costa, Prados e Figueiredos, Alves Correia e Moreira Serra, Mesquita Muniz, Pinho Azevedo e fêz-se biógrafo, tanto de Bento Severiano como de João Poupino Caldas, do Taumaturgo do sertão e de Manoel Alves Ribeiro. Ingressou em 1937 no Instituto Histórico, recomendado a esta casa por trabalhos de lúcida análise, como «Grandeza e decadência da Serra Acuña Acima», «Os Jesuítas em Mato Grosso», «A Chapada Cuiabana», ensaio de geografia humana para o IX Congresso Brasileiro de Geografia. Fundou na sua capital o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Matogrossense de Letras, hoje Academia, o que vale dizer autor obsessivamente interessado em definir, expor e proclamar as glórias de sua região para ela e a seu serviço construir duas instituições, a Academia e o Instituto que naquela fronteira do oeste nos recordam simbolicamente o antemural, palavra que ficou da defesa valente da terra contra a invasão estrangeira. Verdadeiro e inabalável antemural, defendendo naquele extremo da pátria as autênticas tradições da cultura brasileira.

O desembargador José de Mesquita foi um trabalhador invicto e infatigável, que amou útilmente a terra do berço, dando-lhe de si tudo que podia por ela, a fim de que o seu Estado tivesse a paz das tradições de que se orgulha uma literatura, que há de se esclarecer em contacto com as correntes do moderno pensamento, a história e a geografia que lhe decifrassem os mistérios da natureza e os segredos do passado. Foi autenticamente um brasileiro ilustre êsse inexcédível matogrossense, cuja memória reveren-

ciamos hoje, incluindo-o entre os que melhor nesse país advogaram pela causa da sua região.

— Título análogo de amigo da sua terra cabe a José Moreira Brandão Castelo Branco que pela mão de seu coestaduan, Augusto Tavares de Lyra, entrou em 1956, para sócio honorário do Instituto Histórico. Moreira Brandão Castelo Branco pertencia a uma outra categoria dos desbravadores do Brasil. Os bandeirantes de borla e capelo. Os bacharéis sertanistas, êsses magistrados formados nas escolas da capital. Nasceu êle, repito, em 1888 e se formou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1908. Atiram-se para os longes do interior da pátria e aí recordando um pouco os juizes de fora do tempo de El-Rei, que assistiram às lutas de paulistas e emboabas, transmitem àquela sociedade inorgânica ou caótica a disciplina jurídica, o espirito de legalidade, o culto ou a cultura da inteligência, de maneira a se tornarem mais tarde os cronistas e as testemunhas de uma transformação de que foram a um tempo os observadores e os responsáveis. Realmente um ano após depois de diplomado, Moreira Brandão Castelo Branco partiu para o Alto Juruá como juiz preparador. Êle era riograndense do norte. Dir-se-ia, exceção aberta pelo desembargador José de Mesquita honra se faça a Mato Grosso que ninguém é profeta em sua terra «nemo profeta in terra sua». Mas não foi por desamor ao Rio Grande do Norte que êle preferiu o Acre para o teatro da sua aventura juvenil, abrindo caminho da carreira naquelas selvas recentemente conquistadas para o Brasil. Foi a contingência da existência e do tempo, ocasião em que a Amazônia, dois anos antes da crise da borracha desfechada em 1911, era o grande atrativo da mocidade enérgica e ambiciosa. E no Acre ficou. Juiz de Direito de Cruzeiro do Sul, desembargador no tribunal Regional do Território, seu Interventor Federal em 1934 a 1935, ao falecer em 28 de junho último, tinha no prelo um trabalho que era como a síntese das suas observações, o povoamento da Acreânia. Com efeito, à medida que a sua vida de magistrado se desenvolvia, naquelas terras de tanto tumulto, de tanto sacrificio e de tanto trabalho, o ilustre confrade tomava notas, estudava as raças indígenas e a topografia, inteirava-se dos sucessos, historiava a sua experiência do que nos deu e a Revista do Instituto publicou numerosas monografias suas, a contribuição torrencial de informes que hoje o tornam o mais ilustre historiador do Acre, ou pelo menos do Acre não saberemos a exata verdade da formação dramática, sem os depoimentos daquele magistrado probo, fiel à sua comarca, que soube transmitir à gente acreana os exemplos de uma carreira ilibada, e de um patriotismo valoroso.

Os seus estudos, repito, de que se enchem os últimos números da publicação periódica do Instituto, muito tem do Acre, mas na realidade embora na Amazônia, ou por isto mesmo, o ilustre brasileiro não se contentou em descrever a Acreânia que viu surgir e florescer, sob os seus olhos severos de juiz de direito. Ele voltou espiritualmente à terra do berço. É uma contingência dos nordestinos. Eles emigram levando no coração a imagem tórrida da terra natal. Ele a ela voltou, através de admiráveis ensaios e estudos, razão da sua entrada para o Instituto, por proposta de Tavares de Lyra, que podemos resumir enunciando-lhe os títulos. A par de caminhos, cartografia, descobrimento, gentil acreano à naturalidade de André de Albuquerque.

Quem fundou Natal? Moreira Brandão, Rio Grande Açu, o Rio Grande do Norte na cartografia dos séculos XVI e XVII, o Rio Grande do Norte na cartografia dos séculos XVIII e XIX, tudo isto com um espírito de indagação, uma aguda análise e um gosto arquivístico, ou seja do trato com documento, que o fazia um historiador autêntico. Pergunto eu como que penetrando o mistério psicológico desta tendência de investigar as origens da sua região retragando-lhe a biografia, através dos seus heróis e do seu panorama, através de suas cartas geográficas e dos episódios da sua história heróica se realmente não realizava o desembargador Moreira Brandão Castelo Branco uma unidade sentimental, unindo o Rio Grande do Norte no tempo de André de Albuquerque, ou seja o primitivo nordeste acossado pelos holandeses, ao Acre da sua mocidade. Realmente há uma analogia impressionante entre as grandes aventuras de integração do Brasil. O nordeste do tempo dos flamengos, quando a nossa gente expulsando o intruso delineava as áreas da sua ocupação útil, e a conquista do Acre. Na conquista do Acre se refletem, reproduzindo-se aliás muitas das cenas típicas um espírito cívico, através do qual o brasileiro, sentindo-se dono da terra, de lá não se desprende, qualquer que seja a força que o constranja ou que o ameace. A conquista do Acre é, sem dúvida, bem vistas as coisas, um capítulo terminal de uma história que se inaugura com as guerras holandesas. Há, ou idealmente houve no espírito construtivo do ilustre confrade, cujo desaparecimento hoje tanto nos magoa, uma unidade sentimental perfeita entre o Rio Grande do Norte da sua cartografia arcaica do século XVI e XVII e esse Acre que amanheceu sob as suas vistas, conquistando as selvas e ao estrangeiro pelo valor obscuro e indômito daqueles cearenses, daqueles caucheiros, daqueles sertanejos, que sob o comando de Plácido de Castro e acobertados pela diplomacia do

Barão do Rio Branco, redundaram em tal fronteira o território nacional.

Com efeito, não vejo entre a obra de Moreira Brandão Castelo Branco dedicada à acreânia e à sua obra feita em homenagem ao Rio Grande do Norte nenhuma contradição ou disparidade, quer nos planos de pesquisa, quer na concepção literária. Entre elas há um laço de patriótica e sentimental afinidade, uma espécie de linha de parentesco que êle realmente estabeleceu, ligando no tempo os sertanistas que laboriosa e herôicamente abriram os roteiros da ocupação territorial do Brasil e os seus longínquos descendentes, que no começo do século XX deram o Acre ao Brasil. Senhor Presidente, Senhores confrades, minhas senhoras e meus senhores, êsses mortos, ilustres, sôbre cuja glória pura e desinteressada tanto há que dizer ainda, fazendo-lhes a nímia justiça da rememoração da sua obra e dos seus serviços, bem merecem da pátria e do Instituto Histórico. Honrando-lhes a nobre memória, cumpre a nossa Academia o seu dever estatutário, cumpre, porém, antes de mais nada um dever de coração e de saudade. Êles dignificaram o Brasil, trabalhando pelas tradições e pela honra da cultura nacional.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS E O ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO

Diário do Congresso Nacional — Seção I — 24-10-1961
fls. 7.821

O SR. BARBOSA LIMA SOBRINHO:

(Para uma comunicação. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, transcorreu na última semana, precisamente no dia 20 mais um aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Fundado em 1838, antes da maioridade de Pedro II, contou aquela associação, durante toda a sua vida, não apenas com o apoio, mas também com a presença do Imperador nas suas sessões solenes, como até mesmo nas sessões comuns, em dias de trabalho daquele Instituto.

Registro a efeméride num momento em que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro atravessa fase de grande dificuldade. Todos sabem da importância de sua biblioteca e, sobretudo, dos seus arquivos. Mas tanto essa biblioteca, como esses arquivos estão atualmente ameaçados porque o prédio antigo da Rua Augusto Severo, na Lapa, ameaça ruir e, nas ocasiões de grandes chuvas, as águas invadem as salas da biblioteca e do arquivo, pondo em grave risco aquelas preciosas coleções, de que tanto se orgulha a entidade. Para se poder avaliar a importância dessa associação, basta ler os comentários a seu respeito feitos fora do Brasil. Há pouco, um *scholar* americano escrevia longo ensaio a respeito dos estudos publicados no decorrer de sua longa existência, na Revista Trimensal, de renome internacional.

No Orçamento deste ano, como também em projeto atualmente em curso na Câmara, há a preocupação de ajudar o Instituto Histórico. E devo dizer aqui para a informação chegar ao Governo, que realmente se trata de auxílio urgente êsse a ser prestado, se se quer, de fato, salvar o documentário valioso contido na Biblioteca e no Arquivo do Instituto Histórico.

O Embaixador Macedo Soares, Presidente da Associação, com o grande espírito que sempre o assinalou em todos os cargos por êle occupados, resolveu iniciar as obras do nôvo prédio, uma vez que já não era mais possível continuar no antigo barracão — pois é êste o nome próprio. Mas faltaram os recursos, as verbas com que contava escassearam e êle está agora a braços com problema sério, tendo a obra iniciada e não podendo terminá-la, quando lhe pesa a responsabilidade da defesa de um dos elementos de que se pode orgulhar o Patrimônio Histórico do Brasil.

Quero deixar aqui êste apêlo ao Govêrno, para que não falte ao atendimento do problema porque, na verdade, não me parece que o parlamentarismo tenha de ser, por seu destino, infenso às tarefas e preocupações, de cultura. No momento em que se começa a adotar o regime, porque não creio se tenha começado a praticá-lo, alimento a esperança de que se consiga algum testemunho do que êle pode significar na salvação de um patrimônio histórico como aquêle guardado com tanto zêlo pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (*Muito bem*).

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EM 24 DE JANEIRO DE 1961 (2ª CONVOCAÇÃO)

(SESSÃO 1935)

De acôrdo com o artigo 54 dos Estatutos, em segunda convocação, reuniu-se, às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de janeiro de mil e novecentos e sessenta e um, à Avenida Augusto Severo nº 8, onde tem sede, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em Assembléia Geral, especialmente convocada pelo Presidente Perpétuo Embaixador José Carlos de Macedo Soares. De início, o Presidente, ladeado pelos secretários, declarou que o objetivo principal da sessão consistia em atender ao ofício nº 7, de 6 de janeiro, da Procuradoria de Desapropriações da Superintendência do Financiamento Urbanístico, conforme explicaria o primeiro Secretário, Virgílio Corrêa Filho, a quem deu a palavra. Recordando as ocorrências da Assembléia anterior, o primeiro Secretário leu o referido ofício nº 7, e esclareceu que o assunto fôra amplamente debatido pelos consócios, acordos em conceder ao Presidente a autorização que fôsse necessária ao cabal cumprimento da lei 2.554, de 3 de agosto de 1955, da qual resultou ser o Instituto proprietário atual do imóvel antigo denominado Silogeu, obrigado a recuo. Como houvesse dúvida na interpretação, propunha que a Assembléia Geral esclarecesse, como julgasse conveniente, a decisão tomada, Submetida a proposta do Primeiro Secretário à discussão, nenhuma objeção foi levantada, pois que anteriormente tinham sido aclaradas as dúvidas que surgiram a propósito. Posta em votação pelo Presidente, foi aprovada por unanimidade, e assim a Assembléia Geral conferiu ao seu Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, poderes expressos, para assinar têrmos de cessão gratuita de domínio útil de área de recuo e de área de galeria, para execução do projeto de urbanização nº 7.488, anexas ao imóvel situado na Avenida Augusto Severo nº 8, antigo nº 4, com as condições e obrigações exigidas pelo Estado da Guanabara, por mais especiais que sejam, transmitir domínio e posse, bem como, assinar aditivos, se necessários.

Antes de encerrar a sessão, o Presidente Perpétuo franqueou a palavra a quem tivesse algum assunto relevante.

O sócio Fábio de Macedo Soares Guimarães, Presidente da Comissão de Geografia, depois de justificar a ausência do General Jaguaribe de Matos, por falecimento de pessoa de sua família, comunicou estar marcada a Assembléia-Geral a 7^a, do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, que deverá ocorrer nesta Capital, entre março e junho, como ficou deliberado no México.

Entretanto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, incumbido de providenciar a respeito, antecipou a data para fevereiro e organizou a Comissão Executiva que não concordou com o encurtamento do prazo para os trabalhos preparatórios e pleiteou adiamento. Também discordaram vários órgãos interessados no certame, como o Serviço Geográfico do Exército, a O.E.A., a Comissão de Geografia e então solicitava o pronunciamento do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para evitar malôgro na Assembléia-Geral, por escassez do prazo de preparação.

O sócio benemérito Arthur Reis, que faz parte da Comissão Executiva, confirmou as palavras do seu colega, às quais ajuntou depoimentos esclarecedores.

Depois de comentários de outros consócios, foi aprovada a proposta do Professor Fábio de Macedo Soares Guimarães para que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro telegrafe ao Sr. Presidente da República e ao Ministro das Relações Exteriores, em refôrço dos pedidos das entidades que pretendem o adiamento da inauguração da Assembléia-Geral do I.P.A.G.H.

Em seguida, Arthur Reis anunciou a próxima publicação do 1^o volume das obras completas de Pandiá Calógeras, cuja reedição a Companhia Editora Nacional empreendeu.

Dada a valia cultural da iniciativa, propôs votos de congratulação com a C.E.N. e com o seu representante Prof. Américo Lacombe, presente à Assembléia, que agradeceu o estímulo proporcionado pelos confrades. E nada mais havendo para tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Marcos Carneiro de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Deoclécio De Paranhos Antunes, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Mário Ferreira França, Carlos da Silveira Carneiro, Arthur César Ferreira Reis, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Nelson Costa, Américo Jacobina Lacombe, José Antônio Soares de Sousa, Henrique Fleiuss, Washington Perry de Almeida e Apolônio Carneiro da

Cunha Nóbrega. Lavrada a presente ata foi a mesma lida e aprovada, e, a seguir, depois de encerrada a Assembléia pelo Senhor Presidente assinada pelo mesmo, e pelo Senhor Primeiro Secretário, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1961.

Encerrou-se a sessão às 15 horas e meia.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
2º Secretário

ATA DA SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO
PRIMEIRO CENTENÁRIO DO FALECIMENTO DO
BISPO DE SÃO PAULO, DOM ANTÔNIO JOAQUIM DE
MELO, EM 3 DE ABRIL DE 1961

(SESSÃO Nº 1936)

Presidência: Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Aos três dias do mes de abril do ano de mil novecentos e sessenta e um, por volta das dezessete horas e um quarto, no Salão Nobre do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, presente número legal de sócios, o Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, acompanhado do Primeiro Secretário, Virgílio Corrêa Filho declara aberta a sessão. Em seguida, convida para tomarem parte à mesa as seguintes pessoas: Sua Eminência, o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, Dom Vicente Dioni, representando Sua Eminência, Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, arcebispo de São Paulo, Dr. Austregésilo de Ataíde, Presidente da Academia de Letras, Dr. João de Oliveira Filho, Presidente do Instituto dos Advogados, Dom Antônio E. Marcondes, Reitor do Seminário de Aparecida, Dom Luiz Gonzaga Silva, Reitor do Seminário de Ipiranga, Capitão Carlos Osório da Silveira Neto, representante do Sr. Governador do Estado da Guanabara, Dr. Felix Retamba, representante do Liceu Literário Português.

Composta a Mesa por esta forma, o Presidente do Instituto acentua a finalidade da sessão e passa a direção dos trabalhos a Sua Eminência, Dom Jaime de Barros Câmara.

O Primeiro Secretário, Dr. Virgílio Corrêa Filho leu a seguinte carta: «2-4-1961. Exmo. e Presadíssimo Senhor Embaixador Dr. J. C. de Macedo Soares. Digne-se aceitar, Vossa Excelência, minha saudação, com meus respeitos à exma.

Senhora D. Matilde, e, votos pela saúde de ambos. Forte ataque de gripe impediu-me de tomar parte nos atos da Semana Santa, aqui; e, do dever e prazer de comparecer, aí, nas comemorações do I.H.G. do Brasil em homenagem ao centenário do falecimento de D. Antônio Joaquim de Mello. O Exmo. Senhor Bispo D. Vicente Zión fará o favor de me representar, junto a V. Excia. e ao Instituto. Sôbre o renome de D. A. J. de Mello, é interessante notar que: tanto a célebre Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro, datada de 19 de março de 1890; quanto à outra (da passagem do século) datada de 6 de janeiro de 1900; ambas citam o nome de Dom Joaquim de Mello, ao lado de Dom Antonio Viçoso, entre os maiores Bispos do Brasil — isso, quarenta anos, ainda, após a morte do grande prelado paulistano. Deus guarde a V. Excia., Senhor Embaixador, de quem sou amigo obrigm^o e admor. sincero: + C. Card. Motta, Arcb. de São Paulo».

Em seguida foi dada a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. José Pedro Leite Cordeiro, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, que falou com muita precisão sôbre o tema: Dom Antônio, O Ditador Pastoral. O discurso do historiador paulista foi lido e muito aplaudido. O segundo orador, foi Dom Vicente Dioni, que começa por excusar a ausência, por motivo de saúde, de Sua Eminência o Arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, e agradece, em nome da Arquidiocese de São Paulo, a homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao seu antigo bispo, e passa a tratar do tema — Dom Antônio e o Seminário de São Paulo. O discurso do Bispo auxiliar de São Paulo causou viva impressão no auditório, pelos altos dotes oratórios, de que é dotado Sua Eminência. O terceiro orador, Monsenhor Paulo Florêncio da Silveira Camargo que discursou sôbre — «Dom Antônio e os Padres do Patrocínio de Itú». O orador sustentou a sua tese já exposta nas páginas da sua obra em sete volumes: *História da Igreja Católica em São Paulo*, defendendo aquela Congregação, onde tiveram formação eclesiástica Dom Antônio Joaquim de Melo, Padre Diogo Antônio Feijó, e outros, da pecha de cultores do jansenismo, movimento religioso, condenado pela Santa Sé, no Século XIX. Por fim, falou o Professor José Carlos de Ataliba Nogueira, que tratou de Dom Antônio e as Congregações Religiosas, lendo trechos de um jornal da época de Dom Antônio, com ataques à pessoa do grande bispo paulista, reformador do Clero da sua imensa diocese. Antes de tratar do seu tema — o Professor Ataliba Nogueira fêz verbalmente uma proposta — para que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em ocasião que podia não ser aquela, se dirigisse ao Sr. Presidente da Repú-

blica, pedindo a revogação do Decreto que prejudicou a Academia Brasileira de Letras, a Casa de Machado de Assis, na concessão de um terreno à Academia. O Presidente nomeia Comissão, composta dos consócios: Embaixador Sebastião Sampaio, José Augusto e Nelson Costa para tratar do assunto proposto. A inclusão do sócio Professor Ildefonso Mascarenhas dá lugar a que êste pedisse dispensa de participar da Comissão, por ser membro da Universidade, beneficiada com o aludido decreto.

O Presidente do Instituto pede ao Sr. Cardeal, Dom Jaime de Barros Câmara, para encerrar a sessão, o que foi feito depois de algumas palavras elogiosas aos oradores proferidas por Sua Eminência, por volta das dezenove horas e dez minutos.

Enviaram telegramas e ofícios o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, Dr. Lopo Coelho; Dr. Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, e muitos outros.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, João Baptista Magalhães, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Mário Ferreira França, José Pedro Leite Cordeiro, Adolfo Morales de los Rios Filho, José Antônio Soares de Souza, José Carlos de Ataliba Nogueira; Marcos Carneiro de Mendonça; Daniel de Carvalho; Ildefonso Mascarenhas da Silva; Haroldo Valladão; Herbert Canabarro Reichardt; Nelson Costa; Estevão Leitão de Carvalho; José Augusto Bezerra de Medeiros; Américo Jacobina Lacombe; Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega; Carlos da Silveira Carneiro; Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo; Sebastião Sampaio; Heraclides de Souza Araujo e Pedro Calmon.

Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa
2º Secretário

ATA DA SESSÃO DO DIA 14 DE ABRIL DE 1961
COMEMORATIVA DO DIA PAN-AMERICANO. CON-
FERÊNCIA DO PROFESSOR AMÉRICO JACOBINA
LACOMBE, SOBRE: «PAN-AMERICANISMO»

(SESSÃO Nº 1937)

Presidência: Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Aos quatorze dias do mês de abril do ano mil novecentos e sessenta e um, por volta das dezessete horas, no Salão do Instituto

Histórico, teve lugar a sessão especial comemorativa do Dia Pan-americano. Havendo número legal a sessão foi aberta, pelo Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ladeado pelo 1º Secretário, Virgílio Corrêa Filho. Foram convidados para tomar parte na mesa, Dr. João Camilo de Oliveira, Dr. Otacilio Rainho, representante do Liceu Literário Português, Prof. Aurélio Buarque de Holanda, Dr. Túlio Hostilio Montenegro e Dr. Waldemar Lopes.

O Presidente anunciando a finalidade da Sessão, dá a palavra ao conferencista, o sócio efetivo Professor Américo Jacobina Lacombe que durante cinquenta minutos dissertou sobre o Pan-americanismo. O conferencista faz primeiro um histórico do movimento pan-americano desde a Conferência do Panamá até a Operação Pan-Americana, chamando a atenção para os precursores luso-brasileiros de uma política continental, começando por Alexandre de Gusmão, passando por Silvestre Pinheiro Ferreira e incluindo o próprio rei D. João VI. Em seguida, recorda a desconfiança com que a Europa encarou primitivamente a União das Américas, a transformação desse sentimento em admiração e finalmente em exemplo. Por último examinou as principais causas de descrença na existência de uma unidade cultural e política americana, que é a diversidade entre a formação da América Latina e a América Anglo-Saxônica. Esta disparidade segundo estudos recentes de especialistas americanos não tem a extensão que se proclama. Apoia-se o conferencista no estudo do Prof. Charles Griffin, do Vassar College, relator do plano de História da América pelo Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Agora que outros continentes estão esboçando movimentos análogos ao pan-americanismo, o estudo deste acontecimento ganhou em interesse internacional. É de esperar que entre os estadistas europeus reapareça o espírito da compreensão que iluminou a política dos estadistas portugueses da escola de Silvestre Pinheiro Ferreira.

O orador, conseguindo transmitir ao auditório o sentido profundo que as suas palavras expressavam, foi vivamente aplaudido, ao descer da tribuna.

O Presidente, depois de felicitar, o conferencista pela sua feliz oração, faculta a palavra aos sócios. Fez uso da mesma, o consócio Benemérito, Marechal Estevão Leitão de Carvalho, para comunicar que compareceu, juntamente com os consócios, Almirantes Perry de Almeida e Juvenal Greenhalgh, a cerimônia promovida pela Liga da Defesa Nacional, diante do monumento dos Pracinhas, de caráter religioso e cívico, tendo falado, no

momento, o consócio, Dr. M. Paulo Filho, cuja presença, na nossa bancada, era motivo de congratulações.

Enviaram ofícios, telegramas, os Srs. Ministro da Educação e Cultura, o Sr. Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Diretor da Escola Nacional de Engenharia, o Presidente do Instituto Brasil-Estados Unidos.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, João Baptista Magalhães, Estevão Leitão de Carvalho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Wanderley de Araújo Pinho, Adolfo Morales de los Rios Filho, M. Paulo Filho, Mário Ferreira França, Deoclécio De Paranhos Antunes, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Washington Perry de Almeida, Juvenal Greenhalgh, Rodrigo Octavio Filho, Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega, Américo Jacobina Lacombe, Daniel de Carvalho, Heraclides Cesar de Souza Araújo, Julião Rangel de Macedo Soares, Arthur Cesar Ferreira Reis e Florêncio de Abreu.

Justificaram a ausência os sócios: Almirante Carlos da Silveira Carneiro, Ministro Ruben Rosa, Deputado Dr. José Barbosa Lima Sobrinho, Almirante Thiers Fleming, Dr. Herbert Canabarro Reichardt, General Jaguaribe Gomes de Mattos, Dr. Argeu Guimarães, Deputado Luiz Vianna, Almirante Alvaro Alberto, Dr. Moniz de Aragão e Embaixador Sebastião Sampaio.

Agradecendo as autoridades civis e militares presentes, e a numerosa assistência, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo, encerrou a sessão às 18 e meia horas.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
2º Secretário

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA EM 26 DE MAIO DE 1961
CONFERÊNCIA DO SÓCIO BENEMÉRITO DR. EUGÊNIO
VILHENA DE MORAES SOBRE «ÚLTIMAS HORAS DO
IMPÉRIO BRASILEIRO, À LUZ DE TESTEMUNHO
INÉDITO DE UM PARTICIPANTE DOS
ACONTECIMENTOS»

(SESSÃO Nº 1938)

Presidência: Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano mil novecentos e sessenta e um, achando-se repleta a parte do Salão destinada ao público presente número legal de sócios, foi a sessão aberta,

por volta das dezessete horas e quinze minutos, pelo Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, acompanhado pelo primeiro Secretário, grande-benemérito Virgílio Corrêa Filho. A Mesa foi completada, por convite do Presidente, com a presença dos seguintes Senhores: Embaixador de Honduras, Dr. José R. Castro, Emanuel Almeida Moraes, representante da Liga de Defesa Nacional, Ricardo de Almeida, do jornal *Fôlha de São Paulo*, Pe. José de Oliveira Dias, S. J. pela Pontifícia Universidade Católica. O Presidente estende às famílias presentes o convite para ocuparem os lugares no recinto do Instituto. Por intermédio do Consócio, Henrique Leão Teixeira, o 2º Vice-Presidente, Wanderley de Pinho, justifica a sua ausência. O Presidente anunciando o tema da conferência, dá a palavra ao orador, que ao subir à tribuna é saudado com palmas. O conferencista tendo às mãos fôlhas datilografadas do documento, revela que êle é da autoria do Barão de Muritiba, uma das figuras mais credenciadas da magistratura do Império, que acompanhou a Família Imperial no seu banimento em novembro de 1889. O orador bordou sôbre o conteúdo do longo documento, inteiramente inédito, comentários muito proficientes a respeito dos fatos e das pessoas nêles envolvidas. Além dêste documento — apontamentos do Barão de Muritiba sôbre o 15 de Novembro de 1889 — que será publicado na Revista, o conferencista apresenta um outro inédito, um bilhete em francês, escrito a lápis pelo Comendador Pandiá Calógeras à Baronesa de Muritiba, dando noticia do embarque da Família Imperial na madrugada do dia 16 de novembro e dando instruções sôbre o embarque da Baronesa e outros, no mesmo dia. Ambos os documentos pertenciam ao arquivo da Baronesa de Muritiba, atualmente em poder da Senhora Stela Faro, descendente daquela titular que, por intermédio do Dr. Vilhena de Moraes, os oferece ao Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O Presidente felicitando o orador por sua interessante conferência, agradece as oferendas feitas ao Instituto e facultando a palavra aos consócios, não havendo quem a queira usar, dá por encerrada a sessão, cêrca das dezoito horas e trinta minutos do dia vinte e seis de maio de 1961.

O consócio Muniz Aragão oferece à Biblioteca do Instituto o volume *Daumier e Pedro I*, da autoria de Álvaro Cotrim (Alvarus), editado pelo serviço de Documentação do Ministério da Educação, 1961.

Enviaram ofícios, telegramas os Srs. Dr. Raphael Almeida Magalhães em nome do Governador, Deputado Lopo Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara,

Dr. Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Professor Êremildo Luiz Vianna, Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, Sr. Rainho da Silva Carneiro, Presidente do Liceu Literário Português; Sr. F. G. Woed, Diretor de Educação da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa e Dr. Ayres Fonseca Costa.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Thiers Fleming, Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, João Baptista Magalhães, Estevão Leitão de Carvalho, José Antônio Soares de Sousa, Eugênio Vilhena de Moraes, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Elmano Cardim, Roberto Piragibe da Fonseca, Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega, Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo, Carlos Xavier de Paes Barreto, Daniel de Carvalho. Pedro Moniz de Aragão, Washington Perry de Almeida, Florêncio de Abreu, Pedro Calmon.

Justificaram a ausência os srs. Almirante Carlos Carneiro, Marques dos Santos, Dr. Luiz Vianna, Dr. Souza Araujo, Prof. Fábio Guimarães de Macedo Soares, Embaixador Sebastião Sampaio.

Encerrou-se a sessão às 18 e meia horas.

Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
2º Secretário

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 14
DE JUNHO DE 1961. CONFERÊNCIA DO SÓCIO EFE-
TIVO DR. GUILHERME AULER ACERCA DE O «CICLO
DA COLONIZAÇÃO GERMANICA NO BRASIL»

(SESSÃO Nº 1939)

Presidência: Dr. Rodrigo Octávio Filho.

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de mil novecentos e sessenta e um, no Salão do Instituto, por volta das dezessete horas, presente grande número de sócios, na ausência do Presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a sessão foi aberta pelo primeiro Vice-Presidente, sócio benemérito Rodrigo Otávio Filho. O Presidente convida para tomar lugar à mesa o Dr. Werner von Bérque, adido cultural da Embaixada Alemã, o Dr. H. Triviramus, Secretário da mesma Embaixada, o almi-

rante Gerson Macedo Soares e o Dr. Lafaiete Pereira, representante do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O presidente dá a palavra ao Sr. Secretário para que leia as efemérides do Barão do Rio Branco, relativas ao dia. Depois dessa leitura, o Presidente convida o consócio Guilherme Auler para pronunciar a sua conferência versando assunto da sua predileção — «Ciclo da Colonização Germânica no Brasil».

O orador, utilizando-se de laudas de papel datilografadas, passa a dissertar sobre o tema. O trabalho é de natureza preferencialmente informativo, sendo sobre este aspecto altamente instrutivo. O estudo da colonização alemã é feito global e parceladamente. O orador principia por dizer que os colonos alemães entrados no Brasil desde 1809, eram de duas espécies: militares e operários. Daqueles contam-se por milhares os colonos alemães que serviram ao Brasil como soldados. Dêstes o orador estuda pormenorizadamente a localização deles pelo território brasileiro. De cada Colônia o orador marca a data da fundação. O número das famílias, a distinção dos individuos, conforme sexo, idade e profissão. A pessoa do chefe de cada Colônia é salientada pelo conferencista a fim de lhe realçar a capacidade e os méritos. O conferencista não esquece que algumas dessas colônias sofreram revezes diante de meio estranho onde se estabeleceram. Também mereceram a atenção do orador as figuras de alguns brasileiros que deram apoio e mostraram grande interesse pela presença desses emigrantes alemães entre nós, além de Dom Pedro I e Dom Pedro II, a quem se deve a iniciativa dessa magnífica colonização. E para lembrar o nome de Monsenhor Miranda, Dr. Justiniano de Melo Franco, médico da Colônia de Santo Amaro, em São Paulo, Dr. Teófilo Ottoni, no sertão do Mucuri no nordeste de Minas fundando a Companhia Filadélfia, berço da atual Cidade de Teófilo Ottoni, Dr. Mariano Procópio, que ao construir a estrada União e Indústria contou com os trabalhadores alemães, sob a direção do engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld, o fundador da cidade de Juiz de Fora. O orador sempre que se torna oportuno, faz menção a vasta literatura teuto-brasileira, relativa a Petrópolis, Friburgo, São Leopoldo, Joinville, Blumenau, Cachoeira de Santa Leopoldina, Santa Amélia e outros núcleos de colonização alemã, cuja história tem servido a escritores, romancistas, historiadores e biógrafos, como sejam Graça Aranha, Aurélio Porto, Ferreira da Silva e outros, entre os quais temos que citar o próprio orador, cuja descida da tribuna se fez sob aplausos do auditório.

Justificaram a ausência os sócios: Embaixador Sebastião Sampaio, Dr. Canabarro Reichardt, Embaixador Hildebrando

Accioly, Almirante Ferreira Lima, Dr. Levi Carneiro, Dr. Apolônio Nóbrega.

Compareceram os seguintes sócios: Rodrigo Otávio Filho, Virgílio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, João Baptista Magalhães, José Wanderley de Araújo Pinho, Guilherme Auler, Mário Ferreira França, José Antonio Soares de Souza, Carlos Delgado de Carvalho, Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Pedro Calmon, José Honório Rodrigues, Carlos Xavier, Nelson Costa, Washington Perry de Almeida, H. Cesar de Souza Araujo, Daniel de Carvalho, Florêncio de Abreu, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Alvaro Alberto da Motta e Silva, Paulo Ferreira Santos.

O Presidente, agradecendo ao orador, bem como a presença dos representantes da Embaixada alemã, e de tôdas as pessoas que compareceram, declara encerrada a sessão.

Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa

2º Secretário

SESSÃO ESPECIAL EM 26 DE JULHO DE 1961. CONFERÊNCIA DO SÓCIO GRANDE BENEMÉRITO ENGº VIRGÍLIO CORRÊA FILHO, SOBRE A VIDA E OBRA DO SÓCIO CORRESPONDENTE DESEMBARGADOR JOSÉ BARNABÉ DE MESQUITA.

(SESSÃO Nº 1940)

Presidência: Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Pelas 17 horas do dia 26 de julho, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para prestar homenagem ao ex-Presidente do Instituto Histórico de Mato Grosso, falecido em Cuiabá, a 23 de junho.

O Embaixador José Carlos de Macedo Soares, assumindo a Presidência, convidou para a Mesa Dom Felipe Condurú Pacheco, Dr. Amadeu Mesquita, Desembargador Castelo Branco, Comendador Felix Pimenta, Presidente do Liceu Literário Português, Desembargador Antonio Arruda, Presidente da Academia de Letras de Mato Grosso, e depois de anunciar o falecimento do consócio José Moreira Brandão Castelo Branco, no dia 28, deu a palavra ao Primeiro Secretário, Virgílio Corrêa Filho, que se achava à sua direita, para ler as Efemérides do Barão do Rio

Branco, referentes à data e proferir a anunciada conferência acêrca do sócio correspondente José Barnabé de Mesquita.

Seu companheiro em mais de uma campanha cultural, o conferencista recordou a vida de estudos e as obras realizadas pelo cuiabano, que freqüentou a Faculdade de Direito de São Paulo para melhor realizar os seus ideais.

Diplomado em Ciências Jurídicas e Sociais, voltou a Cuiabá, onde se arraigou, para servir a sua terra natal como obreiro de predicados incomparáveis.

Pela judicatura, alcançou o pôsto mais elevado, de Presidente do Tribunal de Apelação de Mato Grosso, em que o mantiveram os seus pares por mais de uma década.

Foi, porém, no domínio das letras que maiores influências exerceu entre os contemporâneos.

O seu temperamento agremiativo manifestou-se desde o curso secundário, quando fundou, em 1907, o Club Minerva, antes de deixar Cuiabá. Em São Paulo, ingressou no Centro Onze de Agosto, que o aproximou da mocidade acadêmica.

Do Instituto Histórico de Mato Grosso (1919) e do Centro Matogrossense de Letras (1921), transformado, mais tarde, em Academia Matogrossense de Letras, foi dos mais fervorosos fundadores.

Em ambas essas instituições, que tanto concorreram para o engrandecimento cultural de Mato Grosso, avultou entre os mais beneméritos o seu trabalho perseverante e abnegado.

Ao mesmo tempo, dava o exemplo de admirável operosidade intelectual, que se espelhou em vasta colaboração na imprensa local, sem prejuízo das obras enfeixadas em volumes, tanto em verso, *Poesias* (1919), *Terra do Berço* (1927), *Da Epopéia Matogrossense* (1930), *Três Poemas da Saudade* (1943), *Escada de Jacó* (1945), *Roteiro da Felicidade* (1946), *Os Poemas do Guaporé* (1949), como em prosa.

Assim, apresentou «A Cavallhada», contos matogrossenses (1928), o «Taumaturgo do Sertão» (1931), «Espelho de Almas», contos, prêmio da Academia Brasileira de Letras, 1932 — «Piedade» romance, 1937, — João Poupino Caldas, — Manuel Alves Ribeiro (1938), «De Livia a Dona Carmo» (as mulheres na obra de Machado de Assis) 1939 — «A chapada cuiabana», tese ao IX Congresso de Geografia «No tempo da Cadeirinha» 1946

Para estabelecer em bases racionais, apoiadas em pesquisas nos cartórios e arquivos, os estudos de genealogia cuiabana, a que

se afeiçoou com ardor, compôs inúmeras biografias, além das que desenvolveu como orador do Instituto Histórico.

Nessa tribuna evidenciou acentuados atributos de eloquência, de que se valeram diversas entidades, perante as quais proferiu discursos e conferências que lhe aumentaram a nomeada: «Um paladino do Nacionalismo — Semeadoras de Futuro — O sentido da literatura matogrossense — O sentimento de Brasilidade na História de Mato Grosso — Professôras novas para um mundo nôvo — O Exército fator de brasilidade», são alguns dos temas que explanou com segurança de saber e brilho de expressão.

Tal foi o sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a quem coube a herança espiritual de D. Aquino Corrêa, primaz das letras matogrossenses, em prosa e verso e na oratória.

Terminada a conferência, o Sócio Benemérito Henrique Carneiro Leão Teixeira usou da palavra para pedir inserção na ata de um voto de pesar pelo falecimento, no dia 28-6-61, do consócio José Moreira Brandão Castelo Branco, de quem lembrou as qualidades intelectuais e morais, que o tornaram estimado pelos consócios. Em seguida, o sócio benemérito E. Vilhena de Moraes, depois de tecer apreciações elogiosas a respeito da conferência e do desembargador Mesquita, lembrou o falecimento de Carlos Fontes, que o levava a solicitar um voto de pesar em ata, merecido por quem se dedicou a trabalhos culturais.

E passou a tratar de assunto que o levava à tribuna do Instituto na sessão anterior, para discorrer a respeito das últimas horas do Império Brasileiro à luz do testemunho inédito de um participante dos acontecimentos.

Na ocasião, apenas exibiu os documentos originais, de que mandara tirar cópia, que ofereceu ao Arquivo do Instituto, acompanhada do relatório explicativo dos acontecimentos.

Entregando-o ao segundo Secretário, encerrou a sua interessante comunicação.

Enviaram telegramas e ofícios: Deputado Dr. Lopo Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa, Professor Eremildo Luiz Vianna, Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, Dr. Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Justificaram a ausência os sócios: Almirante Carlos Carneiro, Dr. Rodrigo Otávio Filho, Marques dos Santos, Prof. Hélio Vianna, Dr. Ivolino de Vasconcellos, Dr. Hildebrando Accioly, Embaixador Sebastião Sampaio e Almirante Alvaro Alberto.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Marcos Carneiro de Mendonça, José Wanderley de Araújo Pinho, João Baptista Magalhães, Thiers Fleming, Pedro Moniz de Aragão, Mário Ferreira França, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Apolônio Nóbrega, José Augusto Bezerra de Medeiros, Juvenal Greenhalgh, Nelson Costa, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Deoclécio De Paranhos Antunes, Herbert Canabarro Reichardt, José Antônio Soares de Souza, Daniel de Carvalho, Eugênio Vilhena de Moraes, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Agnello Bittencourt, Florêncio de Abreu, Julião Rangel de Macedo Soares e Ivolino de Vasconcellos.

Encerrou-se a sessão às 19 horas e vinte minutos.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
2º Secretário

ATA DA SESSÃO DO DIA 9 DE AGOSTO DE 1961
CONFERÊNCIA DO SÓCIO EFETIVO, DR. CARLOS
RIZZINI, SOBRE O TEMA — A AÇÃO DE HIPÓLITO DA
COSTA NA FORMAÇÃO DO BRASIL

(SESSÃO Nº 1941)

Presidência: Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Aos nove dias do mês de agosto do ano mil novecentos e sessenta e um, no Salão do Instituto, por volta das dezessete horas, com as arquibancadas de sócios repletas, realizou-se a sessão sob a direção do Presidente perpétuo Embaixador José Carlos de Macedo Soares. A convite do Presidente sentaram-se à mesa os Senhores, Dom Felipe Pacheco, Dr. Paulo Amora, representante do Governador Carlos Lacerda, Dr. Alves Cunha, representante da Ordem dos Advogados, Embaixador Nelson Tabajara, e Dr. Rubens Falcão, ex-Secretário da Educação do Estado do Rio. O Presidente solicita ao 1º Secretário, grande benemérito Virgílio Corrêa Filho, que proceda a leitura das Efemérides do Barão do Rio Branco, relativas à data. Feita a leitura, foi dada a palavra ao orador da Sessão, o sócio Carlos Rizzini para pronunciar a sua palestra. Começou o orador por participar que em vista da extensão do assunto — ação de Hipólito da Costa na formação política do Brasil — não trataria da atuação política do grande jornalista, vivendo em Londres, ficaria, daquela vez, apenas a sua atividade no campo das coisas práticas de que o Brasil, ao tempo, tinha

maior necessidade, deixando para outra ocasião, a parte política. Afirmava que o grande renome que Hipólito da Costa adquiriu, não vinha da sua cultura, que não era das maiores, apesar de formado em Coimbra; vinha da posição que no momento assumiu de combate à Corte portuguesa. Não queria o orador com isso dizer que não tivesse Hipólito idéias políticas bem firmadas. Tinha-nas e bem definidas: era contra a revolução francesa, contra Napoleão Bonaparte, era pela influência inglesa, e pela monarquia no Brasil. Aspirava a formação de um império luso-brasileiro. Combatia a independência do Brasil. Só mais tarde manifestou adesão a esse grande acontecimento político. No Brasil patrocinou o ensino agrícola e a livre empresa, não teve simpatia pela abertura dos portos brasileiros. Foi maçom ligado a lojas inglesas: desfazia da maçonaria portuguesa, achando que era constituída por analfabetos. O seu procedimento ostensivo valeu-lhe prisão em Lisboa, no presídio do Limoeiro, do qual conseguiu escapar, fugindo para Espanha e dali para Londres. Entre os cargos que desempenhou na Capital inglesa, cita o de Secretário do Duque de Sussex!... Era casado com Mary Ann Troughton tendo do consórcio duas filhas e um filho que morreu em Hong-Kong, assaltado por piratas chineses. A sua nomeação para Cônsul do Brasil em Londres chegou quando já não vivia. O orador depois desse esboço biográfico sobre Hipólito da Costa, passa a examinar a sua obra jornalística feita através do *Correio Brasiliense* — publicado em Londres, desde 1808 até 1823. O orador mostra o que foi na época esse jornal, e qual a repercussão que tinha na Corte portuguesa, fazendo ressaltar a expressão de uma réplica, dada por um periodista lisboeta: — a terrível invenção de um jornal escrito em português na Inglaterra!

Depois de outras considerações no tocante ao valor do jornalismo feito de longe por Hipólito da Costa, jornalismo da melhor categoria profissional, resalta o papel da «Coleção» do *Correio Brasiliense* como fonte da nossa História, antes e depois do 7 de Setembro de 1822, e sob os aspectos os mais variados da vida brasileira. Prometendo voltar à tribuna do Instituto para continuar com o tema anunciado, dá por finda a sua palestra, sendo, por fim muito aplaudida.

O Presidente facultando aos sócios a palavra para fazer alguma comunicação, é a mesma utilizada pelo consócio Marcos Carneiro de Mendonça para felicitar o conferencista e fazer um comentário a respeito do papel que, na época, teve Dom Rodrigo de Souza Coutinho que, pela primeira vez, deu a brasileiro o cargo de administrador do Distrito de Diamantino, posição que até

então só era exercida por portuguezes natos. Dom Rodrigo teve a coragem diante das mudanças políticas que se estavam passando, de nomear Ferreira da Câmara para administrar as minas do Brasil, depois de o ter designado, juntamente com José Bonifácio, para visitar, na Europa, os países onde a indústria metalúrgica era desenvolvida. O Alvará de 1803 relativo a metalurgia do Brasil é considerado por Pandiá Calógeras como a primeira pedra da indústria brasileira. O orador comunica que é possuidor de uma «Coleção» completa do *Correio Brasiliense*.

O Presidente agradecendo a bela conferência do orador, estende a tôdas as pessoas presentes os seus agradecimentos, e declara encerrada a sessão, cêrca das dezoito horas passadas do dia nove de agosto do corrente ano.

Enviaram officios os Srs.: Deputado Dr. Lopo Coelho, Presidente da Assemblêia Legislativa, Dr. Manoel Frota Moreira, Diretor do Conselho Nacional de Pesquisas, Dr. Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, Prof. Eremildo Luiz Vianna, Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, Diretor da Escola Nacional de Engenharia

Justificaram a ausência os Srs.: Dr. Rodrigo Otávio Filho, Sr. Marques dos Santos, Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, Prof. Carneiro Leão, Almirante Ferreira Lima, Dr. Manuel Paulo Teles de Matos Fº.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Levi Carneiro, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Wanderley de Araújo Pinho, Virgilio Corrêa Filho, José Augusto Bezerra de Medeiros, Pedro Moniz de Aragão, Almirante Thiers Fleming, Deoclécio De Paranhos Antunes, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Alvaro Alberto Motta e Silva, Justo Pastor Benitez, Mário Ferreira França, Hélio Vianna, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Haroldo Valladão, Herbert Canabarro Reichardt, Washington Perry de Almeida, José Antônio Soares de Sousa, Edgardo de Castro Rebello, Daniel de Carvalho, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Carlos Delgado de Carvalho, Nelson Costa, Ivolino de Vasconcellos, Eugênio Vilhena de Moraes, Heraclides Cesar Souza de Araujo, Carlos Rizzini, Elmano Cardim, Marcos Carneiro de Mendonça, Christovam Leite de Castro, Américo Jacobina Lacombe, Julião Rangel de Macedo Soares e Antonio Carneiro Leão.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa

2º Secretário

ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM 29 DE AGOSTO DE 1961
CONFERÊNCIA DO SÓCIO BENEMÉRITO PROF. EU-
GÊNIO VILHENA DE MORAES SOBRE O TEMA: «O
LIVRO DE OURO DA DUQUESA DE CAXIAS.»

(SESSÃO Nº 1942)

Presidência: Embaixador José Carlos de Macedo Soares.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano mil novecentos e sessenta e um por volta das dezessete horas, no Salão do Instituto, presente número legal de sócios, o Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares acompanhado do primeiro Secretário, grande benemérito, Virgílio Corrêa Filho, declarou aberta a sessão. O Presidente convidou para tomar lugar à mesa, o Sr. General Floriano Peixoto Keller e o Sr. Dr. Alberto Cunha, representante da Ordem dos Advogados. E anuncia a finalidade da sessão. Com a palavra o Secretário para ler as efemérides do Barão do Rio Branco, relativas à data. Foi dada a palavra ao conferencista, que preferiu falar da bancada dos sócios.

Falando de improviso, começou o orador, sócio benemérito do Instituto, Prof. E. Vilhena de Moraes, recordando os termos de amistosa carta que, entre os papéis do seu Arquivo particular, acabava de encontrar, e que lhe fôra dirigida em 1924 pelo saudoso Presidente Conde de Affonso Celso, solicitando os originais, que até hoje — ai! dêle — não foram entregues, de uma conferência do orador pronunciada no Instituto sobre o Duque de Caxias. De então para cá, manteve o orador uma tradição de trabalhos dêsse gênero anualmente, durante a semana de Caxias, na tribuna do Instituto ou nos principais órgãos de imprensa. É que, relativamente à tetrágona figura de Caxias, como disse Taunay, à beira do seu túmulo: «Há muito que narrar. «Só uma vigorosa concisão unida à maior singeleza, é que pode narrar os seus feitos. . . Não há pompa de linguagem nem arroubos de eloquência capazes de tornar maior um indivíduo cujo principal atributo foi a simplicidade na grandeza»!

Compensando a desvalia de sua contribuição oral, procurou o orador, é certo, enriquecer ainda mais o arquivo do Instituto com a oferta que fêz, em sessão pública, em nome da família de Caxias, de todos os seus diplomas militares, desde a patente de alferes, até o título de Duque. E por fim, a de sua própria espada de comando, tomada, mais tarde como modelo do espadim dos cadetes da Escola Militar.

Ocupara, a 26 de junho último, a tribuna do Instituto, oferecendo em nome de uma ilustre descendente do Marquês de Muritiba, Da. Stella de Faro, dois códices preciosos: «Notas do Barão de Muritiba», bem como as de sua espôsa, a Baronesa, sôbre as últimas horas do Império Brasileiro, tema sôbre o qual dissertou na ocasião.

Ocupava agora, mais uma vez a tribuna, falando de outra figura de mulher, da suprema hierarquia nobiliárquica a *Duquesa de Caxias*, e do seu chamado *Livro de Ouro*. Não se trata, no caso, como à primeira vista, poderia parecer, de uma composição histórica da Duquesa, à semelhança das Notas do Diário da Baronesa de Muritiba, mas de um largo arrazoado publicado nos *A Pedidos do Jornal do Comércio*, de 27 de julho de 1870, pelo Senador Firmino Rodrigues da Silva, correligionário e amigo particular de Caxias, em contradita a outro artigo publicado a 15 de fevereiro de 1870 na *Revue des Deux Mondes* e subscrito por Xavier Raymond, que fazia as mais injustas e inverídicas acusações e críticas a Caxias, na sua atuação na segunda fase da Guerra do Paraguai, cujo término glorioso era aí atribuído ao príncipe consorte, Gastão de Orleans, Conde d'Eu. A arrasadora resposta do Senador Firmino, jornalista adestradíssimo (focalizado ainda de pouco em consciencioso trabalho de lavra do Dr. Nelson Mascarenhas Lage *Um jornalista do Império*, ed. Brasileira) peça verdadeiramente arrasadora e transcrita a seguir, caligraficamente em riquíssima encadernação com relevos de ouro, figurando na capa, uma biga romana de general vitorioso nas horas do triunfo, foi oferecido o ms. em nome de inúmeros oficiais do Exército e conspícuos cidadãos, faz justamente 91 anos, à Duquesa de Caxias, no dia 25 de agosto de 1870, data aniversária de nascimento do Duque.

Dêsse códice precioso, então em mãos do seu prezado amigo, ali presente, Sr. Edgard Carneiro Nogueira da Gama, bisneto por dois lados do Duque de Caxias, pelos ramos Santa Mônica e Ururahy, teve o orador, há cerca de quarenta anos, permissão para tirar uma cópia e transcrever episódio (chegada do Duque no Rio de volta do Paraguai) como consta da página do volume, de sua autoria *O Duque de Ferro* (Rio, 1933, pg. 79) volume êsse do qual, por um publicista de segunda mão, foi, sem designar a fonte, reproduzido em obra sôbre Caxias, o dito episódio.

Dada a importância do códice e o espírito patriótico do seu possuidor, aconselhava o orador a transferi-lo para um museu histórico, o que foi efetuado, graças ao Dr. Ferreira Lage, no Museu Mariano Procópio de Juiz de Fora.

Ao seu malogrado trabalho *Ensaio crítico bibliográfico do Duque de Caxias*, destinava o orador a cópia do referido artigo que apresenta já em letra de fôrma ao Instituto cujo primeiro período atribuíra a vitória sobre o Paraguai, ao augusto príncipe e marechal.

Entrando no exame do citado artigo, declara o orador que nunca por certo, Firmino Rodrigues, ao traçá-lo poderia supor que iria êsse escrito desencadear a mais acesa, áspera contenda parlamentar no Senado, sobre a guerra do Paraguai.

Focaliza então em grandes traços as seguintes sessões:

1870 — 6 de maio, discurso de voto de graças, a cujo propósito, na sessão de 7 de julho, Zacarias aplaude o artigo da Revista contendo louvores ao Príncipe Consorte, o Conde d'Eu, e reproduz contra Caxias, presente à sessão, os mais injustos, cruéis e desalmados ataques contra o velho Duque, ainda enfermo, seu adversário político. 13 de julho — Resposta admirável e contundente de Firmino a Zacarias. 15 de julho. — Pronuncia Caxias com serenidade admirável o seu famoso discurso em que rebate tôdas as acusações. 18 de julho — Volta à carga Zacarias a respeito dos antecedentes que determinaram a escolha de Caxias para o Comando Supremo na Guerra do Paraguai.

Traça o orador apoiado em Nabuco o perfil político de Zacarias principal fonte em que se abeberou o autor da *Révue de Deux Mondes*.

Terminada essa parte, trata o autor da singular figura da Duquesa de Caxias, companheira fiel dos seus quarenta e quatro anos de vida conjugal e, no seu próprio dizer, inspiradora dos seus grandes atos.

Entre os amigos fiéis de Caxias, destaca-se o Marechal João Afonso de Fonseca Costa, Visconde da Penha, a quem a República não prestou as homenagens a que tem direito.

Lamenta o desbarato das reliquias históricas do Duque e dirige ao General Floriano Peixoto Keller que fazia parte da mesa, um apêlo para que o Exército, no desempenho do seu culto cívico à memória do Patrono do Exército, faça publicar o artigo de Firmino e demais debates parlamentares a que deu lugar, inclusive o famoso discurso de Caxias.

Com estas palavras o orador encerra a sua brilhante conferência, muito aplaudida pelo auditório. O Presidente agradecendo a presença de todos, declara encerrada a sessão cêrca das 18 horas.

Justificaram a ausência os sócios, Almirante Carlos Carneiro, Prof. Pedro Calmon, Dr. Rodrigo Otávio, Dr. Vilhena de Moraes, Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, Almirante Boiteux, Dr. Paulo Santos, Sr. Marques dos Santos, Prof. Haroldo Valladão, Dr. Affonso Penna, Dr. Manuel Diegues, Almirante Mário França e Embaixador Sebastião Sampaio.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Wanderley de Araújo Pinho, João Baptista Magalhães, Thiers Fleming, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Pedro Moniz de Aragão, Mário Ferreira França, Eugenio Vilhena de Moraes, Herbert Canabarro Reichardt, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Heraclides César de Souza Araújo e Daniel de Carvalho.

Enviaram ofícios, telegramas e representantes, os Senhores Deputado Dr. Lopo Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa, General Ademar de Queiroz, Dr. Herbert Moses, Presidente da ABI; Prof. Calmon Barreto, diretor da Escola Nacional de Belas Artes, Dr. Manoel Alfeu Silva de Moraes, Presidente da Confederação Nacional Comércio, José Rainho da Silva Carneiro, Presidente do Liceu Lit. Português e do Presidente do Real Gabinete Português de Leitura,

Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
2º Secretário

ATA DA ASSEMBLÉIA-GERAL REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 1961 — ELEIÇÃO DE NOVOS SÓCIOS

(SESSÃO Nº 1943)

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e sessenta e um, por volta das dezesseis horas, presente número legal de sócios, no Salão do Instituto, ausente o Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares e seu substituto imediato, o primeiro Vice-Presidente Dr. Rodrigo Otávio Filho, a sessão foi aberta pelo segundo Vice-Presidente, Dr. José Wanderley de Araújo Pinho, achando-se a mesa dos trabalhos composta pelos secretários, Virgílio Corrêa Filho e Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa e Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, 3º Vice-Presidente.

O Primeiro Secretário lê o parecer da Comissão de Orçamento, nos seguintes termos: *A Comissão de Fundos e Orçamen-*

to do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro examinou atentamente o balanço da Receita e Despesa relativo ao exercício de 1960, bem como os documentos que o instruíram, e como tudo esteja em completa ordem, é de parecer que deva ser aprovado o referido balanço, com um voto de louvor ao digníssimo Tesoureiro Almirante Carlos da Silveira Carneiro. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1961. *Afonso Penna Júnior — José Antônio Soares de Souza e Thiers Fleming*. O Presidente põe em discussão o parecer do qual salienta certos pontos e não havendo quem sôbre êle quizesse manifestar-se, foi o mesmo aprovado por unanimidade.

O Secretário comunica a existência de algumas propostas de novos sócios para preenchimento de vagas no quadro social. As vagas são em número de quatro, sendo uma de correspondente e três de honorários.

Para a vaga de correspondente existe proposta com o nome do Professor Amaro Quintas, a saber:

Proposta:

Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o professor Amaro Quintas, nascido no Recife a 22 de março de 1911, bacharel em direito da Faculdade de sua terra Natal, onde se diplomou em 1932; professor catedrático, por concurso, de História do Brasil, do Colégio Estadual de Pernambuco; Professor catedrático de História do Brasil e de História Antiga e Medieval da Faculdade de Filosofia de Pernambuco, da Universidade do Recife; professor catedrático de História Moderna e Contemporânea da Universidade Católica de Pernambuco; Professor, nas Faculdades citadas, de Introdução ao Estudo de História; sócio efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano; sócio correspondente do Instituto do Ceará, do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, do Instituto Histórico de Alagoas, da Sociedade Capistrano de Abreu e do Instituto de Coimbra (Portugal); autor das seguintes obras, tôdas publicadas na cidade do Recife: *A Gênese do Espírito Republicano em Pernambuco e a Revolução de 1817*, 1939, — *Reflexões sôbre o destino do mundo*, 1944; *O sentido social da Revolução Praieira*, 1946. *Capitalismo e Democracia*, 1947 — *Um intérprete da Revolução Praieira*, 1948. — *Considerações sôbre a Revolução Praieira*, 1948; — *A Revolução Praieira*, 1949; — *Atualidade da Inconfidência* 1953; — *Reflexões sôbre a Democracia*, 1954. — *Antônio Pedro de Figueiredo, o Cousin Fusco*, 1954; *Massificação e Humanismo*, 1957; *Introdução aos Estudos Históricos*, 1957; — *O Problema Político e a Realidade Brasileira*, 1957; — *O Padre Lopes Gama Político*, 1958.

Ao Professor Amaro Quintas deve-se a reedição, pelo Arquivo Público Estadual de Pernambuco, da Revista *O Progresso*, de Antônio Pedro de Figueiredo, o Cousin Fusco. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1960. José Carlos de Macedo Soares, Helio Vianna — Guilherme Auler, Francisco Marques dos Santos, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Cláudio Ganns, Virgílio Corrêa Filho, Nelson Costa, Arthur Cezar Ferreira Reis e Apolônio Nóbrega.

Pelo Secretário são lidos os pareceres favoráveis das Comissões de História e de Admissão de Sócios.

PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA

Bem justificada pelos respectivos subscritores está a proposta para admissão do Professor Amaro Quintas na classe dos Sócios Correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Os títulos mencionados, bem como os cargos que tem exercido, notadamente no Magistério, seriam suficientes para a imediata inclusão do seu nome em nosso quadro social. Ao demais, os trabalhos de sua autoria, publicados entre 1939 e 1958, igualmente indicados na proposta, bem atestam seu pendor pelos estudos históricos e sociais.

A Comissão de História é portanto de parecer que a proposta em aprêço merece plena aprovação.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1961. — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Herbert Canabarro Reichardt — Wanderley de Araújo Pinho e Marcos Carneiro de Mendonça.

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

A Comissão de História já se manifestou a favor da admissão como sócio correspondente, do Professor Amaro Quintas autor, entre outras contribuições, de «O sentido Social da Revolução Praieira — ensaio de interpretação», que evidencia preferência por temas de história social, versados com proficiência.

Publicação de 1946, da Imprensa Oficial de Pernambuco, mereceu transcrição na «Revista de História», de São Paulo, e mais recentemente, na Coleção Doxa, empreendida pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da Universidade do Recife, indicio de ampla aceitação. Não lhe faltam pois, credenciais para o ingresso no quadro social do Instituto, conforme o parecer da Comissão de História, com o qual está de perfeito acôrdo a Comissão de Admissão de Sócios.

Rio de Janeiro, em 14 de setembro de 1961. — *José Augusto Bezerra de Medeiros — João Batista Magalhães — Fábio de Macedo Soares Guimarães — Christovam Leite de Castro e Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa.*

O Presidente põe em discussão os pareceres e não havendo quem os discuta, manda proceder à votação. O resultado desta, apurado pelos escrutinadores designados pelo Presidente, consócios Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho e Mário Ferreira França, foi o seguinte: quatorze bolas brancas e uma preta. O Presidente proclama eleito o Professor Amaro Quintas sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Para uma das vagas de sócio honorário, foi examinada proposta com o nome do Professor Mário Barata. São lidos pelo Secretário a proposta e o parecer da Comissão de Admissão de Sócios:

Propomos para sócio honorário dêste Instituto ao Prof. Mario Barata portador de títulos bastantes e autor de trabalhos históricos que o credenciam como proveitosa aquisição de elemento trabalhador e erudito para as atividades culturais de nosso Grêmio.

É o Dr. Mário Barata — professor catedrático de História da Arte, da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, e professor de Artes Menores, do Museu Histórico Nacional (Curso de Museus). Diplomado pelo Curso de Museus do Museu Histórico e pelo «Institut d'Études Politiques de l'Université de Paris», possui ainda diplomas de bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil; licenciado em Letras pela «Faculté des Lettres (Sorbonne) de l'Université de Paris», com certificado de Estudos Superiores de «Esthetique et Science de l'Art», «Histoire de l'Art de Moyen Age» et «Histoire Moderne et Contemporaine de l'Art».

Cultor da História do Brasil, ensinou esta disciplina, de par com a História da Arte, sendo Conservador na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e no Museu Nacional de Belas Artes.

Com trabalhos de alto valor estampados em jornais e livros, especialmente sobre arte e história, destacam-se os tomos: — *Ensaio de Numismática e Ourivesaria, O Papel Educativo dos Museus no Mundo Moderno, Conceito e Metodologia das Artes Populares, Razões de Ser e Importância da Arte Moderna, Concepção Atual da Natureza da Escultura, Arquitetura Brasileira nos Séculos XIX e XX, Azulejos do Brasil.*

É membro dos Institutos Históricos do Pará, do Rio de Janeiro, de Pernambuco e de Igarassu; e da Sociedade Brasileira de Geografia, na qual ao empossar-se proferiu conferências sobre a «Expansão Portuguesa na Bacia do Rio Branco, na Amazônia, no Século XVIII e a Viagem de Francisco José Rodrigues Barata ao Surinam em 1798».

Sua capacidade, seus estudos, suas atividades em vários congressos e colóquios nacionais e internacionais, o seu gosto pelos estudos de história e geografia não só lhe conferem títulos justificativos à sua entrada para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como asseguram que será sócio ativo e eficiente.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1960. — *José Carlos de Macedo Soares — José Wanderley de Araújo Pinho — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Pedro Moniz de Aragão — R. Antônio Ramos — Arthur Cesar Ferreira Reis — Sebastião Sampaio — De Paranhos Antunes — Virgílio Corrêa Filho — Adolfo Morales de los Rios Filho — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Nelson Costa — Justo Pastor Benitez — Americo Jacobina Lacombe — Francisco Marques dos Santos — Apolônio Nóbrega — Mário Ferreira França — Rodrigo Otávio Filho — Pedro Calmon. — Miguel Costa Filho.*

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

Conforme exige o Artigo 7º dos Estatutos «sócios honorários somente poderão ser as pessoas de alta representação social ou que tiverem manifestado competência especial em matéria de História e Geografia, de Etnografia ou Arqueologia. «Tais requisitos possui, de sobejo, o Professor Mário Barata, catedrático de História da Arte na Escola Nacional de Belas Artes, mercê de diplomas obtidos na Universidade do Brasil e na Université de Paris — que também tem lecionado no Museu de História Nacional e na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Autor de obras de valia, referente à sua especialidade, relacionadas na proposta, versa com igual proficiência tema de história geral, que o levaram, mais de uma vez, à tribuna do Instituto, com aplausos da assistência.

Admitindo-o em seu convívio, como opina a Comissão de Admissão de Sócios, o plenário confirmará o acerto da sua escolha para incumbências culturais, que lhe tem atribuído o Instituto Histórico.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1961. — *José Augusto Bezerra de Medeiros — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa*

— *João Baptista Magalhães — Fábio de Macedo Soares Guimarães e Christovam Leite de Castro.*

Submetidos à discussão e em seguida à votação, a apuração acusou dezesseis bolas brancas e uma abstenção. Foi proclamada a escolha do Professor Mário Barata para sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Para outra vaga de sócio honorário, a proposta com o nome do Sr. Gilberto João Carlos Ferrez, foi lida pelo Secretário, bem como o parecer da Comissão de Admissão de Sócios, que se declara favorável à entrada do candidato no quadro de membros do Instituto.

Proposta — Tendo em consideração os trabalhos que, desde vários anos, vem publicando o Sr. Gilberto João Carlos Ferrez, sobre iconografia, artes e viajantes estrangeiros que outrora estiveram no Brasil, propomos sua admissão ao quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Nascido nesta cidade a 15-5-1908, filho de Julio Marc Ferrez, brasileiro, e Claire Poncy Ferrez, suíça, tem êle sabido continuar a tradição de seus antepassados, entre os quais seu avô Marc Ferrez, o famoso *fotógrafo*, bem como os da geração anterior, *escultor* Marc Ferrez e *gravador*, Zepherin Ferrez, que em 1816 se juntaram à Missão Artística Francesa, núcleo fundamental da Real Academia de Belas Artes.

Da relação e valor de seus trabalhos dirão as Comissões que tiveram de apreciar esta proposta, bastando portanto lembrar que o Sr. Gilberto Ferrez desde 1953 é sócio correspondente do Instituto Histórico de Petrópolis e do Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, pertencendo desde 1958 ao Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Ao demais, trata-se de pesquisador arguto e infatigável, tanto no país como no exterior, e que, a bem dizer, já está estreitamente ligado ao Instituto, quer pelo acolhimento de trabalhos de sua autoria na *Revista*, quer pela inclusão do seu nome nas Comissões que ora cuidam do 2º Centenário da mudança da capital para o Rio de Janeiro (1963), e do 4º Centenário da fundação desta cidade (1965).» Rio de Janeiro, 18 de abril de 1961 — José Carlos de Macedo Soares, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Virgílio Corrêa Filho, Américo Jacobina Lacombe, Wanderley de Araújo Pinho, Arthur Cesar Ferreira Reis, Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega, Miguel Costa Filho, Marcos Carneiro de Mendonça, José Antônio Soares de Souza, Carlos Delgado de Carvalho, Francisco Jagua-

ribe Gomes de Mattos, Elmano Cardim, Pedro Calmon e Pedro Moniz de Aragão.

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

Antes de ser apresentada a proposta referente à sua admissão ao Instituto, o Sr. Gilberto João Carlos Ferrez motivou apreciação elogiosa em sessão de 7 de junho de 1955. Nessa oportunidade, o segundo secretário, Dr. Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, realçou-lhe os méritos das obras oferecidas à Biblioteca: *A Fotografia no Brasil — Iconografia de Petrópolis e seus arredores — Iconografia do Recife, no século XIX*. E explicou-lhe a vocação artística, derivada de seus ascendentes, que se incluíram na Missão Francesa, destinada à fundação da Academia de Belas Artes.

Filho de Marc Ferrez, que era mestre em sua arte, conforme conceituou Roquette Pinto, e neto de Zeferino, dedicou-se a penetrantes investigações no ramo de sua predileção. Admitindo-o em seu quadro, como sócio honorário, o Instituto certamente lucrará com a colaboração do perito conhecedor de sua especialidade, de quem já a Revista publicou «Um Panorama do Rio de Janeiro de 1775», eruditamente comentado, e «João Massé e sua planta do Rio de Janeiro de 1713».

Favoravelmente opina, pois, a Comissão de Admissão de Sócios.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1961. — *José Augusto Bezerra de Medeiros — Christovam Leite de Castro — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — João Baptista Magalhães e Fabio de Macedo Soares Guimarães.*

Procedendo-se à votação, verificou-se a contagem de dezenove pedras brancas, isto é, a unanimidade da Assembléia. Foi proclamado sócio honorário o Sr. Gilberto João Carlos Ferrez.

Pede então a palavra o sócio benemérito, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, para apresentar a seguinte proposição: «Em Assembléia-Geral, realizada a 15-12-1939, foram admitidos na classe dos Sócios Honorários os Srs. Oswaldo Aranha, Frei Pedro Sinzig e Cláudio Ganns. Da respectiva Ata consta, porém, a êsse respeito, a seguinte *Resolução*: — «A Assembléia resolve mais que o Sócio Honorário que apresentar trabalhos de acôrdo com as finalidades do Instituto, poderá, se o solicitar, ser transferido para as classes dos *Efetivos* ou *Correspondentes* quando houver vaga». Existe, portanto, uma *determinação*

vigente, que parece ajustar-se aos dois sócios que acabam de ser eleitos *Honorários* porque, embora preenchessem as exigências estatutárias para serem *Efetivos*, visto serem autores de trabalhos históricos, residirem nesta cidade e já terem prestado apreciável coadjuvação ao Instituto, no momento não há vaga na referida classe. Assim, propomos que os Srs. Gilberto Marc Ferrez e Mário Barata passem à *classe dos efetivos* desde que ocorram vagas e assim opine a *Comissão de História*.

Dentro dêste espírito e da citada Resolução foi que o inescusável Cláudio Ganns, eleito *honorário* em 1939, logo passou a *Efetivo*, sendo um decênio após elevado a *Benemérito* e por fim à categoria de *Grande Benemérito*.

Há, portanto, precedente para que a aludida Resolução se aplique aos mencionados confrades. Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1961. *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*

A Proposição é posta em discussão.

Com a palavra, o consócio Adolfo Morales de los Rios Filho para lembrar que, dado o caráter pessoal da proposição, havendo sócios honorários antigos e bem categorizados por trabalhos publicados, a proposição do consócio Leão Teixeira Filho poderá motivar desgosto por parte desses sócios honorários. O consócio Christóvam Leite de Castro faz uma interpelação à mesa sobre se houve modificação nos estatutos da Casa; se os estatutos exigem para os trabalhos de geografia que seja ouvida a Comissão de Geografia? Houve outras interpelações, entre elas uma — se a transferência de sócio honorário para a categoria de efetivo era necessária a publicação de novos trabalhos? A essas diversas interpelações a mesa procurou responder, socorrendo-se dos dizeres explícitos ou não dos Estatutos, sem contudo poder resolver tôdas as questões em vista do que interveio o sócio benemérito, Herbert Canabarro Reichardt, que propôs o adiamento da discussão para outra ocasião, em sessão especial na qual fossem as referidas questões estudadas e levadas ao conhecimento da comissão dos Estatutos. Posta em votação, a proposta foi unânimemente aprovada.

Prossequindo na eleição de novos sócios, o Secretário anuncia a existência de uma quarta proposta com o nome de Dom Felipe Benício Conduru Pacheco, que lê, como igualmente o parecer da Comissão de Admissão de Sócios:

Propomos para sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro D. Felipe Benício Conduru Pacheco, maranhense nascido em São Bento (dos Perís, no Maranhão), em 18 de julho de 1892.

Atendendo à sua vocação religiosa, matriculou-se no «Seminário de S. Antônio», de São Luís, antes de completar os estudos no «Seminário da Rainha», em Fortaleza.

Ordenado sacerdote a 21 de novembro de 1915, a direção de mais de uma paróquia recomendou-o ao vicariato geral na arquidiocese maranhense, de que o afastou a nomeação, em 1941, para Bispo da Diocese de Ilhéus, mais tarde transferido para a nova, criada no Piauí. Após desenvolver intensa atuação eclesiástica, no exercício do seu munus, comprovado em cartas pastorais e iniciativas de propósitos educativos, os pendores para pesquisas históricas o levaram a solicitar e obter, em janeiro de 1959, dispensa do governo do Bispado de Parnaíba.

E, assim, por incumbência do Arcebispo Metropolitano de São Luís, ocupa-se atualmente em coligir apontamentos para a *História Eclesiástica do Maranhão*, credenciado pelas obras que elaborara. Ao tomar posse no «Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão», analisou a *Poranduba Maranhense*, de frei Francisco dos Prazeres, para cuja cadeira fôra eleito.

Em *Pai e Mestre*, tratou do Professor Conduru e sua Família e dos *Campos dos Peris*.

A vida de *D. Francisco de Paula e Silva*, 23º Bispo do Maranhão, mereceu-lhe estudo especial, como também a de *D. Luís de Brito*, 1º arcebispo de Olinda, que explanou em três volumes, de 1.150 págs.

Bastam essas biografias, em que se revela investigador sagaz e consciencioso, para o recomendarem à companhia dos sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como sugerimos. Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1960 — José Carlos de Macedo Soares, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega, Estevão Leitão de Carvalho, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Herbert Canabarro Reichardt, Wanderley de Araújo Pinho, Mário Ferreira França, Virgílio Corrêa Filho, Américo Jacobina Lacombe, Paulo Ferreira Santos, José Antônio Soares de Souza, Pedro Moniz de Aragão, Haroldo Valladão, De Paranhos Antunes, Henrique Fleiuss, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Juvenal Greenhalgh.

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

Autor de biografias de *D. Luís de Brito*, 1º Arcebispo de Olinda, em 3 volumes, e de *D. Francisco de Paula e Silva*, 23º Bispo do Maranhão, D. Felipe Benicio Conduru Pacheco pleiteou e obteve a dispensa do Governo do Bispado de Parnaíba, para se

consagrar mais afincadamente às pesquisas necessárias à elaboração da *História Eclesiástica do Maranhão*. Desta maneira evidenciou o seu apêgo aos estudos históricos, comprovados em obras excelentes, que lhe justificam o ingresso como sócio honorário, no Instituto, a que dá a Comissão de Admissão de Sócios o seu parecer favorável.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1961. *José Augusto Bezerra de Medeiros — Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — João Baptista Magalhães — Fabio de Macedo Soares Guimarães e Christóvam Leite de Castro.*

O Presidente põe em discussão a proposta e o parecer, não havendo quem sobre eles queira se manifestar, foi feita a votação, de que resultou a eleição por unanimidade (20 bolas brancas) de Dom Felipe Benício Conduru Pacheco para membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ainda sobre a mesa se acha uma proposta para que se dê o título de Presidente de honra do Instituto ao Dr. João Café Filho, ex-Presidente da República. O Secretário, para melhor instrução da assembléia, lê o artigo 29 dos Estatutos que rege o caso e o parágrafo, que preceitua: «A proposta, assim apresentada, considerar-se-á aprovada, independentemente de eleição, e o presidente do Instituto comunicará a distinção outorgada, enviando ao presidente honorário o respectivo diploma».

Dispensada a votação, basta que a proposta seja assinada por número suficiente de sócios.

PROPOSTA

Propomos para Presidente Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de conformidade com o art. 29 dos Estatutos, o Exmo. Sr. João Café Filho — que exerceu a Presidência da República de 24 de agosto de 1954 até novembro de 1955.

Essa distinção teve honroso precedente em idêntica designação feita, em 27 de novembro de 1909. (Revista do Instituto Histórico — Tomo 72, 2ª Parte — pg. 422) ao Dr. Nilo Peçanha, que então Vice-Presidente, assumiu a Presidência com o falecimento do saudoso Dr. Affonso Penna. Homenagem essa tanto mais cabida quanto, no exercício da Presidência da República S. Exa. compareceu à sessão magna do Instituto, na companhia do seu Ministro da Educação, e nessa qualidade a presidiu — como consta da respectiva ata de 21 de outubro de 1954 (Revista do Instituto Histórico — Vol. 225 — pág. 414).

Ademais, o Sr. João Café Filho se recomenda a essa distinção, embora tardia, pela correção da sua vida pública e pelas suas elevadas qualidades morais.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1960. Cláudio Ganns — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — José Augusto Bezerra de Medeiros — R. Antonio Ramos — Christovam Leite de Castro — Wanderley de Araújo Pinho — Virgílio Corrêa Filho — Marcos Carneiro de Mendonça — Arthur Cesar Ferreira Reis — Pedro Moniz de Aragão — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Ildefonso Mascarenhas da Silva — Carlos da Silveira Carneiro — Adolfo Morales De los Rios Filho — Helio Vianna — Juvenal Greenhalgh — Daniel de Carvalho — José Moreira Brandão Castello Branco — Miguel Costa Filho — Herbert Canabarro Reichardt — Mário Ferreira França — Hildebrando Accioly — Heraclides Cesar de Araujo — Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos.

Novamente com a palavra, o consórcio Henrique Leão Teixeira Filho, depois de ligeiro comentário sobre o debate um tanto vivaz, provocado por sua proposição anterior, reconhece que a boa vontade de todos ficou comprovada com a aceitação geral da proposta Canabarro, e apresenta outra proposição no sentido de se proceder á reforma dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A proposta Leão Teixeira Filho recebeu, da parte de muitos consócios, reparos não no sentido da sua finalidade, mas no seu *modus faciendi*. Ela está assinada por dezenove sócios. Para melhor esclarecimento dos têrmos da proposição Leão Teixeira Filho, o Secretário lê os artigos dos Estatutos vigentes, referentes a reforma dos mesmos, nos quais se consigna que qualquer indicação nesse sentido será levada ao Presidente para que este delibere sobre as providências a serem tomadas. Posta a votos a proposição Leão Teixeira Filho em conformidade com a prescrição estatutária, foi a mesma aprovada. É a seguinte a redação da proposição aprovada: «Não há como desconhecer que os Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro carecem de revisão, de modo a se ajustarem ao progresso desta agremiação cultural, que precisa evoluir para sobreviver com o brilho e prestígio angariado em 123 anos de laboriosa e profícua existência. Propomos, portanto, a nomeação de uma *Comissão Especial*, a fim de serem estudadas e apresentadas dentro de 90 dias as bases de uma reforma, que em seguida serão apreciadas em conformidade com as prescrições concernentes à Reforma dos Estatutos. Rio de Janeiro, 27-9-1961. (a) Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho — Adolfo Morales de los Rios Filho — Mário Ferreira França — José Antônio Soares de Souza

— João Baptista Magalhães — José Wanderley de Araújo Pinho — Herbert Canabarro Reichardt — Pedro Moniz de Aragão — Antônio Carneiro Leão — Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos — Deoclécio De Paranhos Antunes — Washington Perry de Almeida — José Augusto Bezerra de Medeiros — Christovam Leite de Castro — Américo Jacobina Lacombe — Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa — Marcos Carneiro de Mendonça e Eugênio Vilhena de Moraes — Elmano Cardim».

O consócio Marcos Carneiro de Mendonça volta a falar para comunicar que, em função da sua participação na Comissão que prepara o Simpósio sobre o «Século XVIII» teve entendimento com o Diretor do Instituto do Livro, acadêmico Augusto Mayer, sobre a possibilidade daquele Instituto publicar os documentos relativos ao gabinete Marquês de Pombal no Brasil, dos quais o proponente tem cópias autenticadas, à imitação do que o Instituto do Livro já fez em relação aos documentos referentes à Companhia de Jesus no Brasil, e aos da coleção De Angelis, respectivamente orientados pelo Pe. Serafim Leite, e por Jayme Cortesão, de saudosa memória, publicação às quais o Instituto deu todo o seu valioso apoio. O orador pede aos consócios que se manifestem sobre a sua iniciativa.

Pede a palavra, para combater a referida sugestão, o sócio benemérito Eugênio Vilhena de Moraes, que não concorda que o Instituto dê o seu apoio para a publicação dos documentos pombalinos, uma vez que a história dos Jesuítas no Brasil já está consagrada, e dando ênfase às suas últimas palavras faz alusão à passagem do segundo centenário do martírio, em Lisboa, do Padre Malagrida, missionário do Brasil.

Em seguida, o consócio Adolfo Morales de los Rios encareceu a necessidade da posse solene para os novos sócios do Instituto, com discurso e imposição de medalha, havendo para isto, uma cunhada por Marcos Ferrez, pois com a praxe atual, sem solenidade, dá-se o inconveniente dos sócios muitas vezes não se conhecerem. Se o Presidente da Assembléia achar conveniente leve em consideração a sua proposta. Continuando a falar, o Sr. Prof. Morales de los Rios Filho declarou que após três anos de trabalho na comissão de obras do novo edifício do Instituto, resolvera exonerar-se da mesma, por motivo de saúde. Estava convicto de ter cumprido com o seu dever, tendo obtido mais de 200 metros quadrados de terreno na área correspondente ao futuro pátio; isso em virtude de nova distribuição da quadra. Agradecia aos membros da comissão as suas provas de benevolência e tinha ainda a declarar que, no exercício dos mandatos que lhe foram outorgados, tivera a prestimosa colaboração de D.

Adelaide Morosini Alba, digna Diretora da Secretaria do Instituto. Solicitava, pois, que na ata da assemblêia ficasse exarado um voto de louvor á referida Senhora pelo muito que tem feito a prol da construção da nova sede. O Sr. Vice-Presidente, em exercício, declarou que lamentava, em seu nome e em nome de todos os consócios, o afastamento do Prof. Morales de los Rios Filho dos trabalhos da referida comissão, esperando que, cessados os motivos, volte o mesmo a prestar os seus relevantes serviços. Consultado o plenário sobre a proposta feita em relação a D. Adelaide, êste deu a sua plena aprovação.

Ainda solicitou o Sr. Professor Morales de los Rios Filho a palavra, para tornar patente que havia necessidade de que se processasse a entrada dos novos sócios por meio de uma conferência ou palestra; maneira dêles demonstrarem o seu aprêço pelo Instituto e meio para que os antigos consócios possam conhecer melhor e aplaudir os novos integrantes. Desejava, pois, propor que: se não houvesse disposição estatutária, que se tornasse obrigatória a posse solene, pelo menos daqui por diante; se houvesse, que fôsse cumprida. O Sr. Vice-Presidente, em exercício, passa a ler os Estatutos na parte referente à matéria em foco, verificando-se que é obrigatória a apresentação oficial do nôvo consócio. Afirma que em virtude do disposto nos Estatutos, não há como dispensar, dali por diante, a começar pelos consócios admitidos naquela assemblêia, da apresentação oficial dos mesmos, por meio de conferência ou palestra, nos estritos têrmos dos Estatutos vigentes. Consultada a assemblêia, esta deu sua aprovação plena as sugestões e proposta do mencionado consócio. Completando as suas sugestões, o Prof. Morales de los Rios Filho lembrou que o Instituto possui colar a ser outorgado a todo o consócio, da lavra de Zepherin Ferrez. Propunha, pois, que o referido colar fôsse imposto aos novos consócios no ato da posse solene e que também fôsse outorgado aos consócios que não o possuem. Para não onerar o Instituto com despesas, cada consócio faria uma doação correspondente ao valor do colar. Se aprovada fôsse a sua proposta, propunha que a Secretaria do Instituto tomasse desde já as devidas providências. Consultada a assemblêia, esta deu sua plena aprovação à proposta do Professor Morales de los Rios Filho. Com referência a sugestão do consócio Marcos Carneiro de Mendonça, o consócio Américo Jacobina Lacombe manifesta a favor da publicação dos documentos pombalinos, podendo o Instituto apoiar a idéia, contanto que os documentos venham publicados, puros e crus. Marcos Carneiro de Mendonça esclarece que não se trata da biografia do Marquês de Pombal, mas simplesmente de documentos do Gabinete Pombal

no Brasil. Ainda revida com ênfase o consócio Vilhena de Moraes, contestando as palavras de Américo Jacobina Lacombe, dizendo ninguém é mais adepto de documentação em história do que ele, por isso estranha as palavras do sócio confrade Lacombe. Êste pede a palavra para as explicações que julga necessário dar a seu velho mestre e credor do seu respeito.

O Presidente Wanderley Pinho, como presidente da comissão especial encarregada de promover a comemoração da transferência do Governo Geral do Brasil da Bahia para o Rio de Janeiro, informa sobre o vasto programa traçado para essa comemoração em 1963, com um simpósio sobre o Século XVIII, sendo a publicação de documentos um dos pontos altos das comemorações e que sobre esta parte dá o seu testemunho como a Comissão age com toda a isenção de ânimo.

Por último pede a palavra o consócio Almirante Washington Perry de Almeida para apresentar a seguinte comunicação:

«Exmº Senhor Presidente.

No medalheiro da nossa Sociedade Brasileira de Geografia existe uma medalha que tem no seu anverso um Braço de Armas as inscrições:

«Centenário do Ato Real de 23 de agosto de 1816 e Armas dos Príncipes de Belford e no reverso se lê: O Ato Real de 23 de agosto de 1816 louva a exploração Central do Norte ao Sul do Brasil, do Maranhão ao Rio de Janeiro, feita com um Exército pelo General de Belford a quem o Rei do Brasil reconheceu a qualidade de Príncipe em 1818.

Acima desta inscrição há uma coroa.»

Desconhecendo o Ato a que se refere a medalha e bem assim qualquer exploração feita por Exército sob o comando de General Belford, reli as Histórias do Brasil de Rocha Pombo, do Visconde de Porto Seguro, de Veiga Cabral, e outras como a de Oliveira Lima que trata especialmente de «D. João VI e sua época, para verificar se em algumas delas havia uma alusão a esse ato e a tal ocorrência. Nada encontrei e assim recorro aos doutos historiadores deste Instituto, afim de me esclarecerem a respeito, ass.) *Washington Perry de Almeida.*»

Compareceram os seguintes sócios: José Wanderley de Araújo Pinho, Virgílio Corrêa Filho, João Baptista Magalhães, Américo

Jacobina Lacombe, Mário Ferreira França, Marcos Carneiro de Mendonça, Thiers Fleming, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Deoclécio De Paranhos Antunes, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, José Antônio Soares de Souza, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Adolfo Morales de los Rios Filho, Herbert Canabarro Reichardt, Pedro Moniz de Aragão, Antônio Carneiro Leão, Fábio de Macedo Soares Guimarães, Christóvam Leite de Castro, Eugenio Vilhena de Moraes, Washington Perry de Almeida, Apolônio Nóbrega, Ivolino de Vasconcellos, José Augusto Bezerra de Medeiros, Carlos Delgado de Carvalho, Elmano Cardim e Daniel de Carvalho.

Não havendo mais ninguém que fizesse uso da palavra, o Presidente, agradecendo a todos, dá por encerrada a assembléia geral do dia vinte e sete de setembro de 1961.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
2º Secretário

ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 3 DE OUTUBRO DE
1961. CONFERÊNCIA DO SÓCIO EFETIVO DR. APO-
LÔNIO CARNEIRO DA CUNHA NÓBREGA, SÔBRE O
PADRE GABRIEL MALAGRIDA

(SESSÃO Nº 1944)

Presidência: Embaixador José Carlos de Macedo Soares

Aos três dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e sessenta e um, por volta das dezessete horas, no Salão do Instituto, presente número legal de sócios, ausente o Presidente Perpétuo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a sessão foi aberta pelo primeiro vice-Presidente, Dr. Rodrigo Otávio Filho, acompanhado pelo 1º Secretário, grande benemérito, Virgílio Corrêa Filho.

O Presidente convida para tomar lugar à mesa os Senhores Paulo Amora, representante do Sr. Governador do Estado, D. Felipe Condurú Pacheco, sócio honorário do Instituto Histórico Dr. Christino Castelo Branco, Presidente da Federação das Academias de Letras, Dr. Ascendino da Cunha, ex-deputado Federal pelo Estado da Paraíba. O 1º Secretário lê as «Efemérides do Barão do Rio Branco» relativas ao dia. O Sr. Presidente anunciando o objetivo da sessão, dá a palavra ao orador que após as

invocações de praxe destacando as personalidades componentes da mesa inicia o estudo a respeito do *Padre Gabriel Malagrida*, cujo bi-centenário da sua estrangulação, ocorreu, a 21 de setembro próximo findo, o orador recordou diversas fases da vida do jesuíta-mártir.

Recordou a fundação do Seminário da Paraíba, em 1745, e o êrro histórico do sacerdote, político e homem de letras, Cônego Matias Freire, apontando-o como autêntico fundador do Liceu Paraibano. Tal estabelecimento de ensino, de tão belas tradições, até então, o principal daquela unidade nordestina, deve-se ao Presidente da Província, Manuel Maria Carneiro da Cunha, ao sancionar a Lei nº 11, de 24 de março de 1836. Então, interroga, como Malagrida, morto em 1761, poderia fundar o Liceu, de 1836?

Em seguida, fala do nascimento e tradição de família do homenageado, os primeiros estudos em Como, na Itália, sua terra natal, sob a orientação dos Padres Somascos, bem assim, em Milão e Genova, onde foi ordenado sacerdote e ingressou na Companhia de Jesus.

Falou do seu apostolado nos sertões brasileiros, o que realizou no Maranhão, ensinando literatura e teologia e também educando a mocidade de Belém do Pará. Evocou, ainda, a sua penetração pelas selvas brasileiras, atravessando florestas e civilizando selvagens que rivalizavam com os animais mais temíveis. Também, lembrou, as viagens até a Bahia, Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Sergipe, tudo a pé e dos seus contactos com o elemento indígena. Descreveu, a fundação dos Seminários do Pará, de Parnaíba, da Paraíba, das Casas de Recolhimento de Iguaçu, das suas famosas prédicas e por onde passava.

Descreveu o aprêço e consideração como era êle recebido pela Côrte de Portugal, nos tempos de El-rei D. João V e de D. Maria d'Austria e como a população o recebia, ao pisar em Lisboa. Fêz demorado estudo de vários Bispos brasileiros, destacando-se D. frei João de S. José Queiroz, do Pará, que foi injusto e irreverente em suas «Memórias — Visitas Pastorais, 1761/63», sendo que tais e tão escandalosas coisas aparecem no livro em aprêço, que o Conde de Sabugosa, referindo-se, ao mesmo, em *Neves de Antão* disse, «manuscrito publicado por Camilo (Camilo Castelo Branco), de cuja autenticidade alguns duvidam».

Todavia, conclue, nesta parte, o Bispo de Mariana, D. frei Manuel da Cruz, prestou-lhe, as devidas considerações, não só o

nomeando, quando Bispo do Maranhão, Reitor do Seminário de São Luís, como o convidou para fazer missões nas Minas Gerais.

Descrevendo as qualidades intelectuais do Padre Malagrida, transcreveu, o orador, versos do intrépido missionário.

Depois, estudou as causas do terremoto de Lisboa, em 1755, e da vidente revelação de Malagrida, tendo focalizado o seu livro a respeito das causas daquela pavorosa tragédia.

Foi forte, então, ao descrever as perseguições impostas pelo Marquês de Pombal, da iniqua sentença que condenou a morte o grande evangelizador dos nossos sertões e benemérito aluno de Loiola. Leu páginas de Camilo Castelo Branco, *êste monumento de cruel bestialidade* que foi a famigerada sentença do Santo Ofício da Inquisição e o julgamento de Voltaire, ao tomar conhecimento do fato, pois, «ao excesso do ridículo e do absurdo, ajunta-se o excesso do horror». Depois de lembrar o banquete que Pombal recebeu na noite em que Malagrida era garroteado, «verdadeira orgia de insensibilidade moral», disse que, baseado no historiador português Miguel de Oliveira, o famoso Ministro usou e abusou do Santo Ofício, como instrumento da sua política.

Concluindo, disse que, após dois séculos do suplicio de Lisboa, o Brasil, reverente e agradecido, lavrava a sua inapelável sentença: o Padre Gabriel Malagrida, foi um benemérito da humanidade!

O Presidente facultando aos consócios o uso da palavra, foi a mesma tomada pelo sócio benemérito Prof. Eugênio Vilhena de Moraes, que após felicitar o orador por seu trabalho em louvor do Padre Malagrida, deseja apresentar duas indicações: uma pela passagem do tricentenário do morticínio do Campo de Uruaçu pelos invasores holandeses, no Rio Grande do Norte, descrito pelo soldado Lopo Currado Garro, e reeditado pelo Arquivo Nacional em comemoração do tricentenário da restauração pernambucana e cujo volume encadernado, o autor oferece à biblioteca do Instituto Histórico. O orador pede licença para recitar o poema de sua autoria — O BRAVO POTIGUAR — João Fernandes Vieira, publicado por ocasião do Congresso Eucarístico Internacional de 1956, e que o autor o oferece ao Instituto.

O autor lembra ainda a efeméride 28-9-1889, lei da abolição da escravidão, com a Princesa D. Isabel, e do Cons^o João Alfredo cuja filha D^a Maria Eugênia, mãe do nosso confrade Dr. Pedro Moniz de Aragão, o orador dirige a sua saudação afetuosa. O confrade Dr. Pedro Moniz de Aragão, agradecendo comovido a

homenagem que o Dr. Vilhena de Moraes acaba de prestar á sua genitora pede para que se registre na ata os seus profundos agradecimentos. O Presidente agradece ao orador a bela conferência que acaba de pronunciar, bem como ao Dr. Eugenio Vilhena de Moraes pela colaboração que acaba de dar á Biblioteca do Instituto Histórico, e ao Sr. Governador do Estado o seu representante, e a todos os presentes.

Compareceram os seguintes sócios: Virgilio Corrêa Filho, João Baptista Magalhães, Mário Ferreira França, José Wanderley de Araújo Pinho, Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Adolfo Morales de los Rios Filho, Washington Perry de Almeida, Thiers Fleming, Juvenal Greenhalgh, Pedro Moniz de Aragão, Apolônio Nóbrega, Rodrigo Otávio Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, D. Felipe Condurú Pacheco, Carlos Xavier Paes Barreto, Eugenio Vilhena de Moraes, Daniel de Carvalho, Américo Jacobina Lacombe, Marcos Carneiro de Mendonça e Florêncio de Abreu.

Justificaram a ausência os sócios: Dr. Pedro Calmon, Carlos da Silveira Carneiro, Haroldo Valladão, Carlos Rizzini, Roberto Macedo, Henrique Fleiuss, José Augusto Bezerra de Medeiros.

Enviaram officios, telegramas: Deputado Dr. Lopo Coelho, Presidente da Assemblêia Legislativa, Prof. Rufino de Queirós dos Santos, Associação dos Empregados do Comércio, José da Silva Rainho Carneiro, Presidente do Liceu Literário Português.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa

2º Secretário

ATA DA SESSÃO MAGNA, REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO DE 1961, COMEMORATIVA DO VIGÉSIMO TERCEIRO ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, NA QUAL FALOU O ORADOR OFICIAL PROF. PEDRO CALMON, FAZENDO O NECROLÓGIO DOS SÓCIOS FALECIDOS

(SESSÃO Nº 1945)

Aos vinte dias do mês de outubro do ano mil novecentos e sessenta e um, por volta das dezessete horas e quinze minutos, presente, no Salão, número elevado de sócios, e convidados, foi aberta a sessão pelo Presidente Perpétuo Embaixador José Carlos

de Macedo Soares, tendo a seu lado o primeiro secretário, grande benemérito Virgílio Corrêa Filho. O Presidente convida para tomarem assento à mesa, engalanada de palmas de flôres, Dr. Joaquim Atonso Mac Dowel Leite de Castro, representante do Governador Carlos de Lacerda, Embaixador Camilo de Oliveira, Dr. Fernando Monteiro, diretor do Museu e arquivo do Banco do Brasil e Ministro Bocayuva Cunha.

O Presidente anunciando a finalidade da sessão comemorativa do vigésimo terceiro aniversário da fundação do Instituto, lamenta a perda de quatro ilustres consócios declinando-lhes os nomes: Professor Clarence Henry Haring, Prof. Manuel Augusto Pirajá da Silva, Desembargador Jose Barnabé de Mesquita e Desembargador Joao Moreira Brandao Castelo Branco, cujos necrologios estão a cargo do eminente orador do Instituto, Prof. Pedro Calmon. São convidados pelo Presidente para ocuparem cadeiras no recinto, a Senhora Dinorah Castelo Branco e filhos, viúva do saudoso consócio, bem como o Dr. J. Oliveira Filho, presidente do Instituto da Ordem dos Advogados. O Presidente dá a palavra ao primeiro Secretário para ler as efemérides do Barão do Rio Branco relativas ao dia, e o Relatório das atividades do Instituto no correr dos doze meses, o que foi feito de modo abreviado, destacando-se alguns trechos relacionados com a vida intelectual da Casa. O Presidente dá a palavra ao consócio grande benemérito, Pedro Calmon, que, sob aplausos, sobe a tribuna, ornada de belas flôres, para pronunciar a sua alocação com elogios aos consócios falecidos.

O orador começa pelo nome de Clarence Henry Haring americano, tipo Harvard Scholar, professor da latinamericanidade nas Universidades americanas, amigo do Brasil, com livros publicados sobre a nossa monarquia, a quem o orador teve ocasião de conhecer em Washington ao participar do primeiro Colóquio luso-brasileiro. Clarence Haring era sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde 1940 por proposta de Max Fleiuss.

A respeito do Prof. Manuel Augusto Pirajá da Silva, sócio honorário desde 1940, o orador se exprimiu com palavras de grande admiração pelo sábio, universalmente reconhecido por seus trabalhos no campo da parasitologia, seu mestre de História Natural no Ginásio Baiano, homem dotado de muitas qualidades morais, salientando o amor que Pirajá da Silva tinha pelas ciências naturais ao ponto de encarregar-se de reeditar e anotar cientificamente livros de sábios itinerantes como Von Spix, Von Martius

e outros, que através do Brasil, no Século XIX, fizeram o levantamento do nosso patrimônio naturalístico, e não só do século passado, mas também do Século XVI, pois a Pirajá da Silva deve-se a edição brasileira comentada do livro de Gabriel Soares de Souza, Roteiro do Brasil. O orador aludiu ainda, com justiça, a dedicação que ao mestre vem prestando o ilustre historiógrafo, Dr. Edgard Cerqueira Falcão, reeditando os trabalhos científicos do grande mestre baiano, que em São Paulo vivia na maior simplicidade e lá morreu na idade maior de noventa anos.

Os dois sócios falecidos cujo elogio o orador passa a fazer, guardam entre si uma aproximação intelectual interessante: ambos foram magistrados e historiadores apaixonados da história das suas terras natais. O primeiro, Desembargador José Barnabé de Mesquita, matogrossense, de Corumbá, polígrafo das glórias da terra natal, se iniciou cedo nas lides publicitárias com trabalhos abrangendo poesias, romances, ensaios literários, genealogia, biografias, etc. Foi o seu trabalho de reconstrução histórica versando os perigos da vida nas fronteiras de Mato Grosso, denominado — Antimural, que lhe abriu a porta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1937 como sócio correspondente.

O saudoso consócio mereceu do nosso caro confrade, Virgílio Corrêa Filho, uma conferência muito apreciada, no correr d'este ano. O segundo, Desembargador João Moreira Brandão Castelo Branco, natural do Rio Grande do Norte, magistrado no Acre, foi eleito sócio efetivo em 1956, por iniciativa do saudoso Ministro Tavares de Lyra de quem o pranteado consócio merecia o mais alto conceito como magistrado e homem de cultura. Era, diz o orador, um d'esses bandeirantes de borla e capelo que pelo sertão brasileiro se metem, verdadeiros sertanistas levando aos povoadores a disciplina jurídica, o espírito da legalidade e a plantação dos bons costumes.

Como os moços do seu tempo, Castelo Branco foi sensível ao movimento de penetração na Amazônia, para a conquista do Acre. As monografias que ele escreveu e se acham publicadas na Revista do Instituto, sobre êsse assunto, asseguram-lhe o título de historiador do Acre. São as suas acreanas. Depois que escreveu estas, voltou-se para a história do Rio Grande do Norte, publicando a respeito dela trabalhos admiráveis que valeram a sua entrada para o nosso convívio, na composição dos quais pode se ver quanto Castelo Branco era pesquisador de arquivo, e portanto autêntico historiador. Ainda a propósito dos trabalhos do Desembargador Castelo Branco, o orador emite o juízo de que êle escreveu os seus

trabalhos históricos, tanto os referentes ao Acre como os relativos à história da invasão holandesa no Rio Grande do Norte, sob a mesma motivação psicológica a defesa da integração do território brasileiro, tanto quando conquista, como no Acre, como quando reconquista, com a expulsão dos flamengos do nordeste brasileiro. Com palavras de elevada expressão cívica o orador conclui que está na homenagem de saudade e simpatia que todos os anos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro presta aos seus consócios desaparecidos, a melhor forma dê-le comemorar a passagem da data da sua gloriosa fundação.

O Presidente, agradecendo o comparecimento de todos os presentes à sessão magna, a declara encerrada cêrca das dezoito horas e vinte minutos do dia 20 de outubro de 1961.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Pedro Calmon, Virgílio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, João Baptista Magalhães, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Thiers Fleming, Lucas Alexandre Boiteux, Deoclécio De Paranhos Antunes, José Wanderley de Araújo Pinho, Estevão Leitão de Carvalho, Mário Ferreira França, Juvenal Greenhalgh, Carlos da Silveira Carneiro, Washington Perry de Almeida, Daniel de Carvalho, Pedro Moniz de Aragão, Eugenio Vilhena de Moraes, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, José Antônio Soares de Souza, D. Felipe Condurú Pacheco, Bispo de Decoriana, Mário Barata, Herbert Canabarro Reichardt, Ivolino de Vasconcellos, Cristóvam Leite de Castro, Haroldo Valladão, Florêncio de Abreu e Nelson Costa.

Justificaram a ausência os sócios: Augusto Bezerra de Medeiros, José Honório Rodrigues, Marques dos Santos, Castro Rebello, Marcos Carneiro de Mendonça, Carlos Rizzini e Hélio Vianna, Sebastião Sampaio.

Enviaram ofícios, telegramas os Srs. Deputados Dr. Lopo Coelho, Presidente da Assembléia Legislativa, Dr. Carlos Lacerda Governador do Estado da Guanabara, Prof. Flexa Ribeiro, Secretário da Educação, Diretor Arquivo Exército Cap. Levy Demóro, Associação Brasileira de Jornalistas e Escriturários, Dr. Herbert Moses, presidente da ABI, Prof. Eremildo Luiz Vianna, Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, do Presidente do Instituto de Arqueologia Brasileira, Dr. Rufino de Almeida Pizarro, Diretor da Escola Nacional de Engenharia, do Presidente da Associação dos Empregados no Comércio, e muitos outros.

Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa

2º Secretário

ATA DA SESSÃO DE 14 DE NOVEMBRO DE 1961
CONFERÊNCIA DO SÓCIO BENEMÉRITO DR. JOSÉ
AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS, SÔBRE: PRESI-
DENCIALISMO OU PARLAMENTARISMO?

(SESSÃO Nº 1946)

Presidência: Dr. José Wanderley de Araújo Pinho
(2.º Vice-Presidente)

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano mil novecentos e sessenta e um, no Salão do Instituto, por volta das dezessete horas, reunindo número bastante de sócios, realizou-se a sessão presidida pelo terceiro Vice-presidente, sócio benemérito, Dr. José Wanderley de Pinho, secretariado pelo sócio grande benemérito, Virgílio Corrêa Filho. O Presidente convida o consócio Ministro Sampaio Dória para tomar lugar à mesa. Em seguida dá a palavra ao primeiro Secretário para ler as Efemérides do Barão do Rio Branco, relativas à data. Antes de dar a palavra ao orador, consócio José Augusto, o Presidente pronuncia as seguintes palavras em homenagem à sua pessoa: «Estamos reunidos para ouvir ao eminente confrade José Augusto Bezerra de Medeiros, sôbre o tema: «Presidencialismo ou Parlamentarismo? (Evolução do problema no Brasil)», assunto de uma tal atualidade, que vai ser certamente dupla e proveitosíssima lição: — do mestre José Augusto, e da própria História . . . «a mestra da vida».

A adoção do parlamentarismo, durante o período imperial; a jornada de sua incorporação, mais aos costumes, que às leis institucionais fornece, na sua crônica, elementos de altíssimo quilate para julgamentos, interpretações e deliberações, tanto mais preciosos, quando se encaminha à perfeição a verde novidade constitucional, que ainda aí balbucia e hesita.

Guarda esta casa muitos documentos, em tantos arquivos que entesoura, que minuteiam ações e reações partidárias; formação e demissão de ministérios; e lances do decantado «poder pessoal», decorrente aliás, de prerrogativas constitucionais explícitas, e com discreção e patriotismo exercidas por Pedro II, através de manobras, resguardos, sutileza, insinuações e aqui ou ali digna voluntariosa determinação.

Sentam-se nestas bancadas muitos conhecedores, e peritos, da história política do segundo reinado. José Augusto é um deles, e dos maiores, sabendo, ao demais, como fervente adepto do regime de gabinete tirar de seus estudos, como nenhum dos

demais, conselhos e remédios capazes de robustecerem, em suas debilidades iniciais, o parlamentarismo vigente, apenas nascido e por isso vacilante de inexperiência.

Vamos aproveitar da conferência de José Augusto, não só os que fitam o passado, como os que assistimos, ou combatemos, no presente, e nos prevenimos, sempre inquietos, ante as antecipações do futuro.

José Augusto é lúcido, objetivo, informado e brilhante. Aprestemo-nos para aplaudí-lo. Vamos ouvi-lo. Tenho a honra de conceder-lhe a palavra.»

O orador demora-se na tribuna por mais de uma hora, desenvolvendo considerações de natureza histórica, primeiro, sobre o regime parlamentar, trazendo em favor do mesmo o depoimento dos maiores políticos brasileiros (cujas palavras o orador lia), depois, sobre os setenta e dois anos do presidencialismo, que não foi idéia predominante por parte dos fundadores da República, mas que foi instituído por obra da Constituição de 1891, em desfavor do qual o orador descarrega a sua crítica feita de experiência pessoal, citando os principais episódios políticos comprovadores do mal funcionamento do regimento dos quais foi testemunho na sua longa vida de política partidária.

Na impossibilidade de acompanhar todos os pontos versados pelo orador, deixemos registrado o grande interesse despertado pelo trabalho, que será publicado pela Revista, para melhor apreciação do seu conteúdo histórico e filosófico.

O Presidente, agradecendo ao orador a magnífica contribuição para o estudo do assunto, agradece também o comparecimento das pessoas que se achavam no recinto, atraídas pelo conferencista e declara encerrada a sessão, por volta das dezenove e meia horas do dia 14 de novembro de 1961.

Compareceram os seguintes sócios: José Wanderley de Araújo Pinho, Virgílio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Henrique Fleiuss, Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, João Baptista Magalhães, Lucas Alexandre Boiteux, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Carlos da Silveira Carneiro, Apolonio Carneiro da Cunha Nóbrega, Daniel de Carvalho, Washington Perry de Almeida, Pedro Moniz de Aragão, Estevão Leitão de Carvalho, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, José Augusto Bezerra de Medeiros, Antonio Sampaio Doria, Eugenio Vilhena de Moraes, Antonio Carneiro Leão, Alvaro Alberto da Motta e Silva, Florêncio de Abreu, Marcos Carneiro de Mendonça.

Justificaram a ausência os sócios: Marques dos Santos, Américo Jacobina Lacombe, Délio Vianna, Deoclécio De Paranhos

Antunes, Heraclides Cesar de Araújo, Mário Barata e Thiers Fleming.

Enviaram telegramas e ofícios: Governador Dr. Carlos de Lacerda, Dr. Herbert Moses, Presidente da ABI; Associação Comercial, Liceo Literário Português e muitos outros.

Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa
2.º Secretário

ATA DA ASSEMBLÉIA-GERAL EM 15 DE DEZEMBRO
DE 1961. REELEIÇÃO DA DIRETORIA E COMISSÕES
PERMANENTES PARA O BIÊNIO DE 1962-1963

(SESSÃO Nº 1947)

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano mil novecentos e sessenta e um, por volta das dezesseis horas, na Sala do 1.º Secretário, na sede do Instituto à rua Augusto Severo, presente número legal de sócios, em segunda convocação, realizou-se a sessão presidida pelo Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares ladeado, à mesa, pelos primeiro e segundo secretários, respectivamente, sócio grande-benemérito Virgílio Corrêa Filho e sócio efetivo, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa. O Presidente, declarando a finalidade da assembléia — proceder à eleição da Diretoria e das Comissões Permanentes para o nôvo período regulamentar — pede ao 1.º Secretário que proceda à leitura do Artigo dos Estatutos 54 que regula a matéria. Procede-se à eleição, com 18 votantes, em duas chapas: uma para Diretoria e outra, para as Comissões Permanentes. A primeira chapa contendo os nomes dos atuais Diretores, foi sufragada integralmente com quinze votos, para cada um, além de votos em branco e de chapas com substituição de nome nas alíneas: Para segundo vice-presidente, em vez de Wanderley de Pinho, Eugênio Vilhena de Moraes, para 3.º Vice-presidente, em vez de Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Américo Lacombe; para 1.º secretário, José Antônio Soares de Souza; para segundo Secretário em vez de Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Marcos Carneiro de Mendonça e para tesoureiro, almirante Washington Perry de Almeida. A chapa para Comissões Permanentes foi sufragada por quinze votos integrais, havendo votos em branco e chapas com substituição de nome, nas seguintes alíneas: Comissão de História, uma com o nome de José Antonio

Soares de Souza e outra com o nome de Nelson Costa; na de Admissão de sócios, uma com o nome de Mário Ferreira França (uma em branco); na de Fundos e Orçamento, uma com o nome de Pedro Moniz de Aragão. As demais Comissões — de geografia, arqueologia, bibliografia e estatutos — tiveram as suas chapas sufragadas integralmente. O resultado da eleição foi lido pelo segundo Secretário, com a declaração do nome de cada um dos eleitos. O Presidente da Assemblêia marca o dia sete de janeiro, indicado pelo artigo 25 dos Estatutos; é, nesse ano, domingo

O Presidente facultando a palavra aos sócios, fez uso dela o consócio Marcos Carneiro de Mendonça para ler a seguinte proposta:

Senhor Presidente

Prezados Consócios.

Há dias, em uma das nossas reuniões, falou-se na necessidade de serem os nossos Estatutos alterados e atualizados.

Caso isso se dê, pensei na conveniência de criarmos uma classe especial de sócios estagiários que, como pesquisadores e auxiliares de pesquisas, fôssem aqui se preparando para, em futuro próximo, se tornarem grandes conhecedores da nossa história e dos imensuráveis tesouros documentais que aqui temos por conhecer, analisar e revelar.

É baseado na existência das nossas atuais Faculdades Superiores de Filosofia que encontro razão e base para fazer esta proposta; sobretudo por estarem à testa das suas cadeiras de História vários sócios do Instituto, aos quais poderia caber preferência na indicação dos jovens candidatos à formação do quadro de «estagiários-pesquisadores», que ora proponho criar-se. Seria ele constituído exclusivamente por estudantes dessas Faculdades de ensino superior, que poderiam, quando muito, ser mantidos nesse nôvo quadro de sócios, até um ano após a sua formatura, em qualquer dessas mesmas Faculdades.

Por se tratar de uma classe estudantil, classe de simples estagiários, os seus direitos e deveres deverão ser rigorosamente estabelecidos pelo regimento que já deverá ter sido feito e aprovado pela Assemblêia Geral do Instituto, quando os novos socios tomarem posse e prestarem o devido juramento a ser também, para isso, organizado.

Penso em vinte (20) estagiários-pesquisadores. O Regimento pelo qual a conduta dos novos sócios, dentro e fora do Instituto

deva se pautar, deve ser dêles conhecido e aceito quando prestarem o já referido juramento de posso.

Com a palavra o consócio benemérito Leão Teixeira Filho pede a inserção, na ata de um voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Julião Rangel de Macedo Soares; aludindo a proposta que acabava de ser feita por Marcos Carneiro de Mendonça, acha que a mesma deve ser encaminhada á Comissão, recém-nomeada pelo Presidente do Instituto para estudar a reforma dos Estatutos e sugere ainda que o prazo de noventa dias marcado para a realização dêste trabalho seja prorrogado por cutros noventa dias, tendo em vista o período de férias em que o Instituto vai entrar. Esta sugestão foi aprovada. O consócio grande benemérito, Estevão Leitão de Carvalho, indaga se a comissão para tratar da reforma dos Estatutos é nova, ou se é a antiga Comissão da qual êle faz parte. É-lhe respondido que se trata de nova comissão para estudar as propostas dos sócios para a reforma dos mesmos. O sócio Mário Ferreira França, pede um voto de pesar pelo falecimento do Acadêmico Luiz Edmundo, que sendo um literato, foi também um historiógrafo apreciado do Rio de Janeiro. Foi aprovada a proposta Mário França. O consócio benemérito, Canabarro Reichardt, interpretando o pensamento dos confrades presentes, propõe um voto de aplauso à Diretoria pelo esforço despendido em fazer a mudança e a adaptação dos serviços do Instituto às novas condições do prédio, e junta a esta proposta um voto de congratulações pela passagem do nôvo ano. Virgílio Corrêa Filho comunica que os trabalhos para a construção da nova sede do Instituto estão iniciados, como se pode ver através da janela da sala em que se realiza a assembléia.

Marcos Carneiro de Mendonça tem a palavra de elogio para a limpeza da fachada do edifício do Silogeu, restituído, agora, a antiga beleza arquitetônica. Ainda o mesmo pede um voto de louvor para o pessoal administrativo do Instituto, que procedeu à mudança da biblioteca, sem a perda de um livro sequer, proposta que o benemérito, João Baptista de Magalhães, pede para que seja no voto explicito o nome da Chefe da Secretaria, Senhora Adelaide Morosini Alba.

A estas manifestações de simpatia da assembléia para com os funcionários da Casa, propõe Canabarro Reichardt que se concretize a mesma na concessão de uma gratificação de um mês de vencimentos, a todos os seus empregados.

Com esta proposta aprovada, é a sessão levantada pelo Presidente da Assembléia, por volta das 17 horas do dia 15 de dezembro de 1961.

Compareceram os seguintes sócios, alguns dos quais, depois de iniciado o processo das eleições, da qual não participaram: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Deoclécio De Paranhos Antunes, João Baptista Magalhães, José Wanderley de Araújo Pinho, Thiers Fleming, Pedro Calmon, Hêlio Vianna, Mário Ferreira França, Estevão Leitão de Carvalho, Nelson Costa, Herbert Canabarro Reichardt, José Antonio Soares de Souza, Luiz Felipe Vieira Souto, Washington Perry de Almeida, Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa e Marcos Carneiro de Mendonça, Carlos da Silveira Carneiro, Daniel de Carvalho, Fábio de Macedo Soares Guimarães e Justo Pastor Benitez.

Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa

2.º Secretário

APRECIACÃO DO LIVROS

GILBERTO FREYRE — *O Luso e o Trópico*. Nota introdutória de José Caeiro da Matta. Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Publicações do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos, 1961.

O nôvo livro do Sr. Gilberto Freyre traz o seguinte subtítulo: «Sugestões em tôrno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da européia num complexo nôvo de civilização: o luso-tropical». Dezesete são os trabalhos contidos no volume, além de uma Introdução, todos em tôrno desse tema de que o sociólogo brasileiro se constituiu, nos últimos anos, não só o criador, mas também constante divulgador. Vários são, portanto, os aspectos em que apresentou o estilo de civilização que denominou «luso-tropical». Começou pelo processo ecológico português de ocupação de terras, examinou tanto a experiência lusitana na América, como a realizada na África, Ásia e Oceânia. Camões e Fernão Mendes Pinto foram aí com tôda razão apresentados como «tropicalistas». Manifestações artísticas tipicamente luso-tropicais, aparecem em vários capítulos. Nem foram esquecidas as contribuições a propósito oferecidas pela língua portuguesa e pela religião católica. Aproveitando a oportunidade oferecida pelas comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique, o Navegador, apresentou-o Sr. Gilberto Freyre como «pioneiro de uma política social de integração de não-europeus no sistema luso-cristão de convivência». Versa o último capítulo de *O Luso e o Trópico* o problema da «integração de raças autóctones e de culturas diferentes da européia na comunidade luso-tropical».

Livro principalmente de sugestões, às vêzes reiteradamente apresentadas, oferece muitos temas para estudo e desenvolvimento por parte de especialistas que aceitem as preliminares estabelecidas pelo autor, quanto à idéia central do luso-tropicalismo. Nesse sentido, não deixou de estranhar que por Arnold Toynbee não fôsse considerado pelo menos como «estilo de civilização» o

português ultramarino. A seu favor não poupa argumentos, que vão dos referentes à culinária ao culto dos mortos, dos relativos ao aproveitamento de plantas exóticas e indígenas aos concernentes à arquitetura luso-tropical.

Embora caracterizado por um fundo nitidamente de exaltação e reivindicação, não se poderá dizer que com isso teria o Sr. Gilberto Freyre perdido ou diminuído seu espírito crítico de escritor independente. Ao contrário, não teve dúvida em discordar de exigências claramente colonialistas, fora da tradição portuguesa, que pessoalmente verificou, ao visitar a Companhia dos Diamantes, de Angola.

Tôda a sua tese luso-tropicalista acha-se atualmente comprometida com o que se passa nessa mesma região africana. Conforme o que o tempo deixar apurado, quanto às razões de não ter sido Angola *um outro Brasil*, confirmar-se-á, ou não, muitas de suas asserções generalizáveis para todo o mundo português.

Embora *O Luso e o Trópico* mais se refira à projeção portuguesa na África, Ásia e Oceânia, natural é que o Brasil, sem dúvida a maior obra de Portugal, muito apareça em suas páginas, tratando-se de trabalho do mais graduado de nossos sociólogos, felizmente ainda em plena atividade criadora. Assim, reputamos muito feliz sua conclusão, de que «cada dia considera mais esse Brasil uma combinação de Brasis: o Sul completado pelo Norte, o litoral pelo Centro; o presente, pela tradição; a técnica, pelo espírito; Brasília por Olinda» (pág. 310). Respeitamos suas restrições aos excessos do industrialismo em nosso país; aceitamos que nossa arquitetura deva ser adequada à nossa pobreza, não preferentemente monumental; mas temos dúvidas quanto aos repetidos exageros da influência judaica no Brasil colonial e também quanto à maior conveniência de que tivesse sido gradual a abolição da escravatura, pois esta foi inevitável vitória de um grande e irreprimível movimento de opinião humanitária e, conseqüentemente, incontrollável.

Helio Viança

BIO-BIBLIOGRAFIA DOS SÓCIOS

DR. HERBERT CANABARRO REICHARDT

1) Nascido em 27 de fevereiro de 1889 na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

2) Filiação — Filho de Augusto Reichardt e D. Candida Canabarro Reichardt — ambos naturais do mesmo Estado.

3) Neto pelo lado paterno de Luiz Reichardt, natural da Alemanha, Idar-Oberstein Renania e D. Margarida Lang Reichardt, nascida em S. Leopoldo — Rio Grande do Sul.

4) Pelo lado materno neto de João Vieira Canabarro e D. Justina Maria da Silva Canabarro; aquele nascido no Triunfo, sobrinho do General David Canabarro, herói farroupilha e da guerra da Paraguai e esta, natural do Rio Pardo.

5) Colegio — Frequentou, em Pôrto Alegre, a «Escola Brasileira», renomado estabelecimento de ensino, dirigido pelo Prof. Inácio Montanha, que deixou fama de emérito educador.

6) Curso Superior — Em 1905 matriculou-se na então «Faculdade Livre de Direito de Pôrto Alegre», hoje incorporada à «Universidade do Rio Grande do Sul», formando-se em Ciências Jurídicas e Sociais, em 20 de dezembro de 1909. Foi contemporâneo de Getúlio Dorneles Vargas nessa Faculdade, e colega de ano de João Neves da Fontoura

7) Vindo para o Rio de Janeiro em 1910 foi nomeado auxiliar de Auditor de Guerra, passando a servir na 1ª Região Militar, sediada nesta Cidade. Em 12 de maio de 1934 foi nomeado Advogado de Ofício da Justiça Militar. Em 25 de março de 1935 nomeado Promotor. Em 16 de julho de 1940 Auditor.

8) Em 1914, inscreveu-se no concurso para professor da cadeira de Direito Penal Militar na Escola Naval de Guerra, apresentando a tese: «A Justiça Militar no Brasil e o Problema da Reforma.»

9) Advogou no foro do Rio de Janeiro, até 1940, quando foi nomeado Auditor da Justiça Militar.

10) Em 1917 foi admitido como membro do «Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros», onde atuou por muitos anos, ocupando varios cargos, inclusive o de Secretario Geral.

11) Dentre os trabalhos apresentados aquele sodalicio, destaca-se, pela repercussão que teve na posterior reforma do Código do Processo Civil, o trabalho apresentado ao 1º Congresso Nacional de Direito Judiciário: «A Reforma do Processo Civil Oralidade e Concentração.»

12) Ainda, para o 1.º centenário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros (1843-1943), apresentou o trabalho: «Esboço de uma História do Direito Militar Brasileiro», que teve, posteriormente, elogiosa referencia na «Revista Espanhola de Derecho Militar» editada em Madri.

13) Como delegado do Instituto dos Advogados recebeu à IIª Conferência Internacional de Juristas, promovida pela «Internacional Bar Association», em Haia — Holanda, em agosto de 1948 — tendo apresentado o trabalho: «Du traitement des prisonniers de guerre (Symposium I — Progressif développement de la loi internationale)».

14) Em 26 de novembro de 1924, contraiu casamento com D. Dagmar de Almeida Guimarães, filha do comendador Américo de Almeida Guimarães e de D. Elisa Carvalho de Almeida Guimarães, naturais de Maceió, Estado de Alagoas, de cujo consórcio houve os seguintes filhos: I — Americo Augusto Guimarães Canabarro Reichardt, advogado, nascido em 23 de agosto de 1926, casado com D. Ana-Maria Souza Aguiar Rego Monteiro.

II — Herbert Guimarães Canabarro, engenheiro civil, nascido em 2 de outubro de 1928, casado com D. Marilú Coutinho Barbosa,

III — Maria Elisa Reichardt Melecchi, nascida em 16 de outubro de 1929, casada com o Capitão de Fragata Helio Sidney Melecchi,

IV — Gabriel Guimarães Canabarro Reichardt, engenheiro de aeronáutica, nascido em 2 de dezembro de 1930, casado com a Drª Zilma Albuquerque Cavalcanti.

15) Em 1921 — inscreveu-se no concurso para a cadeira de Alemão no Colegio D. Pedro II — com a tese: «Da Lingua Alemã — Notas psico-filológicas.»

16) É sócio benemérito da Sociedade Sul Rio Grandense, ocupando diversos cargos em varias diretorias, tendo, por ocasião do 70º aniversário, pronunciado uma conferência sobre: «Idéias de Liberdade no Rio Grande do Sul — A Guerra dos Farrapos.» — J. do Comércio em 20-11-1927.

17) Por iniciativa daquela mesma Sociedade, por ocasião do centenário da revolução farroupilha no Rio Grande do Sul, 1835-1935 concorreu, com historiadores rio-grandenses, para a Edição do Centenário Farroupilha, com um estudo biográfico sobre «David Canabarro.»

18) No 2º Congresso de História Nacional, realizado em 7 de abril de 1931, por iniciativa dêste Instituto, concorreu com um estudo biográfico sobre «Bento Gonçalves». Sobre êsse trabalho, assim se referiu o Dr. Rodrigo Octavio Filho, seu relator:

«O Dr. H. Canabarro Reichardt, autor da biografia de Bento Gonçalves, é evidentemente um biógrafo moderno, segundo o conceito de Maurois. O seu trabalho realmente magnífico, ilustrará como um dos melhores, as páginas dos «Anais dêste Congresso.»

«A figura de Bento Gonçalves surge, das páginas do seu biógrafo, com tôda a grandeza histórica que brotou de sua vida de herói. E o dr. Canabarro Reichardt justifica, durante todo o seu longo trabalho, o principio de que «em tôda a civilização, em todo acontecimento histórico, há sempre, no fundo, uma idéia, um ideal, uma filosofia. São as idéias que conduzem os povos para o apogeu ou para a ruína», concluindo (pag. 261) que nessa longa guerra, que se seguiu à revolução republicana de 20 de setembro, os seus principais personagens, interpretaram sempre as idéias vivas e aspirações do povo rio-grandense.»

«Metódico, conciso e erudito é o trabalho do dr. Reichardt. No antelóquio, estuda as idéas opostas de Keyserling e de Spengler, bem como o fator pessoal nos sucessos históricos. Com clareza expõe o autor a tese que para Keyserling o homem é a chave da história, o verdadeiro criador dos acontecimentos, reduzindo-se ela a uma sucessão de biografias, onde os heróis emergem como marcos miliários da civilização, Spengler, porém, pensa que os métodos de investigação histórica são os sentimentos, intuições, comparações e a imediata certeza interior. Os dados do passado, cronologia, estatísticas, homens e figuras, formam apenas o seu tecido consistente e rígido (pág. 10).

«E do jogo dessas idéas, em que a filosofia e a história se chocam, conclui o dr. Reichardt que a filosofia será sempre o apanágio de uma elite intelectual, ao

passo que a história, pelo seu trato humano, é uma espécie de bíblia da humanidade.»

No concurso anual que a Academia Brasileira de Letras realiza, o livro «Bento Gonçalves», colocou-se entre os laureados de 1933.

19) No 3.º Congresso de História Nacional, destinado a comemorar o centenário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em outubro de 1938, concorreu com o trabalho «Idéia Federativa», cujo programa traçado para aquêle certame tenha seu ciclo limitado até a proclamação da República. Posteriormente, foi o trabalho ampliado e publicado em 1961 pelo Instituto Nacional de Ciência Política, com o título: «Getúlio Vargas e a Idéia Federativa.»

20) Proposto para membro dêste Instituto pelo saudoso secretário perpétuo dr. Max Fleiuss, foi admitido em 12-5-37 como sócio efetivo; elevado a benemérito na Assembléia Geral de 26 de abril de 1960.

21) Conferências realizadas no Instituto Histórico:

«Vida de David Canabarro» — em 27 de agosto de 1934 — Jornal do Comércio de 14/10/34,

«A Fundação de Porto Alegre» — em 26-7-37 — J. do Comércio de 15-8-37,

«Vida do Marechal Francisco José Teixeira Junior — em 2 de julho de 1940 — J. do Comércio de 4-8-960.

«Discurso de recepção do Desembargador Florêncio de Abreu neste Instituto» — em sessão de 16-11-1953 — J. do Comércio de 20 de novembro de 1953.

«Taunay e a História do Café no Brasil, sua importância econômica, social e política» — Conf. da série Curso Affonso d'Escagnolle Taunay, realizado por êste Instituto em memória daquele eminente consócio. Revista do Instituto — Volume 248, página 178.

«Godofredo Cunha, o homem e o magistrado», setembro de 1960 — publ. no volume 249 — da Revista do Instituto, pág. 173.

22) Compareceu como representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao Terceiro Congresso Internacional de História da América, realizado em Buenos Aires, em 17 de outubro de 1960 — para comemorar o 150º aniversário da Revolução de maio, onde pronunciou uma saudação apresentando relatório publicado no vol. 249 da Revista do Instituto, pág. 427.

23) Compareceu às «Jornadas Hispanoamericanas de História» realizadas em Assunção — Paraguai de 17 a 24 de outubro de 1960, apresentando um trabalho e pronunciando uma saudação em nome dêste Instituto, conforme consta do relatório publicado no nº 249 da Revista do Instituto, pág. 433.

24) Sob o título: «Ainda o Historiador Político» — Jornal do Comércio de 28 de julho de 1931, a propósito da personalidade de David Canabarro, publica a polêmica entre o Dr. Canabarro Reichardt, e o Dr. Virgílio Corrêa Filho, então redator daquela fôlha.

25) Fundou em 9-8-39, a «Associação de Pais de Família», destinada a defender a família cristã e a formação moral das crianças, sendo seu primeiro presidente. Entrevista do «Globo» de 9-8-39. Fotografias do «Globo», «Correio da Manhã» e «Imparcial» de 11-8-39.

26) Compareceu ao «Primeiro Congresso Interamericano de Associações de Pais de Família», realizado em Lima — Peru, em 25 a 31 de outubro de 1952, tendo o J. do Comércio de 27 de janeiro de 1953 publicado o artigo «Impressões de uma viagem ao Peru.» «El Comercio» de Lima, a propósito publicou um artigo assinado por Gonzalo Reparaz, intitulado «Geografía y comprensión Internacional.»

27) É Vice-presidente da U.N.A.F. — União Nacional das Associações Familiaes», que reúne todas as Associações de Pais de Família do Brasil e que tem promovido jornadas e congressos em várias capitais: Rio de Janeiro, Salvador e Belo-Horizonte.

28) É membro do Instituto Histórico de Petrópolis, onde realizou a conferência:

«O Conde D'Eu no Panorama Imperial» — J. do Comércio de 15 de janeiro de 1956 e «Tribuna de Petrópolis» de 1 de janeiro de 1956.

29) Foi eleito orador oficial do mesmo Instituto, no biênio de 59/60, cabendo-lhe fazer o elogio fúnebre dos sócios falecidos.

30) Pronunciou um discurso em 19 de abril de 1948 — no Teatro Municipal, na comemoração do tri-centenário da primeira batalha de Guararapes — sob o patrocínio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil — J. do Comércio de 22 de abril de 1948.

31) Por ocasião das comemorações do Centenário Farroupilha em 20 de setembro de 1935, em Pôrto Alegre, às quais

compareceu como representante do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, foi alvo das homenagens do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, que lhe ofereceu um banquete no qual discursou o seu presidente Dr. José Luiz de Almeida Martins Costa. Os intelectuais gauchos, também ofereceram-lhe um jantar, no Restaurante Farroupilha, no recinto da Exposição, sendo orador o historiador prof. Walter Spalding. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul realizou uma sessão, na qual foram recebidos o Sr. De Paranhos Antunes e o Dr. Herbert Canabarro Reichardt, que discursou, tecendo considerações sobre a data centenária e historiadores riograndenses. — «Correio do Povo» de 25-9-1935 e «Diário de Notícias».

32) No Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul realizou uma conferência: «A literatura Farroupilha no Centenário». — «Correio do Povo» e «O Jornal» do Rio, 29 de outubro de 1935.

33) Na Sociedade Brasileira de Filosofia, em 17-7-1941, realizou a conferência: «A Filosofia na Tragédia Grega». Notícia no J. do Brasil de 19-7-1941.

34) Na «Sociedade Brasileira de Geografia» realizou uma conferência em 3-10-1949, ao ensejo do transcurso do centenário de nascimento do estadista Amaro Cavalcanti. — J. do Comércio de 6-10-1949.

35) Na Sociedade Brasileira de Filosofia, em sessão especial de posse do novo Presidente, saudado pelo Comte. Cesar Xavier, o Dr. Canabarro Reichardt pronunciou o discurso. — J. do Comércio de 13-7-1951.

36) Na sessão comemorativa do 25º aniversário da Sociedade Brasileira de Filosofia, reverenciando a memória do General Moreira Guimarães, e dos consócios falecidos, ministro Filadelfo Azevedo, Taciano Acioli Monteiro, General Manoel Araripe de Faria, drs. Edgard Ismael da Silveira e Artur Lins de Vasconcelos Lopes, o presidente Dr. Canabarro Reichardt pronunciou a oração publicada no J. do Comércio de 29-4-1952.

37) Ainda, na Sociedade Brasileira de Filosofia, na posse da nova Diretoria o seu presidente pronunciou o discurso publicado no J. do Comércio de 1 de maio de 1953.

38) Ao ensejo do XI Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Porto Alegre, em 12 de maio de 1954, foi saudada a sua presença na capital do Estado pelo «Correio do Povo» e foi recebido em sessão solene na Associação de Pais de Família do Rio Grande do Sul — «Jornal do Dia» de 15-5-1954.

39) Na Sociedade Brasileira de Geografia, em sessão realizada em junho de 1954, apresentou relatório sobre o XI Congresso Brasileiro de Geografia — J. do Comércio de 11-5-1954.

40) Na Sociedade Brasileira de Filosofia, nas sessões comemorativas da fundação da Sociedade, pronunciou discursos publicados no J. do Comércio de 1-5-1955 e 30-1-1956.

41) Na sessão comemorativa do 74º aniversário da Sociedade Brasileira de Geografia, discursou sobre a vida e a obra do Marechal Candido Mariano Rondon — J. do Comércio de 19 de março de 1957.

42) No Congresso de Direito-Militar, organizado pelo Superior Tribunal Militar, para comemorar o 150º aniversário de sua fundação, o Dr. Canabarro Reichardt apresentou as seguintes teses: «Crimes militares por elementos das Polícias Militares, Disciplina e Código disciplinar», e «Organização Judiciária Militar Federal e suas anomalias.»

43) Artigos de Jornal: O Jornal 9-926 — «A crise, suas causas e remédios».

Jornal do Brasil — 2-1-926 — «As condições técnicas de uma estabilização.»

«O problema da reforma monetária» 24-1-927.

«Reajustamento dos princípios democráticos» (1927).

«Estabilização e equilíbrio orçamentário» 1-10-1927.

«O Retrospecto Comercial e a reforma monetária» 29-3-1928.

«Interpretação de um sistema e de um texto» — 22-6-1958.

O Economista:

«Jornal do Comércio versus reforma monetária» — 4/1928.

«Problemas de Política Monetária» — 7/928.

«Confrontos Monetários» — 1/1929.

«A Situação Financeira e o Retrospecto Comercial» — 2/1929.

«A Crise e a Política Bancária» — 6/1929.

«Finanças e Política» — 8/1929.

«O Problema do Café» — 10/1929.

«Cais Monetário» — 12/1930.

Jornal do Comércio:

«A Filosofia de Keyserling» — 13/10/1929.

«Réplica» do Padre Pedro Gaston R. da Veiga — 20/10/1929.

«A Epopeia Farroupilha» — 14/5/1933.

«A Geopolítica e a Consciência Geográfica da Nação» — 19/1/1947.

«O Problema do Trabalho» de Alceu Amoroso Lima — 11/1/1948

- «Bosquejo sobre a Formação do Brasil Meridional» — 23/9/1951.
«Perfil de Magistrado» — 13/4/1952.
«Joaquim Murtinho nas palavras de um relatório — 7/1/1954.
«J. C. de Macêdo Soares — Historiador» — 17/10/1954.
«Liberalismo ou dirigismo» — 17/10/1954.
«James Darcy e seu tempo» — 12/12/1954.
«S. Paulo no seu IV Centenário» — 6/3/1955.
«Questões religiosas — Brasil e Argentina» — 17/7/1955.
«Eugenio José d'Almeida e Silva (centenário de nascimento)» — 12/8/1955.
«A margem de um discurso na Academia Brasileira» — 9/10/1955.
«O Fanatismo da Lei e a Função do Juiz» — 24/6/1956.
«A Mensagem do Deserto» — 14/10/1956.
«Michete Sciacca e o Pensamento Filosófico Italiano» — 9/12/56.

44) *Condecorações:*

«Ordem do Mérito Jurídico Militar»
Cruz Vermelha Portuguesa.

Medalhas:

Marechal Caetano de Faria.
Marechal Hermes da Fonseca.
Marechal Francisco de Souza Aguiar.

45) No «Instituto Histórico de Petrópolis» em 2 de dezembro de 1958, realizou a conferência: «A Política Imperial e os Conselhos de D. Pedro II à sua filha Princesa D. Isabel».

46) No «Pen-Club do Brasil» — em 9 de dezembro de 1959, realizou uma conferência sobre: «José de Araujo Ribeiro — Visconde do Rio Grande e sua obra: O fim da criação».

47) «Impressões de Viagem» — (Holanda — Bélgica — França, Suíça e Itália) — publ. no Vol. 237 da Revista do Instº Histº e Geogº Brasº.

48) *Trabalhos inéditos:*

I — «Viagem pela Alemanha: Munique e Francfort. O Reno. Sua importância geográfica. Cidades e lendas. Riqueza do solo e aproveitamento pelo homem.» 1957.

II — «A França no apos-guerra e seus arquivos (Archives Nationales)». 1957.

III — «Impressões Londrinhas». Hyde Park de ontem e de hoje. Velhos castelos e a decadência da aristocracia. A Torre de Londres: as jóias da coroa superam um passado sangrento. Luta de nobres e reis criam os «direitos do homem». O equilíbrio político cria o parlamentarismo e a «Common wealth». 1957.

IV — Impressões da Itália. Roma. Capela Sixtina. Michelangelo e Rafael». 1957.

«Através dos Estados Unidos» — 1961.

«Ensaio de Filosofia Bergsoniana», com prefácio do Gal. Moreira Guimarães.

49) É autor da obra: «Código Penal Militar» (Comentários ao diploma legal) — (1945) — Editora: A. Coelho Branco F.^o — Rio de Janeiro.

NOTICIÁRIO

PORTARIA

O Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, de acôrdo com o artigo 30 § 54 dos Estatutos, e em cumprimento do que aprovou a Assembléia-Geral, realizada a 27 de setembro de 1961, nomeia a *Comissão Especial*, constituída pelos sócios: Apolônio Nóbrega, Carlos da Silveira Carneiro, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Ildefonso Mascarenhas da Silva, José Augusto Bezerra de Medeiros, José Wanderley de Araújo Pinho, Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa e Virgílio Corrêa Filho, para estudar e apresentar «dentro de 90 dias as bases de uma reforma, que em seguida serão aprovadas em conformidade com as prescrições concernentes à Reforma dos Estatutos» consoante preceitua o artigo 39 § 1º e artigo 90 § único.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1961. *José Carlos de Macedo Soares*.

CARTA DO MINISTRO JOÃO CAFÉ FILHO AO PRESIDENTE DO INSTITUTO HISTÓRICO

Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1961

Exmo. Snr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares

Saudações.

Acuso o recebimento de seu ofício de 10 de outubro último, através do que tomei conhecimento de que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do qual, meritôriamente, V. Excia. é o Presidente Perpétuo, em Assembléia do dia 27 de setembro p.p., por nímia gentileza de seus associados, houve por bem conceder-me o título de seu Presidente de Honra.

Confesso-lhe que não foi sem comover-me que recebi essa distinção, porque considero êsse Instituto um dos órgãos de maior valor cívico patriótico de nossa terra, admirando profundamente

os objetivos dos trabalhos que desenvolve, em prol de uma constante integração nacional, pelos estudos de seus fatores históricos e geográficos.

À comunidade do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que propiciou bondosamente a este seu admirador a láurea de poder figurar na distinta galeria de sua presidência honorífica, desejo transmitir, na pessoa de V. Excia., os meus profundos e sensibilizados agradecimentos, reiterando-lhe o aprêço de minha simpatia e os melhores votos para a sua proficiente continuidade.

Receba a penhorada e cordial saudação do *João Café Filho*.

1º SIMPÓSIO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR

De 15 a 20 de outubro de 1961 reuniu-se na cidade paulista de Marília, por iniciativa de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o 1º Simpósio de Professores de História do Ensino Superior. Tinha por objetivo estudar os problemas relativos ao ensino nos Cursos de História das Faculdades preparadoras de professores do ensino médio e de pesquisadores, em número de mais de setenta já existentes por todo o país, integradas em Universidades ou isoladas, públicas ou particulares. Compareceram representantes de mais de metade dessas escolas superiores, dentre os quais vários membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, como os senhores Pedro Calmon, reitor da Universidade do Brasil; Helio Vianna, professor catedrático de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia, e Sérgio Buarque de Holanda, professor catedrático de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

TEMAS EXAMINADOS

Foram os seguintes os temas abordados no Simpósio, tendo como relatores professores catedráticos das Universidades de São Paulo e do Brasil e da Faculdade de Filosofia de Marília: «História Antiga e Medieval, História Moderna e Contemporânea — problemas suscitados pelo ensino dessas quatro disciplinas em duas cadeiras do currículo», pelos professores Eurípedes Simões de Paula e Eduardo d'Oliveira França. Os estudos de História da América e de História do Brasil no curso universitário: ensino tradicional e renovação, pela professora Alice Piffer Cannabrava. «O lugar das disciplinas pedagógicas no Curso de História»,

pela professora Maria Yedda Leite Linhares. «Matérias complementares e auxiliares e o alargamento do horizonte no estudo da História», pelo professor Eremildo Luiz Vianna. «A especialização. As condições por ela presupostas e as possibilidades inerentes ao Curso de História no Brasil», pelo professor Carl Valeer Frans Laga. «Reestruturação do currículo do Curso de História», pela professora Olga Pantaleão.

Todos êsses temas foram amplamente debatidos por muitos participantes do Simpósio, redigindo-se, no final dos trabalhos, as conclusões a que chegaram.

CONFERÊNCIAS E EXPOSIÇÃO DE HISTÓRIA

À margem do temário do Simpósio, nêle pronunciaram conferências o professor M. Mollet, da Sorbonne, sob o título: «Para um estudo equilibrado da História. Ensino e pesquisa», o Sr. Rubens Borba de Moraes, organizador da Biblioteca das Nações Unidas, sôbre «História e Bibliografia», o professor Pedro Calmon sôbre a História do Brasil.

Nos salões do Marília Tênis Clube realizou-se uma Exposição de História do Brasil, em que figuraram valiosas peças, emprestadas por particulares e entidades oficiais de São Paulo e Rio de Janeiro, inclusive a Biblioteca Nacional.

CONCLUSÕES DO SIMPÓSIO

Várias moções foram aprovadas no Simpósio, a fim de serem encaminhadas às autoridades do ensino superior do país, inclusive para aproveitamento na anunciada reforma universitária. Entre elas as relativas às seguintes sugestões:

1 — Preservação dos Arquivos públicos e particulares. 2 — Facilidades para importação de livros, revistas, microfilmes e microfichas. 3 — Extensão de tempo integral a todos os professores de História. 4 — Realização de Cursos de Férias. 5 — Organização de Arquivos e Museus regionais. 6 — Apoio ao Grupo de Trabalho do Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia, que pretende microfilmar a documentação dos Arquivos africanos de interesse para o Brasil. 7 — Liberdade na elaboração dos currículos para tôdas as Faculdades de Filosofia do país. 8 — Realização de cursos de História Contemporânea relacionados com os acontecimentos mais relevantes que ocorrem no presente. 9 — Apêlo às Faculdades para que não tenham mais de cinco disciplinas ou cadeiras em cada série. 10

— Formação de um Grupo de Trabalho para promover a revisão da terminologia científica da História. 11 — Criação da cadeira de Introdução aos Estudos Históricos.

SOCIEDADE DE PROFESSORES DE HISTÓRIA

Uma das mais importantes conseqüências do 1º Simpósio de Professores de História foi a criação da Sociedade de Professores de História, de âmbito nacional, com sede em São Paulo, encarregada de acompanhar a execução das propostas aprovadas na reunião de Marília e de organizar os futuros Simpósios, sendo o próximo, de 1962, em Curitiba. Para a sua presidência foi escolhido o professor Eremildo Luiz Vianna, catedrático de História Antiga e Medieval e diretor da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil; vice-presidente, a professora Cecília Maria Westphalen, catedrático de História Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná; secretário-geral, professor Sérgio Buarque de Holanda, catedrático de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo; 1.º Secretária, professora Alice Piffer Cannabrava, catedrática de História Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade de São Paulo; tesoureiro, professor Antônio Camillo de Faria Alvim, catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais; Diretor de Publicações, professor José Roberto do Amaral Lapa, catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS EM OUTUBRO DE 1961

- Boletim Informativo do Japão — 1º de setembro de 1961 — N° 17 — ano 7. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro — maio de 1961 — n° 5 — vol. LVII — ano XXXIX. Instituto do Açúcar e do Alcool. Rio de Janeiro.
- Korean Report — vol. one — number three — august, 1961. Washington.
- D. A. E. Departamento de Águas e Esgotos (Revistas) — n° 42 — setembro de 1961 — ano 22. Secretaria de Viação de Obras Publicas. São Paulo.
- Boletim do Museu Nacional (Antropologia) — 3 de maio de 1961 — n° 19 — nova serie. Rio.
- Accion Indigenista — abril e maio de 1961 — ns. 94 e 95. Boletim mensual del Instituto Nacional Indigenista. México D.F.
- Biblioteca Genealogica Brasileira — n° 10. São Paulo.
- Revista Genealogica Latina — vol. 8 — ano de 1956. São Paulo.
- Catálogo — Den Freunden des Verlags. — F. A. Brocckhaus. 1961/1962.
- El Avance — 25 de agosto de 1961 — n° 62 — anp. II. Miami. Florida.
- Boletim de la Universidad de Chile — n° 21 — junio de 1961 Santiago de Chile.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos — setembro e outubro de 1961 — ns. 219/220 — ano XVIII. Rio de Janeiro
- Boletim da Superintendencia da Moeda e do Crédito — agosto de 1961 — n° 8 — vol., VII. Rio de Janeiro.
- The New Leader — september — 4 e 11 — 1961 — number 32 — vol. XLIV. New York.
- Livros del Mes — julio e agosto de 1961. Instituto Nacional del Libro Español. Madrid.
- Bibliografia Brasileira de Educação — n° 3 — vol. 8 — julho/setembro de 1960. Rio de Janeiro.

- A Classificação da Biblioteca do Congresso — Estudos Bibliotecários — nº 3. União Pan-Americana. Washington, D.C.
- List of Books accessioned and periodical articles indexed in the Columbus Memorial Library, may 1961 — Pan American Union. Washington, D.C.
- Intercambio — Uruguay — Brasil — año I — vol. I — nº 2 — agosto de 1961. Montevideo. Uruguay.
- Papers of the Michigan Academy of Science Arts and Letters vol. XLVI — part. II. Social Science University of Michigan Press. 1961. Ann Arbor.
- Endeavour — volumen XX — nº 79 — julio, 1961. Londres.
- Revista Marítima Brasileira — jan. fev. março de 1961 — ns. 1, 2 e 3 — ano LXXXI. Ministerio da Marinha. Rio de Janeiro.
- Correio do Senac — agosto de 1961 — nº 222 — ano XIII. Rio de Janeiro.
- Sesc informativo — julho de 1961 — nº 3 — ano I. Rio de Janeiro.
- Boletín da Revista Interamericana de Ciências Sociales — agosto de 1961 — nº 3 — vol. I — Pan American Union. Washington D.C. 2 fôlhas.
- Brazila Esperantisto — julio/oktober, 1961 — ns. 568/571. 55 A Jaro.
- Revista Colombiana de Antropologia. Organo del Instituto Colombiano de Antropologia — año de 1960 — vol. IX — Imprenta Nacional. Bogotá. D.E. 1960.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe — nº 25 — vol. XX. 1960. Aracaju.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe — 15 de setembro de 1961 — nº 14.329 — ano XLII. Aracaju.
- Últimas Notícias — Esteno-Dactilográficas — maio/setembro de 1961 — nº 18 — ano V. Rio.
- Ocidente — revista portuguesa mensal — nº 281 — setembro de 1961 — vol. LXI. Lisboa.
- Revista Esso — 1961 — nº 2, c/relatório anual de 1960. Esso Brasileira de Petróleo S.A. Rio.
- Hippokrates — 32 Jahrgang-heft 16, 31 august 1961. Hippokrates Verlag. Stuttgart.
- I. B. A. — folheto do Instituto Brasileiro de Acústica — boletim mensal — junho de 1961 — nº 38 — vol. II. São Paulo.
- Revista do Clube de Engenharia — nº 300 — vol. 24 — agosto de 1961 — Engenharia Editôra S.A. Rio de Janeiro.

- Annales Universitatis Mariae — Curie. Sklodowska-sectio b. (Geografia, Geologia, Mineralogia et Petrografia — vol. XV — 1960. Lublin, 1961.
- Boletim mensal das observações meteorológicas, organizado pelo serviço meteorológico. ano XXVII — novembro e dezembro de 1960 — ns. 11 e 12 — Imprensa Nacional de Moçambique. Lourenço Marques.
- The New Leader — sept. 18 — vol. XLIV — n.º 33.1961. New York.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa — jan./fev./mar. e abr. de 1961. vol. XXIII. nova serie. Lisboa.
- Catálogo da Livraria Sá da Costa. Lisboa.
- La enseñanza de la economía en la America Latina (Estudios y monografias) — Union Panamericana. Washington, D.C.
- A Pequena Obra da Divina Providencia — ano V — julho de 1961 — n.º 35. Rio de Janeiro.
- El Avance — 1.º e 8 de setembro de 1961 — ns. 63/64 — ano II. Miami — Flórida.
- Biblioteca Genealógica Brasileira — n.º 10 (as árvores de costado do cônego Roque de Macedo Leme. São Paulo.)
- Biblioteca Genealógica Latina (simbologia heráldica) — suplemento da Revista Genealógica Latina. São Paulo.
- El Avance — 18 de agosto de 1961 — n.º 61 — año II. Miami. Flórida.
- Boletim semanal informativo — junho, julho, agosto e setembro de 1961 — Rio de Janeiro. 12 e XS.
- Ocidente-revista portuguesa mensal — n.º 282 — outubro de 1961 — vol. LXI. Lisboa.
- Boletim Informativo do Japão — 15 de setembro de 1961 — n.º 18 — ano 7. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Catálogo Deutsche Bibliographie das Deutsche Buch. Heft 3/1961. Frankfurt/M.
- Revista Brasileira de Política Internacional — ano IV — n.º 15 — setembro de 1961. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo Universidad Pedagogica de Colombia — n.º 7 — vol. I. — noviembre, 25-1960. Colombia.
- Arquivo da Escola Nacional de Belas Artes — n.º 7 — 12 de agosto de 1961. Rio de Janeiro.

Oferta da Academia Militar das Agulhas Negras:

- Revista do Clube Militar, número especial dedicado ao sesqui-centenário da Academia Militar das Agulhas Negras — janeiro/março de 1961 — n.º 158. Rio de Janeiro.

- Documentação do Sesquicentenário. Rio de Janeiro.
- Objectiva-órgão da propriedade da Visor — ano IV — julho de 1961. Rio de Janeiro.
- Alocuções proferidas por ocasião das comemorações do sesquicentenário da AMAN. Datilografado e impresso c/93 páginas. Rio de Janeiro.
- Carta de Lei em que o Príncipe Dom João há por bem se estabeleça na sua côrte e Cidade do Rio de Janeiro uma Academia Militar (Real). Imprensa do Exército. Rio de Janeiro.
- Correio da Manhã — 3º caderno — 22 de abril de 1961. Rio de Janeiro.
- Documentação e Lembranças — Sesquicentenário 1811-1961. Rio de Janeiro
- Cadetes e Alunos Militares através dos tempos. General F. de Paula Cidade. Biblioteca do Exército, Editôra. Rio de Janeiro, 1961.
- Rodovia — maio, 1961 — nº 249 — ano XXIX. Rio de Janeiro.
- Boletín Cultural — año 2 — nº 3 — mayo/junio de 1961. Rep. de Cuba.
- Boletín de Historia y Antigüedades — volumen XLVIII — ns. 559/560 — mayo/junio de 1961. Bogotá — D.E. Colombia.
- Catálogo Walter de Gruyter & Cia. Berlin (4 exs.)
- Bolletino della Società Geografica Italiana — serie IX — vol. II — fascicolo 4/6 — aprilegiugno, 1961. Società Geografica Italiana. Roma.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 1961

- Independencia — Revista de Cultura Lusitana — nº 24 — junho de 1961 — ano XXI. Lisboa.
- Catálogo da Livraria Pioneira. (4 exs.)
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais — vol. VII. Belo Horizonte. Minas Gerais. 1960.
- BBAA — Boletim Bibliográfico de Antropologia Americana — volumes XXI/XXII — 1958/1959. part. I. Instituto Panamericano de Geografia e História. Comisión de Historia. México, D.F. 1961.
- Revista Interamericana de Bibliografía — december 1960 — number 12 — c/índice. Washington.
- Catálogo Praeger Frederick A. 1961/1962. New York.

- Boletim do Instituto Oceanográfico — tomo XI — fas. 2. (contribuições avulsas) — 4 exs. c/índice. Instituto Oceanográfico. São Paulo.
- The Catholic Historical Review — vol. XLVII — nº 3 — october, 1961. The Catholic University of America. Washington, D.C.
- Boletín del Archivo General de la Nación — segunda serie — tomo II — nº 1. Archivo General de la Nación. Palacio Nacional. 1961. México. (enero/febrero/marzo)
- The President's Review from the Rockefeller Foundation Annual Report, 1960. New York.
- Ciencias Políticas y Sociales — Revista de la Escuela Nacional de Ciências Políticas y Sociales — enero/marzo e abril/junio de 1961 — ns. 23 e 24 — año VII. México.
- Tempo Presente — revista portuguesa de cultura — nº 25 — III ano 1961. Lisboa.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia — enero/marzo de 1961 — nº 173 — tomo XLIV. Caracas. Venezuela.
- Revista Historica — año LV (2ª época) — tomo XXXI — febrero de 1961 — ns. 91/93. Publicación del Museo Histórico Nacional. 1961. Montevideo.
- Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. Estado da Guanabara.
- VII Recenseamento Geral do Brasil, 1960. I.B.G.E. Rio de Janeiro.
- Fôlha Democrática (jornal) — 31 de outubro de 1961 — ano XIV — nº 200/201. Bangu.
- Katalog nr. 155. Antiquariats Stans.
- Boletim Informativo do Japão — 1º de novembro de 1961 — nº 21 — ano 7. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Arquivos da Universidade da Bahia — vol. VI — 1957/1958 — Faculdade de Filosofia. 1961. Salvador. Bahia.
- Revista de Historia de America — nº 50 — diciembre de 1960 — Instituto Panamericano de Geografia e Historia — México D.F.
- Engenharia — ano XIX — vol. XIX — junho de 1961 — nº 223. Instituto de Engenharia S. Paulo.
- Revista de Historia — agosto de 1961 — nº 8 — año II. Caracas — Venezuela.
- Boletim do Instituto Vasco da Gama — nº 80, 1961. Tipografia Rangel. Goa, Índia portuguesa.
- América — vol. XIII — nº 8 — agosto de 1961. Rio de Janeiro.

- Geographical Review — october 1961 — number 4 — vol. LI. The American Geographical Society of New York. N.Y.
- Geologia e Metalurgia — nº 23 — 1961. Publicação do Centro Moraes Rego. São Paulo.
- Anais da Academia Brasileira de Ciencias — 30 de junho de 1961 — nº 2 — vol. 33. Rio.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia — nº 172 — tomo XLIII — octubre/diciembre de 1960. Caracas — Venezuela.
- Catalogue nº 87 — 1961/62 — Periodicals Amsterdam.
- Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — ns. 7, 8 e 9 — 1958/60. Recife — Pernambuco.
- Estudio-Órgano de la Academia de la Historia de Santander — año XXX — mayo de 1961 — nº 263. Bucaramanga.
- Studii — Revista de Istorie — anul XIV — nº 3 1961. — Bucuresti.
- Art and Auction International Art Dealers and Collectores Guide — ns. 98, 110, 111, 112 — vol. 5 — march, september, October de 1961. Rotterdam. Holland.
- Catálogo — Nova Galeria de Arte (Livraria) — Rio de Janeiro.
- Boletim da Superintendencia da Moeda e do Crédito — setembro de 1961 — nº 9 — vol. VII. Rio de Janeiro.
- Terrestrial Magnetism and Atmospheric Electricity — nº 1 — march, 1932 — vol. 37. Carnegie Institution of Washington. Washington, D.C.
- Arqueologia Cronologica de Venezuela. Estudios Monográficos nº VI — vol. 2. Union Panamericana. Washington, D.C.
- Publicacion nº 4 do Instituto de Antropologia de la Faculdade de Filosofia y Letras de la Universidad Nacional del Litoral. Investigaciones Arqueologicas en el Valle de Santa Maria. Rosario. Santa Fé. Rep. Argentina.
- Revista Interamericana de Ciencias Sociales — segunda época — vol. 1 — nº 2 — Pan American Union Washington, D.C.
- Boletim do Instituto Brasil Estados Unidos — novembro de 1961 — nº 221 — ano XVIII. Rio.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe — 13 de outubro de 1961 — nº 14.353 — ano XLII. Aracaju.
- Correio do Senac — setembro de 1961 — nº 223 — ano III Rio de Janeiro.
- Lista Diplomática — agosto, setembro e outubro de 1961. Rio de Janeiro.

- Revista Geográfica — organo del Instituto de Geografia de la Universidad de los Andes — publicacion trimestral — vol. L — nº 4 — febrero de 1960. Mérida — Venezuela.
- Katalog nº 12 — Antiquariats Zoologie, Geologie Varia — Stuttgart.
- Ocidente — revista portuguêsa mensal — nº 282 — outubro de 1961 — vol. LXI. Lisboa.
- Antropologia e Historia de Guatemala — vol. XIII — nº 1 — enero de 1961. Guatemala.
- Guia do Museu Imperial — 1959. Oferta do Sr. Marques dos Santos.
- Libros del Mês — septiembre — octubre, 1961. Instituto Nacional del Libro Español. Madrid.
- Bulletin of The New York Public Library — september, 1961 — number 7 — vol. 65. New York.
- Américas — outubro, 1961 — vol. XIII — nº 10. Rio de Janeiro.
- Bulletin of The Geological Institution of University the of Uppsala — vol. XXXIX — number 8 — Uppsala, 1961.
- Catálogo Livraria Castro e Silva — nº 4 — 1961. Lisboa.
- Literatura Evangelica — nº 26 — diciembre de 1959. Buenos Aires.
- Livros de Portugal — Boletim mensal do Grêmio Nacional dos Editores e Livreiros — nº 33 — setembro de 1961. Lisboa. Portugal.
- Sesc Informativo — nº 4 — agosto de 1961 — ano I. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo do Japão — ns. 19/21 — 1º de outubro e 1º de novembro de 1961 — ano 7. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Boletim Açucareiro — junho nº 6 — vol. VII — ano XXIX e julho agosto — ns. 1 e 2 — vol. LVIII — ano XXIX — 1961. Instituto do Açucar e do Alcool. Rio de Janeiro.
- Boletim Historial — septiembre de 1961 — nº 139 — año 46. Academia de la Historia de Cartagena de Indias.
- Deutsche Bibliographie das Deutsche Buch-heft, 4 — 1961. Frankfurt/M.
- Bulletin Societé suisse des Americanistes — septembre 1961 — nº 22. Musée et Institut d'Ethnographie. Genève. Suisse.
- Noticia — semanario ilustrado — ns. 92/93/94/96 — setembro de 1961 — ano II. Angola.
- Journal of Inter-American Studies — october, 1961 — nº 4 — vol. III — University of Flórida. Gainesville.

- B B B — Boletim Bibliográfico Brasileiro — junho, julho e agosto de 1961 — ns. 5, 6 e 7 — vol. IX. Rio de Janeiro.
- Anales de la Universidad de Chile — tercer trimestre de 1961 — nº 123 — año CXIX. Santiago de Chile.
- Revista de Educação — abril, maio e junho de 1961 — nº 48 ano XIX. Goiânia. Goiás.
- Boletín Cultural — año II — nº 1 — enero/febrero de 1961. Rep. de Cuba.
- Boletín Informativo — julio, 1961 — nº 1 — año VIII. Puerto Rico.
- Bibliografia Cartográfica — setembro/outubro de, 1961 — série a — ano II — nº 5 — 1961. (Mapoteca). Divisão de Documentos. M.R.E. Rio de Janeiro.
- Catálogo Friedrich Kohlhoff — oktober, 1961 — nr 178 — Taunus. West — Deutschland.
- Anales de la Universidad de Santo Domingo — ns 89/92 — vol XXV — enero/diciembre de 1959. Ciudad de Trujillo.
- Bulletin of The New York Public Library — october, 1961 — — vol. 65 — number 8. New York.
- List of books accessioned and periodical articles indexed in the Columbus Memorial Library — june, 1961. Pan American Union. Washington, D.C.
- Revista Brasileira de Estatística — julho/dezembro de 1960 — nº 83/84 — ano XXI. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro.
- The Geographical Journal — september 1961 — vol. CXXVII — part. 3. The Royal Geographical Society. London.
- Art and Auction International Art Dealers and Collectors Guide — vol. 5 — nº 113 — 28 de october, 1961. Rotterdam Holland.
- Sesc Informativo — setembro de 1961 — nº 5 — ano I. Rio de Janeiro.
- Brasil Genealógico — Revista do Colégio Brasileiro de Genealogia — nº 1 — tomo I. 1960. Rio de Janeiro.
- Sexta Asamblea General del Instituto Panamericano de Geografia e Historia y Reuniones Conexas — 25 de julio e 6 de agosto de 1955 — acta final. Washington, D.C.
- Acta final de la 5ª Reunion del Consejo Directivo del Instituto Panamericano de Geografia e Historia, 1960. México, D.F.
- The New Leader — ns. 34, 35 e 36 — october, 1961 — vol. XLIV. New York.
- El Avance — agosto, septiembre, octubre e noviembre de 1961. Cuba.

- Search & Research. The Collections and uses of The New York. Public Library, by William K. Zinsser. New York, 1961.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE DEZEMBRO
DE 1961

- Correio do IBEEC — Boletim Trimestral do Instituto Brasileiro de Educação Ciência e Cultura — 12/13 de abril e setembro de 1961. Rio de Janeiro.
- Notícia — ano II — nº 100 — 11 de novembro de 1961. Luanda. Angola.
- Seleção e Aquisição de Livros — Manual para bibliotecas Fernando Penalosa. União Panamericana, Washington, D.C.
- Revista do Livro — março/junho de 1961 — ns. 21/22 — Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro.
- Catálogo Fichero Bibliográfico Hispanoamericano — outubro, 1961. New York.
- Bulletin of The Institute of Historical Research — vol. XXXIV — nº 90 — november, 1961. University of London.
- Boletim da Biblioteca da Câmara dos Deputados — vol. 10 — nº 1 — jan. jun. de 1961. Brasília.
- Correio do Senac — outubro de 1961 — nº 224 — ano XIII. Rio de Janeiro.
- Anais da Faculdade de Ciências do Porto — ns. 1, 2, 3, 4 — vol. XLII. Imprensa Portuguesa. Pôrto.
- Catálogo — The English Universities Press — New Books — July, 1961/june, 1962. London.
- Anales de la Academia Argentina de Geografia — nº 4 — 1960. Buenos Aires. Rep. Argentina.
- Fôlha Democrática — 30 de novembro de 1961 — ns. 202/3 — ano XIV — Bangu.
- The New Leader — november 13 — 1961 — vol. XLIV — nº 37. New York.
- Revista Brasileira de Folclore — setembro/dezembro de 1961 — nº 1 — ano I. Rio de Janeiro.
- Bolivar — Revista Colombiana de Cultura — enero/junio de 1961 — ns. 59/60 — vol. XIV. Bogotá — Colombia.
- Revista Brasileira de Geografia — outubro/dezembro de 1960 — nº 4 — ano XXII. Rio
- Boletim Geográfico — ns. 158, 160, 161 — setembro a dezembro de 1960 e janeiro a abril de 1961 — ano XIX. Rio de Janeiro.

- Engenharia — ano XIX — vol. XIX — julho de 1961 — nº 224. Instituto de Engenharia. S. Paulo.
- Livros de Portugal — Boletim mensal do Grêmio Nacional dos Editores e Livreiros — outubro de 1961 — nº 34. Lisboa
- German Foreign Policy — Special Edition — 1 october, 1961 — Rutten y Loening. Berlin.
- Catálogo Zeitschriften und Bucher, 1961. Verlag Chemie G M B H. Weinheim/Bergstr.
- Angewandte Chemie International edition — number O — may, 1961. Verlag, Chemie G M B H. Germany.
- Catálogo — Buch — Hansa — nº 7 — nov./dez. de 1961. — Stuttgart.
- Boletim do Instituto Brasil — Estados Unidos — nº 222 — ano XVIII — dezembro de 1961. Rio de Janeiro.
- Atualidades & Editoriais — um jornal a serviço da cultura — novembro de 1961 — nº 1 — ano I. São Paulo.
- Boletim semanal publicado pelo Departamento de Imprensa e Informação do Governo Federal da Alemanha — 29 de novembro de 1961 — nº 16 — ano I. Bonn.
- Correio do Senac — novembro e dezembro de 1961 — nº 225/226 — ano XIII. Rio de Janeiro.
- Boletim Informativo do Japão — 15 de novembro de 1961 — nº 22 — ano 7. Embaixada do Japão. Rio de Janeiro.
- Revista do Clube de Engenharia — ns. 301/302 — setembro e outubro de 1961 — vol. 24. Engenharia Editora S.A. — Rio de Janeiro.
- Revista Geográfica — ns. 37 a 39 e 40 a 48 — tomos XIII a XXII. 1953 a 1958. Instituto Panamericano de Geografia e História. Rio de Janeiro. Oferta do Instituto Rio Branco.
- Revista D A E — Departamento de Aguas e Esgotos — nº 43 — dezembro de 1961 — ano 22. Secretaria da Viação e Obras Públicas. São Paulo.
- Ocidente — Revista Portuguesa Mensal — nº 283 — novembro de 1961 — vol. LXI. Lisboa.
- Writings on American History, 1954 — vol. II — of the annual report of the American Historical Association for the year, 1956. Washington, D.C.
- Bulletin of The New York Public Library — november, 1961 — number 9 — vol. 65. New York.
- Catálogo Libros del Mes — noviembre, 1961 — Instituto Nacional del Libro Español. Madrid.
- The New Leader — november 27 — 1961 — vol. XLIV — nº 38. New Yory.

- II Sedicesimo — giugno, 1961 — n° 1/2 — ano IV. Bollettino Bibliográfico Trimestral. Firenze.
- Sinopse Preliminar do Censo Demográfico Estado do Rio Grande do Sul.
- Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Estado do Maranhão.
- Sinopse Preliminar do Censo Demográfico do Estado da Paraíba. I B G E. Serviço Nacional de Recenseamento.
- Noticias diversas — Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação — vol. 1 — n° 7/9 — julh./set. de 1961. Rio de Janeiro.
- Boletim de Informações da Biblioteca e Arquivo Público do Pará — novembro de 1961. Belém.
- Catálogo 747 — Martinus Nijhoff. The Hague.
- El Avance — 17 de noviembre de 1961 — año II. Miami. Flórida.
- Brasil em Marcha — (jornal) — n° 20 — ano I — 18 de dezembro de 1961 — Rio de Janeiro.
- Vida Universitaria — año XII — ns. 130/131 — junio/julio de 1961. La Habana.
- I N R A — ano II — ns. 7 e 8. La Habana.
- Revista de la Universidad del Zulia — segunda época — abril mayo-junio de 1961 — n° 14 — año 4. Maracaibo.
- Accion Indigenista — junio e julio de 1961 — ns. 96 e 97. Instituto Nacional Indigenista. México, D.F.
- Oriente/Ocidente — vol. IV — n° 3 — junio de 1961 — Paris.
- Boletin Bibliográfico de la Secretaria de Hacienda y Crédito Público — ns. 224 a 231 — 1961. México, D.F.
- Concepto de la Historia en José Gil Fortoul. Seminário de Historia de la Historiografia Venezolana. Caracas.
- Documentos para la Historia de México existentes en el Archivo Nacional de Cuba. Compilados y ordenados por José L. Franco. Homenaje del Gobierno Revolucionario de Cuba A México en el Sesquicentenario de su Independencia 1810-1960. La Habana, 1961.
- Engenharia — órgão oficial do Instituto de Engenharia — ano XIX — vol. XIX — agosto de 1961 — n° 225. São Paulo.
- Boletim do Arquivo Histórico Militar — 30° vol. Lisboa, 1960
- Art. an Auctions International Art Dealers and Collectors Guide — vol. 5 — n° 114 — 15 november 1961. Rotterdam. Holland.

- Sesc Informativo — ano I — ns. 7 e 8 — nov. e dez. de 1961. Rio de Janeiro.
- Boletín Cultural — año II — nº 4 — julio/agosto de 1961, Rep. de Cuba.
- International Organization — summer 1961 — vol. XV — nº 3. Massachusetts.
- Katalog — Ergänzung 1959/60. Berlin.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa — maio a julho de 1961 — nova serie — vol. XXXIII. Lisboa.
- Américas — setembro de 1961 — nº 9 vol. XIII. Rio de Janeiro.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE OUTUBRO DE 1961

- Planas — Suarez (Simon) — *Notas Historicas y Diplomaticas*. Imprenta Lopez. Buenos Aires. 1961. Oferta do autor.
- Castro (Mauro Cunha Campos de Moraes) — *O Funcionário e o Mandato Eletivo Gratuito*. Dasp. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro.
- Souza — Araujo (Heraclides Cezar de) — *A Vida e o Obra de Oswaldo Cruz*. Separata da Revista Brasileira de Medicina — nº 4 — 1961. Rio de Janeiro.
- Leonard (Charlene Marie) — *Lyon Transformed Public. Works of the Secon Empire — 1853-1864*. University of California Press. Berkeley and los Angeles. 1961.
- Krenzlin (Anneliese) und (Reusch (Ludwig — *Frankfurte Geographische Hefte — 35. Jahrgang*. 1961. Textband e Kartenband. Verlag Waldemar Kramer. Frankfurt. Am Main.
- *Anais do Senado — mês de julho (sessões de 57 a 79ª e agosto de 1959 (sessões 80 a 102ª. c/separatas dos índices. Congresso Nacional. Rio de Janeiro.*
- Winther (Oscar Osburn) — *A Classified Bibliograph of the Periodical Literature of the Trans Mississipi West (1811-1957) — Department of History Indiana, University.*
- *Glasnik Soc. des Musees et de L'Institut de Conserv. de la R. P. Macedoine — 15-VIII-55 — 15-II-1958 — ns. 10 e 12. Vol. I. Skopje.*
- *Anais do Senado — mês de setembro (sessões 105 a 124ª) e mês de outubro de 1959 (125 a 137ª). Congresso Nacional Rio de Janeiro, 1959.*
- Alves (Henrique L.) — *Cruz e Souza, o Dante Negro. Edição da Associação Cultural do Negro. São Paulo. Oferta do autor.*
- Luz (Joaquim Vieira da) — *Dunshee de Abranches e outras Figuras. Edição do autor. Oficinas Gráficas do «Jornal do Brasil». Rio de Janeiro. 1954. Oferta de D. Felipe, Bispo de Décoriana.*

- Luz (Joaquim Vieira da) — Fran Paxeco e as Figuras Maranhenses. Livros de Portugal, S.A. Edições Dois Mundos. Rio de Janeiro, 1957. Oferta de D. Felipe, Bispo de Décoriana.
- Viveiros (Jerônimo de) — Benedito Leite um verdadeiro republicano. 2ª edição. D.A.S.P. Serviço de Documentação. 1960. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. Oferta de D. Felipe, Bispo de Décoriana.
- Moya (Salvador de) — Anuário Genealogico Latino — Bibliografia de Apelidos no Brasil. vol. X — Último, 1958. São Paulo.
- Nogueira (Franco) — As Nações Unidas e Portugal (Estudo) — Publicação do Movimento dos Portugueses no Brasil. Edição Brasileira Atica. Gráfica Olimpica Editora Rio de Janeiro, 1961.
- Jobim (Danton) — Os Portugueses e o Mundo de Côr. Em defesa de Portugal e de sua projeção ultramarina. Discurso pronunciado em 23 de maio de 1961 no Liceu Literário Português. Rio de Janeiro, 1961.
- Castro (Zaide Maciel de) — Dansas do Norte e do Sul. Organização técnica de Educação Física Ltda. Rio de Janeiro, 1960.
- Vivanco (Julian) — Crônicas Históricas de San Antonio Abad de los Baños. Tomos XVIII/XIX. Editorial «El Sol» La Habana 1960.
- Bouchard (Paul) — Religion in Latin America. Reprinted from The American Ecclesiastical Review — vol. CXLIV
- nº 4 — abril de 1961 — Leval University. Quebec. Canadá.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 1961

- Actas vols. II e III — (Duplicatas) — Congresso Internacional de História dos Descobrimentos. Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Lisboa, 1961.
- Figueiredo (Antonio Pedro de) — O Progresso. Revista Social, literaria e científica. Com prefácio de Amaro Quintas. Imprensa Oficial. Recife, 1950.
- Anuario de Estudios Americanos — tomo XVI. Escuela de Estudios Hispano-Americanos. Sevilla, 1959.
- Kloppenburg (Dr. Boaventura) — A Maçonaria no Brasil. Orientação para os católicos. 1957. Editora Vozes Limitada. III Edição. Petrópolis. J.

- Kloppenburg (Dr. Boaventura) — O Espiritismo no Brasil. Editora Vozes Limitada. 1960. Petrópolis, R.J.
- Coutinho (Afrânio) — Brasil e Brasileiros de Hoje. Vols I e II. Editorial Sul Americana, S.A. 1961. (Adquirido por compra)
- Annual Report of the Board of Regents of the Smithsonian Institution — publication 4435. 1960. Washington, D.C.
- Lins (Rachel Caldas e Andrade) (Gilberto Osorio de) — Os Rios da carnaúba — O Rio Mossoró (Apodi). Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Imprensa Oficial. Recife, 1960.
- Grinberg (Isaac) — Historia de Mogi das Cruzes (Do começo até 1954). São Paulo, 1961. Oferta do autor.
- Spalding (Walter) — Rosario do Sul. Edição da Prefeitura Municipal de Rosario do Sul. 1961. Oferta do autor.
- Ottoni (Homero Benedicto) — Viação Férrea Brasileira (Planejamento). São Paulo. 1948.
- Ottoni (Homero Benedicto) — Poços de Caldas. São Paulo. Oferta do autor.
- Leuchsenring (Emilio Roig de) — Marti, Antimperialista — segunda edicion. 1961. La Habana.
- Freyre (Gilberto) — Sugestões em torno do Museu de Antropologia do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Universidade de Recife. Imprensa Universitária. Recife, 1960.
- Fernandes (Gonçalves) — Mobilidade, Caráter e Região. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1959.
- Leonard (Olen) — Problemas de Habitação Rural no Leste de Pernambuco. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Recife, 1959.
- Barbosa (Rui) — Trabalhos Jurídicos. Casa de Rui Barbosa, 1961. Rio de Janeiro.
- Cotta (Gonçalves) — Grito de Angola. Tip. Silvas Ltda. Lisboa. 1961.
- Matias (Rodrigues) — Esboço de Angola. O Português êsse Desconhecido. Gráfica Olimpica Editora. 1961. Rio de Janeiro.
- *Oferta do Ministério das Relações Exteriores:*
- Viveiros (Jeronimo de) — Benedito Leite, um verdadeiro republicano — 2ª edição. D.A.S.P. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro, 1960.

- Gomez (Luis Duque) — Colombia: Monumentos Históricos y Arqueologicos. México, D.F. 1955.
- Buschiazzo (Mario J.) — Argentina: Monumento Históricos y Arqueologicos. México D.F. 1959.
- Fortunato (Giustinho) — Il Mezzogiorno e lo Stato Italiano — vol. secondo, 191. Bari.
- Coletti (Francesco) — La Tripolitania Settentrionale e la sua Vita Sociale — seconda edizione. Bologna.
- Michels (Roberto) — Le Colonie Italiane in Svizzera. Editori Alfieri & Lacroix. Roma.
- Mestre (Dr. Juan M. Dihigo y) — Influencia de la Universidad de la Habana en la Cultura Nacional. Oracion inaugural del Curso Academico de 1924 a 1925. Imprenta «La Propaganelista». Universidad de la Habana.
- Moraes (E. Vilhena de) — Lopo Curado Garro. Breve, verdadeira e autentica. Relação das ultimas tyrannias e crueldades que os pérfidos holandeses usarão com os moradores do Rio Grande. Separata do volume XXVI das publicações do Arquivo Nacional. Segunda edição comemorativa do tricentenário da restauração pernambucana. Arquivo Nacional. 1954. Rio de Janeiro. Oferta do autor.
- Moraes (E. Vilhena de) — O Bravo Potiguar-matança do Uruaçu (1645) no tricentenário da restauração pernambucana 1954. Oferta do autor.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 1961

- Avila (Federico) — Bolivia en el Concierto del Plata. Editorial Cultura. 1941. México.
- Valenzuela (Gilberto) — Bibliografia Guatemalteca — tomo III — Tipografia Nacional. 1961. Guatemala, C.A.
- Ó Ryan (Juan Enrique) — Bibliografia Guatemalteca de los siglos XVII y XVIII. — vol. I. segunda edicion. Guatemala C.A.
- Reyes (José Luis) — Bibliografia de los Estudios Geográficos de la Republica de Guatemala desde 1574 hasta nuestros dias. Primera edición. Guatemala C.A.
- Reyes (José Luis) — Anotaciones para la Historia de un libro. El puntero apuntado con apuntes breves. Guatemala C.A.
- Forbush (Dr. Scott E.) — Seis Conferencias sobre el campo geomagnetico de las tierras y los rayos cosmicos. Institution Carnegie de Washington, 1959. Washington.

- Lemos (J. A. Pinheiro de) — Cooperação para o progresso na América Latina. Distribuidora Record, 1961. Rio de Janeiro.
- Prado (J. F. de Almeida) — São Vicente e as Capitânias do Brasil — As Origens. Brasileira — vol. 314. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1961. Adquirido por compra.
- Acta Arqueologica Hispanica — vol. I — Juan Cabré Aguiló e Encarnación Cabré de Moran y Antonio Molinero Pérez. Madri, 1950.
- Tortós (D. Francisco de A. Carbonell) — Bodas de Oro de la Casa de América su Historical.
- Irurozqui (Manuel Fuentes) — Algunos Aspectos de la Economía Ibero — Americana. 1961. Barcelona.
- Luso (João) — José Carlos de Macedo Soares. Papelaria Ribeiro. 1937. Rio de Janeiro.
- Ab Sáber (Aziz Nacib) — O Problema das Conexões Anti-gas e da Separação da Drenagem do Paraíba e do Tieté. Separata do Boletim Paulista de Geografia — nº 26 — julho de 1957 — São Paulo.
- Pinheiro (Carlos dos Santos) — Coletânea Histórica Filatélica. Curitiba. Oferta do autor.
- Nogueira (Franco) — As Nações Unidas e Portugal (Estudo) — Federação das Associações Portuguesas. Rio de Janeiro, 1961.
- Bustamante (Norberto Rodriguez) — Alejandro Korn y el Problema de la Cultura Nacional. Departamento de Filosofía. La Plata.
- Bustamante (Norberto Rodriguez) — La Filosofía Social de Alberdi. Departamento de Filosofía. La Plata.
- Lewin (Boleştão) — Supresion de la Inquisicion y Libertad de Cultos en la Argentina. Departamento de Filosofía. La Plata.
- Zea (Leopoldo) — Las Ideas en Iberoamerica en el siglo XIX. Departamento de Filosofía. La Plata.
- Feijoo (Bernardo Canal) — Integracion Constitucional Argentina. Departamento de Filosofía. La Plata. 1956/1960.
- Guimarães (Ary Machado) — Conheçamos o Brasil Primeiro. 2ª edição ampliada. Editor Sávio Nunes. Rio de Janeiro, 1961. Oferta do autor.
- Tagliaferri (José) — Rastros del Gran Plan. Buenos Aires. Oferta do autor.
- Carvalho (Marechal Estevão Leitão de) — Memórias de um soldado legalista. Tomo I. Livros 1 e 2. Imprensa do Exército. 1961. Rio de Janeiro. Oferta do autor.

- Trias (Rolando A. Laguarda) — Historia de los Indigenismos «Pampa» y «Sabana». Academia Argentina de Letras. Buenos Aires. 1961. Oferta do autor.
- Stoicescu (Nicolae) — Repertoriul Bibliografical Monumentelor Feudale din Bucaresti. Editura Academiei Republicii Populare. Romine.

ESTATÍSTICA

ESTATISTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

1961

4.º TRIMESTRE

| Especificação | Outub.º | Nov.º | Dezb.º | Total |
|---|---------|-------|--------|-------|
| <i>Biblioteca</i> | | | | |
| Obras recebidas | 19 | 28 | 24 | 71 |
| Jornais nacionais e estrangeiros recebidos | 4 | 6 | 6 | 16 |
| Revistas nacionais e estrangeiras recebidas | 68 | 89 | 52 | 209 |
| Catálogos | 9 | 8 | 9 | 26 |
| <i>Arquivo</i> | | | | |
| Documentos consultados | 2.348 | 3.029 | 3.742 | 9.119 |
| Documentos recebidos | — | — | — | — |
| <i>Mapoteca</i> | | | | |
| Mapas consultados | 217 | 180 | 178 | 575 |
| Mapas recebidos | — | — | 2 | 2 |
| <i>Museu</i> | | | | |
| Visitantes | 49 | 32 | 27 | 108 |
| <i>Sala Pública de Leitura</i> | | | | |
| Obras consultadas | 2.893 | 2.137 | 1.658 | 6.688 |
| Jornais consultados | 917 | 870 | 556 | 2.343 |
| Revistas consultadas | 1.217 | 1.430 | 789 | 3.436 |
| <i>Secretaria</i> | | | | |
| Ofícios, cartas, e telegramas recebidos | 256 | 187 | 142 | 585 |
| Ofícios, cartas e telegramas expedidos | 284 | 386 | 179 | 849 |

CADASTRO DOS SÓCIOS

PRESIDENTES HONORARIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1961

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|---|------------------------------|--|
| 1. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes | 15-12-1915 | Itajubá — Minas Gerais. |
| 2. Marechal Eurico Gaspar Dutra | 13- 5-1947 | Rua Redentor nº 317 (Ipanema) — Rio |
| 3. General de Brigada Francisco Higino Craveiro Lopes | 6- 5-1957 | Lisboa — Portugal. |
| 4. Dr. Juscelino Kubitschek de Oliveira | 6- 5-1957 | Brasília — Distrito Federal. |
| 5. Dr. João Café Filho | 27- 9-1961 | Av. Copacabana, 1.386 — Apt. 202 — Telefone 23-8601 — Tribunal de Contas. |

SÓCIOS GRANDES BENEMÉRITOS (5)

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|--|------------------------------|--|
| 1. Embaixador José Carlos de Macedo Soares | 6- 8-1921 | Praia do Flamengo nº 2 ou : Rua São Luís nº 234 (Consolação) São Paulo. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|--|------------------------------|--|
| 2. Eng. Virgílio Corrêa Filho .. | 22- 8-1931 | Praça André Rebouças, nº 17 (Engenho Velho) — Rio. — Tel. 28-0864. |
| 3. Dr. Pedro Calmon Muniz de Bittencourt | 22- 8-1931 | Rua Santa Clara, 415 (Copacabana) — Rio. Tel. 37-4004 — Reitoria: 46-1122. |
| 4. Almirante Carlos da Silveira Carneiro | 6- 8-1921 | Rua Anibal de Mendonça nº 151 (Ipanema), Rio — Tel. 27-4949. |
| 5. Dr. José Wanderley de Araújo Pinho | 22- 8-1931 | Avenida Pasteur nº 415 (Praia Vermelha) — ou: Av. Princesa Isabel, 8-A — Cidade do Salvador — Bahia. Rio — Tel. 26-1536. |

SOCIOS BENEMERITOS (15)

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|--|------------------------------|--|
| 1. Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho | 22- 8-1931 | Rua São Clemente número 259-A, apt. 3 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-3421. |
| 2. Dr. Eugênio Vilhena de Moraes | 6- 8-1921 | Rua João Borges nº 14 (Gávea) — Rio — Tel. 27-6388. |
| 3. Dr. Rodrigo Otávio Langgarrard de Menezes Filho | 22- 8-1931 | Rua São Clemente 421 Rio — Tel. 26-0953. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|---|------------------------------|--|
| 4. Marechal Estevão Leitão de Carvalho | 29- 9-1942 | Rua Uruguai nº 572 (Tijuca) — Rio — Tel. 38-0432. |
| 5. Ministro Ruben Rosa | 16- 7-1941 | Tribunal de Contas — Brasília — Distr. Federal. |
| 6. Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho | 22-12-1931 | Rua da Assunção nº 207 Botafogo — Rio — Tel. 26-4861. |
| 7. Dr. Arthur Cesar Ferreira Reis | 4-12-1936 | Rua Humaitá nº 104, apt. 804 — Rio — Tel. 26-5131. |
| 8. Coronel João Baptista Magalhães | 16-12-1947 | Rua Joaquim Murtinho nº 772 apt. 103 — Santa Tereza — Rio — Tel. 32-8807. |
| 9. Dr. Levi Carneiro | 22- 8-1931 | Rua Gustavo Sampaio — nº 244 (Leme) — Rio — Tel. 27-2614. |
| 10. Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros | 15-12-1955 | Rua Miguel Lemos número 46, apt. 202 (Copacabana) — Rio — Tel. 27-1724. |
| 11. Almirante Thiers Fleming | 10- 7-1918 | Praia do Flamengo número 186, apt. 503 — Rio — Tel. 25-2626. |
| 12. Almirante Lucas Alexandre Boiteux | 22- 8-1931 | Rua Delgado de Carvalho nº 30, apt. 102 — Tijuca — Rio — Tel. 28-4120. |
| 13. Dr. Herbert Canabarro Reichardt | 12- 5-1937 | Rua das Laranjeiras número 29 — Rio — Tel. 25-0022, ou: Av. 13 de Maio, 23 — 19º andar — Sala nº 1934. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|--|------------------------------|--|
| 14. Embaixador Hildebrando Accioly | 22- 8-1931 | Rua Sousa Lima nº 325 (Copacabana) — Rio — Tel. 27-7029. |
| 15. Professor Hélio Vianna | 27-12-1944 | Av. Alexandre Ferreira nº 55 (Lagoa) — Rio — Tel. 26-1980. |

SOCIOS EFETIVOS (40)

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|--|------------------------------|--|
| 1. Tenente-coronel Antônio Leônicio Pereira Ferraz | 22- 8-1931 | Estrada Guari nº 450 — Jacarepaguá — Rio — Tel. 1033. |
| 2. Dr. Luís Felipe Vieira Souto | 22- 8-1931 | Rua General Glicério nº 400, apt. 802 — Laranjeiras — Rio — Tel. 26-3330. |
| 3. Dr. Edmundo da Luz Pinto .. | 31- 5-1939 | Rua Ribeiro de Almeida nº 36 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 25-2684. |
| 4. Dr. Cristóvam Leite de Castro | 26- 6-1940 | Rua Indiana nº 97 — Cosme Velho — Rio — Tel. 25-5383. Escritório: 42-8944. |
| 5. Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade | 9- 7-1943 | Rua Nascimento Silva nº 190 (Ipanema) — Rio — Tel. 27-2503. |
| 6. Francisco Marques dos Santos. | 21-10-1944 | Rua Gonçalves Crespo nº 366, apt. 301 — Tijuca — Rio — Telefone 28-5595. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|--|------------------------------|--|
| 7. Dr. Américo Jacobina Lacombe | 28- 9-1945 | Rua D. Mariana nº 73 (Botafogo) — Rio — Tel. 46-3176. |
| 8. Prof. Haroldo Teixeira Valladão | 13- 5-1947 | Praia do Flamengo número 386, apt. 901 — Tel. 25-0813 ou: Praça 15 de Novembro, número 20 — 5º — Rio de Janeiro. |
| 9. Dr. José Honório Rodrigues .. | 31- 8-1948 | Avenida Melo Franco nº 16, apt. 2 — Leblon — Rio — Telefone 27-3346. |
| 10. Professor Adolfo Morales de los Rios Filho | 31- 8-1948 | Rua Senador Vergueiro nº 159, apt. 602 — Rio — Tel. 45-3682. |
| 11. Prof. Afonso Arinos de Melo Franco | 15- 8-1949 | Rua D. Mariana nº 63 (Botafogo) — Rio — Tel. 46-4864. |
| 12. Prof. Afonso Penna Júnior ... | 15- 8-1949 | Rua Pereira da Silva nº 728 (Laranjeiras) — Rio — Telefone 25-1973 ou: 42-8090. |
| 13. Prof. Francisco Mozart do Rêgo Monteiro | 15- 8-1949 | Rua General Glicério nº 407, apt. 1.101 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 46-0904. |
| 14. Dr. Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa | 15- 8-1949 | Rua Álvaro Ramos número 341, c/4 (Botafogo) — Rio — Telefone 26-6157. |
| 15. Prof. Edgardo de Castro Rebelo | 20- 6-1951 | Rua Álvares Borgeth número 22 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-0495. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|---|------------------------------|--|
| 16. Dr. José Antonio Soares de Sousa | 20- 6-1951 | Rua Itaperuna nº 66 -- Niterói (Estado do Rio) — Tel. 2-2082. |
| 17. Dr. Mucio Leão | 20- 6-1951 | Rua Fernando Mendes nº 7, apt. 12 (Copacabana) — Rio -- Telefone 37-9527. |
| 18. Dr. Roberto da Mota Macedo | 14-10-1952 | Rua Felisberto Menezes nº 31, apt. 603 — Tijuca — Rio — Telefone 48-7674. |
| 19. Dr. Ivolino de Vasconcelos ... | 24- 7-1953 | Rua Antônio Vieira número 28 (Copacabana) — Rio — Telefone 37-1323. Consultório: 42-4586. |
| 20. Revº Clemente Maria da Silva Nigra (O.S.B.) | 13- 7-1954 | Rua Gonçalves Fontes nº 62 (Santa Tereza) — Rio. |
| 21. General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos | 13- 7-1954 | Rua Major Vaz nº 429 — Gávea -- Rio — Tel. 27-7659. |
| 22. Dr. Marcos Carneiro de Mendonça | 13- 7-1954 | Rua Cosme Velho número 857 (Laranjeiras) — Rio — Telefone 25-3273. |
| 23. Dr. Guilherme Auler | 31- 7-1956 | Rua 13 de Maio nº 80 apt. 202 ou Caixa Postal 31 — Petrópolis — Estado do Rio — Tel. 4833. |
| 24. Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva | 31- 7-1956 | Praia do Flamengo número 122, apt. 402 — Rio de Janeiro — Telefone 25-0320. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|---|------------------------------|--|
| 25. Dr. Manuel Diegues Junior .. | 31- 7-1956 | Rua da Matriz, 92 (Botafogo) — Rio — Telefone 26-7980. |
| 26. Prof. Daniel de Carvalho ... | 6- 5-1957 | Rua Barão de Itambi nº 54 (Botafogo) — Rio — Tel. 26 4464. |
| 27. Ministro Aluizio Napoleão de Freitas Rego | 6- 5-1957 | Av. Rui Barbosa nº 520 — apt. 301 (Botafogo) — Rio — Telefone 45-8257. |
| 28. Dr. Pedro Paulo Moniz Barreto de Aragão | 16- 5-1958 | Rua Domingos Ferreira nº 28, apt. 302 (Copacabana) — Rio — Tel. 57-6607. |
| 29. Prof. Fabio de Macedo Soares Guimaraes | 9- 9-1958 | Av. Atlântica nº 3.170, apt. 30 — Copacabana — Rio — Telefone 36-7606. |
| 30. Almirante Mário Ferreira França | 9- 9-1958 | Rua Monte Alegre, 248, apt. 301 (Santa Tereza) — Tel. 32-0926. |
| 31. Gen. Deoclécio De Paranhos Antunes | 23- 6-1959 | Rua Barão de Cotegipe nº 419 — Rio — Telefone 38-3745. |
| 32. Dr. Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega | 23- 6-1959 | Rua Barão de Lucena nº 8, apt. 3 — Rio — Tel. 26-7096. |
| 33. Prof. Antônio Carneiro Leão .. | 15-12-1959 | Rua Fernando Osório, 29, apt. 401 — Telefone 25-5656. |
| 34. Prof. Nelson Nunes da Costa . | 15-12-1959 | Rua 5 de Julho nº 111, apt. 302 (Copacabana) — Rio — Telefone 57-9799. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|---|------------------------------|---|
| 35. Dr. Carlos Rizzini | 26- 4-1960 | Siqueira Campos, 7, apt. 701 — (Copacabana) — Tel. 37-8758. |
| 36. Dr. Carlos Xavier Paes Barreto | 26- 4-1960 | Visc. de Pirajá, 44, apt. 204, — Ipanema. |
| 37. Dr. Paulo Ferreira Santos ... | 19- 8-1960 | Visc. Albuquerque, 836 — Ipanema — Telefone 27-7795. |
| 38. Prof. Roberto Piragibe da Fonseca | 19- 8-1960 | R. Marquês de Abrantes 219 apt. 601 — Telefone 46-1721. |
| 39. Dr. Raymundo Magalhães Jr. | 19- 8-1960 | Mar. Mascarenhas de Moraes, 100 — Telefone 57-2316. |
| 40. Dr. Manuel Paulo Teles de Matos Filho | 19- 8-1960 | Av. Gomes Freire, 471 — Tel. 52-2020 — <i>Correio da Manhã</i> , Residência — Rua Duvivier, 46, apt. 602 — (Copacabana) — Telefone 37-3719. |

SOCIOS CORRESPONDENTES (40)

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|---|------------------------------|--|
| 1. Prof. José Feliciano de Oliveira | 19- 2-1904 | Rua Valença, 169 — Sumaré — São Paulo. |
| 2. Dr. Fidelino de Figueiredo .. | 28- 7-1913 | Caixa Postal nº 2.926 São Paulo. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|--|------------------------------|--|
| 3. Embaixador Sílvio Rangel de Castro | 13- 9-1930 | Palácio Itamarati — Divisão de Comunicações — Rio. |
| 4. Embaixador Carlos Magalhães de Azeredo | 22- 8-1931 | Palácio Itamarati — Divisão de Comunicações — Rio. ou: Via Eleonora Duse 2, Int. 6 — Roma — Itália. |
| 5. Dr. Djalma Forjaz | 22- 8-1931 | Rua Rodrigo Cláudio número 58 — São Paulo — Tel. 31-107. |
| 6. Dr. Luís Enrique Azarola Gil | 30- 7-1934 | Frederico Lacroze número 2.100 — Buenos Aires. Rep. Argentina. |
| 7. Embaixador Argeu de Segadas Machado Guimarães | 30- 7-1934 | Rua Gago Coutinho número 66, apt. 202 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 45-8789. |
| 8. Dr. Luiz da Câmara Cascudo | 30- 7-1934 | Rua Joaquim Aires, 377 Natal — Rio Grande do Norte. |
| 9. Dr. Vicente de Paula Vicente de Azevedo | 15-12-1934 | Rua Itacolomi, 419 — 4º — São Paulo. |
| 10. Embaixador Joaquim de Sousa Leão Filho | 15-12-1934 | Rua República do Peru nº 193 (Copacabana) — Rio — Tel. 37-2427 ou: Embaixada do Brasil — Haia — Holanda. |
| 11. Dr. Enrique de Gandia | 4-12-1936 | Calle Elflein, 3567 — La Lucila — Gran Buenos Aires — Argentina. |
| 12. Dom Henrique Pereira Leite de Cernache (Conde de Campo Belo) | 13- 4-1939 | Vila Nova de Gaia — Portugal. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|---|------------------------------|---|
| 13. Dr. Luis Norton de Matos .. | 31- 5-1939 | Ministério dos Estrangeiros — Lisboa — Portugal. |
| 14. Padre Serafim Leite, S. J. .. | 31- 5-1939 | Via Dei Penitenzieri, 20 — Roma — Itália. |
| 15. Prof. Ernesto de Souza Campos | 21- 8-1939 | Rua Bela Cintra nº 1.768 — São Paulo. |
| 16. Dr. Aureliano Leite | 29- 9-1942 | República do Libano, 592 — Ibirapuera — S. Paulo. |
| 17. Dr. João Fernando de Almeida Prado | 27-12-1944 | Avenida Brigadeiro Luis Antônio nº 966 — São Paulo. |
| 18. Prof. Luis Vianna Filho | 27-12-1944 | Constante Ramos 105, apt. 401. Copacabana — Telefone 57-8874. |
| 19. Prof. Walter Spalding | 28- 9-1945 | Rua N. S. Medianeira nº 70 (Glória) — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul. |
| 20. Dr. Oswaldo R. Cabral | 21-10-1946 | Rua Esteves Júnior número 138 (Florianópolis) — Santa Catarina. |
| 21. Prof. José Pedro Leite Cordeiro | 21-10-1946 | Rua Eugênio de Lima nº 747 — Tel. 31-1211 — São Paulo. |
| 22. Prof. José Carlos de Ataliba Nogueira | 21-10-1946 | Rua Monte Alegre número 220 — São Paulo. |
| 23. Dr. Renato da Costa e Almeida | 13- 5-1947 | Rua Conde de Irajá número 439 (Botafogo) — Rio — Telefone 26-2391. |
| 24. Ministro Renato de Mendonça | 16-12-1947 | Rua Raul Pompéia, 132, apt. 402 (Copacabana) — Tel. 47-9973. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|---|------------------------------|---|
| 25. Ministro Orlando Guerreiro de Castro | 31- 8-1948 | Rua Haddock Lobo número 220 — Rio. |
| 26. Dr. Ariosto Gonzales | 15- 8-1949 | Av. Brasil n.º 2.826 — Montevidéu — Uruguai. |
| 27. Prof. Damião Peres | 20- 6-1951 | Academia Portuguesa de História — Lisboa — Portugal. |
| 28. Ministro Sérgio Corrêa da Costa | 20- 6-1951 | Rua Campo Belo nº 88 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 45-8624. |
| 29. Dr. Ernesto Cruz | 15-12-1955 | Domingos Marreiros número 228 ou Arquivo Público do Pará — Av. Consº Furtado, 199 — Belém — Pará. |
| 30. Dr. Justo Pastor Benitez | 15-12-1955 | Rua Barata Ribeiro, 727, apt. 302 — Copacabana — Rio. |
| 31. Prof. Manuel Rodrigues Lapa | 31- 7-1956 | Anadia — Portugal. |
| 32. Embaixador Alvaro Teixeira Soares | 18-12-1957 | Avenida Rui Barbosa, 60 — apt. 601 — Botafogo — Tel. 45-1395. |
| 33. Dr. Silvio Zavala | 16- 5-1958 | Avenida Del Observatorio nº 192 — Tacubaya — México, 18 D. F. |
| 34. Professor R. Antônio Ramos . . | 9- 9-1958 | Buenos Aires, 119 — Asuncion — Paraguai. |
| 35. Professor D. Manuel Balesteros Gaibrois | 9- 9-1958 | Duque de Medinaceli, 4 Madrid — Espanha. |
| 36. Dr. Sérgio Buarque de Holanda | 23- 6-1959 | Rua Buri, 35, Pacaembu — São Paulo. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|---|------------------------------|--|
| 37. Professor João Camillo de Oliveira Torres | 15-12-1959 | Cristina, 1.352 — Belo Horizonte — Minas Gerais. |
| 38. Prof. Carlos Alberto Pueyrredon | 15-12-1959 | Las Heras, 2.525 (Buenos Aires, Rep. Argentina). |
| 39. Prof. Charles Boxer | 26- 4-1960 | King's College — Strand London W. C. 2 — Inglaterra. |
| 40. Prof. Amaro Quintas | 27- 9-1961 | Rua Neto Mendonça, 242 — Recife — Pernambuco. |

SOCIOS HONORARIOS (50)

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|---|------------------------------|---|
| 1. Embaixador José Manuel Cardoso de Oliveira | 22- 5-1903 | Rua General Dionisio, nº 64 — Rio — Telefone 26-1659 |
| 2. Dr. Norival Soares de Freitas | 5-10-1908 | Rua Visconde de Itaboraí nº 474 — Niterói, Estado do Rio. |
| 3. Prof. Carlos Delgado de Carvalho | 6- 8-1921 | Rua Siqueira Campos nº 7 (Copacabana) — Rio — Tel. 47-3611. |
| 4. Dom Pedro Dulanto | 18- 7-1927 | Lima — República do Peru. |
| 5. Padre Paul Coulet, S. J. .. | 22- 6-1931 | Rua Montpensier, 35 — Pau-Bas — Pyrenées — France. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|--|------------------------------|---|
| 6. Cardeal Dom Manuel Gonçalves Cerejeira | 27-10-1934 | Patriarcado — Lisboa. |
| 7. Louis Pasteur Vallery Radot | 27- 8-1937 | Faculdade de Medicina de Paris — França. |
| 8. Dr. Elmano Cardim | 17-12-1937 | Avenida Portugal n° 38 Urca — Tel. 26-5595 — Rio. |
| 9. Embaixador Martinho Nobre de Mello | 19-10-1938 | Rua Joaquim Nabuco n° 11, apt. 850 (Copacabana) — Rio. |
| 10. Dr. Juio Dantas | 14- 4-1939 | Rua Castilho n° 30 (2°) — Lisboa — Portugal. |
| 11. Professor Nels Andrew Nelson Claven | 14- 4-1939 | Universidade de Pittsburg — Pensilvania — U.S.A. |
| 12. Professor Ernesto Leme | 21- 8-1939 | Rua Tupi n° 425 — São Paulo. |
| 13. Dr. Waldo Gifford Leland ... | 21- 8-1939 | Washington, 6, D.C. — 1219 Sixteenth Street — U.S.A. |
| 14. Dr. Felix Guisard | 29- 9-1942 | Taubaté — São Paulo. |
| 15. Reverendo Joseph F. Thorning | 29- 9-1942 | Emmitsburg. Maryland — U.S.A. |
| 16. Dom Pedro de Orléans e Bragança | 29- 9-1942 | Palácio Grão Pará — Petrópolis — Estado do Rio. |
| 17. Almirante Alvaro Alberto da Mota e Silva | 9- 7-1943 | Av. Eptácio Pessoa, 834 apt. 201 — Lagoa — Tel. 47-3946. |
| 18. Cardeal D. Jaime de Barros Câmara | 5- 9-1944 | Palácio Arquiepiscopal — Rua da Glória número 106 — Rio — Tel. 42-0551. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|--|------------------------------|---|
| 19. Embaixador Heitor Lira | 9- 7-1945 | Av. das Descobertas — Encosta da Ajuda — Lisboa, 3 — Portugal. |
| 20. Almirante Jorge Dodsworth Martins | 17-12-1945 | Avenida Atlântica número 3.892 — Rio — Tel. 27-1770. |
| 21. Dr. Afonso Bandeira de Melo | 13- 5-1947 | Rua Senador Vergueiro nº 45 — Rio — Telefone 25-2258. |
| 22. Professor Adroaldo Mesquita da Costa | 31- 8-1948 | Avenida Protásio Alves nº 3.446 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Telefone 2-3374. |
| 23. Prof. Agnelo Bittencourt | 31- 8-1948 | Rua Jardim Botânico número 228, apt. 7 — Rio — Tel. 26-6519. |
| 24. Almirante Luís de Oliveira Belo | 31- 8-1948 | Rua Constante Ramos nº 82, apt. 401 (Copacabana) — Rio — Tel. 57-9164. |
| 25. Professor Aloisio de Carvalho Filho | 15- 8-1949 | Rua Climério de Oliveira nº 2 — Cidade do Salvador — Bahia. |
| 26. Dr. Edgard Batista Pereira ... | 20- 6-1951 | Rua Sabará, 16 — Higienópolis — S. Paulo. |
| 27. Ministro Anibal Freire | 14-10-1952 | Rua das Laranjeiras número 144, apt. 501 — Rio. |
| 28. Prof. Heraclides César de Sousa Araújo | 14-10-1952 | Rua Marquês de Pinedo nº 84 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 25-3443. |
| 29. Desembargador Florêncio de Abreu | 24- 6-1953 | Rua Alexandre Ferreira nº 110 (Jardim Botânico) — Tel. 26-7062. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|---|------------------------------|--|
| 30. Prof. Antônio Sampaio Doria | 24- 6-1953 | Praia do Flamengo número 144, apt. 901 — Rio — Tel. 25-1663. |
| 31. Dr. Alberto Iria | 24- 6-1953 | Arquivo Histórico Ultramarino (Ministério Ultramar) Lisboa — Portugal. |
| 32. Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho | 24- 6-1953 | Rua 7 de Setembro número 300, apt. 13 — Cidade do Salvador — Bahia. |
| 33. Dr. Gilberto Freyre | 13- 7-1954 | Rua Dois Irmãos nº 320 — Apipupos — Pernambuco. |
| 34. Ministro Antônio Carlos Lafayette de Andrada | 13- 7-1954 | Rua Miguel Lemos número 97 (Copacabana) — Rio. |
| 35. Dr. Miguel Costa Filho | 13- 7-1954 | Rua Viúva Lacerda número 15 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-0895. |
| 36. Dr. Dante Laytano | 13- 7-1954 | Avenida Carlos Gomes nº 271 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul. |
| 37. Almirante Juvenal Greenhalgh Ferreira Lima | 15-12-1955 | Rua Saint-Roman nº 382 (Copacabana) — Telefone 47-0236 — Rio. |
| 38. Major Brig. Henrique Fleituss | 31- 7-1957 | Praia do Flamengo, 144 — apt. 301 — Rio — Tel. 25-6161. |
| 39. Ministro Orozimbo Nonato da Silva | 16- 5-1958 | Praia do Flamengo, 180 — Rio — Telefone 25-9300. |
| 40. Dr. Edmundo Ferrão Moniz de Aragão | 16- 5-1958 | Rua Jangadeiros nº 6, apt. 202 (Ipanema) — Rio — Tel. 27-9150. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Residência |
|---|------------------------------|---|
| 41. Dr. Severino Jordão Emerenciano | 9- 9-1958 | Rua Nunes Machado, 42 Faculdade de Filosofia de Recife — Pernam- buco. |
| 42. Almirante Washington Perry de Almeida | 9- 9-1958 | Rua Coronel Afonso Ro- mano n° 67 (Botafo- go) — Rio — Tele- fone 26-9678. |
| 43. Embaixador Sebastião Sampaio | 23- 6-1959 | Rua Senador Vergueiro n° 154 — Rio — Te- lefone 25-6867. |
| 44. Deputado Dr. José Bonifácio Lafayette de Andrada | 15-12-1959 | Câmara dos Deputados — Brasília — Distri- to Federal. |
| 45. Arcebispo D. Paulo de Tarso Campos | 26- 4-1960 | Campinas — São Paulo. |
| 46. Coronel Edmundo Macedo Soa- res e Silva | 19- 8-1960 | Fonte da Saudade nú- mero 209, Lagoa — Tel. 26-1611. |
| 47. Prof. Mário Barata | 27- 9-1961 | Rua Uruguai, 541 — Tel. 38-5951. |
| 48. D. Felipe Conduru Pacheco . | 27- 9-1961 | Palácio Arquiepsiscopal S. Luiz do Maranhão. |
| 49. Gilberto João Carlos Ferrez . | 27- 9-1961 | Rua Sarapuí, 48 — Bo- tafogo — Tel. 26-4778. |
| 50. | | |

RELAÇÃO CRONOLOGICA

| Nome | Data de entrada no Instituto | Classe atual |
|---|------------------------------|--------------|
| 1. José Manuel Cardoso de Oli- veira | 22- 5-1903 | Honorário. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Classe atual |
|---|------------------------------|--|
| 2. José Feliciano de Oliveira ... | 19- 2-1904 | Correspondente. |
| 3. Norival Soares de Freitas | 5-10-1908 | Honorário. |
| 4. Fidelino de Figueiredo | 28- 7-1913 | Correspondente. |
| 5. Thiers Fleming | 10- 7-1918 | Benemérito. |
| 6. Carlos Delgado de Carvalho .. | 6- 8-1921 | Honorário. |
| 7. Carlos da Silveira Carneiro . | 6- 8-1921 | Benemérito-Tesoureiro |
| 8. Eugenio Vilhena de Moraes .. | 6- 8-1921 | Benemérito. |
| 9. José Carlos de Macedo Soares | 6- 8-1921 | Grande Benemérito e Presidente Perpétuo. |
| 10. Pedro Dulanto | 18- 7-1927 | Honorário. |
| 11. Sílvio Rangel de Castro | 13- 9-1930 | Correspondente. |
| 12. Paul Coulet | 22- 6-1931 | Honorário. |
| 13. Antônio Leôncio Pereira Ferraz | 22- 8-1931 | Efetivo. |
| 14. Carlos Magalhães de Azeredo | 22- 8-1931 | Correspondente. |
| 15. Djalma Forjaz | 22- 8-1931 | Correspondente. |
| 16. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho | 22- 8-1931 | Benemérito e 3º Vice-Presidente. |
| 17. Hildebrando Accioly | 22- 8-1931 | Benemérito. |
| 18. José Wanderley de Araújo Pinho | 22- 8-1931 | Benemérito e 2º Vice-Presidente. |
| 19. Levi Fernandes Carneiro | 22- 8-1931 | Benemérito. |
| 20. Lucas Alexandre Boiteux ... | 22- 8-1931 | Benemérito. |
| 21. Luís Felipe Vieira Souto | 22- 8-1931 | Efetivo. |
| 22. Pedro Calmon Moniz de Bitencourt | 22- 8-1931 | Grande Benemérito — Orador. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Classe atual |
|--|------------------------------|------------------------------------|
| 23. Rodrigo Otávio Langgaard de Menezes Filho | 22- 8-1931 | Benemérito — 1º Vice-Presidente. |
| 24. Virgílio Corrêa Filho | 22- 8-1931 | Grande Benemérito e 1º Secretário. |
| 25. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho | 22-12-1931 | Benemérito. |
| 26. Argeu de Segadas Machado Guimarães | 30- 7-1934 | Correspondente. |
| 27. Luís da Câmara Cascudo | 30- 7-1934 | Correspondente. |
| 28. Luís Enrique Azarola Gil | 30- 7-1934 | Correspondente. |
| 29. Manuel Gonçalves Cerejeira . | 27-10-1934 | Honorário. |
| 30. Joaquim de Souza Leão Filho | 15-12-1934 | Correspondente. |
| 31. Vicente de Paula Vicente de Azevedo | 15-12-1934 | Correspondente. |
| 32. Artur César Ferreira Reis | 4-12-1936 | Benemérito. |
| 33. Enrique de Gandia | 4-12-1936 | Correspondente. |
| 34. Herbert Canabarro Reichardt . | 12- 5-1937 | Benemérito. |
| 35. Louis Pasteur Vallery Radot . | 27- 8-1937 | Honorário. |
| 36. Elmano Cardim | 17-12-1937 | Honorário. |
| 37. Henrique Leite Pereira de Cernache (Conde de Campo Belo) | 13- 4-1938 | Correspondente. |
| 38. Martinho Nobre de Melo | 19-10-1938 | Honorário. |
| 39. Júlio Dantas | 14- 4-1939 | Honorário. |
| 40. Nels Andrew Nelson Claven .. | 14- 4-1939 | Honorário. |
| 41. Edmundo da Luz Pinto | 31- 5-1939 | Efetivo. |
| 42. Luís Norton de Matos | 31- 5-1939 | Correspondente. |
| 43. Serafim Leite S. J. | 31- 5-1939 | Correspondente. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Classe atual |
|--|------------------------------|-----------------|
| 44. Ernesto Leme | 21- 8-1939 | Honorário. |
| 45. Ernesto de Souza Campos ... | 21- 8-1939 | Correspondente. |
| 46. Waldo Gifford Leland | 21- 8-1939 | Honorário. |
| 47. Cristóvam Leite de Castro ... | 26- 6-1940 | Efetivo. |
| 48. Ruben Rosa | 16- 7-1941 | Benemérito. |
| 49. Aureliano Leite | 29- 9-1942 | Correspondente. |
| 50. Estevão Leitão de Carvalho . | 29- 9-1942 | Benemérito. |
| 51. Felix Guisard | 29- 9-1942 | Honorário. |
| 52. Joseph F. Thorning | 29- 9-1942 | Honorário. |
| 53. Pedro de Orleans e Bragança . | 29- 9-1942 | Honorário. |
| 54. Alvaro Alberto da Mota e Silva | 9- 7-1943 | Honorário. |
| 55. Rodrigo Melo Franco de Andrade | 9- 7-1943 | Efetivo. |
| 56. Jaime de Barros Câmara | 5- 9-1944 | Honorário. |
| 57. Francisco Marques dos Santos | 21-10-1944 | Efetivo. |
| 58. Hélio Vianna | 27-12-1944 | Benemérito. |
| 59. João Fernando de Almeida Prado | 27-12-1944 | Correspondente. |
| 60. Luis Vianna Filho | 27-12-1944 | Correspondente. |
| 61. Heitor Lira | 9- 7-1945 | Honorário. |
| 62. Américo Jacobina Lacombe ... | 28- 9-1945 | Efetivo. |
| 63. Walter Spalding | 28- 9-1945 | Correspondente. |
| 64. Jorge Dodsworth Martins | 17-12-1945 | Honorário. |
| 65. Osvaldo R. Cabral | 21-10-1946 | Correspondente. |
| 66. José Pedro Leite Cordeiro .. | 21-10-1946 | Correspondente. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Classe atual |
|--|------------------------------|--------------------------|
| 67. José Carlos de Ataliba Nogueira | 21-10-1946 | Correspondente. |
| 68. Renato da Costa e Almeida .. | 13- 5-1947 | Correspondente. |
| 69. Haroldo Teixeira Valladão .. | 13- 5-1947 | Efetivo. |
| 70. Afonso Toledo Bandeira de Meio | 13- 5-1947 | Honorário. |
| 71. Renato de Mendonça | 16-12-1947 | Correspondente. |
| 72. João Baptista Magalhães | 16-12-1947 | Benemérito. |
| 73. José Honório Rodrigues | 31- 8-1948 | Efetivo. |
| 74. Adroaldo Mesquita da Costa . | 31- 8-1948 | Honorário. |
| 75. Orlando Guerreiro de Castro . | 31- 8-1948 | Correspondente. |
| 76. Agnello Bittencourt | 31- 8-1948 | Honorário. |
| 77. Luís de Oliveira Belo | 31- 8-1948 | Honorário. |
| 78. Adolfo Morales de los Rios Filho | 31- 8-1948 | Efetivo. |
| 79. Afonso Penna Junior | 15- 8-1949 | Efetivo. |
| 80. Aloísio de Carvalho Filho | 15- 8-1949 | Honorário. |
| 81. Afonso Arinos de Melo Franco | 15- 8-1949 | Efetivo. |
| 82. Francisco Mozart do Rêgo Monteiro | 15- 8-1949 | Efetivo. |
| 83. Manoel Xavier de Vasconcelos Pedrosa | 15- 8-1949 | Efetivo e 2º Secretário. |
| 84. Ariosto Gonzalez | 15- 8-1949 | Correspondente. |
| 85. José Antônio Soares de Sousa | 20- 6-1951 | Efetivo. |
| 86. Mucio Leão | 20- 6-1951 | Efetivo. |
| 87. Edgardo de Castro Rebelo ... | 20- 6-1951 | Efetivo. |
| 88. Damião Peres | 20- 6-1951 | Correspondente. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Classe atual |
|---|------------------------------|-----------------|
| 89. Sergio Corrêa da Costa | 20- 6-1951 | Correspondente. |
| 90. Edgard Batista Pereira | 20- 6-1951 | Honorário. |
| 91. Roberto da Motta Macedo | 14-10-1952 | Efetivo. |
| 92. Annibal Freire | 14-10-1952 | Honorário. |
| 93. Heraclides César de Sousa Araújo | 14-10-1952 | Honorário. |
| 94. Florêncio de Abreu | 24- 6-1953 | Honorário. |
| 95. Antônio de Sampaio Doria .. | 24- 6-1953 | Honorário. |
| 96. Alberto Iria | 24- 6-1953 | Honorário. |
| 97. Ivolino de Vasconcellos | 24- 6-1953 | Efetivo. |
| 98. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho | 24- 6-1953 | Honorário. |
| 99. Clemente Maria da Silva Nigra | 13- 7-1954 | Efetivo. |
| 100. Antônio Carlos Lafayette de Andrada | 13- 7-1954 | Honorário. |
| 101. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos | 13- 7-1954 | Efetivo. |
| 102. Dante de Laytano | 13- 7-1954 | Honorário. |
| 103. Gilberto Freyre | 13- 7-1954 | Honorário. |
| 104. Marcos Carneiro de Mendonça | 13- 7-1954 | Efetivo. |
| 105. Miguel Costa Filho | 13- 7-1954 | Honorário. |
| 106. José Augusto Bezerra de Medeiros | 15-12-1955 | Benemérito. |
| 107. Ernesto Cruz | 15-12-1955 | Correspondente. |
| 108. Justo Pastor Benitez | 15-12-1955 | Correspondente. |
| 109. Juvenal Greenhalgh Ferreira Lima | 15-12-1955 | Honorário. |

| Nome | Data de entrada no Instituto | Classe atual |
|---|------------------------------|-----------------|
| 110. Henrique Fleiuss | 31- 7-1956 | Honorário. |
| 111. Manuel Diegues Júnior | 31- 7-1956 | Efetivo. |
| 112. Guilherme Auler | 31- 7-1956 | Efetivo. |
| 113. Manuel Rodrigues Lapa | 31- 7-1956 | Correspondente. |
| 114. Ildefonso Mascarenhas da Silva | 31- 7-1956 | Efetivo. |
| 115. Daniel de Carvalho | 6- 5-1957 | Efetivo. |
| 116. Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo | 6- 5-1957 | Efetivo. |
| 117. Alvaro Teixeira Soares | 18-12-1957 | Correspondente. |
| 118. Orozimbo Nonato da Silva . | 16- 5-1958 | Honorário. |
| 119. Edmundo Ferrão Moniz de Aragão | 16- 5-1958 | Honorário. |
| 120. Pedro Paulo Moniz Barreto de Aragão | 16- 5-1958 | Efetivo. |
| 121. Silvio Zavala | 16- 5-1958 | Correspondente. |
| 122. Fabio de Macedo Soares Guimarães | 9- 9-1958 | Efetivo. |
| 123. Mario Ferreira França | 9- 9-1958 | Efetivo. |
| 124. Severino Jordão Emerenciano . | 9- 9-1958 | Honorário. |
| 125. Washington Perry de Almeida | 9- 9-1958 | Honorário. |
| 126. R. Antonio Ramos | 9- 9-1958 | Correspondente. |
| 127. Manuel Balesteros Gaibrois ... | 9- 9-1958 | Correspondente. |
| 128. Deoclécio De Paranhos Antunes | 23- 6-1959 | Efetivo. |
| 129. Apolônio Carneiro da Cunha Nóbrega | 23- 6-1959 | Efetivo. |
| 130. Sebastião Sampaio | 23- 6-1959 | Honorário. |
| 131. Sérgio Buarque de Hollanda . | 23- 6-1959 | Correspondente. |

| Nome | Data da entrada no Instituto | Classe atual |
|--|------------------------------|-----------------|
| 132. José Bonifácio Lafayette de Andrada | 15-12-1959 | Honorário. |
| 133. Antônio Carneiro Leão | 15-12-1959 | Efetivo. |
| 134. Nelson Nunes da Costa | 15-12-1959 | Efetivo. |
| 135. João Camillo de Oliveira Tôres | 15-12-1959 | Correspondente. |
| 136. Carlos Alberto Pueyrredon | 15-12-1959 | Correspondente. |
| 137. Dom Paulo de Tarso Campos | 26- 4-1960 | Honorário. |
| 138. Carlos Rizzini | 26- 4-1960 | Efetivo. |
| 139. Carlos Xavier Paes Barreto | 26- 4-1960 | Efetivo. |
| 140. Charles Boxer | 26- 4-1960 | Correspondente. |
| 141. Edmundo Macedo Soares e Silva | 19- 8-1960 | Honorário. |
| 142. Paulo Ferreira Santos | 19- 8-1960 | Efetivo. |
| 143. Roberto Piragibe da Fonseca | 19- 8-1960 | Efetivo. |
| 144. Raymundo Magalhães | 19- 8-1960 | Efetivo. |
| 145. Manuel Paulo Teles de Matos Filho | 19- 8-1960 | Efetivo. |
| 146. Amaro Quintas | 27- 9-1961 | Correspondente. |
| 147. Mário Barata | 27- 9-1961 | Honorário. |
| 148. Gilberto João Carlos Ferrez | 27- 9-1961 | Honorário. |
| 149. Dom Felipe Benício Conduru Pacheco | 27- 9-1961 | Honorário. |

SÓCIOS FALECIDOS

| Nome | Entrada no Instituto | Classe | Falecimento |
|---|----------------------------|------------|-------------|
| Dr. Manuel Augusto Pirajá da Silva . | 26- 6-1940 | Honorário | 1- 3-1961 |
| Prof. Clarence Henry | 14- 4-1939 | Honorário | 1961 |
| Dr. José Mesquita | 12- 5-1937 | Correspte. | 23- 6-1961 |
| Dr. João Moreira B. Castello Branco | 15-12-1955 | Honorário | 28- 6-1961 |
| Desembargador Julião Rangel de Ma- cedo Soares | 19- 5-1944 | Honorário | 12-11-1961 |

SÓCIOS ADMITIDOS

ASSEMBLÉIA GERAL DE 27-9-1961

Prof. Amaro Quintas — Correspondente.

Prof. Mário Barata — Honorário.

Prof. Gilberto João Carlos Ferrez — Honorário.

Dom Felipe Benicio Condurú Pacheco — Honorário.

ASSEMBLÉIA GERAL DE 15-12-1961

Comissões Permanentes :

Bibliografia : — Affonso Arinos de Mello Franco.

— Francisco Mozart do Rêgo Monteiro.

ORDEM ALFABÉTICA

- ABREU (Florêncio de) — Honorário.
ACCIOLY (Hildebrando) — Benemérito.
ALMEIDA (Renato Costa de) — Correspondente.
ALMEIDA (Washington Perry de) — Honorário.
ANDRADA (Antônio Carlos Lafayette de) — Honorário.
ANDRADA (José Bonifácio Lafayette de) — Honorário.
ANDRADE (Rodrigo Melo Franco de) — Efetivo.
ANTUNES (Deoclécio De Paranhos) — Efetivo.
ARAGÃO (Edmundo Ferrão Moniz de) — Honorário.
ARAGÃO (Pedro Paulo Moniz Barreto de) — Efetivo.
ARAÚJO (Heraclides Cesar de Sousa) — Honorário.
AULER (Guilherme) — Efetivo.
AZEREDO (Carlos Magalhães de) — Correspondente.
AZEVEDO (Vicente de Paula Vicente de) — Correspondente.
BARATA (Mário) — Honorário.
BARRETO (Carlos Xavier Paes) — Efetivo.
BELO (Luís de Oliveira) — Honorário.
BENITEZ (Justo Pastor) — Correspondente.
BITTENCOURT (Agnelo) — Honorário.
BITTENCOURT (Pedro Calmon Moniz de) — Grande Benemérito — Orador.
BOITEUX (Lucas Alexandre) — Benemérito.
BOXER (Charles) — Correspondente.
BRAGANÇA (Pedro de Orléans e) — Honorário.
BULÇÃO SOBRINHO (Antônio de Araújo de Aragão) — Honorário.
CABRAL (Osvaldo R.) — Correspondente.
CÂMARA (Dom Jaime de Barros) — Honorário.
CAMPOS (Ernesto de Sousa) — Correspondente.
CAMPOS (Paulo de Tarso) — Honorário.
CARDIM (Elmano) — Honorário.
CARNEIRO (Carlos da Silveira) — Grande Benemérito — Tesoureiro.
CARNEIRO (Levi Fernandes) — Benemérito.
CARVALHO (Carlos Delgado de) — Honorário.
CARVALHO (Daniel de) — Efetivo.
CARVALHO (Estevão Leitão de) — Benemérito.
CARVALHO FILHO (Aloísio de) — Honorário.
CASCUDO (Luís da Câmara) — Correspondente.
CASTRO (Christóvam Leite de) — Efetivo.
CASTRO (Orlando Guerreiro de) — Correspondente.
CASTRO (Silvio Rangel de) — Correspondente.
CEREJEIRA (Dom Manuel Gonçalves) — Honorário.
CERNACHE (Henrique Pereira Leite de) — Conde de Campo Belo — Correspondente.
CLAVEN (Nels Andrew Nelson) — Honorário.

CORDEIRO (José Pedro Leite) — Correspondente.
CORRÊA FILHO (Virgílio) — Grande Benemérito — 1º Secretário.
COSTA (Adroaldo Mesquita da) — Honorário.
COSTA FILHO (Miguel) — Honorário.
COSTA (Nelson Nunes) — Efetivo.
COSTA (Sérgio Corrêa da) — Correspondente.
COULET (Padre Paul) — Honorário.
CRUZ (Ernesto) — Correspondente.
DANTAS (Júlio) — Honorário.
DIEGUES JÚNIOR (Manuel) — Efetivo.
DÓRIA (Antônio de Sampaio) — Honorário.
DULANTO (Pedro) — Honorário.
EMERENCIANO (Severino Jordão) — Honorário.
FERRAZ (Antônio Leôncio Pereira) — Efetivo.
FERREZ (Gilberto João Carlos) — Honorário.
FIGUEIREDO (Fidelino de) — Correspondente.
FLEIUSS (Henrique) — Honorário.
FLEMING (Thiers) — Benemérito.
FONSECA (Roberto Piragibe da) — Efetivo.
FORJAZ (Djalma) — Correspondente.
FRANÇA (Mário Ferreira) — Efetivo.
FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — Efetivo.
FREIRE (Annibal) — Honorário.
FREYRE (Gilberto) — Honorário.
FREITAS (Norival Soares de) — Honorário.
GAIBROIS (Manuel Ballesteros) — Correspondente.
GANDIA (Henrique de) — Correspondente.
GIL (Luís Henrique de Azarola) — Correspondente.
GONZALEZ (Ariosto) — Correspondente.
GUIMARÃES (Argeu de Segadas Machado) — Correspondente.
GUIMARÃES (Fábio de Macedo Soares) — Efetivo.
GUISARD FILHO (Félix) — Honorário.
HOLLANDA (Sérgio Buarque) — Correspondente.
IRIA (Alberto) — Honorário.
LACOMBE (Américo Jacobina) — Efetivo.
LAPA (Manuel Rodrigues) — Correspondente.
LAYTANO (Dante de) — Honorário.
LEÃO (Antônio Carneiro) — Efetivo.
LEÃO (Múcio) — Efetivo.
LEÃO FILHO (Joaquim de Souza) — Correspondente.
LEITE (Aureliano) — Correspondente.
LEITE S. J. (Serafim, padre) — Correspondente.
LELAND (Waldo Gifford) — Honorário.
LEME (Ernesto) — Honorário.
LIMA (Juvenal Greenhalgh Ferreira) — Honorário.
LIMA SOBRINHO (Alexandre José Barbosa) — Benemérito.
LIRA (Heitor) — Honorário.
MACEDO (Roberto da Mota) — Efetivo.
MAGALHÃES (João Baptista) — Benemérito.
MAGALHÃES JÚNIOR (Raymundo) — Efetivo.
MARTINS (Jorge Dodsworth) — Honorário.
MATTOS (Francisco Jaguaribe Gomes de) — Efetivo.
MATOS (Luís Norton de) — Correspondente.
MATOS FILHO (Manuel Paulo Teles de) — Efetivo.
MEDEIROS (José Augusto Bezerra de) — Benemérito.

- MELO (Afonso Bandeira de) — Honorário.
MELO (Martinho Nobre de) — Honorário.
MENDONÇA (Marcos Carneiro de) — Efetivo.
MENDONÇA (Renato de) — Correspondente.
MENEZES FILHO (Rodrigo Otávio Langgaard de) — Benemérito e 1.º Vice-Presidente.
MONTEIRO (Francisco Mozart do Rego) — Efetivo.
MORAES (Eugênio Vilhena de) — Benemérito.
MORALES DE LOS RIOS FILHO (Adolfo) — Efetivo.
NIGRA (Clemente Maria da Silva) — Efetivo.
NÓBREGA (Apolônio Carneiro da Cunha) — Efetivo.
NOGUEIRA (José Carlos de Ataliba) — Correspondente.
OLIVEIRA (José Feliciano de) — Correspondente.
OLIVEIRA (José Manuel Cardoso de) — Honorário.
PACHECO (Dom Felipe Benicio Conduru) — Honorário.
PEDROSA (Manuel Xavier de Vasconcellos) — Efetivo e 2º Secretário.
PENNA JUNIOR (Afonso) — Efetivo.
PEREIRA (Edgard Baptista) — Honorário.
PERES (Damião) — Correspondente.
PINHO (José Wanderley de Araújo) — Grande Benemérito e 2º Vice-Presidente.
PINTO (Edmundo da Luz) — Efetivo.
PRADO (José Fernando de Almeida) — Correspondente.
PUEYRREDON (Carlos Alberto) — Correspondente.
QUINTAS (Amaro) — Correspondente.
RADOT (Louis Pasteur Vallery) — Honorário.
RAMOS (R. Antônio) — Correspondente.
REBELO (Edgardo de Castro) — Efetivo.
RÊGO (Aluizio Napoleão de Freitas) — Efetivo.
REICHARDT (Herbert Canabarro) — Benemérito.
REIS (Artur César Ferreira) — Benemérito.
RIZZINI (Carlos) — Efetivo.
RODRIGUES (José Honório) — Efetivo.
ROSA (Ruben) — Benemérito.
SAMPAIO (Sebastião) — Honorário.
SANTOS (Francisco Marques dos) — Efetivo.
SANTOS (Paulo Ferreira) — Efetivo.
SILVA (Álvaro Alberto da Mota e) — Honorário.
SILVA (Edmundo de Macedo Soares e) — Honorário.
SILVA (Ildefonso Mascarenhas da) — Efetivo.
SILVA (Orozimbo Nonato da) — Honorário.
SOARES (Álvaro Teixeira) — Correspondente.
SOARES (José Carlos de Macedo) — Grande Benemérito — Presidente Perpétuo.
SOUSA (José Antônio Soares de) — Efetivo.
SOUTO (Luís Felipe Vieira) — Efetivo.
SPALDING (Walter) — Correspondente.
TEIXEIRA FILHO (Henrique Carneiro Leão) — Benemérito e 3º Vice-Presidente.
THORNING (Reverendo Joseph F.) — Honorário.
TORRES (João Camilo de Oliveira) — Correspondente.
VALLADÃO (Haroldo Teixeira) — Efetivo.
VASCONCELLOS (Ivolino de) — Efetivo.
VIANNA (Hélio) — Benemérito.
VIANNA FILHO (Luís) — Correspondente.
ZAVALA (Sívio) — Correspondente.

INDICE

VOLUME 253

Out.-dez.-1961

| | <i>Pgs.</i> |
|---|-------------|
| I — TRABALHOS ORIGINAIS | |
| 1. <i>Quilombo de Bacaxá</i> — Dr. José Antônio Soares de Souza | 3 |
| 2. <i>Chefes de Polícia da Bahia no Império</i> — Dr. Antônio de Aragão Bulcão Sobrinho | 12 |
| 3. <i>Impressões londrinas</i> — Dr. H. Canabarro Reichardt .. | 34 |
| II — CONFERÊNCIAS | |
| 4. <i>O Pan-americanismo e o sentimento humano das Américas</i> — Professor Antônio Carneiro Leão | 44 |
| 5. <i>Hipólito e o «Correio Brasiliense»</i> — Dr. Carlos Rizzini . | 90 |
| 6. <i>Presidencialismo ou Parlamentarismo (Aspectos históricos do problema no Brasil)</i> — Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros | 101 |
| III — TRANSCRIÇÕES | |
| 7. <i>Afonso Costa</i> — Eng. Virgílio Corrêa Filho | 152 |
| IV — DOCUMENTOS | |
| 8. <i>Osório — Sua personalidade</i> | 169 |
| V — ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO | |
| 9. <i>Atividades Culturais do Instituto Histórico</i> — Dr. Virgílio Corrêa Filho | 191 |
| 10. <i>Elogio dos sócios falecidos — Sessão solene comemorativa do 123.º aniversário do Instituto, pelo orador oficial</i> — Dr. Pedro Calmon | 211 |
| 11. <i>A Câmara dos Deputados e o Aniversário do Instituto</i> .. | 219 |
| 12. <i>Atas</i> | 221 |
| VI — APRECIACÃO DE LIVROS | |
| 13. <i>Gilberto Freyre — O luso e o trópico</i> — Prof. Hélio Vianna | 267 |

| | Pgs. |
|---|------|
| VII — BIO-BIBLIOGRAFIA DOS SÓCIOS | |
| 14. Herbert Canabarro Reichardt — M. C. Max Fleiuss .. | 269 |
| VIII — NOTICIÁRIO | |
| 15. <i>Portaria — Nomeação da Comissão para reforma dos Estatutos</i> | 278 |
| 16. <i>Carta do Ministro João Café Filho ao Presidente do Instituto Histórico</i> | 278 |
| 17. <i>Simpósio de professores de História do Ensino Superior</i> . | 279 |
| 18. <i>Publicações recebidas</i> | 282 |
| IX — ESTATÍSTICA .. | 300 |
| X — CADASTRO DOS SÓCIOS DO INSTITUTO | 301 |

